

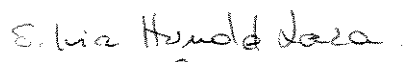
Alírio Carvalho Cardoso

Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653).

Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob Orientação da Profa. Dra. Silvia Hunold Lara e do Prof. Dr. Carlos Roberto Galvão Sobrinho.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 29/07/2002.

Banca:

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara – Orientadora 

Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron – USP 

Prof. Dr. John Manuel Monteiro – DA/IFCH/UNICAMP 

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti – DH/IFCH/UNICAMP (Suplente).

Julho/2002

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
C179i
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 50687
PROC 16.837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 10/09/02
Nº CPD _____

CM00173063-9

BIBID 256979

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C179i

Cardoso, Alírio Carvalho

Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653) / Alírio C. Cardoso -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientadores: Silvia Hunold Lara, Carlos Roberto Galvão Sobrinho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

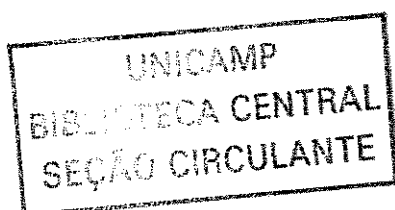
1. Missionários – Séc. XVII. 2. Índios – Séc. XVII.
3. Amazônia – História – Conquista – Séc. XVII. 4. Maranhão – História. I. Lara, Silvia Hunold. II. Galvão Sobrinho, Carlos Roberto. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Resumo.

Quando boa parte da historiografia fala sobre o antigo Estado do Maranhão do século XVII, normalmente dois temas ganham destaque: o eterno conflito entre missionários e moradores e a influência do padre António Vieira (1608-1697) sobre o período. Este trabalho reconstitui os primeiros anos da formação da sociedade maranhense, anteriores, portanto, à emblemática presença de Antonio Vieira. O foco principal são as diversas formas da complexa relação entre os setores do poder local maranhense durante a primeira metade do século XVII. A vida política nesse período não se restringia ao conflito primordial entre missionários e moradores. Ao mesmo tempo, os interesses privados, os diferentes projetos políticos, as circunstâncias locais e o ambiente internacional, redimensionavam constantemente a relação entre setores laicos e religiosos, tornando a possibilidade do conflito tão verossímil quanto a do acordo.

Abstract.

Any Historian when treating about the Maranhão old States in 17th centuries, put in relief two greats arguments: the perennial disagreements between the missionaries and the settlers and the Padre Antonio Vieira's influence in matters (1608-1697). The focus of this work is to delineate the different model of interactions involving the different groups of the Maranhão local power in the first half of 17th centuries. The political life in this moments had not limited to the primordial struggle between missionaries and settlers. At the same time, the personal advantages, the diferents political projets, the local circumstances and the internacional situation produce variation in the relationship between the clerical and the secular groups, thus making possible simultaneoussly the struggle and the agreement.



Para Fafi Cardoso,
por ter acreditado que era possível.

Sumário.

Agradecimentos.....p. 9

Introdução.....p. 13

Capítulo 1.

Cenários e imagens da fronteira maranhense (1607-1626).

O cenário missionário: ensinamentos de Ibiapaba.....p. 29

O cenário português: novas rotas, velhos problemas.....p. 44

O cenário político: Gaspar de Sousa negocia um novo Estado.....p. 62

O cenário geopolítico: poucos governos para muitas "vontades".....p. 75

O cenário local: o caso das mulheres de Castello Branco.....p. 83

O cenário indígena: o grande motim Tupinambá de 1617.....p. 91

Capítulo 2.

Mundos Cruzados: tramas internas do Maranhão (1626-1653).

Um mundo de brancos? Ecos de Cumã.....p. 105

Motins em mundo de brancos: hierarquia, poder e família.....p. 122

O mundo dos homens bons e outras histórias de motins.....p. 136

Motim em mundo sacro: SJ versus OFM.....p. 147

Motins atlânticos: mercedários versus trinitários.....p. 168

Capítulo 3.

Fronteira em alerta: O "inimigo holandês" entre as tramas do poder local.

Rumores sobre batavos: os inimigos externos.....p. 185

"Struggle for Ceará": os inimigos internos.....p. 191

O "soldado mais brioso": a guerra indígena contra o inimigo.....p. 200

Inimigos na fronteira: a jornada de Pedro Teixeira.....p. 212

Inimigos na fronteira: o relato de Christóbal de Acuña.....p. 223

Epílogo.....p. 231

Fontes e Bibliografia.....p. 236

Anexo de mapas.....p. 257

Agradecimentos

Seria um grande embate com a aritmética pretender falar de tudo e todos em tão poucas linhas. O autor bem que tentou, mas se viu na obrigação de fazer desses agradecimentos também um pedido de desculpas. Primeiro por não conseguir incluir todos, depois, por não saber traduzir em poucas palavras o que cada um realmente representou. Mesmo assim, a lista continua longa.

Este foi um trabalho dirigido a quatro mãos. Sou especialmente grato aos dois orientadores que, com estilos diferentes, e em ocasiões distintas, souberam com grande competência apontar falhas e propor consertos. Carlos Galvão Sobrinho discutiu as primeiras idéias gerais, ajudou a definir rumos e escapar de algumas traiçoeiras armadilhas. Silvia Lara é a leitora atenta e minuciosa que testava à cada reunião os limites argumentativos do trabalho. Sou grato à ela por ter assumido com tanto interesse a orientação, e por ter sido a primeira a me dar as boas vindas, logo no meu primeiro dia.

Agradeço às instituições que de alguma forma facilitaram o meu percurso até aqui. A FAPESP financiou a pesquisa e a sobrevivência material do pesquisador. Da CAPES tive decisivos primeiros meses de bolsa. Na Unicamp, a eficiente estrutura de apoio do Cecult me livrou de muitos apertos, sou especialmente grato à Uli e à Luciana por isso. Agradeço também aos funcionários e bolsistas da Biblioteca do IFCH, na Unicamp, e do IEB, na USP. Em Belém contei com a diligência das funcionárias do Arquivo Público do Estado do Pará, sempre prontas a servir, e com o auxílio de seu diretor, Geraldo Mártires Coelho, sem o qual metade da pesquisa seria comprometida. No Rio de Janeiro contei ainda com o zelo das funcionárias da Biblioteca Nacional, sou grato especialmente à Vera do setor de manuscritos.

Como navegador de primeira viagem em “águas” unicampianas, utilizei os sinais deixados por outros mais experientes. Esses pioneiros talvez não saibam o quanto facilitaram a minha vida. A primeira guia que tive na Unicamp foi Patrícia Sampaio. Não posso esquecer do Henrique Espada, sempre encontrando pontos

positivos onde aparentemente eles não existem. Magda Ricci e Aldrin Figueiredo foram também fundamentais em todos os momentos, devo muito a eles. Outros navegantes, talvez sem se dar conta, foram muito importantes na escolha que fiz, são eles Claudia Fuller, Décio Guzmán, Maria “Nana” Sarges, Hernani Chaves, Edilza Fontes, Lobinho e William. Pere Petit é um amigo devoto e uma bela propaganda da gente catalã. Tive também a sorte de contar muito cedo com a amizade e a erudição de Fernando Londoño. Serge Gruzinski, nas suas passagens arrebatadoras pela Amazônia, foi um grande incentivador.

Na biblioteca do IFCH tive dois grandes instrutores na dura arte de encontrar livros: Michael Hall é provavelmente o sistema de procura mais eficiente disponível no local, Jéferson Cano compartilhou comigo um pouco de sua vasta experiência em rastrear obras perdidas, além de ter me auxiliado em muitas outras demandas. Sou grato igualmente aos dois.

Outros mestres marcaram essa curta, mas rica trajetória. Para a minha sorte, John Monteiro participou de todas as etapas da construção desse trabalho, tentei aproveitar ao máximo sua notória competência. Agradeço a ele além das valiosas sugestões, as palavras de incentivo. Mestre Alcir Pécora me impressionou pelo equilíbrio das idéias e pelo estilo ao mesmo tempo irônico e regrado. Robert “Bob” Slenes tinha sempre uma indicação pertinente a dar. Apesar das distâncias temáticas, aprendi muito com Maria Clementina Pereira da Cunha, Cláudio Batalha, Sidney Chalhoub e Isabel Marson. Leila Algranti fez uma leitura criteriosa do texto durante o exame de qualificação e levantou faltas importantes.

Em São Paulo reencontrei a velha colônia amazônica. Cristina Ribeiro, Alessandra Sodré, Janaina Camilo e Ângela Sanches são amigas incontestes. Geci foi meu porto seguro nos primeiros dias incertos. Almir Diniz, em exílio a mais tempo, foi um interlocutor constante e um amigo sempre presente. Otaviano “Zorro” Vieira, se ele me permitir incluí-lo entre os “amazônidas”, me deu uma ajuda e tanto ao disponibilizar os documentos do Projeto Resgate cearense, aproveitou também para agradecer à Cristina Cancela.

Quando voltei à Belém para concluir a pesquisa contei com o apoio estratégico dos velhos amigos. Carlos Bastos e Siméia Lopes jamais me negaram coisa alguma. Luciana Marinho é a amiga de todas as horas e de todos os congressos. Luis jr., Cezar Martins, Keila e Sandra completam a equipe. O que eu faria sem essa turma? Mário Médice jamais esqueceu do amigo distante. Tany Cruz do irmão relapso e Brito do parceiro ausente.

Na Unicamp fiz amigos para uma vida. Lucilene Reginaldo foi uma presença tão freqüente quanto agradável. É impressionante o número de temas que podem ser levantados, discutidos e revisados à luz da historiografia num único cafezinho! Com Dalila Doring troquei informações sobre religião e pintura barrocas. Não posso esquecer de Renata Garraffoni, Jean, Isadora, George e Gláucia, Guilherme, Angelina, Susana “susita”, Romina, Álvaro “o marujo” Nascimento, as Lucianas, Endrica, Julião, Albanin, Roberto, Mariana Sales, Ana Porto, Célia Aiélo, Célio Miranda, Marili Bassini, Raphael Frederico, Uassyr de Siqueira, Gláucia Fraccaro e PC, Carlo Romani, e Cristina Pompa. Um abraço especial para Albina e seus fiéis escudeiros, Léo, Paula, Claudia Campos e Teresa Camargo. Aprendi e me diverti muito com meu amigo ítalo-carioca Gino Negro que ouvia atenciosamente, embora incrédulo, as minhas teorias sobre comportamento humano. Nas minhas viagens entre Campinas e São Paulo fiz algumas escalas agradabilíssimas em “Roma”, na casa bilíngüe dos meus queridos Gigi Biondi e Edilene Toledo. Um abraço ainda aos meus companheiros de morada, Christian Rodrigues e Fábio Batista. Meus irmãos argentinos estavam muito bem representados com Bento, Osvaldo Ruíz, Andrés Zarankin, Analia Chernavsky. Agradecimentos especiais para Verônica Secreto e Norberto Ferreras. Aline Pereyra não sabe, talvez pelo pouco esforço que fiz em demonstrar, o quanto seus gestos simples de carinho representam para mim. Esse também não deixa de ser um pedido de desculpas.

Não tenho como avaliar a importância de Rafael Chambouleyron em todas as fases do trabalho. Tudo que sei é que a dívida já está beirando o impagável, e espero pelo menos ter correspondido minimamente ao investimento. Não satisfeito, acabei estendendo a dívida para o resto da família. Agradeço à dona Hebe, professor Ivan,

Mathias, Ingrid, minha amiga Franciane Lacerda, e à pequena falante Esther. Salve Mendoza!

Por fim, agradeço aos que de muito longe nunca estiveram ausentes: “Landa” Pereira, Alírio Cravero, Tanizy, tia Fátima, minha irmã Adriana, e meu pai Ademar. Meu tio Antonio Pereira contou várias histórias sobre a velha São Paulo e a sua antiga Usp, agradeço a ele também pela hospedagem carinhosa. Meu irmão André, do outro extremo do país, sempre esteve muito perto.

Agradeço mais do que tudo à “Fafi”, sem a qual nada disso seria possível.

Introdução.

O antigo Maranhão e sua "vasta sombra".

As páginas que se seguem falam sobre o tênue limite entre a devoção e a insubordinação. As personagens aqui retratadas habitavam um mundo em constante tensão, de um lado o respeito às normas, de outro, a sua devida adequação segundo circunstâncias e interesses locais. Dito de outro modo, esse é um trabalho sobre acordos, ajustes, alianças, mas também sobre o seu contraponto tenaz: o conflito, a dissidência, a exclusão e, não raras vezes, o motim. É, portanto, uma tentativa de entender, a partir de uma circunscrição delimitada temporal e espacialmente, os diálogos entre as referências exteriores, atlânticas, imperiais e formais, e os modos possíveis de apropriação das regras do jogo político pelos múltiplos setores da vida maranhense, incluindo portugueses, missionários e grupos indígenas diversos. Todo esse incrível diálogo entre opostos - de um lado o acordo, de outro o conflito - funcionava no Antigo Regime razoavelmente bem, e se fazia presente na vida política dos habitantes desse imenso território chamado *Maranhão*.

O que estamos chamando de *Maranhão*? A pergunta é fundamental, pois a entidade geográfica conhecida por esses nome não é de evidente compreensão antes de 1626. O antigo Estado do Maranhão é o nosso palco, o cenário onde as nossas personagens se movimentam e atuam. Por isso algumas explicações se fazem necessárias. De fato, a palavra é mais antiga do que a definição política dessa região. Quando nos referimos ao *Maranhão*, estamos falando do imenso território que começa a noroeste da capitania do Ceará, onde encontrava termo a ocupação efetiva do espaço pelo Império português, e vai até a desconhecida divisa com o Vice-Reinado do Peru. De acordo com a *Demarcação* proposta pelo capitão Simão Estácio da Silveira, haveria

mesmo um “padrão de mármore”, construído por Carlos V, em algum ponto do rio, indicando onde terminariam as terras portuguesas e começavam as castelhanas.¹ Não obstante isso, a região permaneceu durante muito tempo como território impreciso. Em dias de hoje, o *Maranhão* corresponderia aos Estados que compõem a chamada Amazônia legal (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Tocantins) e mais os atuais Piauí, Maranhão e, por vezes, o Ceará, muito embora essa transposição para dias atuais seja bastante pobre em termos descritivos. Na prática, o Maranhão terminava até onde alcançavam os interesses privados dos grupos luso- pernambucanos que fizeram a conquista.

A forma com que se denominava essa região, e depois o próprio Estado, variou de acordo com o período. Assim, podemos encontrar em documentos “Maranhão”, “Grão-Pará e Maranhão”, ou vice-versa. Não é difícil encontrar, nos planisférios estrangeiros entre o final do século XVI e início do XVIII, a região com os nomes de “país das Amazonas”, “amazonum régio”, ou mesmo “terra amazonum” em oposição à “Terra de Santa Cruz” ou “Brasil”.² Muito embora algumas autoridades portuguesas já pensassem numa possível autonomia administrativa do Maranhão, a referência ao “Estado do Maranhão” ou “Estado do Maranhão e Grão-Pará” só aparece vulgarizada em documentos oficiais com a assunção efetiva do seu primeiro governador geral, Francisco Coelho de Carvalho, em 1626. Por outro lado, a preferência por chamar “Maranhão e Grão-Pará” ou “Grão-Pará e Maranhão” acompanhou o *status* que cada uma das duas principais capitanias desse Estado ocupou ao longo dos séculos de Conquista. Não por acaso, a referência ao Estado pelo nome “Grão-Pará e Maranhão”

¹ De acordo com Simão Estácio da Silveira, o Maranhão está entre “o Ceará (que está em 3 graus e um terço da parte sul) até o último marco do Brasil, que está em 2 graus da banda do norte, em que há de costa perto de 400 léguas até o rio de Vicente Pinçon, onde dizem estar um padrão de mármore com armas de Portugal desta parte e, as de Castela da outra, mandado afixar pela Cesaria Majestade do Imperador Carlos V”. Simão Estácio da Silveira. *Relação Sumaria das cousas do Maranhão Escrita pello capitão Symão Estácio da Sylveira. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal* [1624]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 33 (Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 94, 1974).

² Isa Adónias. *Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993, especialmente “Região Norte: Amazônia”, pp. 70-114.

é mais comum a partir do século XVIII. Em 1737, o nome foi de fato oficializado com a transferência definitiva da capital para Belém.³

A história da definição política desse espaço é bastante longa, e tem início bem antes da conquista portuguesa de São Luís aos franceses invasores (1615) e da fundação de Belém por soldados luso- pernambucanos (1616). Datam das primeiras décadas do século XVI as tentativas castelhanas de tomada de consciência da extensão e possibilidades comerciais do Maranhão. Os castelhanos, de fato, foram os primeiros a navegar por aqueles rios, a reconhecer as suas possíveis ligações oceânicas e intra-fluviais, além de serem os primeiros a nomear o Amazonas, seus afluentes, apontando conexões reais e imaginárias. A história das fascinantes, embora ainda tímidas, tentativas de tomada de consciência do Amazonas por autoridades, eruditos, e navegadores espanhóis valeria um trabalho à parte, assim como as incursões furtivas de outros reinos, incluindo-se aí franceses, ingleses, irlandeses, e holandeses. No começo do século XVI, por exemplo, conhecemos as tentativas do reino da Toscana que financiou piratas ingleses pelo curso do rio que conheciam como “dell’ Amazone”.⁴ Esse assédio estrangeiro em torno do Maranhão teve um impacto considerável sobre alguns espíritos um tanto incrédulos em Portugal, ante a possibilidade de ocupação desse filho raiano do Império.

A tentação por ampliar o recorte cronológico, regredindo tanto quanto possível na história dessa entidade geográfica maranhense foi grande! Entretanto, o limite proposto para esse trabalho é mais modesto, embora esteja longe de ser menos problemático. Trata-se da primeira metade do século XVII, momento muito particular da geopolítica ibérica e atlântica. Começamos exatamente com algumas das primeiras tentativas de definição política do Maranhão, a partir dos relatos do padre Luis Figueira e sua viagem ao Ceará em 1607, e finalizamos o quadro no emblemático ano de 1653, momento da chegada do padre Antonio Vieira, que dá início formal ao

³ Synesio Sampaio Goes filho. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 141.

⁴ Carlos Alberto Ribeiro Zeron & Carlos Ziller Camenietzki. “Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda: Documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608”. *Revista de História*, nº 71 (1967), pp. 61-84.

apostolado jesuítico. Esse último marco cronológico merece uma atenção maior, por ser a base primordial de uma dada memória historiográfica que merece ser discutida.

Parte do estudo que se segue intenta problematizar uma certa versão sobre a história do Maranhão, cristalizada a partir de clássicas balizas temporais e conhecidas escolhas temáticas. Muito dessa história tem a ver com esse ano de 1653, tão precioso para os autores clássicos, e não totalmente redimensionado nos dias de hoje. A presença do padre Antonio Vieira, segundo essa memória historiográfica, foi considerada fundamental na compreensão da história seiscentista maranhense. Desse modo, a segunda metade do século XVII, o período em que o missionário esteve na região, obteve um *status* diferenciado em termos de importância em comparação com os primeiros anos.⁵

Talvez o mais importante desses historiadores que, fazendo a biografia de Vieira, considerou escrever grande parte da história do Maranhão seja João Lúcio de Azevedo (1858-1930). Azevedo, historiador luso-paraense, de fato, escreveu tanto uma história dos *Jesuítas no Grão-Pará* quanto uma biografia do padre António Vieira.⁶ Para ele, a história da ocupação portuguesa nessa parte da América não só se confundia com a história da missão jesuítica, mas também com a própria atividade pessoal e a fortuna crítica do padre Vieira. O ano de 1653 aparece como um marco imperioso, alterando os rumos da história: “Nessa hora”, escreve João Lúcio de Azevedo, “a figura gigantesca de Vieira começa a projetar a sua vasta sombra na história das missões do Pará”.⁷

Essa “vasta sombra” projetou-se não sobre a história, mas sobre a própria historiografia do Maranhão. Ao longo do tempo, foi ganhando cores vivas, fartamente manipulada ao sabor das efemérides. O padre Serafim Leite, responsável por um grande projeto de “resgate” da memória da Companhia de Jesus, pretensamente

⁵ Não é raro encontrar exemplos da força dessa memória em obras mais recentes. Nesse sentido, Baeta Neves nos parece emblemático. Luiz Felipe Baeta Neves. *Vieira e a imaginação social jesuítica. Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Além de sua escolha narrativa bastante peculiar, a própria relação de dependência entre título e subtítulo nos parece sugestiva.

⁶ João Lúcio de Azevedo. *História de António Vieira*. 2ª edição. Lisboa: Livraria Clássica, 1931, 2 vols; *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

⁷ *Idem, ibidem*, pp. 40-41.

danificada com a extinção da Ordem, retomou com mais força ainda a importância crucial de Antonio Vieira. No quarto livro de sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que ao todo contava com 10 volumes, Serafim Leite escreve:

“O maior nome da Companhia de Jesus no Norte do Brasil é o padre Antonio Vieira, e anda de tal forma vinculado ao estabelecimento da Companhia nele, que em vez de se situar a sua atividade ao sabor dos acontecimentos, são os acontecimentos que gravitam à roda de Vieira, como objeto direto de sua vontade ou como reação, coeva ou póstuma, a actos que brotaram do seu espírito, como inspirador ou agente”.⁸

Vieira esteve no Maranhão como missionário apenas 10 anos de sua longa vida, deixando, é certo, um número considerável de relações, cartas, crônicas e sermões, sem qualquer dúvida, são textos escritos sempre no melhor formato que a erudição da época podia oferecer. As várias questões tratadas pelo missionário, o enfoque dado, o formato adotado, a ênfase referida, e a própria construção da narrativa parecem ter convencido muitos desses autores da representatividade do seu testemunho na compreensão dos problemas maranhenses. Uma das consequências mais evidentes do legado deixado por Vieira sobre o conhecimento seiscentista do Maranhão é a caracterização de uma luta aberta e inexorável, opondo sem trégua jesuítas e moradores. Para um autor como Charles Boxer, por exemplo, “os eternos desacordos entre jesuítas e moradores a propósito do tratamento dado aos ameríndios” aparece como o tema dominante num capítulo sobre o antigo Estado do Maranhão.⁹ Da mesma forma, o autor não deixa de enfatizar o papel destacado do padre Vieira na definição desse desacordo entre escravistas de índios, de um lado, e missionários de outro. Para

⁸ Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugalia/INL. 1943, vol. IV, p. 3.

⁹ C. R. Boxer. *A Idade de Ouro no Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 291.

Boxer, Vieira foi “o mais famoso paladino da justiça dos ameríndios”¹⁰, cujos “exageros” contra os “colonos” fazem “lembrar os de seu predecessor espanhol, Bartolomeu de Las Casas”.¹¹

Essa análise tenta sustentar uma bipolaridade fundamental entre interesses missionários e laicos, como se esses fossem grupos uniformes, mediados por um conflito quase único. A sentença de João Lúcio de Azevedo, não poucas vezes reiterada pela historiografia contemporânea, é bastante emblemática do que dissemos. Nesse contexto, o ano de 1653 ganhou, para o historiador, um sentido profundo, marco do embate fundamental que separou e opôs setores laicos e religiosos. Segundo escreve João Lúcio de Azevedo:

“Até 1653 não tiveram os jesuítas residência no Pará. Opunham-se os habitantes, que, pela tradição e experiência de outras partes, sabiam qual poderoso obstáculo encontrariam neles à escravidão e o domínio absoluto dos índios”.¹²

Parece inegável o grande impacto das palavras sentenciosas de João Lúcio de Azevedo sobre a historiografia mais recente. Em autores diversos, a exemplo de Charles Boxer, Maxime Haubert, Baeta Neves, Alfredo Bosi, entre outros, a ênfase na participação de Antonio Vieira como peça fundamental na definição da bipolaridade entre missionários e moradores é um componente importante da análise.¹³ Aliado a isso, existe uma constante tendência de laicização da figura de Antonio Vieira, coisa bastante comum entre autores das mais diversas linhas explicativas. Essa perspectiva

¹⁰ C. R. Boxer. *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento/Costa Cabral, 2ª edição, 1988, p. 93.

¹¹ Boxer. *A Idade do Ouro no Brasil*, p. 291.

¹² João Lúcio de Azevedo. *Os jesuítas no Grão-Pará*, p. 37.

¹³ Boxer. “missionários e moradores na Amazônia”. In: *A Idade de Ouro no Brasil*, pp. 284-303. Máxime Haubert. *L'Église et la défense des 'sauvages'. Le père Antoine Vieira au Brésil*. Bruxelas: Académie Royale des Sciences D'Outre-Mer, 1964. Alfredo Bosi. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Para uma visão diversa, ver : Rafael Chambouleyron. “Os padres da Companhia na Amazônia: uma leitura do Pe. Antônio Vieira”. *Anais do Congresso Internacional “3º Centenário do Padre Antônio Vieira”*. Braga: Barbosa & Xavier, 1998, volume II, pp. 801-808.

baseia-se na idéia de uma “consciência possível” anti-escravista nos textos vieirianos, base de toda oposição laica ao estabelecimento da missão jesuítica.¹⁴

Por fim, a escolha da primeira metade do século XVII como baliza temporal é um esforço por discutir o problema das relações entre os grupos laicos e religiosos maranhenses antes do impacto dessa “vasta sombra”, que pouco a pouco foi como que ofuscando a importância dos primeiros anos e dos primeiros acordos, ou mesmo da multiplicidade de relações possíveis envolvendo outros setores dessa sociedade.

Nossos guias nessa viagem ao Maranhão seiscentista são as cartas, apesar de não desprezarmos outros testemunhos importantes como Relações, crônicas, regimentos, imagens e relatórios cartográficos. A maior parte da correspondência laica pesquisada é de documentos de moradores enviados ao rei, fazendo queixas e pedidos diversos, ou o contrário, do rei para as autoridades laicas, decidindo sobre conflitos e pendências. Essa correspondência, atlântica por excelência, pertence na sua maior parte ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizada de maneiras diversas em fundos brasileiros, no nosso caso específico no Arquivo Público do Estado do Pará (documentação microfilmada) e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (setor de manuscritos), além da documentação já impressa. Também dispomos de documentos de trânsito interno, cartas trocadas entre autoridades locais, de capitães-mores para o governador, do governador para as câmaras, ou das câmaras para o capitão-mor, e entre autoridades brasileiras e maranhenses. Entre as cartas laicas, também estamos considerando aquelas escritas por lideranças indígenas. Os Principais indígenas “portugueses”, a exemplo do que ocorreu nas Índias castelhanas, também dominavam a arte da epistolografia, escrevendo documentos significativos sobre os abusos da administração do trabalho, entre outras tantas questões.

Para qualquer leitura verossímil dessas cartas é necessário antes entendê-las não como simples narrativa do “acontecido”, mas também como um “gênero” de grande valor na sociedade seiscentista, com regras, formatos e convenções preexistentes. De fato, os usos das cartas nos conflitos entre os diversos setores que

¹⁴ Muitos autores acentuam, aliado às questões já apontadas, a idéia de uma “contradição” entre os aspectos doutrinários e temporais da fortuna crítica de Vieira. A melhor crítica a esse tipo de visão ainda é Alcir Pécora. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da Unicamp, 1994.

compunham o chamado Antigo Regime não se restringia apenas à simples exposição sistemática de “fatos”. No caso das cartas laicas estava claro que o bom domínio dos recursos da linguagem jurídica, e das tópicas apropriadas funcionavam como uma arma eficaz, sobretudo no necessário diálogo com a Corte e com outros poderes locais. O século XVII, mais do que nunca, foi o momento em que as matérias do governo ganhavam uma construção formal epistolográfica, aliada a uma maior instrumentalização das suas formulações teóricas.¹⁵ Ângela Xavier e Manuel Hespanha têm mostrado como essa linguagem da justiça estava presente em vários setores da vida portuguesa do Antigo Regime.¹⁶ Para João Hansen, a *carta* laica como gênero seiscentista apresenta algumas tópicas recorrentes e, de modo geral, uma relação hierárquica entre os temas da “vontade do rei”, do “bem comum da Republica” e do “bem comum do povo”. Os súditos, desse modo, subordinavam-se a essa vontade soberana, abrindo formalmente mão de seus “interesses particulares”. Entretanto, a própria obediência à vontade do rei oferecia aos súditos mecanismos verossímeis de pressão, já que a preservação do “bem comum”, a *Res Publica*, passava necessariamente pelo crivo dos poderes locais, algumas vezes apresentados como uma espécie de tutela. O grande perigo a ser “evitado” e “corrigido” nessa relação entre a vontade soberana e a anulação da vontade particular é a desordem, o desacordo, enfim, a “murmuração do povo” ou a “murmuração do vulgo”. Essa é uma das tópicas mais recorrentes utilizada nas correspondência entre poderes locais e a Corte. A “população” era, por sua vez, “apresentada como temível porque amotinável”, grande ameaça contra a hierarquia da República, mas de certa forma enorme trunfo retórico-político na negociação de benesses e privilégios.¹⁷

A correspondência religiosa merece os mesmos cuidados ou até maiores. Entre os missionários, sobretudo no corpo da Companhia de Jesus, a epistolografia era bem mais sofisticada. As estratégias epistolográficas dos padres da Companhia de Jesus

¹⁵ Geneviève Haroche-Bouzinac. “Qualque métaphores de la lettre dans la théorie épistolaire au XVII^e siècle”. In: *XVII^e Siècle*, 43^e, n. 3 (julho/setembro, 1991), pp. 243-257.

¹⁶ “A representação da sociedade e do poder”. In: Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, pp. 121-155.

¹⁷ João Adolfo Hansen. *A sátira e o engelho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura/Companhia das Letras, 1989, p. 86-7.

têm uma relação íntima com a sua “estrutura formal”, sua *ars dictaminis* portanto. Esse pressuposto formal, ligado indiretamente a uma tradição clássica e, principalmente, às leituras doutrinárias sobre as formas de escrever da Companhia, é fundamental para uma avaliação verossímil do conteúdo relatado, podendo não poucas vezes alterá-lo. Dessa forma, temos claro que o relato epistolográfico jesuítico não tem unicamente um caráter informativo, mas também uma mensagem que se pretende, ao mesmo tempo, devocional, doutrinária e persuasiva. Portanto, a carta está longe de ser um documento de compreensão evidente, podendo apresentar diversas variantes de acordo com o tema abordado, e principalmente com a lógica hierárquica de quem remete e de quem recebe.¹⁸

O Maranhão sobre o qual nos falam as cartas missionárias e laicas aparece, a princípio, como um grande e perigoso vazio político e cristão, lugar de conhecimento incerto entre o reino do Peru e o Estado Brasil. Esse é um dado importante de se ter em mente quando estudamos as primeiras iniciativas de ocupação da região, pois várias das disputas ocorridas no período giravam em torno da necessidade de ocupar militarmente esses vazios de poder. Entretanto, a questão é ainda mais complexa. O *Maranhão* era uma *fronteira* que pouco a pouco tornava-se *Conquista*. Vamos por partes. Não pretendemos realizar, nessas poucas páginas, nenhuma ampla discussão teórica sobre a idéia de fronteira, até mesmo pelo caráter múltiplo que essa discussão vem tomando. De fato, a noção de fronteira ganhou rumos diferentes de acordo com cada realidade específica.¹⁹ A versão mais clássica em que essa idéia aparece é, sem dúvida, nos trabalhos de Frederick Turner sobre a “fronteira americana” e a expansão para o oeste. Tudo indica, no entanto, que a contribuição brasileira a respeito da fronteira no Antigo Regime foi bem mais favorável à noção global defendida por Webb. Para este

¹⁸ Alcir Pécora. “Cartas à Segunda Escolástica”. In: Adauto Novaes. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras/ Minc. Funarte, 1999, pp. 373-414.

¹⁹ Baud e Van Schendel enfatizam essa multiplicidade de conceitos possíveis em torno das palavras “frontièr” (da historiografia francesa) “frontera” (da espanhola) e “frontier” (da inglesa). Michiel Baud & Willem Van Schendel. “Toward a Comparative History of Borderlands”. *Journal of World History*, vol. 8, nº 2 (1997), pp. 213.

autor, a idéia de “fronteira” é entendida como parte de uma necessidade de expansão produtiva européia, embora exista outras tantas versões alternativas.²⁰

Os debates mais clássicos sobre fronteira surgiram a partir das reflexões sobre a chamada “conquista do Oeste” norte-americano. Assim, estudos como o de Turner sobre o “significado da fronteira americana” pretendem dar conta dos embates políticos, sociais e culturais presentes na formação dos limites do território-cultura estadunidense. Essa tensão entre as origens européias e os elementos nativos aparece, para o autor, como importante base de formação do “caráter americano”.²¹ Essa discussão clássica, que tem na sua formulação todo um ambiente neo-darwinista das primeiras décadas do século XX, não nos interessa, a não ser a título de comparação.²² A *fronteira* no Antigo Regime tem pressupostos bem diferentes. Sua concepção não é apenas técnica, mas agrega uma série de outros elementos. O vizinho vice-reinado do Peru do começo do século XVI parece, em muitos aspectos, um caso bastante próximo da idéia de fronteira que estamos considerando para o caso maranhense. De acordo com Rolando Mellafe, desde a primeira metade do século XVI o Peru se apresentava como uma área de incipiente controle castelhano, um espaço de “recente ocupação”, e terras ainda não agregadas, social, institucional, e culturalmente ao Império espanhol. Da mesma forma, o vice-reinado do Peru se colocava como “fronteira agrária”, caracterizado pela pouca produção e escassas trocas comerciais. Essa condição vai ser pouco a pouco modificada a partir da década de 1540, quando da fundação de grandes cidades espanholas e com a abertura de um novo horizonte comercial com as minas de Potosí. Apesar de trabalhar muito mais com as conseqüências comerciais da tomada das novas terras, Mellafe admite que a noção de fronteira fez parte de um processo

²⁰ Sobre os rumos teóricos da idéia de “fronteira” no Brasil, ver: María Verónica Secreto. *Fronteiras em Movimento: O oeste Paulista e o sudeste Bonaerense na segunda metade do século XIX*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001. Ver também: José Honório Rodrigues. “D. Henrique e a abertura da Fronteira Mundial”. In: *Historia e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970, pp. 1-20.

²¹ Frederick Jackson Turner. *The Frontier in American History*. Nova York: Robert Krieger, 1976.

²² Sobre a concepção de Turner acerca da “fronteira” e sobre a relação entre a idéia de “americanização” e o ambiente pós darwinista que a inspirou, ver: Richard Hofstadter. *Los Historiadores Progressistas: Turner, Beard, Parrington*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1970 (ver principalmente os capítulos 2, 3 e 4).

bem mais complexo: “um choque, fusão e entrechoque de dois ou mais horizontes culturais distintos”.²³ Também no caso da América castelhana, David Weber refaz exatamente esse percurso da conquista de uma outra grande fronteira, a Nova Espanha dos séculos XVI e XVII. Weber enfatiza as relações de poder presentes no encontro entre espanhóis e nativos, e as variadas tensões resultantes do sufocante assalto da burocracia, cultura e religião espanholas, bem como as inovações resultantes desse processo de domínio.²⁴

Para a América portuguesa, Sérgio Buarque de Holanda foi sem dúvida o grande expoente da discussão acerca da fronteira no Brasil. É já notória a considerável dívida que esse historiador contraiu para com a noção norte-americana (turneriana e Webbiana) de fronteira. Essa influência se fez sentir com força em seus livros mais famosos: *Raízes do Brasil*, *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*.²⁵ Para Sérgio Buarque, a melhor compreensão do significado da *fronteira* no Antigo Regime caminha não só na perspectiva da expansão produtiva, embora essa seja uma idéia fundamental, mas implica uma tensão entre a mudança e o ajuste. A tomada das novas terras não é feita sem que haja uma contradição fundamental entre a sufocante dominação ocidental ibérica, e os ajustes necessários dentro dessa sociedade. Ou, dito de outro modo, trata-se de uma espécie de americanização, fruto do encontro conflitante entre um “realismo fundamental”, de um lado, e os “códigos de postura e regras formais”, de outro.²⁶ Assim, a fronteira não é só um espaço desabitado, conquistá-lo requer tanto o domínio do meio, quanto dos seus habitantes, hábitos e culturas.

Rafael Bluteau, identifica *fronteira* ou *fronteira do reino* com a palavra *confins*, termo também próximo de *fronteiro*, dando a idéia de uma terra a frente de uma

²³ Rolando Mellafe. “Fronteira Agrária; El caso del vicerreinato peruano en el siglo XVI”. In: Enrique Florescano (e outros). *Tierras Nuevas: Expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI-XIX)*. México: El Colegio de México, 1973, p. 11.

²⁴ David J. Weber. *The Spanish Frontier in North America*. Yale University Press, 1992.

²⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 3ª edição, 1956. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2ª edição, 1975. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

²⁶ Holanda. *Raízes do Brasil*, p 152. Sobre a noção de fronteira em Sérgio Buarque ver: Robert Wegner. *A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

outra.²⁷ Nas cartas maranhenses da primeira metade do século XVII, o termo ganha o sentido de um território não totalmente dominado religiosa, militar e economicamente, embora pertença formalmente ao Império. Dito de outro modo, é um vazio político, bélico e cristão à margem, ao menos na prática, dos próprios domínios portugueses. Por isso, em 1624, o conhecido navegador Simão Estácio da Silveira afirma: “o Pará [que é a parte mais remota do Maranhão] ainda está como fronteira, porque há muitos rios e muita gentildade por eles e pelas ilhas que são infinitas...”.²⁸ O padre jesuíta Jacinto Carvalho, anos depois, confirmava essa posição ambígua do Maranhão das primeiras décadas do século XVII em relação às terras mais velhas. “Eram já cidades populosas e de grande comércio a Bahia e Pernambuco”, escreve o jesuíta, acrescentando: “e ainda o Maranhão não tinha nome, e nem se sabia que coisa era, e *confinando* com Pernambuco, estava tão incógnito, como se fosse uma ilha situada na parte mais austral da América”.²⁹

A idéia de fronteira também desenvolve uma relação íntima com a noção fundamental de *Conquista*, funcionando quase como seu contraponto. Aqui cabe uma rápida distinção. O leitor vai perceber que não utilizaremos no texto a palavra *colônia*, pelo fato de esse termo raramente ocorrer em cartas seiscentistas. Nas raras vezes em que “colônia” aparece em documentos de época possui um sentido bem diverso do que lhe é habitualmente atribuído pela historiografia.

O erudito Sebastián de Covarrubias Orozco, autor de *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, primeiro dicionário escrito em língua espanhola de 1611, escreve que a palavra colônia quer dizer “termo de terra que se povoou de gente estrangeira, retirada da cidade que é senhora daquele território, ou levada de outra parte”³⁰ Portanto, “colônia” se coloca numa relação de exterioridade, de origem diversa, a partir de um vínculo apenas migratório, sem mais implicações ou obrigações entre as

²⁷ Raphael Bluteau. *Vocabulário Português e Latino*, p. 219.

²⁸ Simão Estácio da Silveira. *Relação Sumaria das cousas do Maranhão. Escripta pello Capitão Symão Estácio da Sylveira. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal [1624]*. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 94 (1974). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 35.

²⁹ Jacinto de Carvalho, S.J. *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão* [primeira metade do século XVIII]. São Luis: ALUMAR, 1995. [ênfase nossa].

³⁰ Sebastián de Covarrubias Orozco. *Tesoro de la lengua Castellana o Española*. Editorial castalia/Nueva Biblioteca de erudición y crítica, 1995 (Segunda edición corregida), p. 334.

partes. Não consta ainda no mesmo dicionário as palavras colono, colonizar, ou colonização. De outro modo, *conquistar* é definido por Covarrubias como ato de “pretender por armas a algum reino ou Estado”, aparecendo como uma situação inacabada de domínio de determinado território, de onde se deriva *conquista* e *conquistado*.³¹ De qualquer forma, a preferência pelo uso do termo *Conquista* nas cartas maranhenses do século XVII é incontestável. É por *Conquista* que esses moradores denominavam o espaço sob controle português; é *conquistador* aquele que, em nome do rei, proclamava determinada terra como parte do Império; e *conquistar* designava o próprio ato da posse.

Por fim, o que pretendemos mostrar nas páginas que se seguem é que o Maranhão seiscentista antes da “vasta sombra” de Vieira dominar soberana, não se limitava ao simples embate entre missionários e moradores. Em primeiro lugar, porque a sociedade não se restringia a esses dois grupos, existindo uma infinidade de outros sujeitos com interesses e identidades diferentes, incluindo-se aí os diversos grupos nativos. Em segundo lugar, porque mesmo no interior desses dois grandes grupos, “moradores” e “missionários”, não encontramos uma homogeneidade de interesses capaz sustentar tal bipolaridade. Tanto os conflitos, quanto principalmente os acordos não seguiam a lógica dos grandes grupos, mas os rumos traiçoeiros dos interesses particulares e das circunstâncias.

Quanto à estrutura formal, dividimos o trabalho em três capítulos. O primeiro deles reconstitui o início propriamente da aventura portuguesa na região do Maranhão, obedecendo o recorte que vai de 1607 à 1626. Trata das primeiras tentativas de reconhecimento das potencialidades do Maranhão, das primeiras informações acerca da presença estrangeira, e do comércio com o gentio, até a tomada efetiva dessa região pelo Império português, em 1615. Também discutimos nesse capítulo os primeiros confrontos entre os grupos que integravam o esforço de conquista. O primeiro cenário das ações portuguesas foi marcado por grandes rivalidades, muitas delas trazidas de Pernambuco, de onde veio todo o corpo burocrático e a força militar. Apesar dos inúmeros conflitos, logo nos primeiros meses, iniciaram-se já grandes acordos envolvendo poderosas famílias que migraram do Brasil para o Maranhão a

³¹ *Idem, ibidem*, p. 345.

fim de dividir entre os seus membros os ganhos da nova terra. Nesse sentido, a própria criação de um Estado separado e independente do Brasil foi fruto também de grandes acertos entre membros do poder local pernambucano. A conquista do Maranhão surgia como uma ação em todos os sentidos improvisada, realizada por grupos políticos que tinham projetos, vontades, e perspectivas diversas, e não raras vezes conflitantes.

O segundo capítulo estuda o período logo posterior à instalação burocrática do novo Estado. Nosso objetivo é analisar a importância das redes de alianças e dos laços familiares na definição dos conflitos envolvendo moradores, missionários e índios. Num contexto de embates pelo poder, a sobrevivência de um grupo específico dependia da maior ou menor habilidade em compor redes clientelísticas com setores politicamente preponderantes, de acordo com o momento apropriado. Nosso estudo parte do debate em torno do decréscimo do número de índios nas Conquistas do Maranhão. Tal discussão teve lugar principalmente na década de 1640, e é recorrente nos vários conflitos envolvendo autoridades laicas e religiosas. O argumento da falta de índios aliados, principalmente em áreas de cultivo, foi utilizado por grupos diferentes a partir de objetivos políticos diversos, servindo muitas vezes, também, como combustível retórico nas cartas de moradores, missionários e mesmo de índios Principais.

O terceiro capítulo abrange o mesmo período do segundo (1626-1653). Entretanto, ao contrário deste, privilegia especificamente os embates em torno da grande ameaça holandesa das décadas de 1630 e 1640 e seus desdobramentos no Estado do Maranhão da década de 1650. A mobilização contra o inimigo estrangeiro foi habilmente aproveitada por muitos setores do poder local maranhense que, a partir dessa grande onda de medo, tentavam obter ganhos políticos e financeiros. Nossa tentativa nesse capítulo é discutir o impacto da perigosa presença holandesa no mundo ibérico na redefinição dos acordos locais. Por outro lado, o período imediatamente posterior é marcado por tentativas de apropriação política da memória da expulsão holandesa. A glória das “guerras brasílicas” passou a fazer parte dos conflitos entre moradores, missionários e grupos nativos que se utilizaram amiúde dessa tópica. Também pretendemos, nesse último capítulo, refletir melhor sobre as mudanças e permanências resultantes da Restauração bragantina sobre as redes locais

de solidariedade. Para tanto, utilizaremos um caso específico, a famosa viagem de Pedro Teixeira pelo curso do rio Amazonas, considerado como grande feito português, mistura na verdade interesses locais e grandes motivações atlânticas e intra-regionais.

Por fim, mesmo que o destino final não agrade o leitor, esperamos que ao menos o percurso escolhido lhe seja favorável.

Capítulo 1. Cenários e imagens da fronteira maranhense (1607-1626).

O cenário missionário: ensinamentos de Ibiapaba.

Nossa história começa quando os portugueses tentavam recuperar, ainda timidamente, o tempo perdido. A ocupação do Maranhão, uma enorme área entre o Estado do Brasil e o Vice-Reinado do Peru, foi feita de forma improvisada. Alimentada quase sempre por iniciativas individuais, sua ocupação não era de interesse para a Coroa de Castela até a chegada de informações mais concretas sobre atividades comerciais francesas na região. A Coroa portuguesa, naquele tempo unida com a de Castela, só começava de fato a ensaiar tentativas mais organizadas de ocupação quando as dúvidas sobre a viabilidade do empreendimento foram superadas pela certeza, certeza de que o Maranhão seria perdido, talvez para sempre, caso não fosse integrado de vez ao Império.

Aos poucos o interesse pela região transformava-se. Essa mudança ocorria na medida em que soldados, religiosos e navegadores - portugueses e espanhóis - compreendiam a posição estratégica daquelas terras para a constituição de um futuro comércio inter-regional e atlântico. A partir de então, seguia-se o próximo passo: tentar convencer as incrédulas Coroas ibéricas - bem mais preocupadas com seus territórios na Ásia - de que o empreendimento não só era viável, mas necessário. Duas coisas eram sempre enfatizadas nesses primeiros relatos e dominavam os espíritos da época: a fé e a Fazenda.

O Maranhão não era só uma fronteira potencialmente produtiva, era também um território aberto à expansão da fé. Não por acaso, as primeiras tentativas de conquista desse espaço foram feitas por missionários. Nos primeiros relatos jesuíticos sobre a região, a harmonia entre o *temporal* e o *espiritual* era parte importante das estratégias epistolográficas de convencimento da Coroa, e dos próprios superiores da

Companhia.³² Era fundamental persuadir as autoridades laicas das vantagens do empreendimento, mas também outros padres da Companhia que buscavam a glória da fundação de uma nova Conquista espiritual. A tónica do perigo da invasão estrangeira tinha o poder de convencimento apropriado para um e outro alvo. O estrangeiro era duplamente agressor, pois conspirava contra a Fazenda real e, ao mesmo tempo, contra o espaço que era legitimamente reservado aos missionários, servos de Deus e vassalos de seu filho ungido: o rei de Portugal.

Em relatos de padres como Luis Figueira, a possibilidade de perda desses territórios para reinos como França, Inglaterra e Holanda já era uma tónica constituída. Para Luis Figueira, a simples menção da presença francesa, por exemplo, mostrava-se valiosa enquanto estratégia de persuasão. Era bastante eficaz num reino, como o português, habituado a conviver com a pirataria estrangeira em seus domínios.³³ Especialmente aquele padre parecia estar atraído pelas possibilidades que as novas terras ofereciam em termos de Fazenda para Sua Majestade, e de mártires para a Companhia de Jesus. De fato, nos escritos de Luis Figueira encontramos mais que simples impressões sobre um novo e desconhecido cenário das ações da igreja, ao seu modo, já é possível visualizar um projeto de conversão em que a união entre religiosos e autoridades portuguesas ganha, ao longo do tempo, uma importância crucial. Esse vai ser o ponto dissonante entre os esforços de conversão jesuítcos e as tentativas, muitas vezes malogradas, de mercedários, carmelitas e principalmente franciscanos. Vale a pena percorrer alguns dos caminhos desse que, segundo o padre Bettendorf, na sua *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Maranhão*, teria sido o primeiro missionário da Amazônia.³⁴

³² Alcir Pécora. "Cartas à Segunda Escolástica". In: Adauto Novaes. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras/ Minc. Funarte, 1999, pp. 373-414. Sobre o valor atribuído à teoria epistolográfica no século XVII, ver: Geneviève Haroche-Bouzinac. "Qualque métaphores de la lettre dans la théorie épistolaire au XVII^e siècle". In: *XVII^e Siècle*, 43^e, n. 3 (julho/setembro, 1991), pp. 243-257.

³³ Vitorino Magalhães Godinho. "As incidências da pirataria no sistema português do século XVI". In: *Mito e Mercadoria: Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990, pp. 460-475.

³⁴ Segundo ainda Bettendorf: "(...) ele foi o primeiro missionário do Maranhão e Xingu, o primeiro fundador do colégio de Nossa Senhora da Luz [em São Luís do Maranhão], que por

Entre diversas cartas e memoriais escritos por Luis Figueira, ao longo da primeira metade do século XVII, talvez o documento mais significativo acerca das suas expectativas em relação às novas terras tenha sido a *Relação da Missão do Maranhão*, escrita em 1609.³⁵ Sua importância está, exatamente, no fato de ter sido escrita antes que Figueira tivesse qualquer contato efetivo com a bacia amazônica. A *Relação* tenta ser, nesse sentido, também um relato sobre o porvir.

A *Relação* é, acompanhando a unidade retórico-política desse tipo de documento, ao mesmo tempo e indissociavelmente um relato sobre a importância do martírio, possível de ser compartilhada e comparada com outras experiências apostólicas pelo mundo oceânico; e, também, uma defesa política sobre a necessidade de conquista portuguesa do Maranhão. A *Relação* não deixa de ser, ainda, um parecer acerca do grau de envolvimento dos padres da Companhia nessa ocupação militar. As cartas e memoriais escritos por esses padres possuem um caráter edificante que é fundamental na unificação dos *corpos* da Companhia. Entretanto, cada vez mais esses escritos apresentam-se enquanto parte de um projeto político jesuítico, frente aos diversos interesses da administração laica na América portuguesa. Por isso, muitos desses documentos ganhavam um caráter “público” essencial.³⁶

Embora fale sobretudo da experiência pretensamente reveladora da Serra de Ibiapaba, Figueira deixa claro aos possíveis leitores que a superação daquela perigosa serra era só um primeiro passo em direção ao objetivo final, as desconhecidas terras das capitanias do Maranhão e Grão-Pará. Ibiapaba era o primeiro, e talvez o mais penoso, passo em direção a conquista espiritual do Maranhão como um todo. Essa

sua indústria e trabalho edificou; ele ao mestre e, consolação da cidade de São Luís, ele, o primeiro pai e procurador dos missionários, que até em Lisboa foi buscar para os trazer à missão; ele exemplo da perfeita caridade, que todos os missionários devem imitar (...). João Felipe Bettendorf, SJ. *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão* [1698]. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, pp. 66-67.

³⁵ Luís Figueira. “Relação da missão do Maranhão [1608-1609]”. In: Serafim Leite. *Luiz Figueira, sua vida heróica e sua obra Literária*. Lisboa: Agencia Geral das Colônias, 1940, p. 108.

³⁶ Charlotte de Castelnau-L'Estoile. *Les Ouvriers D'une Vigne Stérile: Les jésuites et la conversion des Indiens au Brésil, 1580-1620*. Lisboa/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para Comemoração das Descobertas Portuguesas, 2000, p. 407.

idéia primordial de superação de obstáculos - físicos inclusive - já esta expressa logo no exórdio da *Relação*. No Maranhão, diz o padre: “não há grande serras, mas tudo ordinariamente são terras baixas”, de modo que a grande barreira material a ser superada era mesmo Ibiapaba.

O interesse na região não deixava de estar presente nas muitas comparações traçadas entre o Maranhão e o Brasil. O Maranhão, segundo Figueira, superava em muitos aspectos as condições encontradas no Brasil. Nos gêneros necessários a vida, o Maranhão era melhor. Entretanto, lá os desafios do labor da conversão eram também mais expressivos, pois a natureza era menos tímida:

“Da fertilidade da terra, dizem os índios que não tem comparação a mandioca, batata e tudo que o mais que cá [Brasil] há, com o de lá [Maranhão] por ser o de lá de muito notável vantagem em grandeza e fertilidade (...) O sertão é mui grande e tem infinidade de gentio. O rio a que chamamos de Amazonas tem a boca debaixo da linha equinocial, e tem muitas e grandes ilhas...”³⁷

Um outro interesse, distribuído estrategicamente na narrativa da *Relação*, e que aparece com mais força em documentos posteriores, diz respeito à presença francesa. O relato enfatiza, nesse sentido, a grande necessidade de refrear a expansão do reino francês nas águas ao norte da capitania de Pernambuco. Segundo informações vagas que circulavam na Europa, os tais piratas da corte do rei Luis pretendiam construir naquela região uma nova França. As informações eram as mais alarmantes. Davam conta da existência de um comércio ativo com índios de várias partes, localizados na zona além da Serra de Ibiapaba. Os franceses teriam ao seu lado centenas de aliados nativos, e com eles controlavam a região. Em determinado trecho do relato, Figueira sugere que mesmo as temidas Amazonas, guerreiras conhecidas pelos relatos de Gaspar de Carvajal - as mesmas que amputavam os seios para melhor manejar o arco -

³⁷ Luis Figueira. *Relação da Missão do Maranhão...*, p. 108.

realizavam trocas comerciais com os tais franceses.³⁸ As guerreiras trocavam a prata, que teriam em abundância, por armas, ferramentas e mesmo vestidos.³⁹

Parece ser verossímil que Figueira considerasse a tónica do comércio clandestino de nações invasoras como uma estratégia eficaz de convencimento das autoridades portuguesas. Na época talvez não houvesse argumento mais forte. A simples menção de atividades comerciais, nesse que era um território de fronteira com as índias de Castela, fortalecia o argumento da ocupação imediata dessas terras. Como veremos, a conquista espiritual para Figueira não se fazia sem o auxílio militar português. Essa foi a dura lição aprendida em Ibiapaba, segundo a estratégia retórica da *Relação*. Não por acaso, o insistente tema da necessidade de reconhecimento, por parte da Coroa e da própria Companhia, acerca das “cousas” do Maranhão. O Maranhão era um mundo fisicamente distante de Ibiapaba, e mais ainda de Pernambuco. Entretanto, o Maranhão naquele ano de 1607 já fazia parte dos projetos apostólicos do jesuíta, que ao ver o sertão pela primeira vez, escreve:

“esta afastada do mar a serra de Ibiapaba, a qual vínhamos demandar por ser só povoada de gente amiga (...) desde Pernambuco para cá que serão como 230 léguas, e nosso intento em a virmos demandar foi para nela nos fazermos de mantimentos e mandarmos daí ao Maranhão a tomar do estado das coisas principalmente se havia franceses que se nos representava a maior dificuldade no caminho...”.⁴⁰

³⁸ Gaspar de Carvajal, OP. *Descubrimiento del rio de las amazonas segun la relación hasta ahora inédita*. Sevilla: Imprenta de E. Rasco, 1894, p. 60.

³⁹ “O trato destes [franceses] em madeiras preciosas e paus de tintas, pimenta, algodão fio e redes, pássaros e bichos e em particular é grande fama que tem trato de prata com as Amazonas que parece têm minas de lá a troco da qual lhe dão ferramentas, vestidos e as ensinam a usar arcabuzes. Tudo isto me consta por varias informações de índios que lá foram em vários tempos com quem falei, alguns dos quais afirmam o que viram, outros o que ouviram a seus parentes”. Luiz Figueira. *Relação da Missão do Maranhão...*, p. 109.

⁴⁰ Luiz Figueira. *Relação da missão do Maranhão...*, p. 112-13.

O grande interesse de Figueira em relação à presença dos piratas franceses nos rios do Maranhão é reafirmado muitas vezes. Logo após o primeiro contato com os nativos da serra, os dois jesuítas (Luis Figueira e Francisco Pinto) se esforçavam em saber as novidades que vinham daqueles distantes rios. Segundo diz Figueira:

“Mandamos recado à outra aldeia para sabermos se nos queriam lá e que viessem alguns a falar conosco, e também nos queríamos informar dos que tinham vindo do Maranhão que lá estavam principalmente acerca dos franceses que tínhamos por novas que estavam lá de assento com duas fortalezas feitas em duas ilhas na boca do Maranhão”.⁴¹

O tema da necessidade de estender a missão até o Maranhão está presente nos vários níveis retóricos da *Relação*. Seja na construção de seu argumento político mais amplo, seja na difusão de uma mensagem mística que pudesse ser reconhecida por outros irmãos da Companhia. Nesse último sentido, o padre Figueira compartilha com o leitor a comoção sentida pelos índios de uma certa aldeia de Ibiapaba, atormentados com a passagem de um “cometa”. O tal cometa, conta-nos Figueira, “vinha da banda do Maranhão à oeste, o qual estendia uma mui cumprida calda para a banda leste”. A seguir, comenta o padre o grande esforço que foi convencer aqueles índios de que não se tratava de um dos seus muitos deuses, confundidos com raios e trovões, e de que o fato dificilmente se repetiria. Entretanto, o próprio jesuíta é tomado pela possível mensagem mística que poderia conter tão inusitada passagem: “posto que esse cometa significasse coisas maiores, contudo eu muitas vezes imaginei, com pena e aflição, se significaria algum trabalho da nossa missão do Maranhão”.⁴² De outro modo, o próprio fato de seu companheiro e mestre, Francisco Pinto, ter morrido numa sexta-feira de epifania tinha seu lugar nessa construção. Mais do que o cometa, era o martírio de Francisco Pinto, como tinha sido anunciado pelo próprio Anchieta, o sinal

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 119.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 132.

divino das duras provações da missão jesuítica maranhense.⁴³ Como pressuposto dessa anunciada missão apostólica estava a expulsão dos invasores franceses, e, por conseguinte, a ocupação do Maranhão pelas forças portuguesas.

A historiografia sempre enfatizou ser a conquista portuguesa da Amazônia uma reação automática das Coroas ibéricas às incursões estrangeiras. Pouco se fala, porém, acerca desses primeiros relatos, os principais responsáveis por romper o desinteresse em relação à região, e infundir na Coroa o temor da perda. Os primeiros relatos missionários fortaleciam – com argumentos verossímeis de quem supostamente esteve lá – a idéia de que existia um risco de perda de uma zona estratégica do comércio inter-regional, no limite das duas partes do Império luso-espanhol.⁴⁴

A narrativa construída por Luis Figueira, que seguia em parte o padrão retórico da correspondência jesuítica, respondia a demandas de sua época, no que diz respeito ao debate sobre os perigos das invasões estrangeiras. O cenário era propício, e nas mãos de hábeis escritores ganhava cores mais fortes.

Quanto à Coroa luso-espanhola, muito pouco sabia sobre a região. Ouvia-se falar da estória de dois aventureiros franceses que, após muitos anos perdidos entre os índios da Amazônia, voltavam à Europa e relatavam as riquezas lá encontradas. Tal versão foi especialmente conhecida após os relatos dos padres capuchinhos Claude

⁴³ O próprio José de Anchieta teria previsto o martírio do padre Francisco Pinto. Uma dessas versões é reproduzida por Thomaz Pompeu de sobrinho a partir do relato de Fernão Guerreiro, supostamente escrito em 1607: “Estando este bendito padre um tempo na enfermaria, por alguns meses, com doença que já o enfermeiro lhe tinha apressado o cubículo para extrema a Extrema-Unção, o visitou o provincial então o venerável padre Jose de Anchieta e abraçando-lhe disse: V.^a R.^a queria se ir ao céu mãos lavadas, pois não há de ser assim: *longa tibi restat via*. Tem muito que passar primeiro; não há de morrer morte folgada, e antes dela há de padecer muitos trabalhos, fazer serviços à causa de Deus e salvar muitas almas”. *Apud* Thomaz Pompeu de Toledo Sobrinho. “Relação do Maranhão” [introdução]. In: *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, pp. 22.

⁴⁴ Nesse começo de século XVII, o problema da fronteira na Amazônia estava longe de ser uma questão puramente diplomática, no sentido que damos hoje ao termo. Era, sobretudo, a ocupação efetiva do território e a maior ou menor capacidade de proteção militar e exploração produtiva da região que garantiam sua posse. Sobre o tema, a referência fundamental é Arthur Cezar Ferreira Reis. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Belém: Secult, vol. 1, 1993; *A política de Portugal no vale amazônico* [1940]. Belém: Secult, 1993; *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Spvea, 1959; *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Nacional do Livro, 1960.

D'Abbeville e Yves D'Evreux, em 1614. Tudo teria ocorrido no final do século XVI. Jacques Riffault e Charles des Vaux já andavam pela região, permanecendo entre os índios por tempo bastante para conhecer seus hábitos, e principalmente suas línguas. Riffault retornou logo para a Europa. Sua missão era convencer o rei Henrique IV, e outros nobres do reino, a ir fundar uma "França Equinocial" no extremo norte das terras ocupadas por portugueses. Charles Des Vaux, por outro lado, permaneceria entre os tupinambás ainda por um longo período, ganhando certo prestígio entre eles. Des Vaux era chamado entre os índios de *Itajubá*, "mão-de-ferro". Essa condição de preeminência seria fundamental mais tarde para as pretensões francesas na região.⁴⁵

Antes do começo da década de 1610, antes da veiculação dessas "estórias", foram tímidas as expedições à região. As malogradas viagens de Aires da Cunha (tendo como sócios Fernão Álvares de Andrade e João de Barros) e Luís de Melo da Silva não tiveram muito efeito.⁴⁶ E sobre a famosa expedição de Orellana, o primeiro a descer o Amazonas na década de 1540, Anthony Smith já dizia: "recebeu apoio tão inadequado que seu retorno ao Amazonas foi amaldiçoado [pela corte]".⁴⁷ Da mesma forma, foi malograda a tentativa de passar por terra a grande barreira da Serra de Ibiapaba por Gabriel Soares de Sousa e Pedro Coelho de Sousa. Todas iniciativas pessoais, na maior parte das vezes, com cabedal próprio.⁴⁸ João Francisco Lisboa já reconhecia a grande dificuldade que essas iniciativas tinham de obter um apoio maior

⁴⁵ Claude d'Abbeville. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão* [1614]. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975; Yves D'Evreux. *Viagem ao Norte do Brasil feito nos anos de 1613 e 1614*. Maranhão, 1874. Seguindo sempre a versão dos dois padres, alguns autores laicos acrescentam outros dados. Ver também: Simão Estácio da Silveira. *Op. cit.*, p. 33-35.

⁴⁶ Encontramos boas referências sobre essas expedições em: Thomaz Pompeu de Toledo Sobrinho. "Relação do Maranhão". In: *Op. cit.* pp. 34-44.

⁴⁷ Anthony Smith. *Os Conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo*. São Paulo: Best Seller, s/d, p. 55. Sobre a viagem de Orellana e a participação de seu cronista, Gaspar de Carjaval, ver: José Toribio Medina. *The Discovery of the Amazon: According to the Account of friar Gaspar de Carvajal and other documents*. Nova York: American Geographical Society, 1934 [1894].

⁴⁸ Encontramos informações preciosas sobre essas primeiras expedições particulares no primeiro capítulo de *Os Jesuítas no Grão-Pará*. Ver: João Lúcio de Azevedo. "O Descobrimento: 1500-1639". In: *Op. cit.*, pp.

da Coroa e conseguir, desse modo, “despertar os portugueses e o seu governo da sua já então habitual inércia e frouxidão”.⁴⁹

Continuando o relato, que foi repetido por vários autores após 1614: a Conquista francesa seria só efetivada com o retorno do próprio Charles des Vaux à Europa. O “mão-de-ferro” dos tupinambás acabou convencendo dois nobres, Daniel de la Touche e Francois de Rasilly, de que a aventura seria além de possível, vantajosa. Foi só em 1612 (portanto, já no governo da regente Maria de Médicis) que os aventureiros franceses conseguiram permissão para viajar. Teriam chegado ao Maranhão com muitos soldados e quatro religiosos capuchinhos. Dentre eles, Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, que narraram toda a aventura francesa na Amazônia. Construiu-se imediatamente o Forte que recebeu o nome de São Luís, em homenagem ao rei menino Luís XIII.⁵⁰

A Serra de Ibiapaba era a última fronteira, a partir da qual não havia ocupação portuguesa. A viagem dos padres da Companhia a essa ilha verde, imersa no sertão que hoje pertence ao Ceará, tornar-se-ia célebre anos mais tarde. Sobretudo, com a morte do padre Francisco Pinto, considerada a personagem principal da missão. Ela saiu da capitania de Pernambuco aos 20 de janeiro de 1607, levando consigo cerca de 60 índios de três nações: potiguara, tabajara e os conhecidos tupinambás. O percurso escolhido pelos padres foi feito, a maior parte, por terra. De Pernambuco, saíram num dos barcos que viajaria pela costa em busca de sal na capitania do Ceará. Após passarem o rio Jaguaribe, o restante do caminho seria feito a pé. Fora cerca de um mês caminhando pelas praias daquela capitania até chegarem ao rio chamado de Ceará-Mirim, a partir do qual o caminho teria de ser feito sertão à dentro. Essa é, segundo o relato de Luis Figueira, a pior parte da missão, sobretudo quando os dois jesuítas chegavam a “Serra dos Corvos”, onde parece, nos dizeres de Figueira: “que se

⁴⁹ João Francisco Lisboa. *Op.cit.*, p. 90.

⁵⁰ Sobre a difusão do relato dos padres franceses e as diferenças entre as escolhas missionárias de capuchinhos e jesuítas, ver: Andréa Daher. “Les Singularité de la France Équinoxiale: Histoire de la mission des Pères capucins au Brésil (1612-1615)”. In: Frank Lestringant. *La France-Amérique (XVI^e – XVIII^e siècles)*. Actes du XXXV^e colloque international d’études humanistes. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1998, pp. 289-313.

juntaram todas as pragas do Brasil”.⁵¹ No total, a jornada durou cerca de um ano, computando desde a saída de Pernambuco até a chegada à serra de Ibiapaba, e o fim trágico com a morte de seu superior, o padre Francisco Pinto.

Rapidamente a missão ganharia um status de movimento fundador, produzindo para a Companhia um líder (Luis Figueira) e um mártir (Francisco Pinto). Logo após o malogro da missão, Figueira mandou aos superiores de Roma umas “Advertências”, reconhecendo que do martírio de Francisco Pinto a Companhia deveria tirar grandes lições para o futuro. Entre os erros que cometeram os padres, estava a decisão de não levar soldados consigo. A missão, a partir de agora, deveria ser feita com a ajuda do governador e dos capitães, de modo que houvesse “proveito temporal para a Coroa e espiritual para a igreja de Deus”.⁵²

Pouco tempo depois, o padre Luis Figueira apressava-se em enumerar os principais fatores que impossibilitavam uma missão cristã e portuguesa naquelas terras. Clamava ele para que os problemas fossem superados com a devida urgência. Os mais importantes empecilhos eram: a grande oposição dos “tapuias selvagens” que, segundo o padre, a “ninguém perdoam a vida por coisa alguma, nem admitem pazes com ninguém”; a falta de conhecimentos sobre as estações e os rios da região (nesse sentido Luis Figueira admitia o grande erro de ter viajado, a pior parte do percurso, durante o inverno, enfrentando a dura oposição do regime de chuvas). E, Finalmente, a mais premente das providências: expulsar os “muitos franceses” que por aquela região andavam, pois a “cada dia lhe vem naus carregar de madeira, pimenta e algodão” sem serem incomodados.⁵³

Figueira também entendeu cedo o que algumas autoridades portuguesas levariam mais alguns anos: que pela localização e características geográficas, a região a

⁵¹ Luis Figueira. *Relação da missão do Maranhão....*, p. 113.

⁵² “Algumas advertências para a província do Brasil”. Roma, Biblioteca Vittorio Emanuele, Ms. Ges. 1255, n° 38. *Apud* Serafim Leite. *Luiz Figueira....*, p. 40.

⁵³ “Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da missão em Maranhão. 26 de agosto de 1609”. In: Barão de Studart. *Documentos para a história do Brasil e especialmente para a do Ceará*. Fortaleza: typ. Studart, 1904, vol.1 (1608-1625), pp. 43-44.

ser conquistada deveria ganhar, com o tempo, um *status* econômico diferenciado da capitania de Pernambuco e do Estado do Brasil. Segundo, ainda, o jesuíta:

“Ainda com tudo isto os que lá forem não podem ter comércio com esta província do Brasil, porque de Pernambuco para lá todos os ventos são em popa, e de lá não se navega para cá se não em tanto tempo, que é mais fácil ir às ilhas ou ao reino e de lá vir, de que é vir de Maranhão em direitura: isto da vinda por mar, que por terra é impossível falando moralmente”.⁵⁴

Figueira tinha já consciência da grande barreira de ventos do anticiclone do atlântico sul, que isolava a região do Maranhão do restante do Estado do Brasil.⁵⁵ Anos mais tarde, dois outros jesuítas sentiriam na pele essas dificuldades. Foram os dois padres que acompanharam Alexandre de Moura na jornada de conquista do Maranhão. Manoel Gomes e Diogo Nunes tinham ordens dos superiores da Companhia para regressar a Pernambuco logo após o sucesso da conquista.⁵⁶ Na viagem de volta, ao percorrer parte do litoral, sua nau foi surpreendida por uma ventania indo parar nas Antilhas, aportando em São Domingos, segundo o padre Manoel Gomes, no 1 de maio de 1618. Após cerca de trinta dias sem dar notícia, eram dados como mortos em Pernambuco.⁵⁷

De certa forma, a *Relação* de Luis Figueira trás fortes argumentos na defesa da idéia de que a Amazônia não poderia estar, por muito tempo, conjugada com o Estado do Brasil. Entretanto, a grande tópica desses primeiros escritos de Luis Figueira – sobretudo, após o relato da viagem à Ibiapaba – era mesmo a necessidade de conjugar

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 44.

⁵⁵ Frédéric Mauro continua sendo uma obra fundamental sobre a importância das dificuldades físicas e climáticas nas escolhas dos homens que participaram da Conquista portuguesa da América. Frédéric Mauro. “As rotas”. In: *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, vol. 1, 1989, pp. 39-55. Falaremos mais sobre essas dificuldades e do posicionamento de algumas autoridades luso-pernambucanas em torno delas no próximo tópico desse capítulo.

⁵⁶ Serafim Leite. *Op. cit.*, p. 45. In: Luiz Figueira. *Relação da Missão do Maranhão...*

⁵⁷ “Carta do jesuíta P^o Manoel Gomes que foi na armada de Alexandre de Moura ao Maranhão. 2 de junho de 1621”. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, vol. 1, pp. 284-5.

os esforços missionários com o poder bélico português. Os padres deveriam, na medida do possível, conhecer e intervir no sistema de governo, dessa forma o trabalho de conversão tornar-se-ia mais eficaz. Não se tratava, da mesma forma, de aceitar a intervenção simples dos portugueses em coisas da fé. Em muitos outros trechos do mesmo relato de 1609, Figueira deixava claro que o contato dos índios com os soldados portugueses dificultava sensivelmente o seu trabalho. Os índios demonstravam, escreve o jesuíta: “grande prazer e alegria certificados de não irem em nossa companhia portugueses”.⁵⁸ Contrariamente, na carta de 26 de agosto de 1609, enviada aos seus superiores logo após a viagem de volta à Bahia, Figueira voltava a afirmar a importância dos soldados mandados por Sua Majestade:

“Indo lá capitães del-rei como se pretende e botando os franceses fora, poderão ir os padres morar, com estas dificuldades de recurso aos superiores do Brasil; até que se façam pazes com os tapuias do caminho (que será tarde) e no caminho se terá então recurso em 3 ou 4 meses que no caminho se hão de gastar”.⁵⁹

Essa ênfase na participação dos portugueses em ações da Companhia vai se tornar, de fato, bem mais presente em textos posteriores. Entretanto, aqui já é possível visualizar a noção que aquele e outros jesuítas possuíam acerca do papel dos soldados nas Conquistas. Tal função estava longe de ser desprezível, embora não se lhes atribuisse um papel central. A força militar portuguesa deveria funcionar abrindo corredores em meio as maiores barreiras do trabalho missionário: os invasores estrangeiros e os *tapuias*.⁶⁰ Essa perspectiva não era, de modo algum, estranha ao corpo

⁵⁸ Luiz Figueira. *Relação da Missão do Maranhão...*, p. 111.

⁵⁹ “Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da missão em Maranhão. 26 de agosto de 1609”. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, p. 44.

⁶⁰ Aqui estamos nos referindo à denominação mais genérica pela qual os portugueses chamavam os índios não cristianizados. A própria noção de *tapuia* parece sofrer alterações importantes ao longo dos séculos de Conquista, embora esteja quase sempre em franca oposição à categoria de *tupi* e, às vezes, de *tupinambá*. Segundo ainda John Monteiro, o branco

da Companhia, pelo que podemos concluir de tratados como o *Diálogo da conversão do gentio* de Manoel da Nóbrega, em que defendia teologicamente a tese da conversão pela força, a partir dos tratados de Sepúlveda, como forma mais eficaz e própria aos índios do Brasil.⁶¹ Por outro lado, a idéia da experiência de Ibiapaba enquanto um momento de revelação, ocasião em que a Providencia ensinava que os padres deveriam trabalhar em cooperação com os soldados del-rei, já estava presente em textos posteriores do próprio padre Francisco Pinto. Em 1598, o futuro mártir de Ibiapaba já descrevia a missão jesuítica ao Rio Grande como um exemplo de colaboração entre laicos e religiosos, mostrando que a obra de Deus dependia também do arbítrio dos homens.⁶²

A experiência de Ibiapaba é narrada por Luis Figueira como um perfeito divisor de águas. Seu objetivo mais preciso era demonstrar o papel fundamental da Revelação Divina nas escolhas apostólicas dos jesuítas, e na relação entre a Companhia e as autoridades portuguesas. O próprio Luis Figueira deu o exemplo, tornando-se anos mais tarde conselheiro do governador do Maranhão, até a sua própria morte em 1643. Entretanto, essas escolhas não foram formuladas pelo juízo pessoal de um espírito inovador, como pensaram muitos acerca dos modelos de catequese jesuítas. Foram opções possíveis dentro das regras da própria Companhia de Jesus, embora tenham sido escolhas formuladas sob o impacto da experiência de Ibiapaba.

européu criou essa dicotomia, igualando famílias lingüísticas bastante diferentes, de modo a distinguir os grupos da zona litorânea dos grupos do sertão, menos conhecidos tanto dos portugueses quanto dos missionários. John Monteiro. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 18-29. Sobre a lógica de oposição tupi-tapuia e os "mitos" criados em torno dela, principalmente a partir dos relatos missionários, ver: Maria Cristina Pompa. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001. Sobre a construção da noção de tapuia segundo o ambiente intelectual do final do século XVIII, particularmente na obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, ver: Almir Diniz de Carvalho Jr. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2000.

⁶¹ Sobre as diversas e diferentes fases pelo qual passou o método de conversão defendido por Manoel da Nóbrega, ver: Alcir Pécora. "A Conversão pela Política". In: *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 91-115.

⁶² Charlotte de Castelnau-L'Estoile. *Op.cit*, p. 411.

Acreditamos que a relativa maior eficácia das escolhas jesuíticas em relação às outras ordens tenha uma relação íntima com uma determinada postura em relação às coisas temporais.⁶³ Figueira sabia que os missionários, afinal, necessitavam dos portugueses tanto quanto os portugueses dos missionários. Uma lição que os franciscanos (Capuchos de Santo Antônio) teriam observado pouco, tal como veremos mais adiante.

Logo no começo da Conquista, já é possível identificar fortes laços de interesses envolvendo laicos e religiosos. A presença de missionários é requisitada à exaustão nas primeiras cartas. Em 1618, o capitão Manoel de Sousa de Eça lamentava não haver naquelas terras “sacerdote e clérigo de missa sendo necessários muitos por muita a quantidade do gentio, em cuja conversão se há de trabalhar”.⁶⁴ Um ano mais tarde, o capitão Martins Soares Moreno reiterava o pedido. As “novas terras” - dizia o capitão - necessitam de “soldados”, “alferes”, “sargento” para a sua proteção; de “oficiais mecânicos”, “alfaiates”, “sapateiros”, “pedreiros” e “carpinteiros” para a sua funcionalidade e, por fim, de padre para que “confesse e sacramento aos moradores”. Disso resultaria, como afirmava logo depois o mesmo capitão, a “paz com o gentio que deve encomendar particularmente” o rei.⁶⁵

Parte da historiografia reconhece variadas fases históricas nas relações entre missionários e moradores, tendo como objeto dos conflitos entre os dois grupos, quase

⁶³ Charlotte de Castelnau-L'Estoile e Carlos Alberto Zeron mostram, por exemplo, a importância do comércio açucareiro na formulação dos primeiros projetos de conversão da Companhia de Jesus no Brasil do século XVII. Ver: Charlotte de Castelnau-L'Estoile e Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. “Une Mission Glorieuse et Profitable”. *Réforme Missionnaire et Économie sucrière dans la Province Jésuite du Brésil au début du XVII^e Siècle*. In: Blay, Michel & Brian, Éric (Dir.). *Les Jésuites dans le monde moderne. Nouvelles approches*. In: *Revue de Synthèse*. N^{os} 2-3 (abril-Setembro, 1999), pp. 335-358.

⁶⁴ “Carta de Manoel de Sousa de Eça ao rei de Portugal. Lisboa, 20 de fevereiro de 1618”. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixas do Pará. Documentação microfilmada constante do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), rolo 1 (1616-1654). Doravante faremos referência como: A.H.U-APEP, rolo 1.

⁶⁵ “Informação que presta D. Diogo de Menezes sobre alguns pedidos feitos por Martins Soares Moreno, nomeado por capitão do ceará (25 de maio de 1619)”. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, pp. 230-231.

invariavelmente, os interesses econômicos no trabalho indígena.⁶⁶ É provável, entretanto, que os laços de solidariedade entre grupos religiosos e laicos fossem além de simples vínculos políticos ou necessidades espirituais, podendo mesmo chegar ao ponto das relações financeiras. Numa sociedade sempre precária em recursos, como era a do Maranhão do século XVII, não seria inverossímil que alguns moradores pudessem servir-se das “fazendas” dos carmelitas, ou dos jesuítas, em troca de favores ou de proteção. Não raro, os pedidos por mais religiosos enfatizavam a necessidade de “sustento” dos padres que estivessem por vir. O capitão Eça, citado no começo desse tópico, lembrou ao rei, certa vez, da obrigação que o soberano teria (pelo Padroado) de oferecer todo recurso necessário aos religiosos que já residiam nas capitanias: “deve Vossa Majestade mandar consignar o que parecer bastante para ela [sustentação]. Nos dizimos daqueles Estados, os quais os Sumos Pontífices concederam aos reis destes reinos principalmente para ministros e obreiros que reduzissem e trouxessem a nossa fé o gentio”.⁶⁷ Por certo, era conhecida pelos moradores que faziam tais pedidos a capacidade que tinham aqueles padres de associar o “colégio” (local de ensino e catequese de índios) e a “fazenda” (local de fabrico de gêneros “necessários” à missão).⁶⁸ Podemos dizer que, em todo o período correspondente ao século XVII, os laços de solidariedade entre religiosos e moradores, com uma ou outra dificuldade, estariam sempre presentes, resistindo mesmo aos momentos de maior turbulência.⁶⁹

⁶⁶ Sobre como a historiografia dividiu a missão jesuítica na Amazônia em “idades” ou períodos, obedecendo a motivações e objetivos diversos, dois textos são fundamentais; ver: Rafael Chamboleyron. “Las edades de los Jesuitas: la Compañía de Jesus y la historiografia amazonica”. *Actas del congreso Internacional “Jesuitas: 400 años en Córdoba”*. Córdoba: Junta Provincial de Historia de Córdoba/Universidad Nacional de Córdoba, 1995, vol. III, pp. 95-113. ver também: Aldrin Moura Figueiredo de. “Teias da memória: a Companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX”. *Varia História*, n° 23 (julho de 2000), pp. 66-96.

⁶⁷ “Lisboa, 28 de junho de 1621”. A.H.U-APEP, rolo 1.

⁶⁸ O inspirador livro de Herman Konrad refaz o percurso dessas relações econômicas, a partir do caso da fazenda de Santa Lucía, envolvendo jesuítas e outros setores laicos e religiosos da Nova Espanha. Herman Konrad. *Una hacienda de los jesuitas en el México Colonial: Santa Lucía, 1576-1767*. Mexico: F.C.E, 1995.

⁶⁹ Assim, é possível mesmo num motim anti-jesuíta, encontrar padres da Companhia valendo-se de suas “parcialidades”. Sobre o poder das redes de alianças em momentos de extremo confronto ver: Rafael Chamboleyron. “Violências sacrílegas: os padres da Companhia de Jesus na Amazônia e o motim de 1661”. In: Bezerra Neto, José Maia & Gomes, Flávio dos

Essa foi, segundo a construção narrativa da *Relação*, a grande lição que a providência reservou aos primeiros missionários do Maranhão. Era, afinal, indispensável o auxílio militar português nas ações futuras dos padres da Companhia. Por outro lado, na medida em que as informações sobre os “hereges” invasores começavam a alarmar a Coroa de Castela, os recursos para o empreendimento começavam a aparecer. Mas, ainda eram poucos. Durante muito tempo a Conquista da Amazônia vai continuar dependendo da iniciativa e do cabedal privado. Quando finalmente foi decidida, a Jornada de ocupação portuguesa foi feita às presas e sem muito planejamento. Vamos a ela.

O cenário português: novas rotas, velhos problemas.

Muitos relatos, posteriores à primeira metade do século XVII, nos oferecem uma imagem da jornada de conquista do Maranhão em que são ressaltados tanto a segurança do comando, quanto a sincronia das ações portuguesas. A expedição de conquista fora dividida em duas armadas. A primeira delas teria saído do Recife aos 22 de junho de 1614, armada liderada pelo capitão Jerônimo de Albuquerque, fidalgo de confiança do governador do Brasil, Gaspar de Sousa. A armada de Jerônimo de Albuquerque, então capitão mor do Rio Grande, seria a principal das duas que partiram da capitania de Pernambuco com destino ao Maranhão. Era Jerônimo de Albuquerque a principal autoridade em comando. Albuquerque já estava esperando na Fortaleza do Rio Grande, quando da chegada da segunda expedição, saída aos 23 de agosto e capitaneada por Diogo de Campos. Com a segunda armada, vinham ainda Alexandre de Moura, o segundo em comando, e o sobrinho do capitão Diogo de Campos, Martim Soares de Sousa. Talvez estivesse lá, também, a segunda maior autoridade dentre as duas armadas, Francisco Caldeira Castello Branco.⁷⁰

Todo o comando da Jornada estava hierarquicamente dividido. Eram, ao todo, oito embarcações de pequeno e médio porte. Cerca de duzentos e quarenta homens,

Santos. *Sob a linha do Equador. história e histórias das sociedades amazônicas*. Belém: Paka-Tatu, (no prelo).

⁷⁰ Ernesto Cruz. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1973, p. 29.

divididos em quatro companhias. O número de índios não fora revelado, falava-se de algo como o dobro dos portugueses. Eram índios trazidos de Pernambuco, das capitanias do Ceará, do Rio Grande, e supostamente teriam parentes seus na região do Maranhão. Saídos de Pernambuco, os portugueses tinham suprimentos e artilharia o bastante para chegar ao porto do Ceará, onde já esperava outro capitão, Manuel de Sousa de Eça. Lá os navios seriam novamente alimentados para seguir finalmente até o Maranhão. As duas armadas seriam mais que suficientes para expulsar o francês invasor. Ambas também traziam missionários para os sacramentos abordo, e para a conversão do gentio da região. Eram jesuítas e franciscanos, não sem razão considerados pelas primeiras autoridades das capitanias do Maranhão e Pará, as duas melhores Ordens religiosas na arte de converter almas.

Essa imagem de organização, em parte retirada de alguns cronistas dos séculos XVIII e XIX para representar a jornada do Maranhão, parece dizer pouco sobre o que ocorrera à empresa Portuguesa na Amazônia.⁷¹ Os portugueses sabiam muito pouco sobre o caminho a seguir. Apesar das advertências de Martim Soares, o capitão mais “prático” naquelas águas, os portugueses fizeram a pior parte do caminho pelo mar, enfrentando - a todo momento - a força dos ventos alísios contrários da costa do Atlântico.⁷² Também calcularam mal o mês de saída do Ceará, chegando à Amazônia durante o regime de chuvas, já forte entre os meses dezembro e janeiro.⁷³

⁷¹ Nesse sentido, o relato mais emblemático é o de Bernardo Pereira de Berredo, ele próprio governador do Estado do Maranhão até o ano de 1718. Os *Anais Históricos do Maranhão*, influenciou, ao longo do próximo século, outras crônicas sobre o período e ajudou a cristalizar uma dada versão da jornada. A mais famosa das crônicas sob sua influência direta talvez seja a *Crônica do Brasil Colonial* de João Francisco Lisboa, obra que procurava, por sua vez, criticar muitas das posições adotadas pelos *Anais* de Berredo, embora se considerasse seu tributário. Ver: Bernardo Pereira de Berredo. *Anais Históricos do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e de tudo o que nele tem sucedido até o de 1718*. Rio de Janeiro: Ed. Tipo, s.d. Ver também: João Francisco Lisboa. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.

⁷² Apesar da primeira “Carta de ventos alísios” do oceano Atlântico (de E. Halley) datar do ano de 1688, o conhecimento das dificuldades concernentes às travessias oceânicas é bem mais antigo. De fato, até o início do século XIX, as rotas mais fáceis, utilizadas nessa travessia, não eram radicalmente diferentes daquelas utilizadas pelos navegadores da primeira metade do século XVII. Sobre a história do domínio cartográfico desse oceano, ver: Jean-René Vanney. “L’invention de l’Atlantique ou: l’océan école”. *Historiens & Geographes*. Nº 363 (agosto, 1998), pp. 75-97.

⁷³ Um interessante relato das dificuldades da Jornada é feito pelo capitão Manoel de Sousa de Eça na sua *Breve Relacion de la Jornada de la Conquista Del Marañon*. Rio de Janeiro: *Annaes da*

Não havia muitas informações sobre os invasores estrangeiros e, para completar o quadro, toda a viagem seria marcada por disputas internas entre grupos rivais, algumas trazidas de Pernambuco. Esse é o primeiro cenário criado pelos portugueses. A conquista da Amazônia foi uma tentativa de conservar esses territórios sob o domínio de Portugal, mas também foi uma ação de transferência de poderes políticos, de honras militares, de cargos de confiança, de oportunidades econômicas, coisas cada vez mais difíceis de se obter no antigo Estado do Brasil. Tanto a Jornada, quanto os primeiros anos de Conquista, foram marcados por conflitos e acordos entre as autoridades que participavam do empreendimento, incluindo aí os religiosos. Gostaríamos de convidar o leitor para uma pequena viagem pelos momentos que antecederam a própria instalação definitiva do corpo burocrático português: as primeiras necessidades e as primeiras tensões de uma sociedade que ainda estava por ser construída, no vazio exuberante da floresta.

A Amazônia era uma fronteira em todos os sentidos desconhecida.⁷⁴ Pouco se sabia a respeito de sua geografia, das rotas hidrográficas, do regime das águas, do regime dos ventos. Sérgio Buarque de Holanda, apesar de admitir que o rio Amazonas tinha condições de navegabilidade não comparáveis com as de outros rios do território luso-americano, não deixa de ressaltar que, em geral, a via fluvial parecia: “empecilho, comparável ao das florestas espessas”. De fato, nas incursões ao interior do território, poucas vezes se recorria aos caminhos fluviais, rios como o Tieté e o Anhenbi, por conta disso, permaneceram praticamente alheios ao movimento bandeirantista.⁷⁵ Da mesma forma, Irving Leonard no seu estudo sobre as grandes jornadas em território americano, admitia que nesses longos caminhos: “casi nunca había vías de água que facilitaran el avance de los viajeros”, pois pela topografia de grande parte do

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 26 (1904), pp. 281-287. [Doravante faremos referência como: ABNRJ, vol. 26, p...] Ao longo do texto iremos nos reportar a outros relatos semelhantes.

⁷⁴ Mesmo as narrativas de viagens feitas por aventureiros como Orellana e Aires da Cunha (na sua procura pelo braço principal do “Mar doce” na primeira metade do século XVI) estão repletas de informações confusas e desencontradas.

⁷⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª edição, 1976, pp. 24-25.

continente, repleta de acidentes pouco favoráveis: “las corrientes eram obstáculos en lugar de ser médios de transporte”.⁷⁶

No caso da Amazônia, não foi diferente. Durante toda a primeira metade do século XVII, percorrer esses corredores de águas era uma aventura que demandava sempre muitos homens - sobretudo guias indígenas, *línguas* - e muitas canoas. Logo no começo da aventura, em 1615, o capitão Alexandre de Moura, que coordenava os esforços portugueses de ocupação daquelas terras, admitia que os “mestres” e “pilotos” portugueses que vieram fazer a Conquista: “disseram que não tinham conhecimento nenhum dela, nem sabiam como se havia de navegar nela”, e mais: “que era certo perderem as naus e as gentes” caso fizessem a dita Conquista sem pilotos experimentados.⁷⁷ Entretanto, pela grande importância que tinha o rio na comunicação entre as capitanias, essa era uma barreira que deveria ser a todo custo superada.

Chegavam, tanto a Pernambuco quanto à Bahia, informações confusas sobre a presença francesa na região norte do Estado do Brasil. Não se sabia, ao certo, que importância dava a própria Coroa de França àquelas terras tão distantes. Não se sabia, nem mesmo, se havia franceses. De fato, até a expedição de Martim Soares Moreno - o então desaparecido navegador que saíra do Ceará e chegara às Antilhas, seguindo o curso do Rio Marañon⁷⁸ -, só se conhecia a presença francesa naquela região pelos

⁷⁶ Irving A. Leonard. *Viajeros por la América Latina colonial*. México: F.C.E, 1992, p. 17.

⁷⁷ “Auto que mandou fazer o Capitão-Mor Alexandre de Moura sobre alguns capítulos de seu regimento a que devia dar cumprimento”. Forte de São Filipe, 13 de dezembro de 1615. AHU, Conselho Ultramarino, requerimentos, maço nº de ordem 3. Apud Saragoça [apêndice documental]. *Op.cit.*, p. 224.

⁷⁸ Martim Soares de Sousa tinha, como veremos mais adiante, fortes argumentos para pedir ao rei Felipe mais “poderes” e, assim, fortalecer sua própria posição naquelas partes. As primeiras cartas desse capitão confirmavam o temor português: “Otrosi demas de las razones que dicho y alegado tengo en el dicho Rio Marañon los dichos ladrones piratas francès tienen cantidad de portugueses cautivos de los que bienindo del Brasil y de otras partes coxen en aquella costa a los quales demas de aberles quitado sus haciendas les dan muy cruel y aspera vida y finalmente los dan a los índios para que los maten y coman todo lo qual es mui grande deservicio de ambas magestades y que requiere muy breve remedio y para que tenga efecto y su Magestad del rey nuestro señor lo sepa combiene la brevedad de mi biaxe A vuestra señoria suplico asi lo Remedie y mande de la forma que tengo pedida que en ello recibirá merced el rey nuestro señor e recibiere merced con justicia . Martin Soares Moreno”. Carta Del presidente de la Española con testimonio e informacion del capitan Marti Soares Moreno, que fue a examinar el Rio Marañon, por orden Del Gobernador del Brasil”. In: ABNRJ, vol. 26, p. 154. Ver também: João Francisco Lisboa. *Op.cit.*, p. 95.

relatos de missionários, como o do já mencionado padre Figueira. Ainda em 1615 havia dúvidas sobre tal presença. Portugal, antes de sair para resgatar suas terras, queria ter certeza de que as mesmas necessitavam, de fato, de ajuda. Nada que uma rápida incursão pelos salões cortesãos franceses não pudesse resolver. Segundo uma consulta do Conselho da Fazenda de Portugal, el-rei Felipe deveria com a máxima urgência escrever:

“...ao embaixador que procure entender em segredo como se toma em França o sucesso do Maranhão, se se trata de enviar ali socorro, se é por conta de el-rei ou de particulares, e em que quantidade, e o avise a Vossa Majestade porque com a notícia que disto se tiver se irá vendo o que será necessário prevenir de cá para que por falta de forças se não deixe de acabar desta vez aquela fração em que tão interessadas estão a reputação do serviço de Vossa Majestade a conservação de seus Estados, sua real Fazenda e a de todos os seus vassallos”.⁷⁹

Por outro lado, algumas informações sobre a presença de estrangeiros europeus na Amazônia pareciam exageradas. Um dos primeiros mapas da região, feito em 1615, apresentava um quadro dramático onde os rios próximos às Guianas estariam repletos de centenas de holandeses, “anabatistas confederados”, ocupando largas áreas pertencentes às Coroas de Portugal e Espanha. Era o que dizia o ofício do Conselho das Índias que apresentou o dito mapa.⁸⁰ Também flagrante era o desconhecimento das rotas fluviais, aliado às esperanças de encontrar novas conexões, quase sempre, com as terras de Castela. No começo do século XVII, um cosmógrafo chamado D. Juan de Melo, baseando-se em certas Cartas de marear e em “notícias que daí se deduzem”, parecia convencido que:

⁷⁹ ABNRJ, vol. 26, p. 294.

⁸⁰ “Ofício do Duque al presidente Del consejo de Indias acompañandole um papel donde se avisa los puertos que los holandeses pretenden poblar entre el Maranhõn y la Margarita y explicando el mapa de estas costas que dice acompaña”. Valladolid, 27 de junho de 1615. In: ABNRJ, vol. 26, pp. 339-343.

“este Rio marañon es un brazo Del Rio de la Plata, como tambien lo es el rio de las Amazonas y estos dos rios dividen y hazen como isla el Estado del Brasil que poseen los portugueses separando a otra parte la Tierra Firme de las Índias de Su Magestad y ambos van a dar con su nacimiento en el rio de la Plata”.⁸¹

A reprodução cartográfica da América do sul cortada por um grande rio, tornando navegável o interior do continente, aparece em certos planisférios desde a segunda metade do século XVI até as últimas décadas do século XVII. Tratava-se do “mito da ilha Brasil”, a idéia, muito popular entre cartógrafos portugueses e castelhanos, de que existiria uma rota possível entre um dos braços do Amazonas (normalmente o rio Tocantins) e o rio da Prata, unindo as duas partes do Império através de uma imensa lagoa chamada *Eupana*. A popularidade dessa idéia no século XVII reflete bem a busca por uma opção fluvial que fugisse dos ventos contrários da costa atlântica.⁸²

⁸¹ “Ynforme de D. Juan de Melo”. In: “Carta Del L.^{do} D. Francisco de Texada y Mendoza, sobre la poblacion del Rio Maraion – Acompaña una “relacion de lo que parece por los ynformes que ha remitido la Casa de la contratacion, de personas practicas, sobre la poblacion que los portugueses intentan hacer, 50 leguas adentro del Rio Maraion; y de lo que contiene un memorial del padre Xptoval de Acuña, sobre el descubrimiento del Rio de las Amazonas. Fecha la carta – en Sevilla à 14 de febrero 1917”. ABNRJ, vol.26, p. 373.

⁸² Sobre o mito do Brasil insular na versão de vários cartógrafos, ver: Jaime Cortesão. “O Mito da Ilha Brasil e a Integração Territorial do Estado”. In: *Historia do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, vol. 1, 1957, pp. 339-363. Sérgio Buarque de Holanda contesta, no entanto, a teoria central de Jaime Cortesão acerca das supostas motivações históricas que engendraram o mito do Brasil insular. Para Sérgio Buarque, a idéia de que a criação e difusão da ilha Brasil fizesse parte de um projeto português, pensado com o objetivo de incentivar a ocupação do interior da América portuguesa, diz pouco sobre as variadas lógicas possíveis à criação do mito. É, segundo Sérgio Buarque, um “*logificatio post eventum*”, deleitosa para imaginações, mas de escasso préstimo para o conhecimento do passado”. Sérgio Buarque de Holanda. “Um Mito Geopolítico: A Ilha Brasil”. In: *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, pp. 61-84. Evidentemente, não se pode pensar o “mito da ilha Brasil” enquanto uma criação conscientemente planejada, com objetivos pragmáticos a médio e longo prazo. Entretanto, é inegável que a própria proliferação do mito no século XVII, momento em que alguns portugueses sonhavam em participar do comércio castelhano, servia bem aos propósitos expansionistas lusitanos, embora não fosse exatamente criado com esse “propósito original”.

Não se sabia muita coisa sobre aquela região específica ao norte do Estado do Brasil, todas as informações eram valiosas. Quando os tais franceses foram finalmente encontrados, os portugueses tiveram de seguir os seus “práticos”, os únicos pilotos que conseguiam navegar por aquelas águas. Os portugueses eram guiados pelos próprios invasores entre os desconhecidos bancos de areia, o pesadelo da navegação amazônica. Era prudente evitar, sobretudo, a navegação noturna e os barcos grandes: essas eram advertências dos experientes franceses que tinham, por sua vez, aprendido dos seus aliados nativos.⁸³

A conquista portuguesa da Amazônia não foi uma tomada de assalto aos franceses, e não o foi exatamente pela importância que os invasores ganharam como os primeiros guias dos portugueses, e intermediários entre eles e os índios da região. A conquista foi antes uma negociação relativamente pacífica, para os padrões da época. O próprio regimento de Gaspar de Sousa previa o pagamento de uma indenização aos piratas franceses, em função dos gastos que fizeram em terras portuguesas. Em relatório enviado ao rei Felipe, o capitão Alexandre de Moura, que ficaria conhecido depois como o primeiro conquistador do Maranhão - título que disputava, na memória da Conquista, com Jerônimo de Albuquerque - lamentava exatamente a idéia de se “pagar a corsários o que eles mal tinham feito em suas terras [as do rei de Portugal] e a má posse e injusto título com que possuíam, achando com forças bastantes para com brevidade os poder sujeitar”. O capitão Moura parecia claramente decepcionado com o desfecho pouco bélico da expulsão dos corsários.⁸⁴ Alexandre de Moura demonstrava isso sempre que podia.

⁸³ Moura, nesse sentido, dizia: “ser conveniente mandar alguma gente a tomar o conhecimento daquelas paragens, para assim ficar criando pilotos e o que necessário fosse, e porque para isso tinham prestes Mos. De Vaux, francês grande língua prático da terra e muito conhecido dela e outro piloto francês, os quais com os navios pequenos se atreviam a levar lá a gente, assentaram todos que o do capitão-mor mandasse fazer a dita jornada, pela pessoa que para isso lhe parecesse suficiente, e que em nenhuma maneira fosse ele, porque não convinha, o qual disse que elegia”. “autos que mandou fazer o Capitam Mor Alexandre de Moura sobre alguns capítulos de seus regimentos a que devia dar cumprimento”. ABNRJ, vol. 26, p. 239.

⁸⁴ “Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição a Ilha do Maranhão e expulsão dos francezes”. Lisboa, 24 de outubro de 1616. [versão de 1899]. “Autos de diligencia, requerimentos e outros documentos copiados do Conselho Ultramarino referentes à

Os comentários que chegavam ao Estado do Brasil, mormente Pernambuco e Bahia, e de lá para Portugal e Espanha, davam conta da presença de um número considerável de estrangeiros, entre franceses, holandeses, ingleses e irlandeses. Mesmo o distante reino de Florença parecia ter interesse nas possibilidades comerciais da região. Os projetos toscanos de comércio com o rio chamado “dell’Amazone”, na costa norte do Brasil, constam das cartas do grão-Duque da Toscana Fernando I (1587-1609), assim como dos relatos de seu navegador oficial, o inglês William Davies.⁸⁵ Por conta do crescente interesse estrangeiro, aumentava proporcionalmente o esforço e o interesse pelo reconhecimento cartográfico das rotas e dos canais feito por navegadores espanhóis e portugueses. Por conseguinte, a preocupação acerca das potencialidades econômicas da região ganhava um papel importante nas *crônicas* e *relações* escritas por autoridades laicas após 1614.

O grande temor, expresso em muitas dessas crônicas, tinha como tema o pretenso conhecimento desses estrangeiros das possíveis conexões que podiam ligar o comércio amazônico ao atlântico pelo delta do Rio Pará. O medo de perder uma nova e promissora rota está presente, por exemplo, na famosa *Relação do que ha no grande Rio das Amazonas novamente descoberto*, texto encomendado ao capitão André Pereira sobre a Conquista do Maranhão. O maior motivo de preocupações, segundo aquele capitão, era o “inimigo holandês” que já andava produzindo açúcar, com o qual “carregavam alguns navios com o mais que a terra da de si”.⁸⁶ Outro capitão, Manoel de Sousa de Eça, preocupava-se com o maior conhecimento dos estrangeiros acerca das possíveis rotas ao longo do Rio-Mar: “Los estrangeros que ali van”, escreve Eça, em 1615: “cargan tabaco, grano, o trigo, buenas maderas, mucha tierra en pipas”, acrescentando depois: “porque este rio va dar ao Peru, y se tiene que es todo navegable, que lo sea

permanência dos franceses no Maranhão e demais assuntos a respeito da administração na referida capitania”. BNRJ, II-32, 18,21.

⁸⁵ Carlos Alberto Ribeiro Zeron & Carlos Ziller Camenietzki. “Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda: Documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608”. *Revista de História*, nº 71 (1967), pp. 61-84.

⁸⁶ “Relatório que fez o capitão André Pereira sobre o rio das Amazonas e terras circundantes”. In: *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*, t. 1, p. 5-8 Apud Saragoça. *Op. cit* [apêndice documental], p. 228.

trecientas y tantas leguas, se save de personas que ya lo navegaron, y podra el inimigo irlo conquistando e poblando".⁸⁷

A preocupação desses navegadores portugueses não era sem razão. O Peru, tal como nos informa Pierre Chaunu, se confundia entre os europeus com as próprias Índias de Castela e na realidade representava cerca de 50% dela.⁸⁸ O Peru também fazia a custosa ligação entre o Pacífico e o Atlântico (de Lima para os portos do Panamá), e o tráfico de mercadorias realizado no seu trecho atlântico - chamado de *Tierra Firme*, em oposição à região das Ilhas do mar do Caribe - era um dos mais importantes de toda a conexão Sevilha-América.⁸⁹ A idéia de que os estrangeiros pudessem constituir um comércio inter-regional regular entre a Amazônia castellana e a Espanha, passando pelos domínios de Portugal, era uma possibilidade verossímil.⁹⁰ Em consulta do Conselho da Fazenda, em 1615, essa perspectiva já aparecia no horizonte de preocupações do governo castellano:

"Tambien se apunta en esta consulta que Olandeses e Ingleses cominciavan a tratar en el rio de las Amazonas dice el consejo que este es el negocio mas importante que de presente se ofrece por ser aquel Rio el limite que divide el Estado del Brasil del Peru que conviene tratar del negocio al mismo tiempo que lo del Marañon".⁹¹

⁸⁷ "Derrota Del Rio de las Amazonas, dada por el capitan Mannuel de Sosa Dessa al Senor Virrey". ABNRJ, vol. 26, p. 278.

⁸⁸ Pierre Chaunu. *Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 175.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 177.

⁹⁰ Aqui não parece ter sentido a divisão que algumas vezes se faz entre três tipos de rotas intra-americanas: a rota dos "aventureiros" (rota fluvial que sairia das terras paulistas até o Paraguai); a rota do "contrabando" (marítima, que sairia do litoral sul até o porto de Buenos Aires); e, por fim, uma pretensa rota da "curiosidade" (que daria conta das tentativas fluviais de se passar ao Peru através do rio Amazonas). Ver: Antonio Carlos Robert Moraes. *Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 347.

⁹¹ "Pareceres do Conselho de Estado da Hespanha a respeito da empresa do Maranhão. 1615". Cópia manuscrita de 1905. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, II-32, 18, 25. [Doravante faremos referência como: BNRJ...].

Não é por acaso que muitas das rotas fictícias, encontradas nos primeiros planisférios da América, além de ligarem o Amazonas ao rio da Prata, como dissemos, também construíam um corredor navegável entre o Amazonas e a parte atlântica e mais economicamente rentável do Vice-Reinado do Peru, a “Terra Firme”. De fato, parece que as Antilhas sempre estiverem presentes no imaginário dos navegadores portugueses, que as identificavam com a lendária ilha das *sete cidades*, o abrigo dos bispos cristãos supostamente expulsos da península pelas invasões mouras do século VIII.⁹² Apesar da ainda evidente negligência em relação aos canais fluviais da Amazônia, alguns conselheiros de Castela já reconheciam a posição estratégica da região a ser conquistada. Esta, diziam, era “matéria mui grave e que pede que não dilate o remédio” por ser aquele rio (o Amazonas) o limite que “divide os Estados do Brasil e do Peru”, e por ele ser possível: “entrar no mais interior daquela província”.⁹³

Se a região fosse tomada por estrangeiros, perder-se-ia de imediato qualquer possibilidade de articulação entre as duas partes da América Ibérica. Essa rota, de fato, só seria melhor conhecida, ou desmistificada, a partir do final da década de 1630, com a viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito. Entretanto, a aparente rapidez com que os estrangeiros reconheciam a importância desse comércio motivava incursões portuguesas anteriores. As várias viagens exploradoras realizadas por portugueses tinham esse sentido prático: conhecer, registrar, conquistar e criar opções comerciais que pudessem, na medida do possível, fugir das barreiras naturais que separavam o Brasil da região a noroeste da capitania do Ceará. Na maioria das vezes, como já foi dito, essas expedições eram financiadas com recursos privados. Evidentemente, essas ações particulares faziam questão de serem reconhecidas, mais tarde, pela Coroa e acabaram por compensar o desinteresse de Castela pela Conquista do Maranhão.

Quando, em 1626, o capitão português Simão Estácio da Silveira prometeu reduzir o tempo de viagem do Peru à Castela - de dez meses para apenas quatro -, esse capitão ainda lamentava os progressos que estrangeiros tinham feito acerca da passagem dos rios da Amazônia para o oceano: “Las contrarias naciones estan peritas

⁹² Samuel Eliot Morison. *As Viagens Portuguesas à América*. Lisboa: Teorema, s.d. [1940], p. 14.

⁹³ *Idem, ibidem*. Ver também: ABNRJ, vol. 26, p. 294.

em passar al mar del sul”, dizia resignado o capitão, acrescentando ainda que: “estos enemigos son tan señores del mar, que por los dichos estrechos y por el viaje del cabo de buena esperança infestan todos aquellos mares, y con lo que ellos comercian y roban se hazem cada dia mas poderosos”. A proposta do capitão era substituir o antigo trajeto que se fazia pelas Barramas e Bermudas - perigoso e demorado - onde os navios aguardavam cerca de dez dias só de espera em Havana, obedecendo o regime dos ventos. Tal percurso seria substituído com vantagem, segundo o capitão Estácio, pelo trajeto feito no interior dos rios do Maranhão, seguindo naturalmente o regime das águas fluviais que deságuam no Atlântico sul.⁹⁴ Essa não foi a primeira vez que Simão Estácio da Silveira tentava convencer el-Rei Felipe das conveniências de se integrar a Amazônia ao comércio oceânico. Em 1624, ele argumentava que pela posição dos ventos, distância dos portos do Brasil e “abundância de tudo” no Maranhão, a região seria a melhor escala para os navios que faziam a rota entre Angola e as Índias.⁹⁵

Ao mesmo tempo em que os oficiais portugueses tinham plena consciência do melhor preparo dos navegadores estrangeiros, esses últimos demonstravam ter ciência das limitações dos portugueses, principalmente no que diz respeito aos rios da região. A chegada das naus lusas teria sido narrada, na versão francesa, não como uma derrota dos oficiais do rei menino Luis XIII, mas como a salvação dos vassalos de D. Felipe. De novo, é Alexandre de Moura quem nos informa. Segundo aquele capitão, os acordos que o conquistador Francisco Caldeira Castello Branco fechava com os generais franceses eram de todo desfavoráveis à Coroa portuguesa, já que ele desconhecia o caminho mais seguro a seguir. Os franceses zombavam ainda da falta de conhecimentos básicos dos navegadores portugueses. Segundo o capitão Alexandre de Moura, os generais franceses diziam que: “Deus queria mostrar milagres a nós [portugueses] e que totalmente se a armada não chegara naquela ocasião se perdera

⁹⁴ “O capitão Simão Estácio da Silveira oferece os seus serviços ao monarca espanhol, dizendo que através de um dos rios do Maranhão seria possível diminuir para quatro meses a duração da viagem do Peru para a Espanha, que até ali levava nove a dez meses” Madrid, 15 de junho de 1626. In: Saragoça. *Op. cit* [apêndice documental], pp. 257-258.

⁹⁵ Simão Estácio da Silveira. *Op. cit.*, p. 38.

nossa gente assim por respeito do incêndio que lhe abrasava todas as armas e munições, estando como estavam na ilha contingentes dos franceses, como pelos bandos e dissensões que entre todos havia”.⁹⁶ E o próprio Daniel de La Touche, comandante general dos franceses, dizia com tom professoral que, dos quatro anos que no Maranhão viveu nunca tinha visto tamanho risco cometido pelos portugueses, navegar:

“sin llevar pilotos praticos daquela costa y entrar contra marea en que parece aver sido gran aventura no se perder algunas de sus embarcaciones por lo muchos baxos y corrientes de agua, las quales mui furiosas que quando despues salimos en su naue para el Brasil nos llevaram mui cerca de los baxos que estan a giravento en que nos vimos de noche apretados”.⁹⁷

O sargento-mor Diogo de Campos também confirmava ser de grande espanto do general francês, Daniel de La Touche, a rota escolhida pelos portugueses para chegar ao porto de São Luís: “Viagem contra todo o tempo”, dizia o sargento-mor, reproduzindo a fala irônica do general francês.⁹⁸ Os franceses já sabiam que um dos problemas principais da navegação amazônica era, como ainda o é, calcular a velocidade da viagem em relação ao momento da mudança da preamar para baixa-mar. O desconhecimento desse ritmo fluvial pode significar a diferença entre a vida e a morte, e tornava-se mais dramático à medida que os barcos se aproximam do delta

⁹⁶ “Auto que mandou fazer o Capitam Mor Alexandre de Moura, por bem de seu cargo E serviço Del Rei E sobre as cousas conteúdas nele”. In: ABNRJ, vol. 26, p. 213. Em outro momento, o próprio Jerônimo de Albuquerque confirmava o estado das embarcações portuguesas chegadas ao Forte de S. Luís: “Digo eu Jerônimo d’Albuquerque capitão-mor desta Conquista do Maranhão por Sua Majestade que é verdade que por respeito da passagem que fiz do Forte de Santa Maria a esta ilha aonde habitam os franceses e seus aliados e por fogo que me deu no quartel, a que não houve nenhum Remédio de salvar coisa alguma e algumas armas e a pólvora ficou de tal modo o meu campo necessitado e morto de fome e pobre que a não chegar os senhores capitães Alexandre de Moura nesta ocasião, com grande socorro que trouxe nos perdemos todos e por verdade dei este por mim feito e assinado, hoje, 6 de novembro de 615 anos”. *Idem, ibidem*, p. 219.

⁹⁷ “Certidão do francês”. In: ABNRJ, vol. 26, p. 225.

⁹⁸ “Certidão do sargento mor Dyogo de Campos Moreno”. *Idem, ibidem*, p. 219.

formado pelos rios Pará e Amazonas. A partir daí, os canais começavam a formar perigosos labirintos naturais. Essa situação era agravada consideravelmente durante o mês de dezembro, o “inverno amazônico”. As chuvas nesse período tornavam-se mais constantes, oferecendo aos navegantes desavisados um véu branco tão profundo e envolvente quanto mortal. Os portugueses também perdiam bastante tempo tentando encontrar sinais deixados por outros navegadores - “sondas balizas” – sobretudo estrangeiros. Os portugueses navegavam por aqueles rios como um leitor que lê em braile.⁹⁹

Os testemunhos desses primeiros anos de Conquista começavam, não sem muita tensão, a tentar definir um espaço político maranhense. Falando sobre a nova Conquista portuguesa no extremo norte, Gaspar de Sousa, ex-governador do Estado do Brasil, escreve: “o Maranhão é um novo mundo que Deus foi servido mandar a V. Majestade”.¹⁰⁰ Outras vezes, o próprio Gaspar de Sousa queixava-se do pouco interesse da Coroa de Castela acerca das possibilidades das novas Conquistas. Em carta enviada ao rei Felipe, em 1614, o governador do Brasil lamentava que em uma certa provisão sobre o comércio de pau-brasil não constasse nada acerca do dito Maranhão: “como se Vossa Majestade ou não mandara fazer a conquista ou eu não tivera escrito tantas vezes sobre ela”. E dizia mais que as “esperanças de riqueza” das novas terras já eram sabidas de muitos e não conquistá-las tinha como prejuízo,

⁹⁹ Esta foi a técnica utilizada em parte da viagem de Alexandre de Moura: cada novo navegador que passava deixava um sinal, denunciando a profundidade das águas e o caminho a seguir. É o que nos diz o “requeteiro” do capitão-mor Manoel Gonçalves, demonstrando novamente a falta de “práticos” portugueses para aquela navegação: “Certifico eu Manoel Gonçalves Requeteiro-mor da Armada do Maranhão, e da capitania dela que havendo chegado ao porto da Perea com toda a Armada junta a salvamento mandou o capitão-mor Alexandre de Moura um barco de aviso com gente a Jerônimo de Albuquerque com mantimentos e munições, ao qual deu ordem fossem sondando todos os canais por dentro das ilhas para se saber se podia a Armada ir por eles, e que trouxesse pilotos que houvesse no arraial, para com eles se fazer o caminho mais fácil e juntamente mandou uma lancha com pilotos da Armada que fossem sondar os canais até a ilha de Santa Ana, e de lá tornassem por dentro das ilhas e tornando a lancha que chegou até Arraial nela veio o Francisco Caldeira Castello Branco com dois pilotos portugueses que nenhum se atreveu a levar a Armada, nem por dentro, nem por fora e perguntado a Francisco Caldeira se havia outros que soubessem, disse os mandara pedir ao general francês, e que sem dúvida viriam logo ou os achariam na ilha Santa Ana”. *Idem, ibidem*, p 223.

¹⁰⁰ “Lembranças que fez Gaspar de Sousa q. foi Governador do Brasil sobre o que convinha a conquista do Maranhão”. (1617?). In: Barão de Studart. *Op. cit.*, pp. 124-130.

segundo a mesma carta: “perder a comunicação de todo aquele trânsito por terra dali até Peru”.¹⁰¹ Esta era decididamente a rota mais fácil conhecida entre as duas partes do Império.

A Amazônia, na verdade, era uma fronteira que se anunciava aos olhos de um reino que mal conseguia disfarçar as esperanças de erguer-se a partir das Conquistas do Oriente. Apesar de um renovado interesse por capitânias atlânticas como Bahia e Rio de Janeiro, desde o final do século XVI, as Índias orientais continuavam sendo as favoritas até mesmo para os missionários, que sempre concentraram os esforços apostólicos naquelas terras. Frédéric Mauro, por exemplo, identifica o início da crise do comércio oriental - e as sucessivas tentativas de transferência desse comércio para o Atlântico - com a assunção dos Filipes e os problemas com as invasões holandesas no nordeste do Estado do Brasil.¹⁰² Pearson, também, considera o início do governo filipino como marco da mudança da política de privilégios em relação à Índia, embora admita que o interesse pelos territórios asiáticos “sofreu flutuações” ao longo do período filipino, pela relativa autonomia dos interesses portugueses.¹⁰³ Portugal, no começo do século XVII, ainda tem na lembrança o apogeu mercantilista dos reinados de D. Manuel e D. João III. A relativa falta de curiosidade dos portugueses sobre seus próprios domínios na Amazônia, e a negligência espanhola em relação aos possíveis ganhos das suas conexões oceânicas eram fortes indicativos dessa carência de ânimo conquistador. Só nos é familiar aquilo que, de algum modo, nos interessa.

Embora a conquista do Maranhão fosse sempre obra de iniciativas individuais, não se pode deixar de ver nelas tentativas de integração da Amazônia numa economia atlântica. Luiz Felipe de Alencastro localiza o interesse pela Amazônia a partir do final do século XVII e principalmente ao longo do século XVIII, relacionando-o com

¹⁰¹ “Carta de Gaspar de Sousa a El-Rei queixando-se de ser tratado de modo diverso do que merece por seus serviços e procedimento. Ocupa-se da jornada do Maranhão e da carga do pau-brasil. 20 de agosto de 1614”. In: Barão de Studat. *Op.cit.*, p. 102-3.

¹⁰² Frédéric Mauro. *Op. cit.*, pp. 28-9.

¹⁰³ M. N. Pearson. *Os Portugueses na Índia*. Lisboa: Teorema, s.d. [1987], p. 76.

emergência do tráfico negreiro na região.¹⁰⁴ Contudo, o medo da perda desses territórios fez com que, pelo menos, o interesse pelas rotas atlânticas fosse bem mais prematuro e não necessariamente estivesse atado ao tráfico negreiro, como podemos perceber pelas várias propostas apresentadas ao rei Felipe nas primeiras duas décadas do século XVII. Castela, por outro lado, mantinha-se impassível quanto a essas diversas possibilidades. Muitas autoridades queixavam-se de sua letargia. Em 1619, por exemplo, os *homens bons* da câmara de São Luis relatavam ao rei Filipe a situação de miséria em que se encontravam. Reconheciam, na mesma carta, que o único remédio para a carência generalizada daquelas partes era Castela proceder com o mesmo zelo que procedia nas Índias, suprimindo aquelas capitanias de homens, instrumentos e principalmente escravos, que podiam ser trazidos de outras partes do Império:

“São estas províncias do Maranhão capazes de enriquecer em poucos anos quanta gente há em Espanha. E muito mais e para isso será muito conveniente que venham embarcações com que se possa vadear o muito que há que descobrir e lograr o que está descoberto e assim serradores e a servirem os índios por administração como nas Índias e o muito que importa a esta Conquista que os revéis sejam cativos e que se não inovem as ordens sobre isso dadas por não dar ocasião a haver novas inquietações entre índios e perturbação dos mesmos e que venham a terra criações como são vacas, cabras, ovelhas, éguas, porcos, que facilmente podem vir assim do Brasil como de Cabo Verde e que pelos pagamentos dos soldados venham a

¹⁰⁴ Segundo Alencastro, as tentativas de inserir a Amazônia nesse mercado Atlântico teriam uma íntima relação com o processo de transferência de parte do comércio asiático para a América. Segundo ainda o autor: “Na Amazônia, onde a colonização camponesa não integrava o quadro de opções definidas pela Coroa e pelo capitalismo comercial português, o incremento da agricultura de exportação vem acoplado com as primeiras operações de trato negreiro. Para enlaçar a economia amazônica à metrópole, as autoridades deviam primeiro atá-la ao mercado africano”. Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 141.

terra alguns escravos da Guiné que de Angola e dos rios podem vir baratos".¹⁰⁵

Fato extraordinário, lembrado por vários autores, é o de que a nação mais pobre do casamento entre as duas Coroas ibéricas, aquela que explorou mais tardiamente a região, e que tinha um papel hierarquicamente secundário na União das Coroas, tenha ficado com a maior parte da ocupação total da bacia amazônica. De um lado, o desinteresse de Castela, de outro, os interesses privados das grandes autoridades envolvidas na aventura. De fato, mesmo a Coroa portuguesa só manifestou um maior interesse pelo conhecimento dos rios da região a partir da primeira metade do século XVIII, com as tentativas de inserção do Rio Madeira no comércio inter-regional e Atlântico.¹⁰⁶ O próprio rio Madeira, entretanto, só ganharia uma representação cartográfica a partir da década de 1740.¹⁰⁷

Vamos por etapas. Em primeiro lugar, os portugueses que foram fazer a Conquista estavam divididos em grupos que mantinham as rivalidades trazidas do Estado do Brasil. Os primeiros conflitos, e mesmo os primeiros motins, eram acertos de contas mal resolvidos principalmente em Pernambuco. Essa forte relação que as autoridades maranhenses mantinham com as capitanias do norte do Brasil explica, em parte, a turbulência dos primeiros meses de Conquista.

O testemunho de vários dos oficiais envolvidos na conquista do Maranhão, inclusive oficiais franceses, parece indicar que o capitão Jerônimo de Albuquerque, além de problemas com o clima, teria sofrido uma tentativa de motim quando sua nau se aproximava do objetivo, da cidade ocupada: São Luís. A frota que deveria negociar

¹⁰⁵ "Carta dos camaristas de S. Luiz do Maranhão a El-Rei narrando a instalação do lugar e serviço que vai fazendo. 9 de dezembro de 1619". In: Barão de Studart. *Op. cit.*, p. 237.

¹⁰⁶ O oitavo capítulo da tese de Patrícia Sampaio refaz o percurso dessas tentativas. Patrícia Maria Melo Sampaio. *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755-1823*. Niterói: Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2001.

¹⁰⁷ De fato, a primeira versão cartográfica do rio Madeira, segundo Roberto Monteiro de Oliveira, seria aquela feita por José Gonçalves da Fonseca, em 1747. Ver: Roberto Monteiro de Oliveira. *A Cartografia da Amazônia Colonial e a Definição de suas Fronteiras*. Rio Claro: Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, 1984, p. 132.

a saída dos franceses, a primeira a chegar à região, foi exatamente esta comandada pelo Albuquerque. Logo depois viria uma outra em seu socorro, esta liderada por Alexandre de Moura, que deveria seguir para conquistar o Rio Pará, a próxima etapa da ocupação portuguesa da região. A oposição sofrida por Albuquerque não foi coisa de momento. Se não bastassem os tapuias e o inimigo estrangeiro, o conquistador tinha contra si os desafetos políticos trazidos de Pernambuco.

A conquista, de fato, estava longe de ser uma mobilização militar organizada, rigidamente hierarquizada ou longamente planejada. Essa situação de imprevisto e improvidência era reconhecida pelos próprios oficiais envolvidos no empreendimento. Ainda em junho de 1615, um número relativamente grande de oficiais, incluindo nomes como Martin Soares Moreno, Pedro Teixeira, Cristóvão Vaz de Bitencour, entre outros, mandaram um requerimento ao capitão Castello Branco pedindo, em nome do bom andamento da conquista e de seu “desinteressado zelo do serviço de Sua Majestade”, que em toda a razão deve “antepor ao particular”, que aceitasse “assistir em este dito presídio e ser adjunto e colega do Senhor capitão mor Jerônimo de Albuquerque para juntamente com ele tratar do que é melhor para o que mais convém ao serviço de Vossa Majestade”.¹⁰⁸

Por conta do confronto envolvendo Jerônimo de Albuquerque e Francisco Caldeira Castello Branco, a negociação com os franceses se tornava por vezes confusa. O próprio La Touche queixava-se da inconstância do comando português: “los cuales tan pouco no tenian cosa con que poderme complir nada do que me prometiam”. Ora diziam uma coisa, ora queriam outra. Entretanto, parte dos ganhos obtidos por aquele francês deveu muito a essas idas e vindas de ordens e autoridades.¹⁰⁹ Em certo

¹⁰⁸ “Treslado do requerimento que fizerão alguns officiaes, e soldados desta conquista ao capitão mor Francisco caldeira Castello Branco a efeito, de que fosse adjunto, e colega do capitão mor hieronimo Dalbuquerque”. ABNRJ, vol. 26, p. 207.

¹⁰⁹ Dizia, ainda, o mesmo La Touche: “Digo que és verdad que yo fui contragido a hazer nuevos acordos con los portugueses del Marañon, a saber Hieronimo de Albuquerque y Francisco Caldeira de Castel Blanco, porque me temy que tratabam de me romper la palabra de nuestras treguas que hize con el mismo dalbuquerque y con Diego de Campos Moreno y como yo esperaba la resolucion, que de razon devia de venirme de Francia, o de espanya por el dicho de Campos, claro queda, que me convenia non romper con ellos, y assy me estava siempre mejor tratar de acuerdos que me dilatasse principalmente, quando no tenia sobre my força, que

momento, à revelia dos acordos previamente estabelecidos com o primeiro grupo de portugueses, Castello Branco mudou o rumo das negociações, prometendo aos franceses vantagens em relação ao acordo realizado com Jerônimo de Albuquerque. Parte dos soldados, no entanto, questionou as vantagens dessas novas negociações. O sargento Pedro Lobato, por exemplo, afirmou claramente que “os concertos que havia feito [Castello Branco] (...) tudo burlaria [o general francês]”.¹¹⁰ Alguns oficiais intermediários, deveriam tomar uma difícil decisão ante a possibilidade da perda total do comando: seguir a hierarquia, embarcar numa aventura tomada por ódios incontidos, ou amotinar-se e emendar por conta própria as “falhas” da jornada? Ambos, por certo, tinham as suas vantagens.

Desse modo, a preocupação maior de muitos desses homens era, exatamente, com esse clima de insubordinação reinante, e com os danos de um possível confronto direto entre os partidários dos dois capitães: Jerônimo de Albuquerque e Castello Branco. O capitão de infantaria João de Sousa Darmonre retratou a situação com cores mais dramáticas. Darmonre escreve que:

“Quando chegou Francisco Caldeira Castello Branco com o socorro de Santa Maria deu grandes entendimentos a todos os soldados e assim aos franceses de trazer muitos poderes com que se puseram muitos soldados de sua parte, donde houve parcialidades que puseram em risco o exército de levantamentos, que entendo que não esteve em mais o negócio que arrancar-se uma espada, onde pudera haver muito dano entre nós e ouvi dizer se tocara uma caixa por parte da guarda do capitão Jerônimo de Albuquerque por haver muitos ajuntamentos e andando as coisas como desta maneira, passou

obligarme pudisse, por lo que tratando de siempre de my conservacion y de mi palabra...”. Forte de São Luis, 26 de novembro de 1615. In: ABNRJ, vol. 26, pp. 225-226.

¹¹⁰ ABNRJ, vol. 26, p. 215.

Francisco Caldeira de Castello Branco [a] tratar de concertos com o general francês..”.¹¹¹

A conquista do Grão-Pará e Maranhão resultou de iniciativas tomadas por oficiais e autoridades pernambucanas ou luso-pernambucanas. De fato, não havia um projeto muito claro, além da premência de uma ocupação imediata. É marcante, nesse processo, a iniciativa de capitães exploradores como Martins Soares Moreno, Simão Estácio da Silveira e mesmo de representantes diretos do rei, como Gaspar de Sousa. Homens ligados politicamente a Pernambuco, ganhavam notoriedade pela grande propaganda que faziam das possíveis riquezas e oportunidades políticas e comerciais das novas Conquistas. Sempre contavam com pouco ou nenhum apoio financeiro da Coroa, mas eram homens de cabedal que tinham, alguns deles, boas relações com capitanias próximas ao Maranhão. Muitos deles tinham a experiência de governar ou participar da administração de outras capitanias “criadas” por Pernambuco, tais como a Paraíba, o rio Grande, ou o próprio Ceará de Martim Soares Moreno. Muito da experiência de conquista de outras partes do Império foi utilizada no processo maranhense, trazendo muitos benefícios, e alguns inconvenientes.

Temos essa primeira idéia fundamental: a conquista do Maranhão foi um ato improvisado, fruto de variados interesses que nem sempre estavam em acordo. Embora tenha sido dessa forma, a Jornada contava com um articulador geral, poderoso, influente e experiente nas cousas da *res publica*. Foi o governador do Brasil, Gaspar de Sousa, um dos grandes responsáveis pelo empreendimento, organizando diretamente todos os setores desse grande negócio. Não foi um processo fácil esse de criar uma nova unidade de um Império já tão dilatado. Entretanto, tal tarefa parecia trazer algumas tentadoras vantagens... Vale a pena discutir parte dessa trajetória.

O cenário político: Gaspar de Sousa negocia um novo Estado.

No avanço português pelos temas amazônicos, poucas iniciativas políticas individuais eram comparadas às de Gaspar de Sousa, então governador do Brasil. Pelo

¹¹¹ “certidão do capitam João de Sousa Dormonte”. ABNRJ, vol. 26, p. 212.

menos, em parte, a configuração política dos novos territórios deveu-se a ele. A geografia política das capitanias do Grão-Pará e do Maranhão, a distribuição dos poderes entre as famílias que vieram de Pernambuco e estabeleciam-se como novos clãs na Amazônia, a idéia de que a nova fronteira portuguesa deveria possuir uma disposição burocrática e administrativa próprias, tudo isso era fruto da negociação e de conflitos entre Gaspar de Sousa, seus afilhados ou aliados, e os demais grupos que fizeram parte da aventura amazônica.

É certo que D. Diogo de Menezes, já em 1612, considerara a Jornada do Maranhão como “importantíssima e de necessidade” para a Fazenda Real. Entretanto, o mesmo governador procurava conter a euforia e limitou os gastos com o empreendimento. A jornada se há de fazer, dizia, desde que o “cabedal não seja muito senão moderado”, e concluía: “porque a gente que se há de conquistar se há de levar mais por invenção que por força, pois o que se conquista são suas vontades”.¹¹²

Menezes, ao tempo que foi governador, nunca concebeu a possibilidade do Maranhão vir a ser um outro Estado, diverso e independente do Brasil. Anos antes, em 1609, ele já havia protestado contra qualquer possibilidade de divisão de sua jurisdição sobre o Brasil. Nesta ocasião, a pretexto de melhor organizar o comércio das minas de ouro, o rei Filipe passara as capitanias do Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro para o controle de D. Francisco de Sousa.¹¹³ “Vossa Majestade me mandou viesse servir a este Estado sem me declarar nenhuma separação”, escreve Menezes, concluindo mais tarde: “as verdadeiras minas do Brasil são açúcar e pau Brasil”, com os quais Sua Majestade tinha grandes lucros com pouco gasto de Fazenda, como lembrava sempre.¹¹⁴

¹¹² “Carta de Diogo de Menezes, feita em a Bahia a 1 de Março de 1612”. In: ABNRJ, vol. 26, p. 310.

¹¹³ A carta patente que criou o cargo de governador da Repartição do Sul é de janeiro de 1608. Ver Graça Salgado. *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 418.

¹¹⁴ “Carta para El-rei sobre a chegada de D. Francisco de Sousa a Pernambuco, sobre a separação das Capitanias do sul, que considerava agravo à sua honra, pelo que esperava da real clemência que lhe fizesse as mercês merecidas...” Bahia, 22 de abril de 1609. ABNRJ, vol. 57, p. 52.

Da mesma forma, sabia-se minimamente (até mesmo pelos relatos de missionários como Luis Figueira e de outros navegadores que por aquela região já tinham passado) que pelas condições inerentes a essa divisão - inclusive pela sua localização geográfica - o Maranhão ganharia com o tempo uma economia pouco ligada à do Brasil. A nova fronteira estava mais propensa às conexões atlânticas com a Europa, ou mesmo a um comércio inter-regional com o Peru. Apesar de não rejeitar claramente a idéia da criação do novo Estado, em vários momentos Menezes parecia utilizar a mesma lógica usada no caso da disputa com D. Francisco de Sousa: mais valia conservar a pouca fazenda existente sob seu domínio direto. Menezes, de fato, parecia propenso a integrar de alguma forma o comércio das terras do Maranhão à economia das capitanias mais próximas ao Estado do Brasil. A capitania do Rio Grande foi a escolhida para fazer tal conexão. Menezes não discorria muito sobre o tema Maranhão e suas intervenções sobre o assunto são sempre lacônicas. A partir de 1612, quando deixou o cargo, a fronteira do Maranhão ganhou uma nova importância. Era o começo do governo Gaspar de Sousa.¹¹⁵

O sucessor de Menezes já parecia com ânimo favorável à teoria da separação dos Estados logo no começo da gestão. Ele tinha seus motivos e, em relação ao antigo governador, tinha algumas vantagens. Era melhor articulado com os setores do clero pernambucano, com quem Menezes entrara em conflito. Sobretudo, em relação aos Padres da Companhia, Gaspar de Sousa parecia bem mais tolerante que seu

¹¹⁵ Nas poucas vezes que escreveu sobre o tema, Menezes sempre tentava convencer o rei da viabilidade de se vincular a Amazônia ao comércio com o Estado do Brasil, realizado através do trato do açúcar, a sua cultura favorita: "Quanto à qualidade das terras e utilidade que delas se pode tirar, é infinita, porque passado o Jaguaribe até onde são as terras arenosas e fracas e boas só para pastos e gados, as mais daí por diante até chegar ao Maranhão, todas são de madeiras e várzeas de muito boas terras, de que podem fazer engenhos e canaviais, assim de água como de Trapiche, e algodoes, e os mais mantimentos, e assim fica bem claro a utilidade que a fazenda de Vossa Majestade recebera em cultivarem essas terras e impedir aos corsários que as não busquem, nem se comerciem com elas dos quais tenho notícia certa, haver uma Casa de feitoria no Maranhão". Logo depois, o governador apontaria as pretensas facilidades do comércio marítimo com o Brasil: "A navegação desta costa do Rio Grande para o Maranhão tem grande facilidade em todo o tempo a todas as embarcações, mas a jornada é impossível a navios grandes, redondos e dificultoso aos latinos, grandes e fácil a embarcações pequenas de remos...". "Carta para El-Rei sobre a Conquista do Maranhão e sobre as providencias que deveriam ser tomadas. Bahia, 1 de março de 1612". In: *Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 57, pp. 77-8.

antecessor.¹¹⁶ Não por acaso, a partir da Jornada do Maranhão, que já contava com a presença de jesuítas, os Padres da Companhia ganhavam uma importância cada vez maior. O novo governador também tinha uma ótima relação com as famílias mais poderosas da capitania de Pernambuco. Aqueles que aparecem investidos de grande poder nos primeiros anos da instituição das duas novas capitanias (Grão-Pará e Maranhão) são, em grande parte, fidalgos de sua “parcialidade”.

Para melhor coordenar os esforços da conquista, Gaspar de Sousa mudou-se da Bahia para a vila de Pernambuco. Lá as informações chegavam com maior rapidez e segurança. De Pernambuco saíam outros navios de apoio, novas ordens, oficiais *práticos*, todo o apoio necessário. A mudança temporária da sede do governo, sem dúvida, oferecia ao governador maior controle sobre todas as ações dirigidas às novas Conquistas. Segundo o próprio Gaspar de Sousa era impossível “continuar na Bahia pela distância do lugar e variedade das monções da costa, cessando estes inconvenientes aqui em Pernambuco donde a Conquista fica mais próxima e a navegação muito menos arriscada”.¹¹⁷

A partir da correspondência daquele governador, da relação dos embates, acordos, avanços e recuos do esforço de conquista, podemos visualizar muito da configuração do poder e da cultura política desse Antigo Regime português. De modo geral, Gaspar de Sousa e outros tantos administradores posteriores contemplavam no Maranhão a possibilidade de acertar onde tinham falhado em outras partes. A concorrência pelo poder, a busca de cargos, de terras e honras no Estado do Brasil e

¹¹⁶ Essa relação conflituosa com o bispado de Pernambuco e, ao mesmo tempo, com Padres da Companhia de Jesus parece ter se agravado nos últimos meses da gestão de Menezes. Em 1611, aproveitando as queixas que fazia contra o bispo de Pernambuco, ele também reclamava do acúmulo de Fazenda que praticavam os jesuítas do Brasil: “e para que os Padres da Companhia também entendam quanto dependem de Vossa Majestade, é necessário e forçado que se lhe dê uma repreensão pois comem tanto da Fazenda de Vossa Majestade que só neste Estado têm perto de três contos de renda, mais da terça parte, e o que grangear com os índios vai mais que tudo”. “Carta para El-Rei, sobre a mercê que lhe fez de agradecer o modo com que teve o bispo de Pernambuco, sobre os desmandos em que continuava essa autoridade eclesiástica, sobre os Padres da Companhia”. Bahia, 7 de fevereiro de 1611”. In: *Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 57, p. 74.

¹¹⁷ “Carta de Gaspar de Sousa a El Rey em que falla das differentes matérias do governo e da fazenda, e trata da conquista do Maranhão, e do modo com que se deve proceder nella, visto estar da sorte que se acha, feita em Olinda a 31 de janeiro de 1615.”. ABNRJ, vol. 26, p. 312.

em outras partes do Império português já não dependia só da nobreza, embora ela ainda apareça como um elemento diferenciador. Em Portugal, por exemplo, o século XVII é exatamente o período em que a oligarquia nobiliárquica começava a perder zonas de influência para uma crescente burocracia profissional. Segundo Nuno Monteiro, essa tendência era mais evidente nas “comunidades locais”, sobretudo na administração das câmaras e de partes do reino distantes da sede império.¹¹⁸ O Maranhão era uma possibilidade de conseguir mais facilmente certas vantagens que no Brasil eram bem mais difíceis. A migração dessa burocracia foi, em grande parte, obra do governador Gaspar de Sousa. Entretanto, os homens envolvidos na conquista, ocupavam ao seu modo esse novo cenário.

A transferência de parte do clã dos Albuquerque para o Maranhão também fez parte dessa redistribuição de poderes. No Estado do Brasil, eles concorriam com outros clãs da burocracia real. Na Amazônia, havia um espaço vago a ser preenchido. A sustentação da tese da separação dos dois Estados dependia, também, da escolha do nome que iria ocupar o novo cargo, de sua aceitação e da força de suas próprias redes clientelísticas. Seja quem fosse deveria ser homem da parcialidade do governador. Desde o início do empreendimento, o favorito do governador do Brasil era Jerônimo de Albuquerque. Ele já tinha sido escolhido como o primeiro governante da capitania do Maranhão e, para Gaspar de Sousa, preenchia todos os requisitos necessários.

Mas, quem eram os tais Albuquerque? A família Albuquerque Coelho orgulhava-se de pertencer a uma linhagem secular de servidores del-rei. Dizia ser descendentes indiretos, dentre outras famílias nobres de Portugal, dos Menezes, tento

¹¹⁸ Nuno Monteiro enfatiza bastante o caso da composição das câmaras e o espaço relativo dessa nobreza, assim como a necessidade, cada vez mais evidente, da aliança de forças entre grupos reconhecidamente fidalgos e os que ainda buscavam algum tipo de enobrecimento. Segundo o autor: “Nas grandes câmaras, muitos indivíduos expressamente reconhecidos como nobres, por exemplo, em habilitações das ordens militares não tinham lugar na nobreza que participava na vida camarária, enquanto nas pequenas podia haver ‘mecânicos’ com assento nas vereações. As fronteiras locais da nobreza camarária dependiam, assim, das tradições de cada terra e das relações de força no terreno, de arranjos locais, em suma, e não no estatuto geral delimitado pela legislação, contribuindo para conferir a este a dimensão difusa e socialmente pouco eficaz....”. Nuno Monteiro. “Os conselhos e as comunidades”. In: Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 328.

servido a essa casa real durante séculos; e diretamente de Afonso de Albuquerque, o famoso governador do Estado da Índia. Foram, no Brasil, os primeiros donatários de Pernambuco, ocasião em que o rei D. João, em 1534, doou à capitania a Duarte Coelho por serviços realizados na Índia.¹¹⁹ Mesmo após deixar o cargo de governador, Gaspar de Sousa insistia na tese de que o governo do Maranhão deveria ser entregue a um Albuquerque, não só pela tradição da família em administrar a Fazenda real, mas também pela evidente influência política que tinham em capitânias próximas, como a da Paraíba e a do Rio Grande, onde também governavam. Além da própria corte, onde tinham gente de sua parcialidade. Em 1617, Gaspar de Sousa demonstrava toda a sua experiência nas coisas de governo, alertando em tom catedrático:

“Também entendo que convém ao serviço de Vossa Majestade lembrar-lhe que a pessoa que se puser a prover naquele governo tenha grande amizade e ainda parentesco com o capitão que houver de residir no Grão-Pará, porque não lhe falte com socorros e mais coisas necessárias a seu tempo, porque do contrário resultará grande dano ao serviço de Vossa Majestade. (...) Pelo que convém que Vossa Majestade honre a ele [Jerônimo de Albuquerque] e aos seus dois filhos que lá têm, e lhe faça

¹¹⁹ Antonio Lopes tentou refazer esse pretenso percurso genealógico do nome “Albuquerque Coelho de Carvalho”. Especificamente sobre o nome Coelho, Lopes escreve: “Como referiam alguns linhalistas, os Coelhos descendiam ‘de todos os príncipes cristãos da Europa’ e podiam dizer: *Nos a sanguine rerum venimus, et nostro veniam a sanguini regeam*. O sangue corria nas veias de homens que deixaram traços da sua passagem pelo mundo na época marítima e colonial da Era dos descobrimentos: João Coelho, ‘o das portas da cruz’, mencionado numa carta ao rei venturoso por Estevão de Frois e que equipou uma caravela e visitou costas norte orientais da América do sul, supondo-se até ter chegado às Índias Ocidentais antes de Colombo. Antonio Lopes. *Alcântara: Subsídios para a História da Cidade*. Patrimônio Histórico Artístico nacional, 1957, p. 108. Ver também: “Albuquerque”. In: Joel Serrão. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 74-79. Ver: “Albuquerque. GENEAL.”. In: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d., pp. 746. Ver ainda: “Albuquerque Maranhão”. In: *Encyclopedia e Dictionário Internacional: Organizado e dirigido com a colaboração de distintos homens de sciencia e de letras brasileiros e portugueses*. Lisboa/Rio de Janeiro/São Paulo/Londres/Paris/Nova York: W. M. Jackson, s.d., pp. 275-276. Para mais informações acerca da participação dessa casa portuguesa nas lutas contra o invasor holandês, ver: Carvalho Franco. *Nobiliário Colonial: Fidalgos da Casa Real e cavaleiros das Ordens Militares com serviços prestados no Brasil, principalmente na guerra holandesa – século XVII*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1942, pp. 15-18.

alguma comenda quando for servido nomear-lhe sucessor no governo, escrevendo-lhe que por nenhum caso deixe de assistir naquela terra por alguns anos para conservação dos índios, e para que com seu bom conselho e parecer suceda tudo nela como convém ao serviço de Vossa Majestade, e isto bastará para aquietar conservando-lhe os filhos nos cargos que hoje têm”.

Em outro trecho:

“E nesta conformidade torno a lembrar a Vossa Majestade que antes de todas as coisas deve ser o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque remunerado e contente, e seus filhos, como atrás aponto para que não falte sua pessoa daquela terra nestes primeiros anos”.¹²⁰

A idéia de família no Antigo Regime ganha um sentido político fundamental. Segundo Manuel de Hespanha, essa noção possui: “contornos muito vastos nela se incluindo agnados cognados, mas ainda criados, escravos e, até, os bens”. O vínculo de fidelidade que se estabelece nesse tipo de conexão excedia aquela garantida pela simples associação hierárquica, presente na distribuição dos poderes e dos cargos.¹²¹ A despeito disso, o dicionário de Covarrubias, em 1611, já definia *família* como: “la gente que el señor sustenta dentro de su casa”.¹²² E a expressão *dar el nombre*, segundo o mesmo dicionário: “es asegurar-se de los enemigos en la noche”.¹²³ Em Portugal, essas relações eram de tal modo freqüentes no seio da burocracia que, em diversos

¹²⁰ “Lembranças que fez Gaspar de Sousa que foi governador do Brasil do que convinha a conquista do Maranhão. In: Barão de Studart. *Op.cit.*, p. 125-6.

¹²¹ Manuel Hespanha. *Op. cit.*, p. 278. Sobre as variantes possíveis dessa instituição e as tentativas de regulamento das formas em que ela se apresentava no Brasil dos séculos XVII e XVIII, ver: Fernando Torres-Londoño. *A Outra Família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

¹²² Sebastián de Covarrubias Orozco. *Tesoro de la lengua Castellana o Española*. Editorial castalia/Nueva Biblioteca de erudición y crítica, 1995 [1611], p. 536.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 779.

momentos, procurou-se evitar os excessos. Prescrevia-se, nesse sentido, uma série grande de limitações para os abusos concernentes ao clientelismo da parentela. No corpo judicial esses excessos pareciam mais vulgarizados, como fica claro no texto das *Ordenações*:

“E por se evitarem os inconvenientes, que por causa do parentesco dos tabeliães do Judicial se poderiam seguir, se pai e filho, ou outros parentes muito chegados e cunhados fossem em um lugar tabeliães, mandamos que em nenhuma Cidade, Vila ou Conselho sejam juntamente em um tempo pai e filho tabeliães do Judicial, nem irmãos, nem dois irmãos, nem primos co-irmãos, nem tio e sobrinho, filho de irmão ou irmã nem cunhados casados um com irmã do outro, ou casados com duas irmãs ou um casado com a irmã do outro, irmã do pai, ou irmã da avó...”.¹²⁴

A própria divisão geopolítica de áreas do Império entre ramos consangüíneos distintos gerava muitos conflitos. No Brasil, eram especialmente conhecidas as disputas entre algumas poderosas famílias nobres. Eram, entre outros desafetos, os Monte e os Feitosa, na capitania do Ceará do início do século XVIII; e os Pires e Camargo, famílias paulistas da segunda metade do século XVII. Essas disputas geravam por vezes confrontos entre vilas inteiras, merecendo a atenção e a intervenção do Conselho Ultramarino, que procurava evitar a contaminação de outras áreas dominadas por gente de “parcialidade” das famílias envolvidas. Esses embates tinham suas origens quase sempre em políticas agressivas de preservação dos espaços políticos de cada setor nobre dessa sociedade. Um processo que poderia resultar, no limite, no deslocamento ou, como sugere Costa Pinto: no exílio voluntário de famílias inteiras para domínios distantes da área de conflito. Foi o que parece ter ocorrido com

¹²⁴ *Ordenações Filipinas*, Livro 1, título LXXIX, § 45, p. 295.

alguns clãs pernambucanos que contemplam no Maranhão possibilidades perdidas no Brasil.¹²⁵

A complexidade dessas relações de parentesco num âmbito espacial mais reduzido foi discutido por Giovanni Levi, tentando, a partir da biografia do exorcista Giovan Batista Chiesa, traçar um quadro das estratégias de sobrevivência individuais e coletivas num mundo - o final do século XVII - ainda pleno de incertezas em relação ao porvir de uma sociedade que só começa a passar por brutais mudanças no que concerne à religião, as inovações técnicas e à própria forma de pensar. Nesse contexto, quase todos os setores da vida camponesa, seja o funcionamento do mercado de terras ou trocas, seja a geração de bens materiais, ou a construção de redes de alianças para variados fins, tudo estava perpassado por relações em que a consangüinidade era um dos aspectos fundamentais. Portanto, Levi aponta para a necessidade de se entender essas relações a partir, também, de sua lógica interna e não só na sua inserção nas grandes estruturas explicativas.¹²⁶

A lista dos Albuquerque Coelho que foram para a administração do Maranhão é, de fato, impressionante. Não há um único setor dessa burocracia que não tenha um representante seu. Isso não garantia, de modo algum, qualquer pretensa harmonia dos setores do poder. Tampouco, evitava os confrontos posteriores à criação do novo Estado. Mas, garantia pelo menos que grupos ou indivíduos pouco ligados a essa família tivessem muitos problemas, mesmo possuindo bastante poder. Alguns conflitos posteriores a 1626 tiveram uma relação íntima com a maior ou menor habilidade com que alguns administradores se relacionavam com essa rede clientelística.¹²⁷ A apropriação da memória ligada ao nome Albuquerque assemelhava-

¹²⁵ Luiz de Aguiar Costa Pinto. *Lutas de Famílias no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL, 2ª edição, 1980, p. 55.

¹²⁶ Giovanni Levi. *L'eredità Immateriale*. Torino: Einaudi, 1989, p.5. Ver também: Henrique Espada Lima Filho. *Microstoria: escalas, indícios e singularidade*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 1999.

¹²⁷ Um exemplo disso é o confronto, ocorrido na década de 1640, entre a família Coelho de Carvalho e o capitão-mor Sebastião de Lucena. Apesar de outros fatores e interesses envolvidos no embate, era inegável, como veremos, a condição de desvantagem do capitão Lucena no que concerne à formulação de redes de alianças. Trataremos desse caso no capítulo 2.

se ao ocorrido com um outro grande clã português: os Gama. De fato, a memória de Vasco da Gama rivalizava, na história da Conquista asiática, com a de Afonso de Albuquerque, ganhando usos políticos por parte de seus parentes do final do século XVI.¹²⁸ A associação entre o clã e certos potentados estava longe de ser uma novidade no Império. No reino da Índia é particularmente notório o poder de certas famílias nobres, tais como os Sá, Sousa e Castro, juntos esses clãs administravam quase uma rede comercial privada dentro dos domínios da Coroa. Os Sousa, por exemplo, constituíam um caso típico. Formavam, com Tomé de Sousa, Martim Soares e Lobo de Sousa, dentre outros, uma bem armada estrutura de poder que abrangia desde Diu até Itamaracá.¹²⁹

No caso do Maranhão, a posse desse novo espaço pelos Albuquerque é simbolizada pela atitude de seu mais expressivo representante em solo maranhense, Jerônimo de Albuquerque. A partir de 1615, ele passou a assinar em documentos oficiais como Jerônimo de Albuquerque *Maranhão*. A idéia foi copiada depois pelos seus descendentes diretos. Assim, Mathias, António e Jerônimo de Albuquerque (filho) passavam a conectar o apelido aos nomes próprios. O valor simbólico dessa mudança parece não ter chamado a atenção da maior parte dos autores. Mesmo aqueles, tal como Antonio Lopes, rigorosos nos estudos das linhagens do Estado do Maranhão, não demonstravam muito entusiasmo nessa referência. Talvez a idéia, constante das *Ordenações*, de que a geração e a linhagem estariam associadas ao *pátrio poder* - ao direito perpétuo de governar - tenha seduzido Jerônimo de Albuquerque. De fato, o que pretendia o velho capitão era tentar, já no começo da Conquista, construir uma nova geografia nobiliárquica, associando o nome Albuquerque à administração e ao exercício do poder na nova fronteira, distanciando esse ramo da família daquela do Brasil.¹³⁰

¹²⁸ Sanjay Subrahmanyam. *The career and legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 17-18.

¹²⁹ Sanjay Subrahmanyam. *The portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. Londres/Nova Iorque: Longman, 1993, p. 90.

¹³⁰ Sobre a associação entre o *pátrio poder* e o reconhecimento das linhagens entre famílias portuguesas, ver: Manuel Hespanha. *Op.cit.*, p. 274.

A grande vantagem, segundo Gaspar de Sousa, na tese da separação dos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão era de ordem financeira. Gaspar de Sousa tinha uma preocupação contumaz quanto a questão do volume de fazenda necessário para a sustentação de novas capitanias. O grande problema da criação de novas unidades do Império estava, exatamente, nos gastos com contingente militar para sua proteção; com a instalação da burocracia necessária ao seu funcionamento mínimo, e na própria construção física da nova unidade: fortes, presídios, colégios missionários, etc...

De fato, desde o início, como dissemos, foram as iniciativas individuais – com grande participação de fazenda particular – que animaram a conquista portuguesa da Amazônia. Entretanto, Gaspar de Sousa sabia que para proteger o território das invasões estrangeiras e tentar introduzir a região no comércio atlântico, era indispensável um grau mínimo de investimento por parte do Brasil, que já tinha seus próprios problemas. Em 1614, o governador já dizia poder o Maranhão: “sustentar sem socorros que daqui [Brasil] lhe enviassem até os do reino chegarem e para eles era necessário o cabedal”.¹³¹ A divisão dos Estados, segundo a lógica de Gaspar de Sousa, resolvia em parte a questão. Ao menos, transferia o ônus para a Coroa e mais proximamente para os novos senhores, os Albuquerque. De fato, grande parte da geografia política construída por Gaspar de Sousa durante a Conquista tinha como objetivo essa ruptura fundamental. Ao rei, Gaspar de Sousa expõe seu principal argumento:

“Porque a dita Conquista como criada de novo não dá ainda rendimento para as despesas dela, e a experiência tem mostrado a dificultosa viagem para lhe ir do Brasil o provimento necessário, convém como por vezes escrevi a Vossa Majestade (sem ter resposta sua) que se faça deste Reino em direitura [a ela]”.

¹³¹ “Carta de Gaspar de Sousa a El-Rei queixando-se de ser tratado de modo diverso do que merece por seus serviços e procedimento. Ocupa-se da jornada do Maranhão e da carga do pau-brasil. 20 de agosto de 1614”. In: Barão de Studat. *Op.cit.*, p. 106.

No trecho seguinte, o governador detalha melhor a proposta, que tinha como ponto principal a introdução dessa nova unidade do Império no comércio marítimo:

“E porque estes navios que levassem do tal provimento não viessem, debalde poderiam trazer do Maranhão muita madeira para a fabrica das naus da Índia por ir já neste reino faltando este, é o melhor e mais fácil remédio para se prover o Maranhão ficando livres para a fazenda de Vossa Majestade dez mil quintais de pau em que ela e as matas não perdiam nada, e interessavam muito não estando (como digo) contratado ou podendo levantar o contrato. E desta maneira não havia para que assistir mais hora nem momento o governador do Brasil em Pernambuco, sendo mais necessária sua assistência na Bahia, havendo de haver nela relação, como em outro apontamento tenho dito que pelo desembargo do paço me pediu”.¹³²

A partir de então começava, com mais força, a transferência de parte do aparelho burocrático Pernambucano para a Amazônia. Esse, no entanto, não foi um processo rápido. Seu ápice foi o ano de 1626 com a chegada e efetiva assunção do sobrinho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão (esse último já havia morrido em 1618).¹³³ A criação do novo Estado já tinha sido ordenada em junho de 1618, por carta de D. Felipe.¹³⁴ O posto continuava, como no início, destinado a um Albuquerque Coelho.

O produto final dessas negociações acabou desagradando a seu próprio criador. Segundo as queixas de Gaspar de Sousa, teriam deformado seu projeto inicial, o Estado do Maranhão ao final de tudo não era aquele pretendido pelo ex-governador

¹³² *Idem, ibidem.*

¹³³ Segundo Bernardo Pereira de Berredo, o capitão teria morrido em 11 de fevereiro de 1618, aos setenta anos, idade avançada para época. Ver: Berredo. *Op.cit.*, Livro VI, § 446.

¹³⁴ “Em carta de Sua Magde de 20 de Junho de 618. Para o vizo Rei de Portugal”. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, pp. 141-142.

do Brasil. Anos após deixar o cargo, Gaspar de Sousa não deixava de criticar a fórmula adotada para prover as novas terras. Sua principal queixa: a crônica tendência do Reino em sustentar aquele Estado com dízimos da fazenda do Brasil. “Eu fiz a Conquista do Maranhão”, escreve orgulhoso o ex-governador. No entanto, o rei insistia em ouvir, em vez dele, pessoas tão pouco *práticas*, que não conseguiam visualizar naquelas terras nada mais que um apêndice da economia do Brasil: “porque bugios e papagaios não dão proveito”, acrescentando mais tarde: “perdoe Deus a quem lhe tem aconselhado o contrário com pouca experiência daquelas partes”.¹³⁵

Na verdade, o que cobrava Gaspar de Sousa era exatamente o que não tinha a Coroa desde o início da Conquista: um projeto de inserção da Amazônia no comércio oceânico. Aquilo que navegadores como André Pereira, Manuel de Sousa de Eça e Simão Estácio da Silveira já achavam possível através de rotas fluviais que ligariam, em menos tempo, Peru à Castela pelo rio Marañon-Amazonas.

No interior do debate em torno da criação de um novo Estado, começava uma outra discussão fundamental. Qual o status desse novo cargo, o de governador? Ou seja, qual a relação que se estabeleceria entre esse novo posto e os outros poderes já quase cristalizados no Maranhão. Lembramos ao leitor que, aprovada a criação do novo Estado em junho de 1618, a posse do primeiro governador (Francisco Coelho de Carvalho) só será efetivada com sua presença física no ano de 1626. Coelho de Carvalho era uma força política inegavelmente legitimada, mas que chegava com significativo atraso. Reservamos um outro momento para falar, especificamente, de Coelho de Carvalho e suas dificuldades para governar. Por ora, a discussão que nos

¹³⁵ Uma das grandes queixas do governador era o fato de ter o rei lhe prometido uma capitania nas terras do novo Estado, sem ter nunca cumprido a palavra: “uma capitania no sitio e lugar que eu no Maranhão escolhesse, nomeei o sitio dela, não me quiseram dar até hoje, que pudera estar povoada e cultivada e render para Vossa Majestade muitos dízimos”. “Informação de Gaspar de Sousa sobre a capitania que pede Manuel Dias de Andrade, no Maranhão. 31 de maio de 1626”. Arquivo Histórico Ultramarino, documentos avulsos do Maranhão, caixa 1 (1610-1648). Cópia constante no acervo do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), cópias paleográfica e fotostática, doc. 7, pasta 2. Doravante faremos referência como: AHU-APEP/PA, doc..., pasta... Gaspar de Sousa, de fato, não receberia o benefício até a sua morte, cabendo ao seu filho Álvaro o direito. Francisco Adolfo Varnhagen. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, tomos terceiro, S/d, p. 123.

interessa é entre dois princípios básicos da vida política da época: centralização e fragmentação. Qual a expectativa de capitães-mores e de seus aliados ante essa nova configuração dos poderes, propondo uma centralização após anos ausência? Essa é a nossa questão por agora.

O cenário geopolítico: poucos governos para muitas "vontades".

Nas primeiras décadas de Conquista, Belém e São Luís eram as duas colunas de sustentação do futuro Estado.¹³⁶ Capitânias criadas praticamente ao mesmo tempo em que se dava a expulsão dos franceses, rivalizavam em tudo, inclusive na falta de recursos.¹³⁷ Muitos contemporâneos queixavam-se de haver muitas carências naquelas capitânias. Até a primeira metade do século XVII, a cidade de Belém não passava de uma pequena povoação habitada por alguns poucos soldados, funcionários reais, mestiços e índios aliados. Suas primeiras ruas – aberturas na mata repletas de lama pela constância das chuvas - eram paralelas ao rio, distanciando-se, com o passar do tempo, do forte de madeira construído por Francisco Caldeira Castello Branco no início daquele ano de 1616.¹³⁸ Apesar de já existirem alguns poucos engenhos construídos ao longo do rio, a maior parte do sustento ainda vinha do Brasil.¹³⁹

Talvez um bom diagnóstico da situação em que se encontrava a capitania do Grão-Pará seja o considerável número, logo no início da Conquista, de pedidos de aumento de soldo, de mudança de cargo, de auxílios diversos junto a Fazenda Real e, em último caso, de pedidos para retornar ao reino ou ao Brasil. Sem ignorar o fato de que, muitas vezes, a alegada carência da terra funcionava, também, como uma

¹³⁶ Encontramos uma boa síntese dessas relações em Guy Martinière. "Geopolítica do espaço português da América: o Estado do Maranhão". In: Frédéric Mauro (Coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Estampa, vol. VII, 1991, pp. 103-142.

¹³⁷ Ernesto Cruz traça um percurso parcial dessas desavenças, interpretando-as, no limite, como a: "causa comum que a ambos interessava, [que] era o produto do grande amor à terra e do respeito consagrado à Deus e ao rei". Ernesto Cruz. "As rivalidades entre Belém e São Luís". In: *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1973, p. 140. Por outro lado, grande parte dessa rivalidade dizia respeito à divisão geopolítica do Maranhão entre grupos antagônicos pernambucanos.

¹³⁸ Ernesto Cruz. *Op. cit.* pp. 39-53.

¹³⁹ João Lucio de Azevedo. *Op. cit.*, p. 65.

excelente tópica política para a obtenção certos privilégios. Entretanto, grande parte dos que faziam os tais pedidos era de homens da administração, principalmente os de segundo escalão e militares de patentes intermediárias.

Existia uma tentativa, por parte das grandes autoridades, de aparelhar e suprir as necessidades das novas terras, tendo como cuidados principais: evitar motins entre os próprios portugueses - a experiência da Jornada do Maranhão havia multiplicado esse temor - e fortalecer militarmente as Conquistas de modo a combater tanto os invasores estrangeiros quanto os índios tapuias. Esses cuidados sempre dependiam, muito mais, do cabedal privado das grandes autoridades que governavam cada capitania.¹⁴⁰

São Luis parecia levar vantagem em relação à Belém. Afinal, a cidade da capitania do Maranhão estava bem mais próxima das do Ceará e principalmente de Pernambuco. A maior parte da burocracia diretamente ligada aos Albuquerque Coelho, por exemplo, permaneceu naquela capitania. A relação entre as duas capitanias seguia o rumo das carências de cada cidade, e principalmente do maior ou menor poder de negociação dos seus respectivos capitães com a Coroa e com a administração do Brasil. Apesar da rivalidade, as duas capitanias detinham sua independência e suas zonas de influência.

Desde o começo da Conquista era impensável, para alguns, o exercício do governo sem o sistema de capitanias. Tal sistema tinha como virtude exatamente a possibilidade de dividir zonas de influência, terras e Fazenda entre as famílias mais poderosas, com o mínimo de tensão possível naquela sociedade. Cada capitão era na

¹⁴⁰ João Lúcio de Azevedo traça um interessante quadro sobre a pobreza no Estado do Maranhão no século XVII, segundo o autor: "Para toda esta gente a vida era difícil, e poucos teriam conseguido realizar as suas ambições de conforto e riqueza. Luxo não havia de espécie alguma, e os objectos mais communs e de uso indispensavel faltavam constantemente. Desta geral pobreza dão testemunho todos os documentos coevos. (...) Os homens, ainda os mais principais, vestiram-se de pano de algodão, tinto de preto; e os escravos, nas fazendas, e muitas vezes mesmo na cidade, andavam nus, sem distinção de sexo". Já os companheiros de Pedro Teixeira se queixavam, na jornada de Quito, de que "os mais distintos, entre os que tinham realizado a conquista do Grão-Pará, se viam - 'aniquilados ou morrendo de fome, por não poderem aparecer diante de quem os pudera premiar'; e idênticas lamentações continuam a ouvir-se por séculos". João Lúcio de Azevedo. "Quadro da vida paraense no século XVII". *Revista da Sociedade de Estudo Paraenses*, tomo II (1895), fasc.I, p. 65.

sua terra soberano, devendo obediência apenas ao rei e ao Governador Geral. No caso da Amazônia, ambos estavam muito longe de seus domínios. A partir de meados da década de 1620, esse sistema foi sendo explicitamente contestado por algumas autoridades maranhenses.

Em meio aos bastidores da instituição do governo independente do Maranhão, começava um debate paralelo em torno da condição exata que teria a figura do capitão-mor nessa nova situação. Não só a figura do capitão mor começava a ser discutida, mas de modo geral a instituição da capitania e sua relação hierárquica com o novo Estado. De fato, a grande questão era, para muitos, se o Maranhão deveria ser, na prática, administrado por um governador ou continuar sob o domínio fragmentado dos capitães. A discussão ainda aparece com bastante fôlego em 1624, às vésperas da ida do novo governador.¹⁴¹

Naquele ano, o conselheiro da Fazenda D. João Delgado ponderava sobre as consequências de se retirar os poderes dos capitães e, de outro modo, se ofertar tanto poder a um só administrador. O motivo mais forte para reduzir as capitanias a um só comando seriam de ordem militar-estratégico. Posto que se está em Conquista - em guerra contra o índio e contra o invasor estrangeiro - aquelas terras necessitariam, nesse momento, de uma unidade de esforços bélicos, pouco eficaz com a divisão do contingente em várias vontades: pois a "guerra será melhor governada por uma só cabeça e acudirão os socorros mais facilmente de uma parte a outra, e que por maior acerto se reduzirão ao governo de um só, considerando finalmente que os governadores passados procederam como convinha...". Entretanto, o mesmo conselheiro concluía, revelando-se mais favorável à conservação dos atuais poderes dos capitães:

"Sem embargo destas razões parece ao Conselho que provendo-se nas capitanias pessoas da satisfação de Vossa Majestade não

¹⁴¹ Houve um considerável atraso no embarque do novo governador em função de algumas desistências, e por ocasião da própria política de bastidores. Ao final, em função da recusa do castelhano D. Diogo Cárcamo e de D. Francisco de Sousa, fora escolhido para o cargo Francisco Coelho de Carvalho.

será menor o aumento dos índios que depende toda do bom tratamento dos superiores e não deverem [governar] um nem dois e que na distância de tantas e tantas léguas que há de uma capitania a outra sendo divididas cada um dos capitães na ocasião da guerra, acudirá melhor e mais brevemente a parte donde for cometido que não um só governador e outro ficara desocupado para o socorrer muito a tempo e isso se deve presumir e não que por competências ou querer cada um guardar o que lhe toca deixara perder o vizinho porque bem ignorante e desleal vassalo será o capitão-mor que não entender que entrado o inimigo em uma, o mesmo há de padecer a outra...”.¹⁴²

Ao mesmo tempo em que eram discutidos os limites do poder dos capitães, propondo-lhes uma divisão geopolítica, discutia-se também a função dessa nova peça do jogo, o governador geral. Muitos capitães sabiam, da experiência de outras partes, que o poder de intervenção desses representantes diretos del-rei se multiplicava segundo a medida da distância física entre a Conquista e a Coroa, uma equação conhecida. No momento em que o novo governador já havia sido escolhido, restava aos capitães mores e seus aliados na corte preservar o que tinham conseguido. Incluindo aí não só o *status* de seus postos, mas também terra e Fazenda. Assim, para o conselheiro João Delgado, aliado sobretudo dos capitães do Pará:

“O maior inconveniente é terem uma vez entendido os governadores do Maranhão que o Pará é capitania fértil e rica para buscarem sempre ocasião de discórdia com os capitães dela, que lhe são subordinados e excluídos, com qualquer

¹⁴² “Borrão da consulta do Conselho da Fazenda sobre a separação das capitanias do Pará e Maranhão”. [há dois documentos: uma minuta de consulta sobre o mesmo assunto e um parecer com 30 capítulos sobre o Maranhão e Pará, desde a tomada do Maranhão aos franceses por Alexandre de Moura até ao governo de Antonio Moreira Barreiros com a apreciação das formas de governar e administrar aquelas partes. 1624]. A H.U-APEP/PA, doc. 8, pasta 2.

pretexto para tirar para si o útil da terra; o que cessa estando divididas e independentes..."..

O conselheiro é menos cortês quando cita o caso da capitania do Ceará. Capitania abandonada de moradores portugueses, ficando, segundo João Delgado, nas "mãos dos índios" e à mercê de forças estrangeiras em função do suposto desinteresse do governo do Brasil no seu zelo e provimento.¹⁴³ E, mais uma vez, a culpa recaía sobre o sistema de administração dos governadores que pecava ao ofertar poderes demasiados a uma só pessoa:

"Ajudou muito estas calamidades o faltar o castigo nos governadores que tão merecido parece o tinham, não tanto por falta de justiça como porque chegando a devassar deles, como é costume em partes tão remotas, cobrem seus delitos e excessos com tais cores que quando não consigam escrever a verdade, ao menos a embaraçam de modo que a dilação que ou morrem as partes que acusam, ou eles, ou se cansam os ministros, e no cabo vêm a fazenda real a padecer os danos".¹⁴⁴

É necessário entendermos, antes de qualquer coisa, o momento em que D. João Delgado fazia estas críticas ao novo sistema de administração das Conquistas do Grão-Pará e Maranhão. Muito já foi dito, na historiografia, acerca do sistema castelhano de

¹⁴³ A integração da capitania do Ceará, assim como a do Piauí, ao novo Estado é uma história à parte. Esta capitania esteve sempre na situação limite de estar oficialmente ligada ao Maranhão, mas permanecer como zona de influência de Pernambuco. Uma das causas, embora não a única, era a grande dificuldade prática de percorrer, por via marítima, a distância entre Ceará e Maranhão, em função da oposição, francamente desfavorável, da grande barreira de ventos, já conhecida por muitos, que tornava o percurso perigoso, demorado e, além de tudo, caro. Segundo Carlos Studart Filho: "As relações sempre mofinas entre o Ceará e Maranhão nem sequer podiam intensificar-se através do oceano. O regime de ventos, as correntes dominantes nesse pedaço do costão brasileiro, sempre fartamente semeado de recifes e baixios perigosos, faziam por igual árduas e precárias as singraduras à vela, mormente de tornaviagem do Maranhão para o Ceará". Carlos Studart Filho. *Páginas de História e Pré-História*. Fortaleza: Instituto do Ceará, s/d., p. 140.

¹⁴⁴ "Borrão da consulta do Conselho da Fazenda sobre a separação das capitanias do Pará e Maranhão". 1624. A H.U-APEP/PA, doc. 8, pasta 2.

administração que tendia a dividir seus domínios em enormes vice-reinados, cujo exemplo mais próximo era o próprio Peru do século XVII. Essas grandes unidades do Império espanhol teriam, em comparação aos domínios portugueses, um controle maior do poder central sobre os setores intermediários da administração. A aparente negação desse sistema e a opção por uma forma de administração fragmentada (o sistema de capitanias) seria um desses elementos que, segundo autores como Chaunu, Gruzinski e Sergio Buarque, afirmavam posturas diferentes da parte de Espanha e de Portugal em relação às suas respectivas Conquistas.¹⁴⁵ Entretanto, é necessário também entender o contexto específico em que ocorria essa afirmação do *status* do capitão-mor nos domínios de Portugal. Em plena União das Coroas Ibéricas, a pouca intervenção administrativa dos Filipe e a necessidade de afirmação perante a corte portuguesa teria favorecido, em parte, essa relativa repulsa por grandes centralizações na parte portuguesa do Império.

Nas Conquistas lusas, mesmo durante o governo dos Áustrias, o conflito entre os setores da administração possuía uma íntima relação com a preservação dos poderes locais. Parte da concepção de governo dos Filipes tinha como base a pouca intervenção prática no âmbito desses poderes locais. Os capitães mais experimentados sabiam que, ao chegar nesses domínios, a sua autoridade dependia bastante do seu maior ou menor poder de negociação com outros grupos políticos ali instalados.

Nos regimentos passados, principalmente pelo experimentado governador Gaspar de Sousa, o caráter mais enfatizado é exatamente o do bom convívio entre os setores da administração hierarquicamente diferentes. Assim, no regimento de 22 de

¹⁴⁵ A diferença entre os dois esforços de Conquista estaria no uso de recursos não só de domínio físico do território, mas de uma inserção destrutiva de elementos ocidentais como religião, língua e burocracia. Seu argumento mais forte é o fato de que nas Índias de Castela algumas instituições como a Inquisição eram - nos territórios espanhóis - inquisição de fato e não simples visitas, como ocorriam nos domínios portugueses; a língua usada pelos missionários era a castelhana, enquanto que no Brasil se catequizava através de uma língua próxima ao do nativo. O conceito de *ocidentalização* de Serge Gruzinski tem muito que ver com essa oposição. Ver: Serge Gruzinski. *La colonización de lo imaginario*. México: F.C.E., 1991. De um modo diferente, também, Sergio Buarque, no seu *Visão do Paraíso*, já percebe diferenças de sentido no tipo de Conquista feito por Portugal e por Espanha. Ver: "América Portuguesa e Índias de Castela". In: *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, pp. 304-323.

junho de 1614, passado ao seu afilhado Jerônimo de Albuquerque, o dito capitão deveria: “procurar fazer-se amado de todos os soldados e oficiais que é o principal que no capitão se requer”. E, em outro trecho, alertava: “não poderá por si ou seus mandados somente despende coisa alguma sem intervenção dos ditos oficiais da fazenda”, e deve de respeitar a “estreiteza das coisas para que se faça com a moderação possível”.¹⁴⁶ Se de um lado era necessário fazer-se “amado de todos os soldados e oficiais” sendo “tratável, compassivo e fácil com o devido respeito”, por outro, dizia ser também conveniente manter: “todos os soldados mui disciplinados e recolhidos, não lhes consentindo liberdades algumas ou desaforos”, pois se isso fizerem em pequenas coisas não “terão ocasião para maiores”.¹⁴⁷ Silvia Lara, a partir da interpretação de Ribeiro Rocha, situa esse equilíbrio entre o “premio” e o “castigo” como um dos pilares básicos do convívio entre poderes superiores e inferiores no Antigo Regime português. Segundo essa perspectiva, a temperança entre “amor” e “autoridade”, que tinha como espelho a relação entre o rei e seus vassallos ou entre o senhor e seus escravos, intentava reforçar os laços de obediência e fidelidade entre setores do poder hierarquicamente divididos.¹⁴⁸

Essas regras do bom convívio entre autoridades e mesmo entre subordinados não eram sem motivos. O começo da Conquista já havia revelado o grande perigo que representavam os motins no interior da administração portuguesa.¹⁴⁹ Por mais poder que tivesse um capitão ou governador, naquelas partes o seu êxito passava pela negociação inerente numa sociedade de cultura especialmente bélica como a do século XVII.¹⁵⁰ Se consultarmos novamente o texto das *Ordenações*, encontraremos, mais de

¹⁴⁶ “Regimento dado a Jeronymo d’Albuquerque pelo governador Gaspar de Sousa (22 de junho de 1614)”, In: Barão de Studart. *Op.cit.*, pp. 83-92.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁸ Silvia Hunold Lara. “A União dos Contrários”. In: *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 115-123.

¹⁴⁹ Basta lembrar o confronto entre Jerônimo de Albuquerque e Francisco Caldeira Castelo Branco durante a negociação para a retirada dos franceses da ilha do Maranhão.

¹⁵⁰ Sobre a questão da cultura bélica no século XVII, ver: André Corvisier. “Guerre et Mentalités au XVII^e Siecle”. In: *XVII^e Siecle*, 37^e anné, n. 3 (julho-setembro, 1985). O mesmo autor traça um quadro mais geral do tema no seu *Les Hommes, la Guerre et la Mort*. Paris: Économica, 1985.

uma vez, esse diálogo entre o que está nas normas escritas e a força militar necessária para colocá-las em prática. Segundo essa lógica, a “República” seria sustentada por dois grandes pilares: as armas e as leis, de modo que “uma haja mister da outra; porque assim como as leis com a força das armas se mantêm, assim a arte militar com a força das leis é segura”.¹⁵¹

De qualquer modo, para Gaspar de Sousa quem exercesse o dito cargo de capitão-mor ou de governador do Estado deveria ter o cuidado devido em relação ao que autores como Pedro Cardim, Nuno Monteiro e Manuel Hespanha chamaram de “universo político local” português.¹⁵² Aqui, a idéia fundamental é de que, apesar da centralização do poder, mesmo no período em que a Casa da Áustria deixou o governo, determinadas oligarquias sempre gozariam de bastante influência nos processos eletivos e nas decisões dos soberanos. Dizia-se que a deferência do governante aos poderes locais era mais que uma simples conveniência política. Era o “estilo português” de governar, em oposição à estrutura centralizada dos castelhanos. É bem verdade que o tal estilo castelhano de governo, não deixava de abrir brechas à intervenção dos poderes locais, tal é o exemplo dos *regidores*, que nas Índias de Castela davam aos Conselhos Municipais um “caráter oligárquico”.¹⁵³ Quando falamos em universo político local, não estamos nos referindo à influência ou intervenção pessoal de um ou outro nos negócios de governo. No caso da Amazônia do começo do século XVII, estava clara a divisão de poderes entre algumas grandes famílias vindas Pernambuco. Clara estava, também, a divisão de grupos políticos entre as várias capitanias, encabeçadas por São Luis e Belém.¹⁵⁴

¹⁵¹ “Prólogo” às *Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recompiladas Por Mandado Del-Rei D. Felipe O Primeiro*. Coimbra: Imprensa Universitária, duodecima edição segundo a nona, 1858, p. XXVI.

¹⁵² Ver sobretudo: Pedro Cardim. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998; Nuno Monteiro. “Os Conselhos e as Comunidades”. In: Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4. Falaremos mais sobre o tema dos limites dos poderes locais em relação aos poderes, ditos, “do centro” no próximo capítulo.

¹⁵³ J. M. Ots Capdequí. *El Estado Español en las Indias*. México: F.C.E, 1993, p. 62.

¹⁵⁴ Uma consulta do Conselho da Fazenda, datada de 1624, já reconhecia essas zonas de influência. Ver: AHU-APEP/PA, doc 8, pasta 2.

Desse modo, a compreensão mais verossímil dessa sociedade parece germinar de suas complicadas relações pessoais, suas redes de solidariedade, suas linhas de parentesco. Enfim, dos circuitos de amizade e das alianças políticas. Essas redes estavam presentes e se faziam importantes em todos os conflitos, tanto envolvendo missionários quanto entre moradores, e mesmo nos motins indígenas.

Muitos desses conflitos se desenvolviam em torno do bem mais potencialmente valioso para os habitantes daquelas Conquistas, a terra. Dizemos potencialmente, pois de nada valia a terra sem “Fazenda”. Mas, aqueles que possuíam os dois elementos, ainda assim tinham seus concorrentes. Vejamos como essa concorrência se dava a partir de um caso específico. Trata-se da doação de sesmarias feita por Francisco Caldeira Castello Branco a sua mulher e filha.

O cenário local: o caso das mulheres de Castello Branco.

Em 1617, dona Maria Cabral e sua filha, dona Francisca, pediam o reconhecimento da doação de “dez léguas de terras” às cercanias do que seria hoje a Baía do Guajará, que banha a cidade de Belém. A primeira doação fora ordenada pelo próprio Castello Branco, ainda no ano de 1617. O texto da carta de doação diz que pelos “poderes” atribuídos aos capitães, de “dar e doar”, se garantia às duas mulheres, “seus sucessores e herdeiros, descendentes e ascendentes”, as ditas terras, sem que precisassem por elas pagar “tributo algum, salvo o dízimo a Deus”.¹⁵⁵ As vantagens eram muitas. Mãe e filha teriam sob seu poder uma propriedade não desprezível, por um período de tempo no mínimo considerável: “de hoje para sempre”, diz a carta, usando uma expressão comum nesse tipo de documento. De certo, elas teriam algumas obrigações, a principal delas era cultivar e enriquecer a dita terra conforme suas possibilidades.

A família Castello Branco tinha outras posses. Foi a primeira a possuir na cidade de Belém casas cobertas de telhas cozidas, um luxo para a época. Os Castello

¹⁵⁵ “Carta das Donas Maria Cabral e Francisca Cabral, mulher e filha de Francisco Caldeira Castello Branco, ao rei de Portugal informando, através do conselho da fazenda, sobre os bens deixados pelo capitão na conquista do Pará”. Lisboa, 11 de Fevereiro de 1623. AHU-APEP/PA, doc. 13, pasta 5.

Branco, como não tinham uma só casa, podiam dispor dos privilégios materiais que a região poderia oferecer.¹⁵⁶ Possuíam na cidade a sua própria oficina para processamento da argila e fabricação de tijolos, entre outros negócios. Contavam, como veremos, com o trabalho de um número considerável de índios, motivo pelo qual entravam em confronto com franciscanos e seus eventuais aliados no Pará.¹⁵⁷

A situação das duas mulheres do “fundador de Belém” parecia confortável. O processo de doação daquelas terras não foi tão simples, sofrendo várias idas e voltas. A doação foi confirmada e ignorada várias vezes. O final de 1618 revelar-se-ia trágico. Morria naquele ano, após ter sido preso por inimigos políticos, o capitão Castello Branco. D. Francisca perderia, ao mesmo tempo, o pai e um procurador de confiança. Pior, o processo de reconhecimento das sesmarias testemunharia a assunção dos adversários dos Castello Branco ao poder. Eram os mesmos responsáveis pela sua prisão.

O processo passou a ser levado adiante pela própria dona Francisca que pedia com maior força a “satisfação dos serviços do dito seu pai”. De fato, a coisa toda a partir daí parece de tal modo confusa que, em determinado momento, as requerentes admitem sua incapacidade de seguir as ordenações que vinham da Europa:

“E ora lhes veio a notícia que Vossa Majestade lhe mandava que fizessem certas diligências e justificações para a dita mercê

¹⁵⁶ Era muito importante que aqueles que recebessem as ditas terras pudessem delas tirar algum proveito para a capitania e para a Coroa. A mulher de Castello Branco se enquadrava bem nessa exigência: “Dona Maria Cabral mulher do capitão-mor Francisco Caldeira Castello Branco primeiro conquistador e povoador deste Grão-Pará e famoso Rio das Amazonas, por seu procurador dela tem feito umas casas grandes e as primeiras de sobrado nesta cidade de Belém junto a uma capela que também principiada de nossa Senhora Febronia. E mais adiante uma olaria com as casas forno e oficiais a ela pertencentes o que é em muita validade do serviço de El-Rei e do bem comum para as obras desta cidade e fortaleza em que já se vai usando da telha e do tijolo da dita olaria por esse meio e serviço daquele e das ditas casas grandes”. “Carta das Donas Maria Cabral e Francisca Cabral, mulher e filha de Francisco Caldeira Castello Branco, ao rei de Portugal informando, através do conselho da fazenda, sobre os bens deixados pelo capitão na conquista do Pará”. Lisboa, 11 de Fevereiro de 1623. AHU-APEP/PA, doc. 13, pasta 5.

¹⁵⁷ Sobre as redes de alianças franciscanas, vale a pena consultar o segundo capítulo do livro de Mathias Kiemen. Ver: Mathias C Kiemen., OFM. *The indian policy of Portugal in the Amazon region, 1614-1693*. Washington: The Catholic University of America, 1954, pp. 19-47.

haver de efeito e confirmar. E não sabendo o que se haja de fazer pelo que [Pede] a V. majestade lhe faça mercê mandar declarar onde e quem haja de fazer as diligências que se lhe mandam conforme a ordem que veio do Conselho de Madrid, na consulta que se fez nos ditos papeis e por ordem do secretário Diogo Soares, e com isso se lhe fez poderem confirmar e requerer”.¹⁵⁸

A falta de entendimento entre as partes era flagrante. Nem dona Francisca e seus procuradores conseguiam entender o que as cartas de Sua Majestade ordenavam... De outro modo, nem os conselheiros del-Rei pareciam convencidos do direito que sobre as ditas terras teriam as mulheres de Castello Branco, pedindo que se “apresentem os poderes que para esse efeito lhes concedeu Sua Majestade”. Esses “poderes”, concedidos, constituem o centro de todo o debate. Em primeiro lugar, Dona Francisca teria de provar que, de fato, era filha legítima do primeiro conquistador daquela capitania. Para isso foram organizados autos em que várias testemunhas, juradas pelos santos evangelhos, sustentavam o direito de Francisca ao benefício. Depois de algum tempo de tramitação entre os Conselhos portugueses e paraenses, a sesmaria foi confirmada pelo rei. Já era o ano de 1626.¹⁵⁹

O caso das mulheres de Castello Branco parece conter muitos dos elementos que desejamos discutir aqui. Em casos desse tipo, considerados como confirmação de privilégios, benefícios ou “graças”, que pudessem gerar eventuais conflitos, era próprio que o processo passasse por algumas etapas na burocracia, talvez pela frequência com que pareciam ocorrer.¹⁶⁰ Os atrasos eram comuns. Entretanto, a dificuldade que tiveram Dona Maria Cabral e, depois de sua morte, Dona Francisca para confirmar o benefício que o capitão Castello Branco lhes atribuíra, tinha uma

¹⁵⁸ “Petição que faz Francisca de Caldeira de Castelo Branco para Luis Pereira, do Conselho da Fazenda e juiz das justificações, sobre a aução dos serviços do dito seu pai, Francisco Caldeira de Castelo Branco, em virtude de seu falecimento e de sua mãe, dona Maria Cabral, sendo filha e herdeira legítima”. AHU-APEP, rolo 1.

¹⁵⁹ “Resposta à consulta sobre o que pedem dona Maria Cabral e sua filha Francisca de Caldeira e Castelo Branco”. 9 de junho de 1626. APEP, rolo 1, doc. 2.

¹⁶⁰ José Subtil. “Os Poderes do Centro”. In: Manuel Hespanha. *Op.cit.*, p. 165.

íntima relação com a posição que o velho conquistador tinha na nova configuração política do Grão-Pará após 1617. Existia naquele processo de doação um embate de forças políticas, de poderes. Castello Branco era um dos personagens da luta pelo direito “legítimo” de governar aquelas terras em nome do rei.

Vamos por partes. Em primeiro lugar, a partir de 1619, como veremos mais adiante, surge uma outra importante personagem no cenário político paraense. Era o capitão Bento Maciel Parente. Parente foi um caso típico de ascensão dessa nova burocracia profissional da qual nos fala Nuno Monteiro.¹⁶¹ Sua família, seu clã, não tem a mesma tradição e reconhecimento que tinham os Albuquerque. Sua carreira política no Grão-Pará teve início nas guerras contra os tabajaras e tupinambás, rebeldes contra a política portuguesa de cativeiros na capitania do Maranhão.¹⁶² Fora nomeado, naquele mesmo ano, *capitão de guerra*, possuindo poderes militares extraordinários garantidos pelo próprio rei.¹⁶³ A partir daí, paralelo à repressão ao índio amotinado, fortalecia-se sua própria posição dentro da capitania. Lembramos que, embora os Albuquerque tivessem representantes seus em praticamente todas as capitanias, sua posição mais preeminente era mesmo no Maranhão. O Grão-Pará, com algum esforço, poderia ser tomado por um novo clã.

Bento Maciel, sempre que podia, chamava a atenção para o problema das hierarquias no Grão-Pará. E a questão do direito de doar terras a particulares, de outro modo, sempre foi incômoda para ele. Aliado a esta, estava outra questão considerada central, os governos paralelos nas capitanias à margem da autoridade, dos representantes diretos do rei. Homens que gozavam de atribuições alheias a seu próprio cargo. Para Bento Maciel Parente, como veremos melhor a seguir, o critério em relação a centralização é bastante instável. Quando era capitão-mor queixava-se amiúde dos poderes atribuídos aos homens bons das câmaras. Para compensar, na

¹⁶¹ Nuno Monteiro. *Op. cit.*, p. 328.

¹⁶² O grande motim tupinambá de 1617 vai ser estudado no próximo tópico.

¹⁶³ “D. Luis de Sousa, governador e capitão-geral do Brasil, dá regimento a Bento Maciel Parente, nomeando capitão da guerra contra os índios no Pará”. Porto do Recife da vila de Olinda, 22 de março de 1619. In: Annaes do Museu Paulista. São Paulo: 1927, tomo 3, doc. LXIV, pp. 98-104. Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], p. 146-7.

época em que foi governador geral, eram os capitães-mores os alvos favoritos. Para Bento Maciel, a polêmica descentralização/centralização era uma questão de ponto de vista.

Se possível fosse fazer uma geografia da distribuição de terras nas Conquistas, teríamos como resultado um excelente mapa da distribuição de seus poderes locais, ou mesmo uma radiografia de suas arquiteturas políticas internas.¹⁶⁴ No caso das terras legadas às duas senhoras de Castello Branco, o que estava em jogo era o “poder”, ou se quiserem, a legitimidade que aquele capitão teria para conceder as tais sesmarias. Esse foi o questionamento principal dos seus adversários a todo momento.

A questão fundamental daquele complicado processo de doação era a discussão entre os limites do poder local nas Conquistas. Dona Francisca e Dona Maria Cabral encontravam-se no meio de uma disputa entre aqueles que reclamavam esse poder local e aqueles que se reconheciam enquanto detentores legítimos de um poder centralizado, que emanava sua autoridade diretamente das insígnias reais. Castello Branco, entre suas diversas propriedades, teria legado às duas senhoras, também, os seus inimigos. E não eram poucos aqueles que o velho capitão havia coligido a serviço do rei na conturbada capitania do Grão-Pará. É exatamente essa a tópica principal de uma carta sua, enviada ao novo capitão-mor do Pará, Manoel Soares de Almeida. Em tom quase de desabafo o “primeiro conquistador” - como gostava de ser chamado em documentos oficiais - expunha um amplo quadro de desordens. Distribuindo

¹⁶⁴ Parece que a questão da distribuição das sesmarias sempre opôs poderes locais a poderes centrais. É o que nos dizia, por exemplo, José Honório Rodrigues: “chamavam-se sesmarias as datas de terras, casas ou pardieiros que, desaproveitados pelos senhores diretos eram redistribuídas. Sesmeiros eram em Portugal os destinados pelo próprio rei a darem as ditas propriedades de sesmarias. No Brasil, passou-se a chamar de sesmeiros aqueles que obtinham qualquer porção de terra por sesmaria. Houve uma inversão dos termos”. Em outro momento, José Honório propõe uma atualidade acerca do debate entre direitos privados e particulares na divisão das terras: “A preocupação pelo bem coletivo, e a repressão da propriedade particular que desconhece as necessidades da comunidade tornam quase atual essa reforma empreendida por D. Fernando e que já foi justamente taxada, na época de liberalismo, como um ataque a propriedade individual”. José Honório Rodrigues. “A concessão de terras no Brasil: das Sesmarias à lei de 601, de 1850”. In: *Op. cit.*, p. 56-7. O mesmo sentido encontramos na pergunta de Costa Porto acerca da validade de tal sistema de divisão de terras para o “Brasil”: “... que outra forma teria sido viável no Brasil? Até hoje não apresentou nenhuma, nem pior, nem melhor”. Costa Porto. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965, p. 51.

acusações, falava dos homens responsáveis por sua prisão, homens que desejavam “cargos e favores”, e que em troca deles teriam se aliado aos “frades inimigos meus”. Esses “frades” eram franciscanos ou padres da Companhia. O capitão apenas se refere a eles como os religiosos trazidos por Manoel de Sousa de Eça, de fato, um grande aliado dos primeiros missionários do Pará.¹⁶⁵

Ao que parece, com o cargo de Capitão de Guerra, Bento Maciel ganhava não só grande poder militar, mas a possibilidade de negociar os tupinambás e tabajaras rebelados como espólios de guerra, além de ter sob sua liderança uma grande quantidade de índios aliados. Conseguia, dessa forma, muitos aliados portugueses e alguns inevitáveis inimigos. A arbitrariedade dessa negociação era criticada na correspondência de dois dos seus maiores adversários: Custódio Valente e o futuro conquistador da fronteira ocidental do Amazonas, Pedro Teixeira. Não lamentavam os dois capitães a divisão dos escravos, mas o fato de estarem aliados do negócio, por serem notórios desafetos do Capitão de Guerra:

“Os capitães Custódio Valente, Pedro Teixeira e o padre Custódio, eleitos nesta Conquista no cargo de capitão-mor desta Conquista, mandamos ao capitão Manoel [da guarda] provedor da Fazenda de Sua Majestade, por assim cumprir a seu serviço o escrivão de seu cargo, requeira da parte de Sua Majestade e da nossa ao Capitão Bento Maciel Parente e que quanto lhe temos mandado venha a esta fortaleza para haver de tratar os negócios que traz a cargo do serviço de Sua Majestade ao capitão Custódio Valente que para isso lhe deputamos e lhe damos a tudo o que for de serviço de Sua Majestade, e mandados ao governador que traz o cargo inteiro cumprimento e até agora não havendo, lhe requereis como dito é que querendo ir buscar o inimigo Tupinambá, que se diz estar no rio Guamá, lhe

¹⁶⁵ “Carta de Francisco Caldeira Castello Branco a Manoel Soares de Almeida, capitão-mor do Pará, pedindo informação, em nome do rei de Portugal, acerca do levante do gentio Tupinambá por causa da luxúria e cobiça de Mathias de Albuquerque, entre outras coisas”. Pará, 1618. AHU-APEP/PA, doc. 10, pasta 2.

daremos todo o favor necessário, e caso que não queira ir se vá da Conquista para que estando nela, mormente nesta paragem pela muita falta que há de mantimentos e em notável dano dela requerendo-lhe, contudo, nos deixe duzentos flecheiros dos que consigo traz para a segurança da Conquista e freio do inimigo [pois] a experiência tem mostrado que o não haver índios destas duas nações, que traz consigo, deu ao inimigo ânimo de rebelar e assim lhe requerereis mais que deixe nesta conquista a gente que de Pernambuco veio para ela, e se a não trouxe e a deixou no Maranhão outra em seu lugar e insistindo em não deixar os ditos índios, o que dele não esperamos por ser em notável desserviço de Sua Majestade”.¹⁶⁶

Em resposta às acusações dos dois capitães e do Padre Custódio, superior dos franciscanos do Maranhão, Bento Maciel afirmava não ir pessoalmente à dita fortaleza do Pará por ter nela muitos inimigos: “os quais estão soltos sendo culpados em uma devassa que nesta Conquista tirei”, segundo escreve. Quanto aos índios aliados que trouxe consigo de Pernambuco, em grande quantidade, dizia serem eles livres, podendo servir “sem soldo, e que querendo ficar voluntariamente que o estimarei muito”.¹⁶⁷ De fato, como veremos mais tarde, Bento Maciel promoveu calculadamente várias prisões e devassas durante o tempo em que esteve com o cargo de Capitão de Guerra do Maranhão. Sua posição foi, a partir daí, sensivelmente fortalecida. Voltaremos a essa questão mais tarde.

Quanto ao processo de sesmarias das duas senhoras de Castello Branco, outros interesses estavam em jogo. Era conhecida na capitania a condição privilegiada daquela propriedade. Um tal João Nunes Fragoso disse, no processo, que as duas senhoras possuíam muitas casas e um “formoso canavial de açúcar”, sendo suas canas as “primeiras que entraram naquela Conquista, e daí se têm plantado em muitas

¹⁶⁶ “Cópia do Requerimento dos capitães Custódio Valente, Pedro Teixeira e padre custódio sobre o procedimento de Bento Maciel Parente, resposta deste e outros”. 2 de outubro de 1619. AHU-APEP/PA, doc. 4, pasta 7.

¹⁶⁷ *Idem, ibidem.*

partes".¹⁶⁸ Além de produzirem mandioca e outros gêneros. Outro morador do Maranhão, Manoel de Almeida, dizia possuírem naquelas partes: "boa quantidade de escravos para cultivar as terras de que se trata, começando com eles a cultura delas".¹⁶⁹ O número de escravos variava, segundo os testemunhos, entre 200 e 300 almas.

A partir dos documentos disponíveis, não é possível saber, com certeza, o que teria ocorrido com a dita propriedade e os seus escravos. O que sabemos, pelos testemunhos de Custódio Valente, é que esta foi cercada dos "inimigos do dito seu pai [Castello Branco]", e que dos "mais de trezentos escravos" que tinha, muitos "estão ainda na dita Conquista e são da suplicante Dona Francisca".¹⁷⁰ Se uma parte dos escravos ainda estava com a suplicante Dona Francisca, onde estaria o restante deles? Se pensarmos que a sustentação das guerras contra tupinambás e tabajaras demandava um considerável contingente de soldados nativos, teremos facilmente a resposta. De fato, é emblemático que a posse daquelas terras só fosse confirmada naquele ano de 1626, quando chega o novo governador Francisco Coelho de Carvalho, outro dos desafetos de Bento Maciel Parente.

Parte das vicissitudes daquele complicado processo de sesmarias tinha relação com os poderes obtidos por Bento Maciel Parente, no final da década de 1610. A condição de principal autoridade militar no combate aos levantes indígenas posteriores a 1617, com recursos bélicos e muitos homens a sua disposição, significou uma oportunidade única para que aquele oficial luso-pernambucano pudesse garantir, de vez, o seu espaço político na nova fronteira. Entretanto, mas do que contemplar o seu próprio êxito, Bento Maciel presenciou o anúncio de uma outra grande força política no cenário maranhense, o índio aliado. É sobre esse último que trataremos a seguir.

¹⁶⁸ "Testemunhas que tirou o Doutor Francisco leitão juiz de mina e índia para informação de dona Francisca de Castello Branco". Lisboa, 24 de junho de 1623. AHU-APEP/PA, doc. 13, pasta 5.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁰ *Idem, ibidem.*

O cenário indígena: o grande motim tupinambá de 1617.

Existe uma lição que os portugueses aprenderam rapidamente dos franceses invasores. Era a necessidade de conhecer os vários grupos indígenas, suas diferenças, suas afinidades e seus conflitos internos. Muitos dos oficiais envolvidos na Jornada do Maranhão impressionavam-se com a facilidade com que os franceses falavam ao gentio em sua própria língua. Em pouco tempo, percebiam que manter o índio em “amizade” e “quietação” era questão de sobrevivência. Materialmente, quase toda a vida cotidiana dependia deles, incluindo-se aí a própria locomoção entre as capitânicas. Martins Soares Moreno, capitão prático no trato de índios de outras partes, advertia acerca dos soldados que fossem mandados para o Maranhão: “será bom serem casados para trabalharem com cuidado, e para quietação do gentio”.¹⁷¹ O experiente capitão conhecia bem a contundência do tema.

Também Francisco Coelho de Carvalho, o futuro governador do Estado, alertava que para a manutenção da paz com as duas maiores tribos do Maranhão, Tupinambás e Tabajaras, era essencial que as honras ofertadas a um chefe fossem, da mesma forma, garantidas ao outro. Era necessário sempre mostrar, por parte dos portugueses, a mesma consideração: “porque como este gentio é odioso”, pode daí resultar: “grande inveja e discórdia em grande desserviço de Vossa Majestade”.¹⁷² A própria necessidade de missionários foi defendida, por muitos moradores, utilizando como argumento principal o temor dos portugueses ante a possibilidade de revoltas indígenas. Os jesuítas, em virtude da clara orientação dessa Ordem nas “letras” e “humanidades”, e menos em teologia, ganhavam preferência e dominaram parte do labor da conversão no século XVII.

Entretanto, aos governadores era exigida também uma certa habilidade no trato com o índio. D. Felipe, escrevendo ao vice-rei de Portugal, às vésperas da

¹⁷¹ “Requerimento do ex-capitão-mor do Ceará, Martim Soares moreno ao rei [Felipe II] a pedir ajuda de custo para remediar sua misérias, necessidades e dívidas, tendo em consideração os serviços prestados na conquista e povoamento do Ceará e como capitão-mor na jornada do Grão-Pará”. 1618. AHU- Acl - Cn – 017, caixa 1, documento 1.

¹⁷² “Parecer de Francisco Coelho de Carvalho sobre os chefes índios D. Luis de Sousa e Mandiocapuba”. 28 de fevereiro de 1624. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, p. 306.

separação entre os Estados do Brasil e do Maranhão, recomendava que o governador nomeado para o cargo fosse um “letrado”, e que principalmente fosse: “pessoa que tenha experiência do gentio”.¹⁷³ Alguns capitães gabavam-se mesmo de terem aprendido a língua do nativo, podendo, assim, negociar com eles sem intermediários. Era o caso, por exemplo, de Soares Moreno.

A própria condição do índio como figura essencial nas Conquistas comportava vários elementos ambíguos. O gentio era visto ao mesmo tempo como povoador, cultivador, soldado e, quando se tratasse de “índio aliado”, legítimo vassalo del-Rei. Essa condição múltipla excedia o simples papel de mão-de-obra, sendo usada pelos próprios índios e por seus eventuais aliados como combustível político na defesa de seus interesses. Nos motins e protestos envolvendo grupos indígenas, a força dessa estratégia aparece com maior distinção. Assim, o índio poderia encontrar um aliado tanto entre religiosos quanto entre moradores, de acordo com os interesses em jogo.¹⁷⁴ O diálogo e a negociação com o dominador português foram algumas das estratégias de sobrevivência utilizadas pelo índio nesse novo mundo.¹⁷⁵ Outra forma, mais extremada, foi o motim.

Talvez o mais bem documentado motim indígena do Estado do Maranhão tenha sido o levante tupinambá de 1617.¹⁷⁶ Na verdade, foi um levante iniciado por tupinambás, mas que contou com a participação de grupos Tabajaras e Nhengaibas. Diferentemente da guerra contra o tapuia, esse índio genérico não converso, o motim

¹⁷³ “Em carta de S. Magd. de 20 de junho de 618. para o Vizo Rei de Portugal”. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, p. 141.

¹⁷⁴ Sobre essa estratégia de sobrevivência do índio aldeado, aproveitando-se de sua ambígua condição de vassalo, vale a pena ver: Maria Regina Celestino de Almeida. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos Cristãos do Império Português*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2000.

¹⁷⁵ Sobre a relação dinâmica entre a ação individual e as demandas coletivas nas estratégias de sobrevivência entre os séculos XVI e XIX, vale a pena consultar a série de ensaios biográficos coordenadas por David Sweet e Gary Nash. David Sweet & Gary Nash. *Struggle & Survival in Colonial America*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1981.

¹⁷⁶ O grande motim tupinambá ocorreu no final de 1617. Entretanto, os documentos aqui citados são, a maior parte deles, testemunhos posteriores a 1619, ano em que as circunstâncias da revolta aparecem com maior nitidez em função dos autos tirados pelo capitão Bento Maciel Parente, nomeado pelo governador do Brasil para reprimir o levante.

tupinambá significou um combate contra um adversário que conhecia bem o português. Os índios que lideraram o levante falavam e possivelmente sabiam ler o português, como resultado da obra de franciscanos e jesuítas.

São dois os interesses que nos levam a esse motim. O primeiro é exatamente perceber de que modo o gentio utilizava os códigos do português, no sentido de obter vantagens coletivas ou individuais. O segundo, já anunciamos páginas atrás, perceber como algumas autoridades portuguesas aproveitavam-se da turbulência para conseguir outras vantagens contra grupos rivais. O levante tupinambá ocorreu num contexto de lutas políticas, numa fase em que os portugueses, moradores das duas capitanias (Grão-Pará e Maranhão), mais do que nunca procuravam assegurar seus espaços privados na nova fronteira. No final das contas, o conflito era um bom pretexto para a negociação.

A revolta ocorreu durante o governo do capitão Jerônimo de Albuquerque. Seu filho, Matias de Albuquerque, governava o Cumã substituindo Martim Soares Moreno. O gentio daquela região invadiu uma fortaleza, protestando contra os maus-tratos dos portugueses e mataram cerca de trinta soldados. O episódio ganhou grande repercussão. Notícias suas chegaram mesmo à capitania do Pará, merecendo atenção especial no Reino, que logo tratou de nomear um Capitão de Guerra, uma espécie de interventor que tinha como missão controlar a revolta e castigar os culpados.

O temor de uma grande revolta indígena, pronunciado em advertências anteriores, parecia encontrar na realidade o seu coroamento. Ante a possibilidade de uma avalanche sem precedentes de revoltas similares, a Coroa revestiu o interventor do poder necessário para agir. Poder nessa sociedade, no entanto, era sempre motivo de grande disputa. A escolha do interventor, não subordinado teoricamente às autoridades locais, acelerou nitidamente a pulsação política daquelas terras. O escolhido certamente teria aliados, mas também, é certo, teria inimigos.

O escolhido foi Bento Maciel Parente, soldado português, criado em Pernambuco e que fizera a maior parte de sua carreira no Grão-Pará e Maranhão. O Regimento passado por D. Gaspar de Sousa, governador geral do Brasil, especificava qual sua missão. Gaspar de Sousa advertia ser o “intento principal dessa guerra”,

conservar a “reputação de S. Majestade” e dar o maior castigo conforme o merecimento.¹⁷⁷ Estava claro que, mesmo nessa circunstância limite, o princípio de que os portugueses deveriam, a todo custo, buscar a aliança com o gentio estava mantido, sendo a guerra: “ordenada somente para por meio dela se alcançar a paz” com todas as nações indígenas. Na verdade, os maiores alvos da repressão eram os índios *principais* dos tupinambás e seus cúmplices mais diretos.¹⁷⁸

Para Bento Maciel Parente, os maiores culpados do massacre de portugueses em Cumã, além dos líderes tupinambás, eram os Albuquerque Coelho. Ele acusou, nos autos que fez, principalmente a Mathias de Albuquerque por “agravos” cometidos contra o gentio: “Espancando-os e tirando-os em tudo [e que] em breve se levantaram matando toda a gente que no presidio de Cumã estava”. O mesmo Bento Maciel pedia ao rei que de maneira alguma mandasse a nenhum: “Albuquerque à Conquista quando a prova se tirar assim em cargos de milícia como de qualquer coisa, e assim saberá vossa Majestade de quem é bem ou mal servido nessas Conquistas”. Bento Maciel denunciava um sem número de práticas “ilegítimas” de Jerônimo e vários outros membros da família Albuquerque Coelho. Os argumentos principais daquele Capitão de Guerra versavam sempre sobre a desobediência aos regimentos reais, a traição à fidelidade do cargo, e principalmente a incapacidade do capitão-mor do Maranhão em lidar com o gentio.

As acusações de Bento Maciel foram mais contundentes ainda. Em seus *capítulos*, documento em que expõe as responsabilidades do motim indígena, o capitão de guerra, dispondo da autoridade que lhe fora dada, ponderou engenhosamente sobre todos os setores proibidos a um representante del-Rei. Os Albuquerque teriam visitado sistematicamente todos eles. Contra a fidelidade: “com o poder de seu cargo fez assinar muitos papeis falsos aos capitães e mais oficiais”. Contra a religião: “mandava fazer imagens e retábulos de santos feitos por mão de um negro (...) usando

¹⁷⁷ “D. Luis de Sousa, governador e capitão-geral do Brasil, dá regimento a Bento Maciel Parente, nomeando capitão da guerra contra os índios no Pará”. Porto do Recife da vila de Olinda, 22 de março de 1619. In: Annaes do Museu Paulista. São Paulo: 1927, tomo 3, doc. LXIV, pp. 98-104. Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], p. 146-7.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem.*

com eles de mercancia para com o gentio pagão”, e ainda: “ambiciosos em tanta maneira que pela dita causa fez alferes um *homem da nação* pelo interesse em duas onças de âmbar”. Contra a providência: “que havendo umas salinas que a natureza criou mandava ele dito capitão-mor buscar muito grande quantidade de sal, sem outro nenhum benefício que ele lhe fizesse”. Contra a tradição: não reconhecendo as orientações de seu próprio pai, já doente, de que governasse com o auxílio de adjuntos eleitos pelo “povo”, nisso agindo “contra o serviço de Vossa Majestade de que lhe não dava conta”. A competência e a eficácia do discurso de Bento Maciel residia, exatamente, na negação das tópicas do bom governo, o que nos dá uma pista interessante sobre o ideal de administração pretendido para aquelas Conquistas, e dos limites pertinentes ao seu poder.

Bento Maciel tinha plena consciência do que era ou não aceitável perante a Corte. O culpado pelo massacre não era somente o gentio, era a inépcia dos atuais governantes da capitania, sobretudo de Jerônimo de Albuquerque que havia sido: “tão remisso e incapaz no serviço de Sua Majestade, que sendo avisado por muitas pessoas, assim brancos como índios, querer-se o gentio levantar, pedindo que lhe fizesse cobro nisso o não quis nunca fazer, nem mandar recolher os brancos que fora das fortalezas andavam desgarrados”.¹⁷⁹

Paralelamente à depreciação do governo dos Albuquerque, há um movimento constante na correspondência de Maciel Parente de afirmação de si próprio como alternativa para remediar os “agravos” cometidos naquelas capitânias. Em carta escrita ao rei Felipe, na ocasião em que tinha sido preso por ordem dos mesmos Albuquerque, lamentava Bento Maciel estar a Conquista do Maranhão ausente de um “bom governo”, e acrescentava, ainda, que tão logo saísse da prisão, iria ao reino para: “receber o prêmio de alguns serviços” que têm feito naquele Estado.¹⁸⁰ Seguia-se a isto

¹⁷⁹ “Capítulos que mandou fazer o capitão Bento Maciel Parente contra ho capitão Jerônimo d’Albuquerque e seus ff.^{os} a saber Antonio d’Albuquerque e Mathias d’Albuquerque”. 12 de novembro de 1618. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, pp. 151; 147; 146; 146-147; 148-9 e 146, respectivamente.

¹⁸⁰ “Carta contendo queixas de Bento Maciel Parente a El-Rei” 4 de outubro de 1618. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, p. 143.

uma lista sumária expondo, em contraponto aos defeitos do governo dos Albuquerque, as várias virtudes do seu próprio.

Nos autos tirados por um de seus adversários, principalmente o capitão Custódio Valente, todos os testemunhos criticavam o estilo pouco sigiloso das devassas realizadas por aquele Capitão de Guerra. Bento Maciel e seus ministros, diz o alferes Francisco Medina: “tiveram tão pouco segredo no tirar dela [devassa] que logo se souberam quem eram os culpados, os quais tanto que souberam de sua vinda fugiram”.¹⁸¹

Uma outra testemunha, o também alferes António de Carvalho Fajardo, contestava a necessidade do contingente de índios e soldados portugueses exigidos por Bento Maciel para empreender a guerra ao gentio. Seriam ao todo 480 homens (80 portugueses e 400 índios aliados).¹⁸² Outras testemunhas foram além. Um tal Fernão de Maldonado sabia, por ouvir dizer, que: “tratava o dito capitão Bento Maciel querer entrar aqui com mão armada e fazer-se capitão-mor”.¹⁸³ Muitos acusaram ainda o capitão de uma certa negligência na repressão ao gentio revoltado. António Fajardo, fazendo referência aos líderes do motim, denunciava: “saíam publicamente nesta fortaleza, e passeavam por esta cidade”, sem serem incomodados pelo capitão e seus muitos soldados.¹⁸⁴

O caso do massacre de Cumã parece ser emblemático. Muitos dos testemunhos fala menos sobre o massacre em si - e dos problemas dos motins indígenas -, e mais sobre as escolhas políticas dos portugueses envolvidos direta ou indiretamente nele. Ao longo do combate empreendido contra os Tupinambás, poderes foram afirmados e, a partir dessa afirmação, alianças foram forjadas.

Não queremos dizer com isso, é bom ter claro, que os portugueses ignoravam a necessidade de castigar os índios envolvidos no levante. Os índios estavam presentes

¹⁸¹ “Auto que mandou proceder o capitão Custódio Valente sobre actos do capitão Bento Maciel Parente (2 de novembro de 1619)”. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, p. 259.

¹⁸² *Idem, ibidem*, pp. 260-1.

¹⁸³ *Idem, ibidem*, p. 262.

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 260.

naquelas guerras e, ao contrário do que poderiam pensar alguns, não estavam de modo algum alheios às suas disputas políticas.

Dentre os índios diretamente envolvidos no motim de Cumã, um é referido de modo especial, o que chamavam de Amaro. Personagem por vezes obscura, esse *principal* da nação tupinambá teria deflagrado a revolta utilizando-se de sua condição privilegiada no contexto da relação entre portugueses e índios. Pelo que diziam os testemunhos, Amaro teria vindo de Belém, embora seja quase certo de que era um principal de origem pernambucana. É possível que esse índio tenha sido trazido de lá pelos portugueses para servir de *língua*, como tantos outros índios de Pernambuco que integravam a jornada de conquista do Maranhão. Ao que tudo indica, Amaro foi educado pelos padres da Companhia de Jesus, alfabetizado por esses na língua portuguesa. Era, inegavelmente, uma figura de prestígio entre o gentio da região e, ao mesmo tempo, tinha trânsito no mundo dos portugueses exatamente pela sua condição a de letrado. Esse índio teria deflagrado o levante utilizando-se de uma inteligente estratégia. Quem nos conta essa história é Manoel Dias, testemunha no processo aberto por Bento Maciel. Os índios de Cumã foram rebelados, dizia ele:

“(...) Por um negro que chamavam Amaro que estava no distrito do Cumã e que achara o dito negro Amaro uma carta que desta Capitania do Grão Para levavam os brancos que daqui vão, e que o dito índio Amaro dissera ao dito gentio do Cumã que sabia ler, e lera a carta que mandava ao capitão mor Francisco Caldeira no qual (digo) mandava dizer do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque que viesse de lá dando o cativamento ao gentio do dito distrito e capitania, e que não querendo crer o dito gentio do dito distrito o que o dito Amaro dizia o foram perguntar a sua mulher e dizendo-lhes que era verdade o que seu marido dizia mataram os brancos que daqui foram, e depois foram matar os do dito presídio do Cumã estando descuidados...”¹⁸⁵

¹⁸⁵ “Pará, 8 de novembro de 1618”. AHU-APEP, rolo 1.

Como vemos, o conteúdo da carta seria, supostamente, um projeto de escravização dos índios Tupinambás da região. Ao saber sobre a crueldade do intento branco, narrada tão verossimilmente por um dos seus, o gentio da região iniciou a revolta. O alvo primeiro foi Cumã, a região que é chamada algumas vezes de *Terra Firme*, para fazer a oposição com a ilha de São Luís. O massacre foi total, com a morte de cerca de trinta soldados portugueses que faziam a guarda do presídio. A testemunha Manoel Dias dizia, ainda, ser o levante uma vingança do tal tupinambá Amaro contra os irmãos Antônio e Mathias de Albuquerque. Essa versão é confirmada pelo testemunho de Jerônimo Correa, segundo o qual os dois irmãos faziam: “vexações aos negros índios do dito distrito e fizeram a um índio de Pernambuco como fora mandado amarrar e açoitar a ele”.¹⁸⁶

O almoxarife Antonio da Costa, religioso franciscano, foi mais enfático. Dizia ter ouvido falar, pelos índios línguas que circulavam por aquelas Conquistas, que Mathias de Albuquerque tinha sido o responsável pelo descontentamento dos Tupinambás. Aos índios, dizia o almoxarife: “açoitava e queimava os focinhos com fogo”, dando motivo ao massacre dos portugueses.¹⁸⁷ Como o próprio Antonio da Costa indicou em seu testemunho, a notícia do motim em pouco tempo chegou à capitania do Pará, o próximo alvo da revolta.

Segundo disse o franciscano Antonio da Merceana, escrivão de um dos autos feitos por Bento Maciel Parente, uma das conseqüências imediatas do levante foi a interrupção da comunicação regular entre as duas capitanias. Quanto às informações, de um jeito ou de outro elas pareciam chegar. A grande preocupação era com os gêneros que deveriam viajar do Maranhão ao Pará. O frei Merceana descrevia, com tintas dramáticas, o estado das Conquistas imediatamente após o motim:

“Teve este gentio muita causa de se levantar pelas contínuas moléstias que lhe faziam, e forçado delas não parou aqui mas a

¹⁸⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁷ *Idem, ibidem.*

pouca ordem que houve no princípio, onde se puderam atalhar estes danos, tomou ânimo contra nós, com que em assaltos contínuos têm roubado os escravos desta fortaleza estando todos os moradores dela com as armas nas mãos de noite e de dia impedindo o inimigo trazerem-nos farinhas com que temos todos padecido muitos trabalhos e fomes, e o que mais se sentia minhas esperanças de remédio pois não avisava a Vossa Majestade o capitão-mor Francisco Caldeira tendo comodidade de o poder fazer sendo o meio por onde pudéramos estar remediados e não no perigo e risco em que os soldados gastando as redes, dormem no chão”.¹⁸⁸

Com a escolha de um Capitão de Guerra para coordenar os esforços militares, tanto na região do conflito quanto nas zonas próximas, começava a reação portuguesa. A repressão ao levante, dirigida por Bento Maciel, foi na versão de Augusto Meira Filho: “violenta, descendo das terras do Maranhão com tropas organizadas à sua própria custa, dominando todas essas tribos que se situavam desde o lugar chamado Tapuytaperá até o Pará”.¹⁸⁹ Jorge Hurley é menos benevolente ainda: “o bárbaro Bento Maciel Parente”, escreve o autor: “parecia querer extinguir a raça tupinambá da Amazônia”.¹⁹⁰ O gentio de várias partes das duas capitanias do Estado foi duramente reprimido pelas forças militares portuguesas. Estas, por seu turno, auxiliadas por um considerável contingente de índios aliados (seiscentos índios ironicamente chamados de “tapuias”, nome comumente usado para qualificar exatamente os índios rebeldes). O número de soldados portugueses nas ações de repressão variava, segundo os relatos, entre cinquenta e oitenta.

¹⁸⁸ “Testemunhas tiradas ad perpetuo memoria e requerimento do capitão Bento Maciel Parente sobre os que são culpados do levante dos índios”. Pará, 27 de novembro de 1618. AHU-APEP, rolo 1, doc. 2.

¹⁸⁹ Augusto Meira Filho. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: S.C.E., 1976, p. 63.

¹⁹⁰ Jorge Hurley. *Noções de História do Brasil e do Pará*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (separata do vol. XI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará), 1938, p. 80.

Segundo, ainda, John Hemming, a partir dos relatos de Berredo, teria sido orquestrada uma guerra permanente contra os tupinambás de todo o Estado, quase aos moldes da guerra contra o holandês. A nação tupinambá desde o litoral das ilhas do Maranhão até a entrada do Rio Tocantins, no Delta do Amazonas, foi duramente reprimida durante os três anos em durou a dita guerra.¹⁹¹ Não dispomos de dados concretos sobre o número de mortos nas guerras contra os tupinambás. A inconstância dos números apresentados é surpreendente. O padre Manoel Gomes, religioso da Companhia de Jesus, o mesmo que acompanhou Alexandre de Moura em 1615, fala de cerca 30.000 mortos no Pará.¹⁹² Simão Estácio da Silveira, escrevendo alguns anos após o levante, falava do incrível número de cerca de 500.000 mil almas, entre índios cativos e mortos nas ações coordenadas por Bento Maciel Parente em toda a região do Maranhão. Alguns deles teriam sido entregues nas mãos dos “tapuias inimigos”, e outros, ainda, fugiram para as aldeias do Pará, intentavam esses últimos encontrar abrigo ou “misericórdia”.¹⁹³

De fato, muitos tupinambás sobreviventes, ao final da guerra, teriam fugido em grande quantidade para as matas do Tocantins, lá encontrando outros dessa nação. Hemming, que acompanhamos parcialmente nesse relato, tende a compreender o motim de Cumã mais como exemplo do poder de destruição português que propriamente como capacidade de mobilização índio. O final simbólico dessa grande guerra era a imagem, representada sempre com extrema dramaticidade pelos cronistas – e não sem motivo – da morte do índio Amaro, condenado a morrer pela boca de um canhão português.¹⁹⁴

O caso do índio Amaro permite várias entradas analíticas. Ilustra bem, por exemplo, um dos elementos mais instigantes das Conquistas ibéricas na América, a questão do “mediador” ou, como melhor chamou Serge Gruzinski, o “passeur

¹⁹¹ John Hemming. *Red Gold: the Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge (Massachusetts)/Harvard University Press, 1978, pp. 213-216.

¹⁹² “Carta do jesuíta P^e Manoel Gomes que foi na armada de Alexandre de Moura ao Maranhão. 2 de junho de 1621”. In: Barão de Studart. *Op. cit.*, pp. 281.

¹⁹³ Simão Estácio da Silveira. *Op. cit.*, p. 38.

¹⁹⁴ John Hemming. *Op. cit.*, p. 213-216.

culterel”, ou seja, aqueles que num contexto de mestiçagem de culturas, transitavam entre dois Mundos.¹⁹⁵ Do mesmo modo, o aprendizado da língua e dos valores do conquistador, aliado a sua relativa ignorância do sentido que o índio dava às suas práticas e imagens, parece criar sempre novas possibilidades de reação, um processo que evidentemente ganhava contornos distintos em cada situação.¹⁹⁶ Apesar de Gruzinski privilegiar o papel das lideranças, ele mesmo admite que a “mestiçagem cultural” foi uma ação bem mais complexa, envolvendo comunidades inteiras – e não só os chefes indígenas - num confronto que não era apenas físico, mas também religioso, social, lingüístico, auditivo e visual.¹⁹⁷ Ante a avalanche destrutiva da “ocidentalização”, comunidades inteiras souberam tirar proveito de elementos da cultura europeia em função de seus próprios interesses, mostrando a “excepcional vitalidade do mundo indígena frente ao assalto do cristianismo e do ocidente”.¹⁹⁸

Para John Monteiro, o papel ambíguo das lideranças indígenas foi fundamental no sentido da formulação de estratégias de sobrevivência. A própria organização política interna desses grupos, a partir do envolvimento com o europeu, deveria levar em conta as articulações externas. Da mesma forma, a afirmação de uma dada cultura dependeria, nesse novo contexto, de seu “posicionamento no campo da política interétnica”.¹⁹⁹ Conhecer o outro era, portanto, fundamental. Os estudos sobre as relações de alteridade entre os índios tupinambás enfatizam, muitas vezes, a

¹⁹⁵ Serge Gruzinski. “Entre Macacos e Centauros: os índios pintores e a cultura do renascimento”. *Cadernos de História Social*. Nº 3 (Abril, 1996), pp. 3-20. Ver também: *La colonización de lo imaginario*. México: F.C.E., 1991.

¹⁹⁶ Serge Gruzinski mostrou o quanto o desconhecimento da sensibilidade nativa em relação às imagens católicas se traduzia em considerável desvantagem para o dominador europeu. Ver: *La Guerra de las Imágenes: De Cristobál Colón a “Blade Runner” (1492-2019)*. México: F.C.E., 1995. Ver também: Victor Kiernan. “Línguas e Conquistadores”. In: Porter, Roy & Burke, Peter (orgs.). *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 1993, pp. 259-284.

¹⁹⁷ Sobre a polêmica em torno do papel que Serge Gruzinski atribui às lideranças indígenas ver: Maria Regina Celestino de Almeida. *Op. cit.*, pp. 157-169.

¹⁹⁸ Serge Gruzinski. “La Colonisation des Langages [Introdução]”. In: Serge Gruzinski & Nathan Wachtel. *Le Nouveau Monde, Mondes Nouveaux: L’expérience américaine*. Paris: Recherche sur les Civilisations/EHESS, 1992, p. 197.

¹⁹⁹ John Monteiro. “Armas e Armadilhas: História e Resistência dos índios”. In: Adauto Novaes. *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: FUNARTE/Companhia das Letras, 1999, pp. 237-256.

capacidade desse grupo indígena de construir redes de alianças em momentos de confronto e, ao mesmo tempo, a importância atribuída às suas lideranças nessas guerras. Eduardo Viveiros de Castro também acrescenta, a esses aspectos, a importância da vingança enquanto valor social. A morte por mãos do inimigo significava honra e reconhecimento do ponto de vista individual, mas grande ofensa ao grupo, que tinha como obrigação vingar os agravos cometidos contra um membro seu. O “fio rubro da vingança”, segundo Viveiros de Castro, “percorria a vida e a morte dos homens e mulheres tupinambás”.²⁰⁰

Conhecimento do outro, mestiçagem cultural, liderança indígena, reação intertribal, guerra e vingança, todos esses aspectos estavam presentes no motim tupinambá de 1617. Nos relatos sobre o levante, o índio Amaro sempre aparece como esse agente agregador com o qual todos os outros índios se identificaram. Sobre essa ambígua liderança, as informações são sempre enigmáticas. Teria sido um índio educado pelos missionários do Estado do Brasil, mas que parecia não ter perdido o reconhecimento entre os próprios tupinambás da Amazônia. Outros índios sabiam certamente de sua condição de letrado, o que teria nesse caso inspirado certo grau de confiança ou verossimilhança em relação à leitura da suposta carta do capitão Castello Branco. Também pareciam confiar em sua capacidade de avaliação do contexto geral em que seria possível ou não um levante daquelas proporções. Mesmo que num primeiro momento houvesse, como afirmava o testemunho de Manoel Dias, dúvidas por parte dos tupinambás: “que não querendo crer o dito gentio do dito distrito o que o dito Amaro dizia o foram perguntar a sua mulher”. Essas dúvidas recaíam, como é possível perceber, sobre a fidelidade do índio Amaro e não sobre a sua condição de “letrado”.

Também, a partir das queixas do escrivão frei Antonio da Merceana, é possível perceber a amplitude do motim. Os índios ao longo do levante parecem ter organizado vários assaltos, resgatando outros índios, cortando a comunicação comercial entre as duas capitanias e espalhando o temor entre os pontos mais

²⁰⁰ Eduardo Viveiros de Castro. “O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. *Revista de Antropologia*, vol. 35 (1992), p. 43.

distantes daquela Conquista. Inegavelmente, foi necessário certo grau de organização e conhecimento do *outro* para realizar tais feitos. De outro modo, como vimos, os conflitos internos entre os portugueses teriam favorecido a expansão do motim que, em pouco tempo, chegava ao Pará. Os portugueses que sempre utilizavam as rivalidades internas entre as diversas tribos para assegurar o seu próprio domínio, tinham agora o mesmo artifício contra si.

Por fim, podemos dizer que o levante tupinambá de 1617 mudou, em parte, as atitudes em relação aos grupos indígenas e em relação às Conquistas como um todo. O grande número de pedidos por missionários, no período logo posterior à revolta, comprova isso. O fortalecimento das negociações internas entre os vários grupos envolvidos na Conquista não deixava de ser, da mesma forma, parte de seu legado. Portugueses e, principalmente, missionários enxergavam no gentio um poderoso aliado que não poderia ser, de modo algum, desconsiderado.

Capítulo 2. Mundos Cruzados: tramas internas do Maranhão. (1626-1653).

Um mundo de brancos? Ecos de Cumã.

Os “verdadeiros brancos, filhos do sol e do Tupã”, assim os índios do Maranhão chamavam os portugueses, segundo diz o capitão Luiz Aranha de Vasconcelos. Era meados de 1626, e Vasconcelos relatara ao rei Felipe os sucessos de sua viagem de descobrimento do rio Amazonas.²⁰¹ Toda a narrativa feita por esse capitão tinha como objetivo mostrar que, sob vários aspectos, a conservação da gentilidade da nova Conquista dependia do maior ou menor poder de negociação que tinham os portugueses junto aos grupos indígenas. Os estrangeiros, sem o auxílio valioso do gentio, não teriam poder bélico suficiente para controlar tão distante e ampla região.

Outro objetivo de Vasconcelos era mostrar que ele próprio detinha todos os requisitos para o trato com o gentio. O respeito que deles ganhara fora conseguido com certo esforço, o capitão havia lhes dado: “quantos vestidos e camisas tinha, e as toalhas, guardanapos e pratos” de sua mesa. Ao ter presenteado alguns dos gentis aliados, oferecendo-lhes ainda seus próprios pratos, o capitão se desprovia de alguns confortos: “comendo em uns cabaços sem ter coisa alguma com que me servir”. Tudo isso, em troca de certas vantagens na negociação com os grupos indígenas com que fizera contato: “ganhando por isso, e outras obras, tal fama com eles que me adoram como a ídolo”.²⁰²

Na verdade, devemos ler na narrativa do capitão Vasconcelos as disputas pelo controle das capitânicas da Amazônia, após a efetivação dessa unidade do Império enquanto Estado. A luta pelo poder é o tema central da narrativa. Não por acaso, o

²⁰¹ “Informação de Luiz Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do Rio das Amazonas”. ABNRJ, vol. 26, p. 393.

²⁰² *Idem, ibidem.*

relato culmina com um pedido de nomeação do capitão Vasconcelos para uma das capitanias banhadas por aquele grande rio, além do pedido para que Sua Majestade recomenda-se seus serviços a Francisco Coelho de Carvalho, para que fizesse “saber ao governador do Maranhão o efeito a que vou”.²⁰³ Nesse momento delicado, quando se forjava uma nova configuração política, a partir de 1626, todos estavam, de uma forma ou de outra, de acordo com suas possibilidades e limites, tentando tirar vantagem da nova situação. Conquistar o apoio de grupos políticos variados era, mais do que nunca, uma questão de sobrevivência. Isso incluía grandes autoridades administrativas, autoridades religiosas – seculares e regulares – e, também, grupos indígenas potencialmente aliados.

Voltando rapidamente à narrativa do capitão Vasconcelos, o que também parece importante na disposição dos seus argumentos é a relação de alteridade presente no texto. Os índios são fundamentais na luta pelo domínio do espaço, conhecem as rotas, extraem produtos com valor comercial na Europa, constroem os Fortes e apresentam-se neles como os melhores soldados de Sua Majestade, pois são fiéis mesmo recebendo como soldo não mais que algumas “bugiarias, camisas e ferramentas”.²⁰⁴ De outro modo, fica claro que os índios não podem ser tomados sem que os portugueses façam algumas concessões. No limite, que aceitem o título de filhos de Tupan - como se isso “disse de Deus”, tal como justificava depois o mesmo capitão.

Como vemos, a partir do relato de Vasconcelos, a relação de domínio empreendida pelos portugueses sobre os diversos grupos indígenas da Amazônia não se dava sem muitas concessões. No limite, muitos desses grupos (e indivíduos) conseguiam tirar vantagens dos conflitos entre missionários e moradores, ou mesmo dos confrontos no seio da burocracia portuguesa, obtendo ganhos algumas vezes consideráveis. O próprio papel do trabalho indígena nas Conquistas – fundamental sob vários aspectos – garantia a essas comunidades um grande poder de negociação frente às autoridades laicas e religiosas.

²⁰³ *Idem, ibidem*, p. 394.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 394.

A importância da presença nativa na política branca aparece, inevitavelmente, em várias das disputas entre autoridades portuguesas. No final da década de 1620, quando a discussão sobre o *status* político dos capitães-mores e das capitanias do novo Estado ainda estava em pauta, a negação da proposta de se dividir o Maranhão em dois governos distintos tinha como base o fato, alegado, de que existiria uma desigualdade bélica e econômica entre as duas capitanias do Estado. A do Grão-Pará seria melhor protegida pelo fato de ser vigiada por índios aliados, que eram: “comumente mais valorosos e briosos do que a infantaria portuguesa”; era também mais economicamente rentável, por ser o índio daquela capitania responsável pelo cultivo de gêneros que podiam ser transportados para o “reino do Peru”, como fazia o Maranhão com o comércio do algodão, por exemplo. A ausência de índios em uma capitania e a alegada abundância em outra, desqualificava o argumento da separação do poder político no Estado. Dividir o Maranhão em dois governos significava fortalecer demasiadamente um, e causar a ruína do outro. Por outro lado, os dois governos unidos sob uma mesma cabeça fortalecer-se-iam mutuamente, como afirmava um ditado de época: “a virtude unida é mais poderosa”.²⁰⁵

Parecia haver certo consenso de que a ocupação da fronteira, correspondente ao território entre o Ceará e o Maranhão, só poderia ser feita, de modo satisfatório, com o auxílio de índios cristianizados, trazidos de capitanias mais próximas da bacia amazônica. Na década de 1640 o quadro tornar-se-ia mais crítico, com a fuga de contingentes de índios durante as guerras contra os holandeses. Esse foi exatamente o tema de um alvará de D. João IV, passado a Antônio Coelho de Carvalho, então capitão-mor do Cumã.²⁰⁶ Também Cristóvão de Lisboa, ex-superior dos franciscanos no Maranhão, já apontava o fato de estar toda esta região desprovida de índios

²⁰⁵ “Parecer sobre a conveniência de se dividir o governo do Estado do Maranhão em duas capitanias, uma no Pará e outra no Maranhão. Fala dos primeiros governadores”. S/d. AHU/APEP, doc. 12, pasta 2.

²⁰⁶ “D. João IV autoriza Antonio Coelho de Carvalho, governador e Capitão-Geral da capitania do Cuma, a levar para a referida capitania os índios e outros homens livres que voluntariamente a queiram ir povoar”. ANTT, chancelaria de D. João IV, livro nº 16, fol. 276. In: Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice documental], pp. 396-7.

cristianizados, culpando ainda a falta de preparo dos portugueses por esse estado de coisas.²⁰⁷

De outro modo, era necessário que a própria Coroa enviasse maiores contingentes de soldados portugueses para essas fronteiras. A presença da força militar portuguesa era, em si mesma, uma estratégia de convencimento do gentio potencialmente aliado. Alguns portugueses mais experientes no trato com grupos nativos entendiam que a “conservação” de grandes contingentes de “naturais” sob a vassalagem do rei dependia de duas coisas: de um lado a persuasão, o poder de negociação dos moradores e a oferta de benefícios aos índios principais; de outro lado, estava a necessidade de infundir nos variados grupos indígenas ao mesmo tempo o temor e o respeito, de onde derivaria a obediência.²⁰⁸

Ainda sobre os perigos do despovoamento, o então capitão-mor do Pará, Jácome Raimundo de Noronha, lembrava o que havia ocorrido à fortaleza da capitania do Ceará que, de tão “fraca de gente” portuguesa, havia sido facilmente tomada em 1637. O gentio vendo que os holandeses se mostravam mais poderosos, entregava-se a eles por ter total “descrédito” das forças portuguesas.²⁰⁹ Noronha chegava a essa incômoda conclusão de que a obediência e a fidelidade do gentio tinha como limite o interesse, obedeceriam a quem lhes garantisse maiores vantagens. Por isso, o mesmo capitão insistia nos cuidados devidos aos *principais*, recolhendo-os nos momentos de guerra, protegendo suas mulheres, de modo que as aldeias fiquem “seguras [no sentido de a salvo] de se rebelarem”.²¹⁰

O povoamento e aproveitamento produtivo das terras do novo Estado, com a participação de um grande número de gente do reino (em muitos casos dos Açores),

²⁰⁷ “Carta de frei Cristóvão de Lisboa, bispo eleito, sobre os índios”. 29 de outubro de 1647. AHU/APEP, doc. 1, pasta 3.

²⁰⁸ Sílvia Lara, a partir de Ribeiro Rocha, discute a suposta “união de opostos” formada pelo “amor” e “ódio”, entendidos no contexto do Antigo Regime português como elementos fundamentais da relação hierárquica entre os poderes. Sílvia Hunold Lara. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 115-123.

²⁰⁹ “Relação de Jacome Raymundo de Noronha, sobre as cousas pertencentes à conservação, e aumento do Estado do Maranhão”. ABNRJ, vol. 26, p. 437.

²¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 437.

era já um sonho antigo. As autoridades das capitanias do Maranhão e Pará, que dispunham de algum cabedal para financiar o transporte de moradores em longas distâncias, fizeram algumas experiências nesse sentido. As tentativas fracassadas de homens como Jorge Lemos de Betencourt - que tentou levar, a sua custa, 200 casais e cerca de 1000 pessoas de origem açoriana para o Pará - já expunham as limitações do empreendimento.²¹¹ A maior quantidade do gentio, aliado às dificuldades de capitanias como Maranhão e Ceará no combate aos invasores estrangeiros, fez com que capitanias como Caeté, Gurupá, Cametá, entre outras, sofressem uma nova valorização do ponto de vista comercial ao longo da primeira metade do século XVII. Ao mesmo tempo, começavam a chegar ao reino notícias da existência, nessas mesmas capitanias, de drogas “semelhantes às da Índia”, também um velho anseio dos primeiros portugueses.²¹² Álvaro de Sousa, filho do ex-governador Gaspar de Sousa, também informava que o cravo cultivado em suas terras - a capitania do Caeté -, embora de “diferente feição”, era no sabor quase o “mesmo que o da Índia”, podendo competir nesse mercado. Além disso, Álvaro de Sousa também afirmava ser a sua “canela de cravo” um produto valioso, de paladar e aroma mais fortes que os similares do Oriente.²¹³ A exemplo do que ocorreu anos atrás com seu pai, a Coroa parece não ter dado muito crédito aos seus argumentos. De fato, a canela amazônica - assim como os similares da Bahia e de S. Tomé -, teria de esperar mais tempo para ganhar alguma

²¹¹ A promessa de se povoar o Grão-Pará de açorianos foi feita ao rei Felipe ainda em 1617. Segundo Jorge de Lemos de Bettancourt, tal proposta nunca foi, de fato, cumprida pela alegada “instabilidade” dos tais açorianos e pelo fato de irem para a Conquista do Pará sem ter com que se manter. Ver: “Promessa de uma commenda de 400 e da capitania de Pernambuco a Jorge de lemos de Betencourt, que se propõe metter a sua custa na Conquista do Rio Pará duzentos casaes de Açorianos” 12 de abril de 1617. Barão de Studart. *Documentos para a história do Brasil e especialmente para a do Ceará*. Fortaleza: typ. Studart, 1904, vol. 2, pp. 181-82.

²¹² “Sobre a liberdade dos índios. Tem anexa a cópia do capítulo 7º do regimento dado a Luiz de Magalhães, e onde se faz referência as drogas semelhantes as das Índias que se entende que há na capitania de Caeté, de que é donatário Álvaro de Sousa”. 24 de outubro de 1648. AHU/APEP, doc. 16, pasta 1.

²¹³ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre a qualidade e quantidade e sorte de cravo que se dizia existir na capitania do Caeté, de que era donatário Álvaro de Sousa”. 22 de agosto de 1648. AHU/APEP, doc. 11, pasta 1.

importância no mercado atlântico, mais especificamente com a perda do Ceilão aos holandeses em 1656.²¹⁴

Se do ponto de vista da defesa da fronteira os vários grupos indígenas dispunham de um considerável trunfo para negociar com os portugueses, em termos de importância para o comércio branco sua força se multiplicava. Toda a vida material da Conquista dependia deles, desde o cultivo do açúcar, cravo, pimenta, tabaco, o trabalho nas salinas, até o transporte de madeira - que eram embarcadas para a Europa e Índia. É importante lembrar que mesmo com a extrema carência de gêneros básicos naquelas Conquistas, a independência comercial do Maranhão em relação ao Estado do Brasil já era um fato. Tanto que Inácio do Rego Barreto, o provedor-mor do Estado em 1641, passou a requerer para si todos os privilégios dos provedores do Brasil, sob o argumento de que se tem "fabricado muitos engenhos em que cresceu o comércio" e, da mesma forma, o "trabalho, encargos e obrigações" do provedor.²¹⁵

Havia uma preocupação contumaz com a regulamentação do trabalho indígena, e com os cuidados devidos no sentido de manter o gentio em quietude com os portugueses. Sobretudo, o despovoamento de áreas centrais, como as capitanias do Pará e Maranhão, merecia a atenção das autoridades. Aldeias inteiras de índios cristianizados eram repentinamente abandonadas pelo gentio. Acerca da questão, a lei de 10 de novembro de 1647, que proibia a administração particular do trabalho indígena, já falava sobre o "inumerável gentio" que foge "terra adentro" deixando a Conquista em desamparo.²¹⁶ No ano seguinte, o mesmo D. João IV ordena aos governantes das capitanias do Pará, Cametá e Gurupá, que liberem os índios forros do cultivo do tabaco nos meses de dezembro, janeiro, maio e junho. Esses eram os meses

²¹⁴ Charles Boxer. *A Índia portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 67. Luís de Albuquerque (dir). *Dicionário dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994, vol. I, p. 189.

²¹⁵ "Consulta reformada do Conselho da Fazenda sobre Inácio do Rego Barreto, provedor mor da fazenda do Maranhão, que pede aumento de ordenado". 25 de setembro de 1641. AHU/APEP, doc. 3, pasta 2.

²¹⁶ "Ley por que S. Mag^{de}, mandou que os índios do Maranhão sejam livres, e que não haja administradores nem administração nelles, antes possuão livremente servir e trabalhar com quem lhes bem estiver e melhor lhes pagar seu trabalho". Lisboa, 10 de novembro de 1647. In: "Livro Grosso do Maranhão". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 66 (1948), p. 18.

utilizados para cultivar roças e fiar panos para vestimentas - sem os quais não pareceriam vassalos de Sua Majestade, segundo um velho argumento dos seus aliados eclesiásticos.²¹⁷

A lei de outubro de 1653 vai além, estabelecendo que a repartição do trabalho indígena seja função dos índios Principais, prevendo ainda a divisão dos bens do infrator: metade para a Coroa, e a outra metade para o delator.²¹⁸ Anos antes, o provedor da fazenda do Maranhão, Manoel Pita da Veiga, já queixava-se da diminuição do rendimento anual das salinas do Pará, em função da perda de 17 aldeias “muito populosas” de índios avassalados, entre as quais uma com um número total de 10.000 almas, que antes eram governadas por seus Principais.²¹⁹ Muitos grupos indígenas, na ocasião em que abandonavam uma aldeia, tinham o cuidado de queimá-la antes para que não houvesse proveito comercial algum por parte dos portugueses.²²⁰

A questão da falta de índios nas Conquistas deve ser entendida aqui enquanto parte das disputas políticas entre grupos rivais. Os documentos não fazem referência a uma falta de índios num sentido estritamente demográfico, mas da ausência de aliados que pudessem povoar a região e torná-la materialmente viável. Muitas autoridades entendiam que a culpa por esse estado de coisas era do acúmulo de poder praticado por alguns setores da administração portuguesa. Em 1645, por exemplo, os oficiais da câmara de Belém faziam queixas das penúrias sofridas pelos moradores do Estado - mais especificamente da própria capitania do Pará - com a “falta de naturais”. Segundo esses homens, a cidade de Belém padece muitas misérias por não ter como buscar o seu sustento e sua própria existência material, incluindo-se aí a alimentação

²¹⁷ “Provisão para os governadores do Maranhão nem outra pessoa alguma ocuparem os Índios forros nos mezes de dezembro, janeiro, maio e junho nem na lavra do tabaco”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 66 (1948), p. 19.

²¹⁸ “Provisão sobre a liberdade e cativeiro do gentio do Maranhão”. Lisboa, 17 de outubro de 1653. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 66 (1948), p. 21.

²¹⁹ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que avisa Manoel Pita da Veiga, provedor mor da fazenda do Maranhão, acerca das vexações e moléstias que padecem os índios daquele Estado”. 22 de agosto de 1648. AHU/APEP, doc. 10, pasta 1.

²²⁰ “Carta de frei Cristóvão de Lisboa, bispo eleito, sobre os índios”. 29 de outubro de 1647. AHU/APEP, doc. 1, pasta 3.

cotidiana dos seus cidadãos, por faltar quem vá as “matas silvestres buscar a carne com suas flechas”, e também “homens avançados, com redes para pescarias”. A culpa pela situação quase insustentável em que se encontrava a cidade do Pará era da “jurisdição do gentio”, quase que inteiramente controlada, na prática, pelo poder dos capitães-mores. O documento acusa, ainda, o clã dos Maciel Parente e seu maior representante, o capitão Bento Maciel, que com seus “sobrinhos e mais parentes e confederados pôs a risco, muitas vezes, de se perder esta capitania [a do Maranhão]”. Entre outras coisas, ele seria um dos maiores responsáveis pela retirada da Ordem dos Capuchos de Santo Antônio do Estado, que enquanto lá estiveram, escrevem os vereadores: “não enfraqueceu tanto este povo”.²²¹

Bento Maciel, como veremos a seguir, era notório aliado dos padres da Companhia de Jesus e, por outro lado, conhecido desafeto do custódio (superior dos Franciscanos) Cristóvão de Lisboa. Acima de tudo, Bento Maciel era um dos grandes defensores da administração de índios pelo método de *encomiendas*, largamente utilizado nas Índias castelhanas anos atrás. A *encomienda*, é bom ter claro, já entrava em franca decadência nos domínios de Castela na época em que Bento Maciel escreve ao rei. De qualquer forma, suas intervenções sobre o tema são numerosas, principalmente quando esteve no cargo de capitão-mor do Grão-Pará. Tal sistema consistia, na versão desse capitão, em retirar o gentio das fazendas isoladas e das suas comunidades “pagãs”, onde viviam de modo ilegítimo, praticando “indecências, comendo-se uns aos outros”.²²² No sentido de manter o trabalho indígena sob o controle próximo de capitães-mores e do governador, a *encomienda* apresentava muitas vantagens: além de resolver o problema do despovoamento, garantiria a proteção das fortalezas e cidades, já que mais soldados de Sua Majestade estariam sempre próximos dos portugueses. Escrevendo ao rei em uma dessas ocasiões, o capitão Parente compara o estado das três partes americanas do Império luso-castelhano, o Brasil, o

²²¹ “Carta dos vereadores da câmara da cidade de Belém sobre as necessidades e a penúria que existem na capitania”. 2 de março de 1645. AHU/APEP, doc. 9, pasta 3.

²²² “Petição de Bento Maciel Parente sobre a administração dos índios”. Pará, 10 de janeiro de 1635. AHU/APEP, rolo 1.

Maranhão, e as Índias de Castela. Todas sofriam do mesmo mal, e eram da mesma forma suscetíveis ao mesmo remédio:

“Suposto que de se não encomendarem os índios do Brasil, nasce o dano de se não povoar de portugueses pela terra dentro como se fez nas Índias, de que resulta, agora, não se perder com tanta facilidade, e juntamente não se extinga tanta quantidade de índios. (...) [os] Homens da Capitania de São Vicente, (...) que por ter extinto com seu mau modo todos os índios, (...) os vão saltar a província do Paraguai e trazem muitas das *encomendas* dos Castelhanos moradores em Vila Rica Ciudad Real, de que [tem] ouvindo muitas queixas a Corte (...). No mesmo Maranhão se diz: se vão extinguindo os índios naturais pelas mesmas causas das outras Capitánias do Brasil, sendo assim que sem eles, elas [as capitánias] não podem ser nunca bem cultivadas, nem ainda defendidas dos inimigos tapuias, e dos estrangeiros que forem a elas. É importante que eles sejam conservados, e de nenhuma outra maneira o poderão ser melhor que sendo *encomendados*. E por evitar semelhante danos, tem Vossa Majestade mandado Resolver se *encomendem*”.²²³

Bento Maciel certamente sabia do fortalecimento do poder político e financeiro das autoridades envolvidas na *encomienda*, prática que na Nova Espanha e no visinho Vice-Reinado do Peru havia ganho, no seu período áureo, o *status* de uma sólida instituição. Os *encomenderos* do Peru controlavam o trabalho de centenas de almas - usadas no cultivo de gêneros diversos e na mineração - formando, em pouco tempo, poderosas aristocracias.²²⁴ Não por acaso, sempre existiu uma grande aversão ao sistema de *encomiendas* por parte de certos grupos laicos e religiosos na Amazônia.

²²³ *Idem, ibidem*. Grifo nosso.

²²⁴ Sobre os *encomenderos* castelhanos, considerados os “senhores do Peru”, ver: Carmen Bernard & Serge Gruzinski. *História do Novo Mundo: da descoberta à Conquista, uma experiência européia*. (1492-1550). São Paulo: Edusp, 1997, pp. 554-564.

Bento Maciel reconhecia na possibilidade de copiar o sistema castelhano, também, uma oportunidade de ganhos políticos e econômicos de seu clã frente aos seus adversários políticos, sobretudo frente a parte da família Albuquerque Coelho.

É exatamente no interior desse clima de intranquilidade, ebulição política e dificuldades econômicas que muitos grupos indígenas buscavam suas alianças. O capucho frei Cristóvão de Lisboa - eterno desafeto de Bento Maciel Parente - era, por exemplo, um notório aliado dos índios tabajaras e nhengaibas do Pará. Era também um opositor radical dos métodos de cativeiro privados, defendidos por algumas autoridades laicas e, supostamente, inspirados no sistema de *encomienda* castelhano. Não que o frei não concordasse com o convívio de portugueses e índios no mesmo espaço, mas para ele o problema não estava exatamente no método de administração de índios a ser adotado. Frei Lisboa argumentava que mesmo nas Índias de Castela grandes áreas foram abandonadas pelos índios, causando tal prejuízo que era necessário entrarem todos os anos muitos “navios carregados de negros de Angola, para haver quem sirva e cultive a terra”. No caso da Amazônia, a compra de negros de áreas distantes era considerada como uma solução inviável, pelo custo demasiado da operação.²²⁵ Por fim, o grande problema não estaria no método, mas nas pessoas que iriam administrar as aldeias.²²⁶

As lideranças indígenas participavam ativamente desses conflitos, posicionando-se neles de acordo com seus próprios interesses. Em 1642, por exemplo, foi enviada ao rei D. João IV uma carta de um principal nhengaíba do Pará, co-assinada pelo frei Cristóvão de Lisboa. A carta fazia diversas queixas contra a forma dos cativeiros praticados naquela capitania, e sobre a negligência de muitas autoridades portuguesas no serviço de Sua Majestade. O alvo principal das críticas dos nhembaibas é o clã dos Parente, tendo o cuidado de não acusar diretamente Bento Maciel Parente, então, governador geral do Estado. Seu alvo mais específico é o sobrinho do governador, João Velho do Valle, escolhido para o cargo de

²²⁵ “Carta de frei Cristóvão de Lisboa, bispo eleito, sobre os índios”. 29 de outubro de 1647. AHU/APEP, doc. 1, pasta 3.

²²⁶ *Idem, ibidem.*

“superintendente de guerra” e capitão-mor responsável por parte da bacia do rio Amazonas. Diziam os índios que João Velho, apesar das advertências da câmara e dos capuchos, praticava – “contra toda a lei” – resgates de índios, de modo que nas aldeias muitos dos que estavam “com título de escravos, (...) não são, senão livres”. Muito embora a culpa pelas vexações e misérias sofridas pelos naturais da terra seja atribuída aos capitães-mores, que seriam os maiores infratores das leis reais, os chefes nhengaíbas não chegam a generalizar a culpa das autoridades laicas. Existiram, segundo dizem, alguns governantes que tendo o poder necessário para melhor agir, o fizeram “cristamente”, como foi o caso de Pedro Teixeira e Aires de Sousa. Quanto ao governador geral, sua culpa estaria condicionada ao conhecimento dos abusos de seus parentes. Assim, pedem os nhengaíbas ao rei que:

“...acuda com justiça a terra grande de seu povo, mandando se execute o bando nos capitães-mores que o tiverem quebrado; e no mesmo governador se se achar que deu ordem aos seus parentes para fazerem tão grandes maldades; e [que] restitua a liberdade a todas as pessoas que pelas tais aldeias foram resgatadas tão tiranicamente, e que por elas senão façam mais tais resgates e tiranias, que os governos os não acabem de consumir com tantos trabalhos e tiranias...”.²²⁷

O que impressiona nesse documento é a forma como os nhengaíbas aprenderam a utilizar tópicos caros às disputas do mundo dos brancos. Entre os seus argumentos é possível identificar temas centrais como o bom governo, a resignação às ordenações reais e, principalmente, a tópica da autoridade (*autoritas*). De fato, nada tinha mais força que um argumento verossímil, que uma carta escrita na melhor forma por quem conheceu as circunstâncias referidas.²²⁸ Poder-se-ia questionar, entretanto, a

²²⁷ “Papel do principal do Grão-Pará”. Pará, 1642. AHU/APEP, rolo 1.

²²⁸ Sobre a tópica da *autoritas* o próprio valor semântico desta, João Adolfo Hansen afirma: “(...) a informação visa a adesão do destinatário, porque o agente afirma sentir naquilo que informa”. João Adolfo Hansen. *A sátira e o engelho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura/Companhia das Letras, 1989, p.

responsabilidade da escrita e dizer que o frei Cristóvão de Lisboa seria o principal interlocutor do rei na referida carta. A existência de índios alfabetizados e relativamente bem informados acerca da organização política branca não era uma exclusividade das Índias de Castela, embora aparecesse com maior frequência e pujança naquela região. Mesmo nas Conquistas da Amazônia o fato não era exatamente uma novidade, basta lembrarmos do caso do índio Amaro, tupinambá educado por missionários que só ganhou maior notoriedade nas fontes por ser o líder do Motim de 1617. Portanto, a parceria e o mútuo auxílio entre o frei Lisboa e os nhenbaibas para a elaboração do documento é mais do que plausível e, de fato, bastante provável.

Da Amazônia, assim como de outros pontos do Império português na primeira metade do século XVII, poucas cartas escritas por índios chegaram até nós. No Estado do Maranhão especificamente são conhecidas as intervenções do principal Antonio da Costa Marapirão, principal dos tabajaras que assinava suas cartas como “principal do Maranhão”, outorgando-se um *status* diferenciado dos líderes indígenas de outras nações.²²⁹ Faltam ainda muitos dados acerca da importância política de Marapirão como interlocutor nativo no debate com os portugueses. As fontes dão conta de que teria sido um tabajara com certo grau diferenciado de enobrecimento não só entre os seus pares, mas na própria relação com as autoridades maranhenses e cortesãs. A partir da escassa correspondência reconhecidamente produzida pelo principal Marapirão, é possível perceber em que medida o mundo político dos portugueses e dos índios do Maranhão estavam profundamente interligados. Duas de suas cartas, escritas ambas em 1649, demonstram o quanto a política indígena sabia utilizar-se, em benefício próprio, de sua condição de “servo” imposta pela ocupação portuguesa.

²²⁹ A condição social de quem recebe e de quem envia cartas é, de fato, a tópica mais importante nos tratados epistolográficos laicos até o século XVI. O que os tratadistas medievais chamavam de *salutatio*, ou seja, a deferência hierárquica dentro da estrutura das cartas informaria, entretanto, a escolha epistolográfica de escrivães de séculos posteriores. Ver: Anonymos of Bologna. “The Principles of Letter-Writing (Rationes dictandi)”. In: James J. Murphy. *Three Medieval Rhetorical Arts*. Berkley/Los Angeles/London: University of California Press, 1971, pp. 4-25.

A primeira carta escrita por Dom Marapirão, como seria conhecido, é de 2 de setembro e é a mais específica, descrevendo as ações dos tabajaras como servos de Sua Majestade na proteção da fortaleza do Ceará, ocasião das guerras contra os invasores estrangeiros. Marapirão, no início da carta, tem o cuidado de reafirmar sua condição de “leal vassalo” e servidor do “Real serviço” de Portugal. Após uma breve introdução, inicia-se uma resumida narrativa dos primeiros embates envolvendo tabajaras e holandeses. O objetivo dessa breve introdução era captar o ânimo real para o relato que viria a seguir, demonstrando que por vários motivos os índios liderados por ele Marapirão foram fundamentais na derrota do inimigo. Duas coisas aqui são especialmente destacadas por Marapirão: o conhecimento do local – sem o qual os portugueses estariam perdidos – e a sua capacidade de convencimento e liderança incontestes frente a outros tabajaras. Segundo dizia Marapirão, descrevendo as primeiras tentativas de conquista do forte do Ceará:

“A viagem que tivemos foi breve e por mais diligência que se fizeram nela, não pudemos tomar o Ceará que tanto desejávamos. Porém, mais ao norte dele, [após] poucas jornadas, tomamos a paragem que chamam Jeriquaquara, que está entre o Camusi e o Ceará. Ali tivemos prática dos índios tabajaras meus parentes aos quais fiz prática que eles receberam com boa vontade, como vassalos leais que são de Vossa Majestade...”²³⁰

As ações tabajaras na região foram realizadas com o auxílio do então governador Luis de Magalhães e de um conselho formado por outros cinco principais, representantes da nação tabajara do Maranhão. Os combates tinham como palco Jeriquaquara, onde quatro dos Principais indígenas acompanhavam o governador; e as cercanias do Forte do Ceará, onde estava o quinto Principal e o próprio Marapirão.

²³⁰ “Antonio da Costa Marapirão, principal do Maranhão, aviza como os índios da nação tabajara têm mortos na capitania do Ceará perto de oitocentos Holandeses”. 2 de setembro de 1649. AHU/APEP, rolo 1.

A terceira parte do relato expõe um quadro resumido da política indigenista no Estado. Marapirão queixava-se da situação de miséria experimentada por sua nação, principalmente após a saída de algumas “zelosas” autoridades, tal como Sebastião de Lucena que fora expulso do governo da capitania do Pará. Por mais duras que parecessem as denúncias, Marapirão tinha sempre o cuidado de posicionar-se como um narrador privilegiado, que não tinha simplesmente uma versão parcial dos conflitos, mas detinha a consciência do todo por ser ele pessoalmente “interprete dos ditos índios”, sem o qual “Vossa Majestade não os teria em entendimento”.²³¹

No seu conteúdo e formato, a terceira parte da carta de Marapirão comporta grande semelhança com uma outra carta - escrita poucos dias depois, por ele, dois capitães portugueses (José de Melo e Brás de Albuquerque) e mais 12 principais de diversas nações.²³² Logo no início desta, que data de 6 de setembro de 1649, fica claro que as intervenções escritas em assuntos do interesse dos índios não eram eventuais: “muitas vezes temos escrito a Vossa Majestade a miséria que padecemos...”, começa o documento, reafirmando, logo após, a condição desses que escrevem de “vassalos leais” que, por serem tratados “piores que escravos”, buscam o remédio de seu padecer na justiça de Sua Majestade.

Embora fale, novamente, do caso do capitão Sebastião de Azevedo, expulso pela “câmara e povo” do Pará, o tom da carta de 6 de setembro é surpreendentemente menos específico que a carta do dia 2, citada acima. Traça, ao contrário dessa última, um amplo quadro dos problemas dos aldeamentos no Estado do Maranhão, culpando as grandes autoridades portuguesas e religiosas pelo despovoamento de índios cristianizados; homens que, não “querendo dar execução às ordens e favores” garantidos por el-rei, pecavam contra Deus e a *Res Publica*. Os Principais do Maranhão

²³¹ “Tão verdadeiro como quem foi interprete para que Vossa Majestade os tenha entendido”. *Idem, ibidem*.

²³² “Carta de Antonio da Costa Marapirão, índio principal do Maranhão, e de outros índios seus companheiros”. 6 de setembro de 1649. AHU/APEP, rolo 1. Consta na carta, além das assinaturas de Marapirão e os dois capitães citados, os nomes de Capuhuba; Bento Gerumicalanga; Paulo Goacamiranga; Francisco Moacangaíba; Duarte Taiacanga, principal dos tupinambás; Antonio Abatioba, principal dos tupinambás; Alexandre Goanaguheenga; Rucatu, principal dos engaiabas; Jacoacamo, principal dos engaiabas; Yogaaretera, principal dos engaiabas; Manoel Goapecúacara, principal dos tupinambás; Yapity, principal dos engaiabas.

queixavam-se sobretudo da tendência de governadores e capitães–mores usarem seus cargos em benefício próprio, sem que com isso fizessem “boas práticas” àqueles que realmente produziam suas riquezas, no trato da cana de açúcar e das lavouras de tabaco.

De fato, ambas as cartas, mais do que testemunhos acerca da importância das redes de alianças entre brancos e índios, são documentos fundamentais para pensarmos de que forma esses grupos indígenas consideravam seu próprio papel nas Conquistas e, a partir dessa consciência, procuravam obter ganhos na relação com outros setores brancos naquela sociedade. Mais uma vez é a ambigüidade da condição de vassalagem que servia de combustível político a tabajaras, nhengaibas e tupinambás. No final da carta de 6 de setembro, essa condição é melhor explicitada:

“Pedimos a Vossa Real Majestade, prostrados aos seus reais pés como humildes e leais vassalos que somos seus, nos ampare com sua graça, fazendo-nos mercê de nos mandar governador com que nos entendamos e nos entenda nossa língua, e que dê a execução às ordens mandadas de Vossa Majestade e que vivamos como forros que somos, e não como cativos, isto pedimos a Vossa Real Majestade, pelas chagas de Cristo e juntamente padres da Companhia [de Jesus] para nos instruírem e batizarem e administrarem os sacramentos da Igreja que temos particular fé, lástima requerermos filhos da igreja no nome e estarmos vivendo como vive, nesses sertões, os que não têm essa luz...”²³³

Assim, os tabajaras, nhengaibas e tupinambás, consignatários da carta de 6 de setembro, sabiam que a dupla condição de servos de Sua Majestade e de filhos privilegiados da igreja lhes garantiam muitas vantagens. A liberdade era um dos pressupostos básicos dessa dupla atribuição: tendo nomes cristãos (Bento, Paulo,

²³³ “Carta de Antonio da Costa Marapirão, índio principal do Maranhão, e de outros índios seus companheiros”. 6 de setembro de 1649. AHU/APEP, rolo 1.

Francisco, Manoel, eram alguns dos nomes portugueses dos consignatários da carta de 6 de setembro) queixavam-se de não serem tratados como filhos da igreja, como “forros que somos”.

Muita tinta ainda correrá o papel antes de esclarecermos todos os meandros da participação política dos índios letrados da América portuguesa. As relações entre brancos e índios estavam longe do limite do conflito e da guerra, enfatizado por parte da historiografia, avançando para as redes de cooperação mútua e trocas de interesses. John Monteiro, em trabalho recente, mostrou o quanto as estratégias nativas de sobrevivência exigiam uma articulação inevitável entre processos “endógenos” (construções identitárias nativas) e processos exteriores (mudanças radicais trazidas do ocidente, que de uma forma ou de outra invadiam o mundo indígena). Nesse sentido, certas referências culturais são abandonadas, outras redimensionadas, e outras ainda inventadas como respostas possíveis ao assédio cultural e bélico europeu. Desse modo, grupos nativos, de uma forma ou de outra, acabavam encontrando vantagens no envolvimento com as práticas e problemas do mundo branco.²³⁴

Em um novo mundo repleto de novos códigos de poder, o domínio da linguagem (falada e escrita) do dominador ganhou uma importância cada vez maior na definição das estratégias nativas. Nas partes do império espanhol, a resistência letrada empreendida por certos grupos indígenas aparece ainda com maior distinção. Serge Gruzinski, por exemplo, nos conta acerca das reações dos contemporâneos de Las Casas ante a perfeição com que os índios mexicanos copiavam a grafia dos livros da Europa. Reproduziam com tal fidelidade as obras espanholas que os homens do Conselhos das índias: “eram incapazes de determinar se se tratava de um texto impresso ou escrito a mão”. Entretanto, concluiu Gruzinski: “a concepção europeia da reprodução deixava um campo considerável à interpretação”. Dessa forma, na justa medida em que essas reformulações não invadiam os temas dogmáticos, era permitido

²³⁴ Segundo ainda John Monteiro: “O envolvimento em guerras coloniais, em rivalidades intra-europeias ou no crescente tráfico de cativos indígenas mostrou-se uma importante estratégia para vários grupos que buscavam resguardar a sua autonomia, paradoxalmente através da ‘colaboração’”. “Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades Indígenas Coloniais”..., p. 9.

aos nativos variados usos para a disposição escrita ocidental.²³⁵ Por outro lado, certos índios do Novo Mundo dominavam de tal forma a doutrina cristã que poderiam, sem grande esforço, denunciar as imperfeições dos seus representantes diretos. No início da conquista do México, líderes indígenas como o Principal Dom Carlos Ometochtzin demonstravam grande afinidade em relação aos significados da virtude cristã. Dom Carlos, por exemplo, ao reconhecer as contradições entre os ensinamentos ocidentais e as práticas adotadas pelo clero, incitava seus pares a desconfiar da doutrina dos brancos.²³⁶

No caso da Amazônia, alguns índios demonstravam uma considerável familiaridade com as normas e formatos apropriados à correspondência entre rei e vassalos. Esse conhecimento das estratégias epistolares se manifesta tanto nos usos das tópicas, quanto nas escolhas das palavras apropriadas a cada ocasião. A carta de 1642 nos dá um bom exemplo. Os Principais preferem usar, ao contrário do que fizeram outras vezes, a qualificação de “Vassalos” em vez de “povo”, diferença bastante importante se levarmos em consideração a carga pejorativa que a expressão passou a ganhar ao longo do século XVII. Segundo Pedro Cardim: “o termo povo é por vezes usado para designar aqueles que causam perturbação e agitação nas cortes – ao contrário do vocábulo ‘vassalos’, que designa aquela parte do coletivo que é chamada respeitando-se a matriz corporativa do corpo social”.²³⁷

De outro modo, parece especialmente instigante o pedido por autoridades que negociassem com eles em sua própria língua, aliado à exigência de padres da Companhia responsáveis em administrar os sacramentos – inerentes à vida cristã –

²³⁵ Serge Gruzinski. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 106-7.

²³⁶ Sobre o processo de Dom Carlos na Inquisição, ver: Sonia Corcuera de Mancera. “El caso del indio que si comprendió”. In: *El Fraile, el Indio y el Pulque: Evangelización y embriaguez en la Nueva España (1523-1548)*. México: F.C.E, 1991, pp. 249-256.

²³⁷ Pedro Cardim. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 34. Evidentemente existe uma considerável diferença entre as cartas enviadas pelas cortes portuguesas ao rei e a escassa correspondência tabajara. Nosso objetivo não é igualar os limites de ingerência de um e outro caso, mas mostrar, a partir de vestígios verossímeis, que alguns índios pareciam possuir certa sensibilidade em relação aos termos utilizados na correspondência branca. Sobretudo, o principal Marapirão possuía, nesse sentido, algumas vantagens por conhecer razoavelmente os códigos utilizados pela corte em variadas situações.

mas que, também, pudessem instruir a gentilidade nos usos das letras, como tinham feito tantas vezes. Sabiam os companheiros de Marapirão das vantagens de se conhecer a linguagem do outro, lição aprendida duramente no convívio com os missionários.

Motins em mundo de brancos: hierarquia, poder e família.

Motim é uma palavra que aparece com certa frequência em documentos da Amazônia seiscentista. Antes de significar uma agitação ou insurreição de fato - daquelas que surgem de forma impetuosa e avassaladora, depondo comandantes e rompendo hierarquias consagradas -, o sentido mais comum em que se emprega tal palavra é o de uma conspiração entre iguais. Apesar de algumas referências acerca do levante tabajara de 1617 descreverem a revolta com tintas de motim, por ser aquele gentio cristianizado e, alguns deles, alfabetizados, é mesmo no corpo burocrático português que essa idéia de motim ganha expressão nos documentos. Em tais documentos, o termo ganha uma acepção mais ampla e mais maleável, diferentemente da definição rígida que lhe dá o erudito espanhol Covarrubias no começo do século XVII.²³⁸

Motim é conflito, mas motim também pressupõe aliança. De modo geral, esses embates estavam associados à instável condição das redes clientelísticas construídas logo após a criação do novo Estado do Maranhão. Outras vezes, motins ocorriam exatamente pelo motivo contrário, quando algum corpo estranho a essa rede de alianças ameaçava os acordos impostos pelos seus membros. Melhor que as amplas definições, as estratégias de sobrevivência daqueles homens no sentido de conservar ou conquistar novos espaços políticos, e ganhos econômicos, nos esclarecem melhor sobre essa idéia de motim.

As modificações políticas originadas no processo de criação e afirmação do novo Estado, entre as décadas de 1620 e 1640, afetaram consideravelmente a relativa

²³⁸ Para Covarrubias "motim" seria simplesmente: "La alteración de soldados y gente de guerra". Sebastián de Covarrubias Orozco. *Tesoro de la lengua Castellana o Española*. Editorial castalia/Nueva Biblioteca de erudición y crítica, 1995 (Segunda edición corregida), p. 765.

autonomia de alguns setores do poder local. Vale a pena percorrer os primeiros momentos dessa trajetória que começa logo no momento da chegada do governador geral do Maranhão.

Quando Francisco Coelho de Carvalho assumiu o cargo de primeiro governador do Estado do Maranhão, aos 3 de setembro de 1626, trouxe consigo outras grandes autoridades que mais tarde transformar-se-iam em seus grandes desafetos. Entre essas autoridades vinha Manuel de Sousa de Eça, que deveria substituir Bento Maciel Parente no governo da capitania do Pará; Jácome Raimundo de Noronha, escolhido pelo rei como provedor do novo Estado. Esses homens - à exceção de Cristóvão de Lisboa que já ocupava, desde 1624, os cargos de geral dos franciscanos e de comissário da Santa Inquisição - dividiram com Coelho de Carvalho os dois navios que chegavam a São Luís com os "socorros" necessários à instalação formal da nova unidade do Império. O longo governo de Francisco Coelho de Carvalho - que durou até a sua morte, em 1636, durante uma expedição a capitania de Cameté - foi marcado por sérias disputas no seio da burocracia portuguesa. Muitos desses conflitos envolviam as novas autoridades enviadas pelo rei e os poderes locais já há muito constituídos naquelas terras. A oposição local vinha principalmente das duas câmaras e de autoridades que, após tanto tempo governando suas terras sem a ingerência de um poder central, questionavam o *status* político do novo governo.

Principalmente no final do governo, as relações se tornavam tensas com o provedor Jácome Raimundo de Noronha e com o capitão do Pará, Manoel de Sousa de Eça. Apesar de tudo, o novo governador geral ainda tinha uma vantagem em relação a esses adversários. Tal como previra Gaspar de Sousa anos antes, seu governo foi facilitado em grande parte pelas redes clientelísticas construídas pela família Albuquerque Coelho, à qual pertencia sua linhagem política. Após a morte de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, era Coelho de Carvalho quem assumiria o posto de maior relevância dentro da família, o que também não lhe garantia total obediência mesmo dentro do clã. Coelho de Carvalho também tinha outros problemas. A partir, principalmente, de 1627 ele já apresentava sintomas da doença que passaria a

acompanhá-lo durante toda a gestão, até a ela sucumbir em 1636. Pedia, em função da doença, insistentemente para voltar ao Reino e tratar de seus “achaques”.²³⁹

Em 1630, o governador, usando o argumento de sua alegada pestilência e da possibilidade de seu súbito falecimento, requeria a el-rei o direito de, ele mesmo, escolher seu sucessor entre as pessoas que em sua “consciência lhe parecessem mais convenientes”.²⁴⁰ Se ocorresse o contrário, e a eleição de um sucessor ficasse a cargo do “povo”, dizia o governador que tal gente haveria de “destruir o governo, por ser toda ocasionada a contínuos motins e bandos”.²⁴¹ Os conselheiros do rei, em resposta às preocupações de Coelho de Carvalho com sua posteridade, pareciam aceitar o argumento de que a eleição sob nenhuma circunstância deveria estar na mão do “povo” e passaram a dar carta branca para que ele nomeasse “quem lhe parecer” melhor.²⁴² O Conselho deixava claro que, em terras remotas como aquelas, a conservação da ordem deveria preceder, em certos casos, o privilegio real da nomeação.

Com a morte de Coelho de Carvalho, seu sucessor natural seria o genro Antonio Cavalcanti de Albuquerque. Essa tinha sido a escolha póstuma do governador, mais tarde confirmada pelos Conselheiros de Estado del-rei que aceitaram prontamente a escolha de modo a prevenir qualquer tumulto popular. Entretanto, o provedor Jácome Raimundo de Noronha havia conseguido virar o jogo dos poderes locais, obtera o apoio dos “homens bons” da câmara de São Luis e, utilizando-se exatamente da tendência favorável do Reino a uma sucessão tranqüila, assumiu o governo, segundo o próprio, até que Sua Majestade “mandasse o contrário”.²⁴³

²³⁹ “Informação de Diogo de Castro sobre cousas do Maranhão dada em Lisboa a 12 de novembro de 1630”. ABNRJ, vol. 26, p. 350.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 351.

²⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 351.

²⁴² *Idem, ibidem*, p. 352.

²⁴³ “Informação de Jacome Raymundo de Noronha, provedor da Fazenda do Estado do Maranhão e de João Pereira de Cáceres, capitão do Forte de Santo Antonio do Gurupá”. 1637. ABNRJ, vol. 26, p. 413.

Imediatamente após assumir o controle do Estado, Noronha iniciava um processo póstumo contra o ex-governador Coelho de Carvalho e seus mais próximos colaboradores. O processo tinha como objetivo tanto acusar quanto defender: acusava o governo Francisco Coelho de Carvalho por seus abusos e negligências diversas na condução de tão importante cargo, e defendia a sua própria atitude, tomando para si o governo que não lhe fora consagrado. Entre os pontos marcantes de seu libelo acusatório, destaca-se a parcialidade que teria aquele finado governador na divisão de terras do Estado, favorecendo sempre a seu irmão Antonio, seu filho Feliciano e demais parentes de sua casa política. Também comentava Noronha, amiúde, acerca da suposta negligência de Coelho de Carvalho na direção das finanças e na defesa do Maranhão. Começava a “destruir a terra” usando do serviço de homens brancos e índios, repartindo entre os seus aliados próximos os ganhos da lavoura, chegando ao ponto de reduzir, de forma fraudulenta, uma “arroba de açúcar em dois torrões”, tudo - concluía Noronha: conforme o “parecer e gosto” do governador.²⁴⁴

A partir das queixas feitas por essas autoridades é possível perceber de que modo outros grupos estavam participando das querelas dentro da administração portuguesa laica. No seu libelo acusatório, por exemplo, Jacome Raimundo de Noronha faz freqüentemente a apologia aos franciscanos, identificando a sua retirada do Maranhão como “causa principal da falta de gente” naquele Estado. Pedia, pelos motivos apresentados, que Sua Majestade restituísse aos capuchos a administração das aldeias.²⁴⁵ Cristóvão de Lisboa, o poderoso custódio dos franciscanos do Estado, retribuiu em outro libelo acusatório a oportuna menção de seu aliado.²⁴⁶ Quanto aos índios, Jacome Raimundo aproveita-se do histórico pouco favorável dos Albuquerque Coelho no trato com o gentio.²⁴⁷ Noronha acusa Coelho de Carvalho de não favorecer a gentilidade - sobretudo os Principais - perdendo, por sua inabilidade, contingentes

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 417-420.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 418 e 423.

²⁴⁶ “Tres cartas de Fr. Christovão de Lisboa. (2 de outubro de 1626, 2 e 20 de janeiro de 1627)”. ABNRJ, vol. 26, p.

²⁴⁷ Que tinham sido responsabilizados por algumas autoridades, em 1617, pela revolta dos tupinambás das capitanias do Maranhão e Pará. Ver capítulo 1º.

expressivos de aliados nativos que eram, de outro modo, convertidos facilmente em colaboradores dos inimigos estrangeiros.

Ter o trabalho de fazer uma devassa, despendendo tempo preenchendo o papel com tintas agressivas, para falar dos crimes póstumos de um dos vários governadores a serviço do rei em um tão largo Império, parece não ter muito sentido. Evidentemente, o objetivo de Jácome Raimundo de Noronha não era demonstrar simplesmente as faltas póstumas de um rival, mas garantir para si e seus aliados a conservação dos poderes obtidos com a morte do adversário. Para tanto era necessário, de um lado, obter legitimidade para os seus atos, bem como para a atitude de apoio dos *homens bons* das câmaras – que tinham repartido entre si os ganhos de um cargo que não lhes fora devido – e, por outro lado, comprometer ao máximo a “geração” dos Albuquerque Coelho, de modo a não permitir que o Estado fosse governado por outro desta casa. Sua estratégia não obteve, a curto prazo, o êxito esperado.

No mesmo ano da nomeação de Jácome Raimundo de Noronha - negociada com a câmara de São Luis e com os padres capuchos de Santo Antonio - começava a reação de um grupo de opositores fiéis ao “legítimo” escolhido de Francisco Coelho de Carvalho, Antonio Cavalcanti de Albuquerque. Já em 1637, a Coroa resolveu parcialmente o conflito e nomeou Bento Maciel Parente como novo governador do Estado, coroando uma carreira política construída à sombra do poder dos Albuquerque Coelho.²⁴⁸

Após deixar o cargo, o próprio Jácome Raimundo de Noronha foi objeto de uma devassa promovida pelo novo governador, com o intuito de se avaliar a legitimidade das atitudes de seu efêmero governo.²⁴⁹

²⁴⁸ Na verdade, Bento Maciel Parente, já tinha sido indicado, pela princesa Margarida, para a sucessão de Francisco Coelho de Carvalho, logo no ano da morte desse governador, assumindo efetivamente o cargo só em janeiro de 1638. “A princesa Margarida propõe a Felipe III três fidalgos, para que um deles seja nomeado governador do Maranhão, entre eles Bento Maciel Parente, que será o escolhido”. 27 de Janeiro e 1636. Archivo General de Simancas. Secretarias Provinciales, Libro 2691, f. 353. ABNRJ, vol. 26, pp. 381-83. Também: Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], pp. 295-296.

²⁴⁹ Ver: Antonio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, pp. 41-45. Lucinda Saragoça. *Op. cit.*, pp. 62-3.

O leitor já pode perceber que muitas dessas disputas tinham relação com a configuração do poder e a organização geopolítica do Estado do Maranhão após 1626. A estratégia de distribuição de terras e cargos entre os Albuquerque tinha garantido a esse clã uma considerável vantagem sobre outras famílias e indivíduos, menos articulados politicamente com setores de dentro e de fora da Conquista. Alguns dos alegados motins foram tentativas ou de contestar ou de confirmar esse domínio dos Albuquerque Coelho no Maranhão. Anos após a malograda tentativa de Jacome Raimundo de Noronha de tomar o controle do Estado, rompendo a rede clientelística criada por aquela família, um outro conflito tinha como cenário essas intrincadas relações de “parcialidades”. Nessa nova história, o nome de uma das personagens continuaria inalterado, Francisco Coelho de Carvalho. Dessa vez, trata-se do sobrinho do primeiro governador geral, que herdava do tio não só o nome, mas também o posto que a ele pertencera anos antes, além de sua relativamente bem estruturada rede de alianças. Veremos que em comparação com o tio, o novo governador Coelho de Carvalho tinha à sua disposição uma rede de colaboradores maior e mais bem tramada. Vamos por partes.

Governador do Estado entre os anos de 1646 e 1648, Francisco Coelho de Carvalho trazia em seu nome o peso de um poderoso clã. Era conhecido como o “sardo” ou, por vezes, o “moço”, uma forma de diferenciá-lo de seu parente próximo. Alguns dos mais importantes membros da política local na década de 1640 pertenciam a sua parentela. Antônio Coelho de Carvalho, figura de relevo na burocracia portuguesa, era seu pai; Feliciano Coelho, sargento-mor, seu tio; e o futuro procurador da câmara do Maranhão Jorge de Sampaio de Carvalho, descrito nas fontes como um “parente próximo”. Francisco, tal como o tio, havia feito sua carreira militar transitando entre Pernambuco e o próprio Maranhão. Era companhia constante de seu tio nas ações militares em terras maranhenses ou em terras do Brasil. Aliás, era ele o capitão que viu o forte de São Luís ser tomado pelos holandeses em 1641, sem que a culpa pela derrota lhe fosse atribuída.

Ironicamente, Coelho de Carvalho tomara o governo do Estado da mesma forma que o fizera, por breve tempo, Jácome Raimundo de Noronha. Noronha

aproveitara-se da turbulenta vacância do poder que teve lugar com a morte de Coelho de Carvalho, o velho; Carvalho, o moço, aproveitava-se da convulsão e confusão política resultante das guerras da Restauração Bragantina e, principalmente, da expulsão dos holandeses do Maranhão. Em carta enviada ao Conselho Ultramarino ele explicava os motivos de ter assumido o controle do Estado sem a espera da sacralidade real. Sua justificativa era evitar, segundo escreve, uma “guerra civil entre vassalos de Vossa Majestade”.²⁵⁰ Com a conquista do governo, Coelho de Carvalho, o moço, ganhava uma disputa dentro da própria família para a sucessão de Pedro de Albuquerque, então escolhido para ocupar o cargo quando da desistência de André Vidal de Negreiros.²⁵¹ De fato, o Conselho Ultramarino parece em todos os sentidos favorável à assunção de Coelho de Carvalho, o moço. Entre outros argumentos, o fato de ser parente próximo do primeiro governador pesou consideravelmente, pois é conforme a “natureza humana”, justificaram os conselheiros: “os filhos imitam os pais e neles se acha a mesma virtude que os pais tiveram, de modo que águias generosas, não criam pombas tímidas, nem estas águias Reais, e assim se acha em Francisco Coelho de Carvalho o valor e esforço que sempre se achou em seus progenitores”.²⁵²

Diferentemente de seu tio, que teve a oposição da câmara de São Luis, o “moço” tinha uma proximidade maior com esse importante Conselho local, cada vez mais controlado pelos Albuquerque Coelho ao longo da década de 1640. O governador também tinha o apoio de setores eclesiásticos importantes, incluindo-se aí

²⁵⁰ “Parecer do Conselho Ultramarino a respeito do que pede Francisco Coelho de Carvalho em satisfação de seus serviços”. Lisboa, 7 de fevereiro de 1646. ABNRJ, vol. 26, p. 452. As informações anteriores acerca da biografia de Coelho de Carvalho, o moço, podem ser encontradas, entre outras fontes, nesse documento.

²⁵¹ “D. João IV nomeia Francisco Coelho de Carvalho para o cargo de governador do Estado do Maranhão”. Lisboa, 20 de março de 1646. Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], pp. 362-3. Pedro de Albuquerque foi nomeado em 1642, ver: “D. João IV nomeia Pedro de Albuquerque para o cargo de governador do Estado do Maranhão”. Lisboa, 2 de setembro de 1642. ANTT, chancelaria de D. João IV, livro nº 10, fol. 40-2v. Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], pp. 359-360. Esse fidalgo pernambucano, como nos informa Baena, foi o primeiro governador nomeado por D. João IV após o período de controle holandês no Maranhão, só assumindo efetivamente aos 13 de junho de 1643. Baena. *Op. cit.*, p. 57.

²⁵² “Parecer do Conselho Ultramarino a respeito do que pede Francisco Coelho de Carvalho em satisfação de seus serviços”. Lisboa, 7 de fevereiro de 1646. ABNRJ, vol. 26, p. 453.

alguns capuchos de Santo Antonio, muitas vezes desfavorecidos por seu tio. Por fim, a posição do “moço” era bastante confortável.

O poder dessas alianças só foi colocado à prova no embate entre o governador e o capitão-mor do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo. Lucena fora nomeado para o cargo em 29 de junho de 1639, não chegando na ocasião a assumir o posto.²⁵³ Era capitão-mor em 1647, quando da assunção de seu grande desafeto, “o moço” Coelho de Carvalho. Lucena era fidalgo de certo prestígio na corte, não poucas vezes tinha mostrado o seu valor no combate aos holandeses em Pernambuco e na Bahia, ocasião em que teve mulher e filhos feitos prisioneiros do inimigo, segundo diz o próprio regimento real que o nomeou. Pelos serviços realizados no Estado do Brasil, recebeu, ainda, o hábito de Cristo, símbolo de honra e respeito – bastante útil num mundo em que as distinções entre os homens se processavam também a partir de códigos visuais, onde a nobreza deveria ser anunciada a todos em oposição aos setores menos dignos de benesses.²⁵⁴

Segundo Coelho de Carvalho, Lucena teve rapidamente, mediante tais símbolos de nobreza, a sua autoridade reconhecida por moradores e demais membros da burocracia, tomando posse “sem contradição de pessoa alguma”, muito ao contrário, com total apoio todos.²⁵⁵ No entanto, as acusações de Coelho de Carvalho eram tão graves quanto os títulos do acusado. Esse nobre capitão teria faltado com as

²⁵³ “Filipe III faz mercê da capitania do Pará ao capitão Sebastião de Lucena de Azevedo. Lisboa, 29 de junho de 1639” ANTT, chancelaria de Filipe III, doações, livro Nº 28, fol. 293-93v. Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], pp. 398-396.

²⁵⁴ Stuart Schwartz enfatiza a importância do hábito de Cristo como um símbolo de prestígio e reconhecimento entre os moradores, magistrados e demais autoridades dos séculos XVII e XVIII, muito embora, não deixe de considerar, de outro modo, as importantes mudanças ocorridas, ao longo do tempo, no estatuto destes símbolos de poder. Stuart Schwartz. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979, pp. 241-42. Os Hábitos das Ordens Militares, tão caros aos fidalgos, são ótimos exemplos de como o poder político se manifesta a partir de uma linguagem visual que procura deixar patente, algumas vezes, quem eram os mais favorecidos do Reino ou das Conquistas, deixando evidente, por sua vez, os menos agraciados. Sobre as variadas formas com que esses códigos visuais se faziam presentes, especificamente nas Conquistas do Estado do Brasil ver: Silvia Hunold Lara. “The Signs of Color: Women’s Dress and Racial Relations in Salvador and Rio de Janeiro (1750-1815)”. In: *Colonial Latin American Review*, vol. 6, N. 2 (1997), pp. 205-224.

²⁵⁵ “Lisboa, 18 de setembro de 1647”. ABNRJ, vol. 26, p. 475.

suas obrigações mais básicas. Traíndo seu juramento aos regimentos reais e aos “santos evangelhos”, traíndo seus governados e, o que é pior, traíndo a confiança do próprio rei e de seu representante maior, o governador. Os problemas têm início logo após a posse de Sebastião de Lucena. Mesmo antes de assumir o posto, o capitão já havia sido prevenido que sua principal missão seria proteger a capitania contra possíveis ataques de nações estrangeiras. A esta missão deveria somar todos os seus esforços, como quem a “cada hora podia ser cometido do inimigo”, como diz o regimento.²⁵⁶ Para tanto, algumas providências de praxe deveriam ser adotadas de imediato: fortificar a capitania e o Forte; mobilizar o gentio aliado, ordenando que esses fabricassem instrumentos de guerra; providenciar mantimentos, preparando a população, em caso de conflito, para possíveis períodos de escassez. Essas providências teriam sido ignoradas pelo dito capitão Lucena: “não considerando a obrigação que tinha em guardar as ordens de Vossa Majestade” e levado exclusivamente por seus interesses, com afirma, muitas vezes, Coelho de Carvalho em seu libelo acusatório.

Foi em 20 de maio de 1647, numa carta enviada ao rei D. João IV, que o governador apresentou suas queixas. Seu argumento central, recaía exatamente sobre a grande importância do cargo que Lucena traíra, utilizando-se engenhosamente da tópica do “bom governo”. Segundo nos diz Coelho de Carvalho, Lucena teria, sem aviso prévio das outras autoridades do Maranhão, organizado uma expedição, uma jornada como diziam, para a captura do gentio. Expedições desse tipo exigiam muito daquilo que era destinado pela Fazenda real a cada capitania, no caso Lucena não foi diferente, mobilizando um número considerável de canoas, índios e soldados portugueses, “deixando a praça desmantelada de tudo”, a ponto de ser tomada facilmente pelo inimigo estrangeiro ou por quem a quisesse tomar.²⁵⁷

Talvez em outro momento esse ato de insubordinação de Sebastião da Lucena fosse até relevado, como o foram muitos outros na história do Maranhão e até mais

²⁵⁶ *Idem, ibidem.*

²⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 476.

graves que aquele.²⁵⁸ Entretanto, o momento exigia cuidados maiores, pois a imagem do jugo holandês ainda estava fresca na memória e servia, muitas vezes, como argumento verossímil para justificar atitudes estremadas, tal como fez, anos atrás, o próprio Coelho de Carvalho, assumindo o poder do Estado sob o argumento de que em tal clima de intranquilidade não poderia haver vacância.

Pesava sobre as atitudes de Lucena a idéia de que principalmente nesse contexto de incertezas, em um território recém retomado aos estrangeiros, o ofício de capitão-mor era, de fato, um posto chave na administração portuguesa. O ambiente geral não parecia, de modo algum, favorável a uma atitude aparentemente impensada como a que tomara Sebastião de Lucena. O capitão teria ido mais longe ainda. Ao chegar de sua jornada de captura, e contra todos os regimentos reais, teria registrado os índios como escravos seus. Em outro momento, teria atacado em nome de sua própria conveniência um navio holandês aliado, que estava na região com o beneplácito do rei, matando homens brancos e índios e fazendo outros como escravos. O capitão fazia tudo isso sem prévia consulta ao governador, como esse último escreve muitas vezes.

Também os oficiais da câmara do Pará tinham motivos para apresentar suas queixas. Em junho de 1647, escrevem ao governador expondo as tentativas de Sebastião de Lucena de “querer destruir os moradores por todas as vias, assim a portugueses, como a índios”, afrontando com palavras e obras as “principais pessoas da terra”.²⁵⁹ Suas queixas abrangem vários aspectos. Em primeiro lugar, Lucena orgulhoso de seu posto e títulos teria ignorado os “usos e costumes” da casa, não prestando juramento na câmara, ato que demonstraria seu respeito a esse poder local. Uma outra tópica recorrente no libelo acusatório dos homens bons da câmara é o da

²⁵⁸ Anos mais tarde, é o caso do perdão geral aos moradores do Maranhão, responsáveis pelo motim de 1661, que resultou na expulsão temporária dos padres da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão. Sobre o motim de 1661 ver: Rafael Chamboleyron. “Violências Sacrílegas: Os padres da Companhia de Jesus na Amazônia e o motim de 1661”. In: José Maia Bezerra Neto & , Flávio dos Santos Gomes. *Sob a linha do Equador. História e histórias das sociedades amazônicas*. Belém: Paka-Tatu, 2002 (no prelo).

²⁵⁹ “Traslado do protesto e requerimento feito pela câmara do Pará e povo da capitania ao governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho”. 28 de junho de 1647. AHU/APEP, doc. 4, pasta 3.

defesa do território. Segundo relatavam ao governador Coelho de Carvalho, a presença do capitão Lucena em si mesma inspirava tumulto popular. A capitania estaria tomada por um clima geral de intranqüilidade. Andavam algumas autoridades com seus “escravos armados” por verem-se afrontados pelo capitão-mor, por não confiarem nele em razão do ódio “entranhavel” que demonstrava ter de todos os moradores daquela capitania.

O “serviço do gentio” também é objeto da carta dos vereadores do Pará. Os homens bons acusavam o capitão Lucena práticas abusivas na administração dos índios, “alugando-os” de acordo com seus interesses particulares, utilizando o serviço dos naturais como moeda de troca. Para manter suas faltas distantes de qualquer possibilidade de punição, falsificava documentos utilizando-se dos serviços de Luis Brandão, um velho degredado de Lisboa que tinha como habilidade não outra senão a de “fazer letras e sinais falsos”. A câmara, aliás, mostrava um Lucena que tinha certa predileção pela companhia de degredados, fugitivos e criminosos - “qualidades que o dito capitão-mor ampara” -, utilizando amiúde dos serviços desses homens na administração, exercida sempre pela força. Os oficiais da câmara pediam pelos motivos alegados, providências ao “senhor governador” que como representante máximo da figura real teria as mesmas obrigações de el-rei na conservação e na quietude da Conquista. E mandavam um último recado à administração central: “Convinha [para governar a capitania] mais afagos aos moradores e índios que escândalos”.²⁶⁰

A partir de três cartas, enviadas ao rei entre janeiro de 1647 e abril de 1648, pudemos acompanhar um pouco do posicionamento de Sebastião de Lucena em relação às coisas de governo. O Estado do Maranhão e especificamente o Pará são tomados como exemplos da divisão tácita de poderes existente nas Conquistas de el-rei. A partir da correspondência de Lucena é possível discutir, de fato, uma série de interessantes elementos que compunha o mundo das relações entre os setores da burocracia portuguesa no período pós Restauração bragantina.

²⁶⁰ *Idem, ibidem*, pp. 2-6.

A primeira das três cartas, escrita de Belém no dia 1º de janeiro de 1647, é a mais branda de todas. Fala sobre os problemas da proteção dos fortes, do desmantelamento da artilharia e da falta de soldados, problema sensivelmente agravado pela redução dos contingentes de índios aliados – mormente aruãs, nhengaíbas e tupinambás. Os poucos índios existentes nas aldeias, não estavam à sua disposição, pois Francisco Coelho de Carvalho mandara dividir cinco das aldeias do Pará entre os seus colaboradores eclesiásticos, obedecendo a seguinte ordem: “duas de administração aos reverendos frades de santo Antonio dos capuchos, outra ao vigário desta cidade [de Belém], outra aos frades das mercês e outra, que manda passar ao Maranhão”. A grande queixa de Lucena é ter o governador privilegiado os padres em detrimento dele próprio: “frades e clérigos hão de governar essa praça, tendo a superintendência das melhores aldeias, sem eu poder mandar nelas coisa alguma”, lamenta o capitão.²⁶¹ A partir da segunda metade daquele ano de 1647, Lucena como que vai tomando ciência da rede clientelística local que adentrara como um corpo estranho e por ela era paulatinamente anulado. Nas cartas de agosto de 1647 e de abril de 1648 esse caráter está bem mais presente.

As acusações da câmara de Belém sobre os resgates ilegais são respondidas na carta de 20 de agosto de 1647. A ausência quase total de braços nativos para a proteção da capitania é o argumento central do documento. Sem o braço armando nativo, não resistiriam aqueles Fortes por muito tempo ao assédio dos estrangeiros. Mas, a busca pelo trabalho indígena tinha outras funções, acalmava os ânimos dos soldados portugueses que na jornada de captura poderiam obter algum lucro extra, pois “despojos de guerra fazem soldados atrevidos e anima-os a qualquer perigo”. A captura de mais contingentes indígenas não só resolvia o problema da proteção, mas também abrandava os ânimos da soldadesca sempre carente de tudo.²⁶²

Se a carta de 1647 é bem mais centrada nos problemas concernentes a falta de braços nas Conquistas, a de 20 de abril de 1648 – escrita não mais em Belém mas, longe

²⁶¹ “Sobre o procedimento de Sebastião de Lucena de Azevedo, capitão do Pará (três cartas e dois pereceres). 1647-1648.”. ABNRJ, vol. 26, pp. 458-59.

²⁶² *Idem, ibidem*, p. 464.

da sede do governo, na capitania do Caeté – descrevia a situação política no Maranhão como motim. Segundo Lucena, o governador Coelho de Carvalho liderava a conspiração, fazendo autos e “papeis perjuros”, utilizando-se de seu “poder supremo” para mobilizar outros poderes contra o governo do Grão-Pará. Lucena, de servo do rei era convertido em “criado” do governador, isolado politicamente e também humilhado. Até mesmo o seu soldo, que deveria medir a importância de cada na Conquista, era inferior aos recursos utilizados pelo governador para o pagamento de um sargento de sua confiança.²⁶³

O principal cúmplice dos “atos criminosos” e “manifestos roubos” de Coelho de Carvalho era um influente membro do clero, o vigário geral Matheus de Sousa. Essa personagem parece ter um gostô especial em fabricar desafetos. Ele aparece em outros documentos do período, sempre associado a motins e conspirações semelhantes. Entre outras aparições, estava aliado em 1626 com os padres da Companhia de Jesus e com o então capitão-mor do Grão-Pará, Bento Maciel Parente, contra o apostolado dos franciscanos, que resultou na retirada do custódio para Lisboa²⁶⁴. Matheus de Sousa também é citado nas cartas que o principal Antônio da Costa Marapirão enviou ao rei D. João IV. Nelas, o vigário é lembrado como uma das muitas autoridades responsáveis pela escravização dos índios cristianizados, sempre em aliança com os capitães-mores.²⁶⁵ Matheus de Sousa seria o braço eclesiástico do motim. Era um padre de “perversa natureza”, segundo diz Lucena, unido a Coelho de Carvalho: “diziam publicamente que ele e o governador fariam juntos, ofício de rei e de papa não deixando pedra sobre pedra”.²⁶⁶

Apesar de ser o principal eclesiástico envolvido no motim, não era o único padre com quem Lucena entrara em conflito. Outros religiosos seculares e regulares participavam do motim. Eram eles, Manuel Teixeira, vigário da Pará; frei Luis,

²⁶³ *Idem, ibidem*, pp. 473-5.

²⁶⁴ “Tres cartas de Fr. Christovão de Lisboa. (2 de outubro de 1626, 2 e 20 de janeiro de 1627)”. ABNRJ, vol. 26, pp. 394-411.

²⁶⁵ “Carta de Antonio da Costa Marapirão, índio principal do Maranhão, e de outros índios seus companheiros”. 6 de setembro de 1649. AHU/APEP, rolo 1.

²⁶⁶ *Pará e Caeté, 1647-48*. AHU: Maço n. 15. ABNRJ, vol. 26, p. 466.

capucho; e mais os padres seculares Antonio Lameira da França, Manuel Alves da Cunha, João de Bettencourt, Amaro de Mendonça e Pero Serpa Antonio de Deus, esse último vivendo “sem o conhecimento de Deus”. Estariam todos esses religiosos unidos contra o capitão Lucena: “por serem aparentados em toda a terra, erguendo e provando tudo o que querem contra quem lhe parece...”.²⁶⁷ Como vemos, o parentesco é um fator presente em todos os momentos do embate, definindo até certo ponto os rumos da contenda. Aliás, o próprio Matheus de Sousa era um Albuquerque Coelho, tal como o governador e vários capitães-mores do Estado do Maranhão. Lucena, a partir de então, tenta convencer o rei de que seu drama pessoal era só mais um exemplo da forma como era considerada a autoridade do capitão-mor naquelas Conquistas. Segundo escreve o capitão, a mesma sorte:

“...têm experimentado todos os capitães-mores que têm vindo a esta praça e os governadores, que nenhum saiu dela com vida ou morressem em prisões, muitos ajudados com veneno, que nenhum acabou seu triênio como é notório, e o tenho provado como Francisco Caldeira Castelo Branco, preso e morto na prisão; Jerônimo Fragoso morto com veneno; Manuel de Sousa de Eça, preso e morto na prisão”.²⁶⁸

Lucena finalizava o quadro, com tintas dramáticas, dando às terras do Maranhão a feição de uma Conquista amotinada, inflexível a ordens e hierarquias superiores, com autoridades que se comportam “qual mais que Reis”.²⁶⁹ Após a morte de Coelho de Carvalho, em 1648, a contenda terminava com a deposição de Sebastião de Lucena. O parecer final do Conselho de Estado de Portugal reconhece, de certa forma, a legitimidade dos poderes locais no Estado e sua dinâmica interna de resolução dos seus próprios conflitos. A fórmula utilizada pelo Conselho na redação

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 469.

²⁶⁸ “Carta do Capitão mor do Pará Sebastião de Lucena de Azevedo sobre sua prisão e porque causa o governador a autorizou”. 20 de abril de 1648. AHU-APEP, rolo 1.

²⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 470

de seu parecer final é emblemática: decidiu dar provimento a outra pessoa, já que “Sebastião de Lucena de Azevedo está mui mal quisto, e o povo mui descontente...”, alegando ainda que esta medida se justificava por evitar que “tratem [os moradores] de alguma novidade”...²⁷⁰

O mundo dos “Homens Bons” e outras histórias de motins.

Ter o apoio da câmara era fundamental para bem governar. Essa era uma máxima verdadeira nas Conquistas da Amazônia, principalmente após a Restauração Bragantina. Nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão o poder de ingerência dos homens bons era considerável, opinavam e, não poucas vezes, eram atendidos nas mais variadas matérias do governo local. Não por acaso, o velho historiador maranhense, João Francisco Lisboa, impressionara-se com tamanho poder de intervenção, considerando a expansão do “elemento municipal” no Estado do Maranhão como um dos “fenômenos mais extraordinários que oferece a história” daquela Conquista.²⁷¹ Arthur Cezar Ferreira Reis, considera esse órgão o de natureza mais ambígua entre aqueles que integravam a burocracia portuguesa: “agente de um liberalismo que ainda não estava perfeitamente definido”.²⁷²

Na vida política, negociavam a assunção e a derrocada de capitães-mores, a falta de apoio da câmara foi fundamental, por exemplo, na deposição de Sebastião de Lucena do governo do Pará. Na vida econômica, regulavam cada vez mais, ou ao

²⁷⁰ Lisboa, agosto de 1648. “Sobre a devassa que se tirou na capitania do Pará, do capitão della Sebastião da Lucena de Azevedo”. BNRJ, II-32, 13, 28. [versão do século XIX].

²⁷¹ Segundo, ainda, Lisboa: “Do exame e estudo dos arquivos, das memórias do tempo, e das leis e cartas régias consta que os mesmos senados, com direito ou sem ele, taxavam o preço ao jornal dos índios, e mais trabalhadores livres em geral, aos artefatos dos ofícios mecânicos, à carne, sal, farinha, aguardente, ao pano e fio de algodão, aos medicamentos, e ainda às próprias manufaturas do reino. Regulavam o curso e valor da moeda da terra, proviam sobre a agricultura, navegação e comércio, impunham e recusavam tributos. Deliberavam sobre as entradas, descimentos, missões, a paz e a guerra como os índios, e sobre a criação de arraiais e povoações; prendiam e punham a ferros a funcionários e particulares, faziam alianças políticas entre si, chamavam finalmente à sua presença e chegavam até a nomear e suspender governadores e capitães”. João Francisco Lisboa. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976, p. 385.

²⁷² Arthur Cezar Ferreira Reis. *Síntese de Historia do Pará*. Belém: 1942, p. 30.

menos tentavam, o comércio do cravo, da pimenta, do açúcar, e pretendiam para si a administração particular dos índios forros do Estado; quanto à vida espiritual, sabiam os dois principais apostolados – o jesuíta e o franciscano – que o apoio das vereações era decisivo. Quando em janeiro de 1653 os padres da Companhia de Jesus, de modo mais sistemático, reafirmam o desejo de fixar residência na nova fronteira, foi aos oficiais da câmara do Pará, mais que ao governador ou aos capitães, que eles tiveram que prestar contas. Ora, foi exatamente na câmara que o padre João Souto-Maior, então reitor do colégio, prometeu ensinar doutrina aos moradores, sem intervir nos assuntos dos cativeiros.²⁷³ A câmara era, portanto, a expressão máxima do poder local naquelas capitâneas, quem as quisesse governar teria antes que prestar certa deferência a esse Conselho.

Uma das aspirações mais antigas das câmaras de Belém e de São Luís era a mesma de tantos outros Conselhos municipais espalhados pelo ultramar. A história das duas principais câmaras do Estado se confunde, em muitos aspectos, com as vereações de outras partes do Império. Tal como no caso das câmaras de Luanda, Bahia e Rio de Janeiro, os direitos dos Conselhos municipais da cidade do Porto eram requeridos à exaustão.²⁷⁴ Obtê-los, significava ao mesmo tempo adquirir um grau diferenciado de reconhecimento perante a Corte e, também, implicava preciosos privilégios e isenções, bastante eficazes na negociação com outros poderes locais. Os

²⁷³ O termo assinado pelos padres da Companhia foi transcrito por Serafim Leite: “Aos 26 dias do mês de janeiro de 1653 anos nesta cidade de Belém, capitania do Grão-Pará, estando presentes os oficiais da Câmara e o Padre Reitor João de Souto Maior que vinha fazer casa para ensinar Doutrina e Latim aos filhos dos moradores pelo procurador do conselho foi dito ao Padre Reitor, que havia de assinar um termo, em que não havia de entender com escravos de brancos, a que o dito Padre Reitor disse, que ele queria assinar o dito termo de em tempo nenhum entender com escravos de brancos, nem ainda a administração de índios forros, mais que ensinar-lhes a Doutrina, e que para isso levava muito em gosto, E assinou com os ditos oficiais. Serafim Leite. *HCJB*, tomo III, 1943, p. 209.

²⁷⁴ Embora se considere que cidades como Macau tenham recebido os mesmos privilégios dos cidadãos de Évora, Goa, os de Lisboa, os privilégios mais requeridos pelas cidades do Império português, ainda, eram os do Porto. Segundo ainda Charles Boxer: “Deste modo, Goa recebeu os privilégios de Lisboa; Macau, os de Évora; Bahia, Rio de Janeiro, Luanda e outras muitas, os do Porto. Não se percebe, muito bem porque é que os privilégios da cidade do Porto eram os mais procurados, porquanto a referência da primeira edição impressa dos *Privilégios dos Cidadãos do Porto* (1611) mostra que eram idênticos e textualmente copiados dos de Lisboa”. Charles Boxer. *O Império Marítimo Português*, p. 272.

pedidos pelos direitos do Porto, feitos pelas duas principais câmaras do Maranhão, parecem ser tão antigos quanto elas próprias, mas referenciá-los detidamente seria fugir do recorte temporal proposto para esse tópico. Tais direitos foram conquistados pela câmara do Maranhão no ano de 1655.

A obtenção desse privilegio pelas câmaras de Belém e São Luís lembra bastante o caso da câmara do Rio de Janeiro, que também adquiriu a mercê num ambiente de lutas contra invasores estrangeiros, embora, no caso do Rio os cidadãos tivessem sido isentos dos afazeres de guerra.²⁷⁵ No caso da cidade de São Luís é significativo que essa honra seja ofertada no auge do processo de expulsão dos flamengos das áreas litorâneas do Estado do Brasil, coisa muito parecida com o ocorreu mais tarde na capitania de Pernambuco. D. João IV deixava claro, no texto de 1653, que o merecimento do privilégio tanto para o caso da cidade de Belém, quanto para o de São Luís, tinha sido ganho nas lutas contra os invasores hereges, esperando, como diz a mesma carta que “animados com esta mercê e honras que lhes faço se disponham a me servir com o mesmo e maior fervor nas ocasiões que ao diante se oferecerem”.²⁷⁶

Quando falamos dos conflitos entre os setores da sociedade amazônica seiscentista, a presença da câmara é certa. Em praticamente todos os motins entre autoridades portuguesas, ou mesmo nos confrontos entre portugueses e missionários, a aliança com os Conselhos municipais aparece, algumas vezes, como elemento decisivo.

Ter um parente ou gente de sua “parcialidade” nas câmaras parecia ser uma estratégia bastante eficiente. Tal artifício foi utilizado, muitas vezes, em outras partes da América Portuguesa, a ponto de ter sido proibida nos domínios lusos a união de sangue entre representantes diretos del-rei e representantes locais.²⁷⁷ O Os

²⁷⁵ Maria Fernanda Baptista Bicalho. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro e na dinâmica Colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997, exemplar mimeografado, p. 220.

²⁷⁶ Saragoça. *Op. cit.* [Apêndice Documental], p. 403.

²⁷⁷ Arno Wehling & Maria José Wehling. “O Funcionário Colonial entre a Sociedade e o Rei”. In: Mary Del Priore (Org.). *Revisão do Paraíso: Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 153-4. Da mesma forma, nas índias de Castela tais proibições eram

Albuquerque Coelho conheciam bem as vantagens de distribuir a parentela entre os Conselhos municipais do Maranhão. O fato de o vigário geral, Matheus de Sousa, ser também membro da câmara e, algumas vezes, seu procurador junto às outras autoridades do Estado, foi um trunfo e tanto para Coelho de Carvalho no conflito com Sebastião de Lucena. O próprio governador, diferentemente de seus antecessores, tinha laços estreitos com os homens bons de São Luís e Belém.²⁷⁸ Entretanto, essa mesma estratégia podia render pouco, dependendo de cada situação específica.

Na busca incessante, empreendida pelas câmaras, por mais espaço de intervenção nos negócios da Conquista, os capitães-mores e governadores são facilmente convertidos de aliados em adversários. Um dos grandes desafetos, por exemplo, dos homens bons da cidade de Belém era outro poderoso clã, os Maciel Parente. Após 1642, com a morte do poderoso Bento Maciel Parente as acusações sobre o seu governo se multiplicavam. Com sua morte, os herdeiros políticos mais diretos do ex-governador passaram a ser considerados os adversários mais perigosos das câmaras. Naquele tempo, seus herdeiros mais importantes eram João Velho (sobrinho do finado governador), Pero Maciel (filho), Cipriano Maciel (filho) e Bernadino de Carvalho (sobrinho); homens que ainda dispunham de postos-chaves na administração do Grão-Pará. A parentela de Bento Maciel era sistematicamente acusada de intervir indevidamente na distribuição de terras; nas jurisdições que seriam próprias às câmaras; de resgatar índios forros, principalmente, de ignorar as ordenações de Sua Majestade no que concerne a matérias diversas.²⁷⁹ Pediam os

comuns, ganhando o apoio de certos tratadistas eclesiásticos que admitiam o direito do príncipe em proibir matrimônios. J. M. Ots Capdequí. *Op. cit.*, p. 76.

²⁷⁸ Ver, por exemplo, o documento: "Pará, 24 de abril de 1624". AHU/APEP, rolo 1.

²⁷⁹ Em novembro de 1642, os homens bons já pediam ao monarca Restaurador: "A câmara de Vossa Real Majestade desta cidade do Pará que movidos da obrigação de leais vassallos de Vossa Real Majestade e desejando o aumento de suas conquistas estando em câmara nos foi requerido pelos homens bons desta cidade e mais povo fizemos este aviso a Vossa Real Majestade em o qual lhe pedíssemos para seu Real Serviço e bem deste Estado lhe fizesse m. de haver por bem não lhe mandar a Pero Maciel atestado para os governar e botar fora dele João Velho do Valle seu irmão e a Cipriano Maciel e a Bernardino de Carvalho seus primos os quais são total ruína e inquietação de todo este estado por serem soberbos esse fazerem em apotentados como Vossa Real Majestade verá pelo termo e requerimento que o povo nos fez que ao pé desta vai acostado esperamos que Vossa Real Majestade como pai caríssimo da

homens bons para que el-rei não aceitasse: “ao nenhum deles, nem a parentes seus em governo algum em que forem providos para este Estado”.²⁸⁰

As câmaras de São Luis e Belém lamentavam, sobretudo, o grande poder militar que detinham tanto os capitães quanto os governadores. Muitos desses eram acusados de andarem sempre indevidamente escoltados por soldados do rei, desprotegendo os postos de guarda – que eram escassos – em função de suas necessidades de proteção pessoal. Tais queixas foram recorrentes ao longo do confronto entre os Maciel e a câmara de Belém. Em 1643, em carta enviada a Sua Majestade, a câmara daquela cidade invocava, com mais ênfase, a tópica do acúmulo indevido. Nesse sentido, o caso dos Maciel Parente é precioso, pois seus alegados abusos serviam como combustível retórico nas cartas dos homens bons em busca de maior poder de intervenção na *Res Publica*. Segundo escrevem os vereadores da cidade de Belém:

“Os Homens Bons deste povo dos que costumam entrar na governança dele, [aos] quais todos juntos uniformemente foi dito e requerido aos ditos oficiais da câmara que presentes estavam que por quanto os dois irmãos João Velho do Valle, Pero Maciel Parente e toda a mais geração dos Maçieis tinham sido causa de total ruína deste Estado e Conquista dele, com perdas e danos da Coroa e Fazenda real de Sua Majestade, em grande prejuízo dos moradores deste Estado, fazendo-se [potentados] nele e querendo se assenhorear como [de fato] estão assenhoreados da maior parte das terras destas Conquistas levantando nelas, com seu poder, pelourinhos sem

pátria nos ponha também [...] em liberdade tirando-nos tão grande jugo como este e de tudo Vossa Real Majestade mandar o que for servido cuja católica e real pessoa [...] em câmara os vinte dois de novembro de mil e seiscentos e quarenta e três anos e eu Leonardo de Barros de Araújo Escrivão dela que o escrevi = M^{el}. Álvares da Cunha, João Bettancourt Muniz, juiz João do Porto de D^{os}. GH Loureiro, João Souro de Lagos, João Ribeiro”. “Petição da câmara de Belém”. Pará, 22 de novembro de 1642. AHU/APEP, rolo 1.

²⁸⁰ “Carta da câmara de Belém ao rei de Portugal”. Pará, 23 de novembro de 1643. AHU/APEP, rolo 1.

[que] para isso tenham poder, ordem, nem jurisdição para o poderem fazer, usurpando a jurisdição real...”²⁸¹

O que impressiona nessas cartas é a propriedade com que esses homens atribuem a si próprios a proteção do poder real. Não poucas vezes os homens bons sugeriam ou declaravam explicitamente que sem a existência das câmaras, enquanto imagem local do poder central, não havia como se garantir a administração da justiça naquelas tão apartadas terras. Segundo esse argumento, eram esses capitães homens cujo poder não conhecia limites; cuja desobediência às ordenações de Sua Majestade derivava exatamente da debilidade de outros poderes que com eles pudessem concorrer. A referência à construção indevida de pelourinhos é emblemática. O pelourinho, erguido em uma parte central e bem visível da cidade ou vila, simbolizava exatamente a “esfera de jurisdição própria das câmaras”.²⁸² A construção dos tais pelourinhos pelos Maciel Parente seria uma forma de usurpação, de intervenção indevida dessas autoridades em assuntos - nesse caso a jurisdição sobre a terra - de competência exclusiva da câmara.²⁸³

O caso é que esse tipo de intervenção fora tolerada pelos próprios homens bons em alguns casos. É, nesse sentido, emblemático que as queixas contra o governo de Bento Maciel Parente sejam, em geral, queixas póstumas. O que também tem relação íntima com os resultados das lutas contra os holandeses, como veremos em outro momento.

As câmaras, ibéricas e ultramarinas, sempre despertaram um interesse especial na historiografia do Antigo Regime. Sua importância procede exatamente do diálogo

²⁸¹ “Carta da câmara de Belém ao rei de Portugal”. Pará, 23 de novembro de 1643. AHU/APEP, rolo 1.

²⁸² Nuno Monteiro. “Os Conselhos e as Comunidades”. In: Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 303.

²⁸³ Sobre a simbologia do pelourinho, diz Stuart Schwartz: “O pelourinho, um símbolo de justiça e de autoridade real, erguia-se no centro da maior partes da das cidades portuguesas do século XVI. À sua sombra, civis liam proclamações, e puniam criminosos. Sua localização, no centro da comunidade, ilustrava a crença ibérica de que a administração da justiça era atributo mais importante do governo”. Stuart Schwartz. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 4.

privilegiado entre o poder central - a coroa, portanto - e as formas possíveis de sua representação local. De fato, o que se coloca em pauta nessas discussões, quase invariavelmente, são os limites desse poder central em relação a uma certa autonomia, permissiva é certo, mas que escaparia – quase sempre - ao controlo direto da coroa. A câmara toma, assim, a feição de uma poderosa e quase onipotente aristocracia local. Não pretendemos voltar à clássica questão dos limites da eficácia do aparelho burocrático ultramarino, cara a Faoro e Caio Prado Jr.²⁸⁴ Nem, tampouco, discutir longamente sobre as formas – em tempos e espaços diferentes – em que se dava a relação entre os Conselhos Municipais e o poder central ibérico. Arriscaríamos perder de vista, assim, o foco principal desse estudo.

Nos últimos anos, o estudo dos vínculos e semelhanças dos conselhos municipais no mundo atlântico ganhou uma importância – justa, é certo – crucial. O que, talvez, se enfatize pouco – sem jamais desmerecer a importância do mundo atlântico nessa formulação – seja a igual importância das articulações políticas dos homens bons, dentro do microcosmo que eram as vilas e cidades ultramarinas. No caso das câmaras de Belém e São Luís, essa articulação com vários setores da vida pública local, participando intensamente das suas negociações, tramas, conflitos e motins é fundamental para a sua própria existência enquanto força política.

Para Charles Boxer, as câmaras e as confrarias laicas que existiam em todo o Império eram os dois pilares da sociedade ultramarina. Dispunham de grande prestígio perante os governantes e de considerável ingerência em assuntos diversos pelo fato de não estar, essa instituição, limitada pelo caráter passageiro, presente nas funções de capitães-mores, sargento-mores, bispos e governadores. Tais instituições podiam, assim, garantir uma conveniente continuidade que aqueles outros poderes, mesmo sendo hierarquicamente superiores, não conseguiam.²⁸⁵ Nos vários braços desse Império, era a câmara, de modo geral, que regulava a distribuição da terra e fixava o valor comercial dos seus produtos; no âmbito municipal, suas resoluções não

²⁸⁴ Sobre a questão, ver a breve “Introdução” de Graça Salgado. In: Salgado, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986, pp. 15-22.

²⁸⁵ Charles Boxer. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa, edições 70, s.d., p. 267.

poderiam ser revogadas por uma instância superior, exceto em casos especiais e com ordem de Sua Majestade.²⁸⁶ Boxer, de modo geral, enfatiza bastante o papel da câmara como o poder local por excelência, em oposição à teoria que descreve a ação desse órgão como mero “sim-senhores” dos altos funcionários luso-portugueses. Esses privilégios garantiam a esse órgão um poder de negociação extraordinário. Em alguns casos, como o de Macau nos séculos XVII e XVIII, esses Conselhos desempenhavam o papel principal, superando a própria autoridade do governador.²⁸⁷

Manuel Hespanha também aposta na grande autonomia local das câmaras e de seu poder quase irrestrito de ingerência, previsto na lei e garantido pelo alegado “direito contra a usurpação”.²⁸⁸ Ressalta ainda a associação entre o estatuto de autonomia das câmaras e a idéia da ausência de um projeto jurídico centralizado para o Antigo Regime. Segundo Hespanha, a força prática desses poderes periféricos – garantidos em grande parte pelo caráter pluralista do direito português – constituía uma “limitação inultrapassável do poder central”.²⁸⁹ Da mesma forma, Russel-Wood relaciona o grande número de conflitos no seio da administração ultramarina com a expansão indevida da jurisdição das câmaras sobre áreas que, originalmente, diziam respeito às funções dos altos administradores. Segundo este autor, o processo de “usurpação” dessas funções, largamente reconhecido pela Coroa, teria relação com o contínuo aumento do setor burocrático em nível local, um processo semelhante ao que ocorreria nos domínios ultramarinos ingleses e castelhanos.²⁹⁰

Nuno Monteiro, embora concorde que a câmara de fato funcionasse, no contexto do Antigo Regime, quase como uma “contrapartida do absolutismo”, enfatiza bem mais as articulações internas que limitavam ou ampliavam o poder de

²⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 269.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 278.

²⁸⁸ António Manuel Hespanha. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político (Portugal - séc. XVII)*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994, p. 162.

²⁸⁹ António Manuel Hespanha. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”. In: *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 59.

²⁹⁰ A. J. R. Russel-Wood. “Local Government in Portuguese America. A Study in Cultural Divergence”. In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 16, N 2, (Março, 1974), p. 188-9.

ingerência dos Conselhos municipais. É exatamente aqui que reside a nossa questão. Tão importante quanto o estudo do diálogo entre o poder central e a câmara é entender em que medida a pretensa autonomia desses Conselhos municipais dependiam, também, da eficácia das suas redes de alianças e do diálogo que elas mantinham com outros setores e poderes. A câmara não estava alheia, portanto, ao jogo das “sociabilidades locais”.²⁹¹

Segundo Monteiro, a insistência no caráter aristocrata e onipotente desses poderes locais: “não nos ajuda a compreender, por exemplo, formas de contestação coletivas, como revoltas, motins, etc..., nem fenômenos tão persistentes bem documentados como as rivalidades entre povoações”.²⁹² Durante muito tempo, as câmaras de Portugal, por exemplo, tinham que negociar com os poderes constituídos de várias famílias aristocratas que, principalmente nos pequenos Conselhos, escusavam-se de participar diretamente delas, mas com as mesmas mantinham estreita e ambígua relação. Era duvidoso, nesse caso, - acrescenta Monteiro - que a “participação nas pequenas câmaras acrescentasse prestígio social, sobretudo a quem já o tinha”.²⁹³ Dessa forma, as “fronteiras locais” da nobreza camarária dependiam muito mais das “relações de força no terreno, de arranjos locais, em suma, e não do estatuto geral da legislação”.²⁹⁴

No Brasil, também a força da câmara dependia da maior ou menor habilidade de seus membros na construção e conservação de alianças com outros setores da burocracia luso-brasileira. O poder de ingerência e de autonomia dos homens bons dependia de sua inserção nessas redes clientelísticas e seu fracasso tinha relação com suas eventuais debilidades nesse setor. Stuart Schwartz, por exemplo, refaz parte do jogo de alianças que garantia à câmara - através de uma “curiosa dialética de necessidade e rejeição” em relação a outros poderes - a manutenção de certa hegemonia no corpo administrativo baiano em parte do século XVII. Para Schwartz, o

²⁹¹ Nuno Monteiro. *Op. cit.*, p. 303.

²⁹² *Idem, ibidem.*, p. 329.

²⁹³ *Idem, ibidem.*, p. 326.

²⁹⁴ *Idem, ibidem.*, p. 328.

caso da Relação da Bahia, criada em 1609, é emblemático; a câmara tivera, entre os anos de 1624 e 1626, um papel destacado na extinção daquele órgão de justiça por ocasião de divergências acerca da legislação indígena. A partir de 1653 – data do retorno do tribunal à cidade de Salvador – a relação entre os dois órgãos passou a ser caracterizada muito mais pela cooperação, apesar de alguns conflitos ocasionais.

A Relação da Bahia era de fato o grande rival da câmara de Salvador. Alguns vereadores, por outro lado, percebiam, aos poucos, que a mesma Relação poderia converter-se em um precioso aliado na luta entre a câmara e setores da nobreza baiana desfavoráveis aos vereadores. Aos poucos, no entanto, a câmara foi perdendo poder, sobretudo, com a introdução – a partir de 1670 – de um “juiz de fora” na cidade de Salvador. A Relação passou, a partir de então, a dispor de um controle maior sobre os processos eletivos e sobre as finanças da câmara: “havia, ainda, a possibilidade de disputas e conflitos mas nunca mais a câmara ameaçou a existência do tribunal”, conclui Schwartz acerca dos confrontos entre os dois órgãos.²⁹⁵ Por fim, a Relação assumia na cidade de Salvador a importância que detinham os Conselhos municipais em Belém e São Luís, imiscuindo-se na decisão e jurisdição própria aos governadores e capitães-mores, estabelecendo com eles uma relação de confronto e cooperação, de acordo com os interesses em jogo.²⁹⁶

Ana Isabel Ribeiro, estudando a relação entre grupos políticos locais nas comunidades rurais portuguesas do século XVII, entende que a principal vantagem das câmaras, frente ao poder central e às demais aristocracias locais, era resultante do controle que este órgão possuía sobre a jurisdição das terras. Segundo a autora, era a função central de abastecimento, distribuição de terras, controle dos preços e da produção que garantiam aos homens bons tal grau de preeminência política em diversos lugares. As terras no Antigo Regime, acrescenta Ribeiro: “eram fundamentais para as populações rurais, especialmente como zonas de pascigo de gado e áreas de

²⁹⁵ Stuart B. Schwartz. *Op.cit.*, p. 215. A citação anterior consta da página 210.

²⁹⁶ Sobre o funcionamento formal da Relação da Bahia no seio da hierarquia burocrática luso-portuguesa vale a pena ver o próprio “Regimento da Relação da Casa do Brasil”. Lisboa, 7 de março de 1609. In: Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972, pp. 385-99

complementaridade para a agricultura". Exatamente pela contundência do tema para o mundo português do século XVII, o domínio das câmaras não se dava de modo simples, sobretudo com a concorrência de setores da nobreza ou do clero, setores interessados também no controle das terras e que nem sempre estavam diretamente vinculados aos interesses das câmaras: "Esta presença senhorial enfraquecia decididamente a capacidade de intervenção da câmara no seu termo, pois em muitos destes locais a sua ação estava limitada ao exercício da jurisdição crime por intermédio do seu juiz de fora", acrescenta Ribeiro. De fato, as disputas pelo controle das áreas de produção não eram só verificadas no âmbito da justiça: "Motins, levantamentos, contendas, assuadas são pois uma presença incontornável no mundo rural do Antigo Regime". Por fim, o que parece ser fundamental no trabalho de Ribeiro, e onde reside o nosso interesse por ele, – que tem como enfoque central a câmara da região Montemor, região rural de Portugal – são as variadas e complexas lógicas de interação entre os poderes locais, num âmbito de espaço relativamente reduzido.²⁹⁷

Portanto, apesar da relativa uniformidade dos Conselhos municipais no Império português, – muitas vezes enfatizada pela historiografia a partir do fato de possuírem o mesmo *status* jurídico, a mesma organização formal e, de modo geral, os mesmos privilégios – a câmara possuía níveis diferentes de ingerência em cada região, de acordo com a maior ou menor força de suas redes de alianças locais. A câmara estava longe de ser um órgão onipotente, embora fosse um exemplo privilegiado dos limites do poder central ultramarino. No limite, os homens bons deveriam negociar – e tinham variados recursos para tanto – com os outros setores do poder local e, de acordo com as circunstâncias próprias de cada período, obtinham maior ou menor êxito. O caso das câmaras de Belém e de São Luís é bastante emblemático nesse sentido.

A grande preocupação dos homens bons do Pará e do Maranhão, em toda a primeira metade do século XVII, era com a tendência de capitães e governadores imiscuirem-se em matérias – tais como a jurisdição sobre a terra, a regulação do

²⁹⁷ Ana Isabel Ribeiro. "Um conflito entre poderes na Gândara da Burhosa no início do século XVII". *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXII (1997-1998), p. 189.

comércio do cravo e trato do açúcar –, de Fazenda local. Não por acaso, entre os pedidos por “privilégios do Porto” enviados do Maranhão a Lisboa, a menção ao item de “dar e doar terras” estava sempre presente. Em 1643, por exemplo, os vereadores do Pará queixavam-se do estado de miséria e penúria que passavam, pelo fato de estarem as lavouras da capitania – com seus respectivos índios – em mãos dos “maiores da terra”, resultando daí “inquietações ao povo, aos moradores, risco de vida, perda de Fazenda e total ruína” de suas famílias. Pediam a Sua Majestade que garantisse os mesmos direitos que tinham “as câmaras do reino”, podendo, desse modo, melhor negociar a jurisdição sobre a terra com as grandes autoridades locais.²⁹⁸

No mesmo sentido, compreende-se o motivo da insistência das câmaras maranhenses no tema da origem e condição social dos administradores que embarcavam para o Estado. Muitas vezes, as câmaras de São Luis e de Belém tentavam convencer Sua Majestade da importância, para o bom convívio entre os setores da burocracia, da Conquista ser governada por “pessoas nobres, ricas e desinteressadas”, e mais, que não mostrassem ao exercer as funções do cargo: “serem mais amigos de lavouras do que solícitas na guarda” da coisa pública.²⁹⁹ Era a velha fórmula, cara ao Antigo Regime, que dizia ter o administrador da *Res Publica* necessariamente que viver para o cargo, sem dele viver.³⁰⁰

Motim em mundo sacro: SJ versus OFM.

Ao contrário do que podem pensar alguns, o domínio apostólico dos jesuítas foi um fracasso em algumas regiões do mundo oceânico. Os padres da Companhia não foram os primeiros a conquistar espiritualmente o Índico e o Atlântico. Em alguns lugares foram, mesmo, os últimos a chegar. Em outras partes – como nas Índias de Castela - desempenhavam, nos primeiros tempos, um papel secundário. O caso da

²⁹⁸ “Carta dos vereadores da câmara da cidade de Belém sobre as necessidades e a penúria que existem na capitania”. 2 de março de 1645. AHU/APEP, do. 9, pasta 3.

²⁹⁹ “Carta dos vereadores da câmara da cidade de Belém sobre as necessidades e a penúria que existem na capitania”. 2 de março de 1645. AHU/APEP, do. 9, pasta 3.

³⁰⁰ Nuno Monteiro. *Op. cit.*, p. 325.

Nova Espanha é emblemático. Os “soldados de cristo” chegaram com demasiado retardo no México, tendo que disputar o espaço e os privilégios com os dominicanos, que, por outro lado, já dividiam ferrenhamente o mesmo território com os franciscanos.³⁰¹ Pelo mesmo motivo, foram freqüentes os confrontos entre jesuítas e franciscanos desde a Índia portuguesa até as missões do Vice-Reinado do Peru. Esses conflitos tinham sempre como pano de fundo o significativo atraso com que chegaram as missões jesuíticas oceânicas em relação às demais Ordens.³⁰² As Índias e principalmente o Brasil e o Maranhão foram os locais que fizeram a fama da Companhia.

O caso de algumas regiões da Ásia, especificamente, se assemelha com o processo de domínio apostólico do Maranhão. Em ambos, a estratégia de construção de redes de alianças com poderosos grupos locais mostrou-se vantajosa. Rapidamente – mas não sem muita tensão – conseguiram privilégios em relação a franciscanos, carmelitas e mercedários.³⁰³ Os conflitos ocorridos entre as Ordens, a partir dessas diferentes estratégias de ação missionária, refletem bem as muitas diferenças existentes entre as mesmas no que concerne à organização interna, às referências dogmáticas, às práticas apostólicas e, sobretudo, no que diz respeito à forma com que se relacionavam com os poderes políticos laicos e, se quiserem, com o mundo temporal. Essas diferenças se refletiam muitas vezes no próprio convívio entre as Ordens religiosas, resultando em confrontos diretos ou velados, mais ou menos graves de acordo com o cenário político específico em que eles ocorriam, e com os possíveis ganhos presentes nas disputas.

³⁰¹ Sobre a concorrência entre jesuítas, franciscanos e dominicanos na Nova Espanha ver: Robert Ricard. “Dificuldades Internas del Apostoledo”. In: *La conquista espiritual de México: Ensayo sobre el apostolado y los metodos misioneros de las ordenes mendicantes em la Nueva España*. México: FCE, 1986, pp. 359-386.

³⁰² Segundo Charles Boxer: “voltando à América espanhola, onde os jesuítas chegaram mais tarde (1566) do que à Ásia (1542) ou ao Brasil (1549), nunca conseguiram ter nos Vice-Reinados do México e do Peru o papel preponderante que tiveram na Ásia portuguesa, Brasil e Maranhão. Na América espanhola tinham de competir com os frades das ordens mendicantes já ali fortemente enraizados”. Charles Boxer: *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, p. 90.

³⁰³ *Idem, ibidem*, p. 91.

No Maranhão - como no resto da América Portuguesa -, o primeiro apostolado, de fato, foi o Franciscano. Desde os primeiros tempos da Conquista, eram principalmente os Capuchos de Santo Antonio, uma das três províncias da Ordem dos Frades Menores, que atuaram na Amazônia nos séculos XVII e XVIII, e que cuidavam dos sacramentos aos moradores e da conversão do gentio.³⁰⁴ Apesar de já existirem franciscanos na própria nau que partiu da fortaleza do Ceará em direção a São Luis, e de lá para o delta do Amazonas, a residência apostólica mais efetiva ocorreu com a chegada do custódio, Cristóvão de Lisboa, em 1624. O estabelecimento da custódia do Maranhão, separada da custódia de Pernambuco, era uma das muitas mudanças trazidas com o processo de criação do novo Estado.³⁰⁵

Em pouco tempo os capuchos de Santo Antonio souberam tirar vantagem da residência prematura em relação aos padres da Companhia; tinham uma quantidade maior de missionários em comparação com os poucos jesuítas e carmelitas existentes até a década de 1640. Em muitas aldeias e capitânicas os franciscanos ganhavam a predileção de vários moradores que preferiam os Frades Menores a outras Ordens religiosas em função de sua alegada ética da pobreza.³⁰⁶ A suposta atitude diferenciada em relação às coisas temporais era um argumento bastante comum entre

³⁰⁴ Na Amazônia, a primeira província a chegar foi a de Santo Antônio, seu comissariado foi criado em 1617. Em 1675, juntavam-se a esta, com demasiado atraso, as províncias da Piedade e, bem mais tarde, a da Imaculada Conceição. A história das missões franciscanas, da atuação de suas províncias, e dos seus métodos missionários na América portuguesa infelizmente não despertou o mesmo interesse que as vicissitudes das missões jesuítas. Sobre as missões capuchas, vale a pena consultar as obras do frei Venâncio Willeke: *Missões Franciscanas no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974; *Franciscanos na História do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. As obras do frei Basílio Rower também estão repletas de informações úteis. Ver: Basílio Rower. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Editora Vozes, 1947, e também: *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1941. Gilberto Freyre também enveredou pelo tema do "nominalismo" franciscano nos trópicos, ver: Gilberto Freyre. *A Propósito de Frades*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

³⁰⁵ "Felipe II ordena que o governo do Maranhão seja separado do Brasil, nomeando-se-lhe governador, que deverá ser acompanhado por religiosos de São Francisco, da província de Santo Antônio". 20 de junho de 1618. In: *Documentos para a História do Brasil especialmente para a do Ceará: 1608-1625*. Fortaleza, 1904, vol. 2, pp. 190-91.

³⁰⁶ Sobre a idéia da ética da pobreza entre os franciscanos e suas mudanças ao longo do tempo ver: Nachman Farbel. *Os Espirituais Franciscanos*. São Paulo. Edusp. 1995.

os aliados dos franciscanos. Era, sobretudo, eficaz quando utilizado contra os padres da Companhia de Jesus, ao longo das primeiras décadas do século XVII.

No momento em que o apostolado capucho entrava em decadência - durante parte do governo de Coelho de Carvalho, "o velho" - essa linha de raciocínio foi utilizada por algumas autoridades do Estado, que culpavam os aliados dos jesuítas pela carência de índios e pobreza generalizada da Conquista. Jácome Raimundo de Noronha, por exemplo, comparava amiúde os estilos das duas Ordens religiosas: os frades de Santo Antonio, dizia o então governador: "são todos idos desta Conquista (...) e os da Companhia não querem ir senão onde terão proveito temporal o que mostram bem nestas Conquistas pelo pouco que fazem no que convém ao serviço de Vossa Majestade".³⁰⁷ Esse era um argumento de alguma popularidade na época, e que deveria ser, a todo custo, combatido pelos jesuítas, como de fato o foi.

Antes mesmo de 1624, os franciscanos conseguiram montar uma razoável estrutura de apoio entre os moradores, fortalecendo sua posição na região. O ano da assunção efetiva do novo governador, Coelho de Carvalho, "o moço", marcou o começo do malogro apostólico franciscano. Se, de um lado, os frades de Santo Antonio dispunham de alguma popularidade entre os moradores do Maranhão, os padres da Companhia levavam vantagem considerável com as mudanças políticas após 1626. Os jesuítas aliaram-se com importantes membros da família Albuquerque Coelho, garantindo - mesmo sem a Residência apostólica formalmente concedida pelo rei - grandes privilégios em relação a franciscanos e carmelitas. A partir do final da década de 1620 e durante toda a década de 1630, os padres da Companhia de Jesus partiram para uma política mais agressiva, de bastidores inclusive, com objetivo de disputar o espaço antes de exclusividade franciscana.

A história do conflito entre franciscanos e jesuítas na fronteira amazônica do século XVII não é só a história de duas concepções diferentes de apostolado - embora essa idéia seja fundamental -, era também o confronto de duas estratégias distintas de

³⁰⁷ "Jácome Raimundo de Noronha escreve a Felipe III, informando-o da chegada ao Pará e Maranhão, de dois frades leigos e seis soldados, vindos de Quito e da necessidade de meios de defesa contra o inimigo". Maranhão, 29 de maio de 1637 In: *Documentos para a História do Brasil e Especialmente a do Ceará*, Ceará, vol. 3, doc.150, p. 25.

convívio com os poderes locais. A Companhia, mais do que franciscanos e carmelitas, tinha consciência dos ganhos inerentes ao diálogo entre o exercício dos votos espirituais e a ação temporal.³⁰⁸ O fazer missionário, tal como orienta Santo Inácio na *décima parte principal* do texto das *Constituições*, não estava dissociado do mundo temporal. Caberia aos padres, segundo o mesmo documento, uma devida participação nos negócios de governo, por entender que a eficácia da salvação das almas depende também da força das alianças políticas.³⁰⁹

Os motins entre grupos religiosos na Amazônia são, potencialmente, o tema mais incômodo para aqueles que defendem a existência do eterno confronto entre “interesses” laicos e clericais. À revelia dessa idéia dominante, houve uma ardente oposição entre interesses jesuítas, franciscanos, carmelitas, mercedários, trinitários, e etc. Em alguns casos, a união entre setores religiosos e grupos laicos era bem mais provável que a união dessas Ordens entre si. Convidamos o leitor a acompanhar de perto um desses conflitos. Trata-se do tenso convívio entre as autoridades franciscanas e jesuíticas a partir da instituição do novo Estado do Maranhão, em 1626.

Paradoxalmente, foi no ano de 1624, data do início do comissariado do frei Cristóvão de Lisboa, que os problemas entre moradores e franciscanos começaram. Naquele ano de mudanças políticas, às vésperas da chegada do primeiro governador do Estado, os contemporâneos não tinham dúvidas de que um homem de grande

³⁰⁸ David Brading enfatiza o impacto do método missionário jesuíta sobre a ética apostólica das Ordens mendicantes, cujo ideal de pobreza era agora desafiado por: “una asociación de sacerdotes, hombres de universidad, dotados de un agudo instinto para la influencia política, que no se avergonzaban de los problemas de tratar con propiedades”. David A. Brading. *Orbe indiano: De la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867*. México: F.C.E, 1992, p. 189.

³⁰⁹ Segundo ainda Santo Inácio, para a *conservação* do *corpo* da Companhia dever-se-ia manter principalmente: “La benevolencia de la Sede Apostólica, a quien specialmente ha de servir la Companhia, y después, de los Príncipes temporales y personas grandes y de valor, cuyo favor o disfavor hace mucho para que se abra o cierre la puerta Del divino servicio y bien de las animas. Así mesmo, quando se sintiese mala voluntad en algunos, en special personas de cuenta, debe hacerse oración por ellos y usar los medios convenientes para que se reduzgan a amistad, o a la menos no sean contrarios...”. “*Constituciones*. Decima Parte Principal. De como se conservará y aumentará todo este cuerpo en su buen ser”. In: San Ignacio de Loyola. *Obras*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1991, p. 645.

poder pisava em terras maranhenses antes de Francisco Coelho de Carvalho.³¹⁰ Lisboa, além de custódio dos capuchos de Santo Antonio, era comissário da Província da Piedade em Portugal e, ainda, acumulava o cargo, de não menos poder e influência, de qualificador do Tribunal do Santo Ofício para as terras do Maranhão. Quando de sua chegada, o custódio Lisboa dispunha de uma considerável influência também na corte portuguesa. Lá tinha parentes do porte de um Gaspar Gil Severim, seu pai, que fora secretário de Estado na época de Filipe II, e Manuel Severim, seu irmão, chantre de Évora, além de outros parentes próximos na administração da *Res Publica*, sobretudo, na época em que os Filipes governaram.³¹¹

A partir de 1624, os franciscanos tomaram, com grande fôlego, o novo apostolado no Maranhão. Cristóvão de Lisboa chegou a São Luis acompanhado de outros frades, entre oito a dez, não se sabe ao certo; o fato é que esse número já era consideravelmente maior nos próximos anos.³¹² Na cidade de São Luis, é verdade, sua posição era mais sólida do que na de Belém. Foi na cidade da capitania do Grão-Pará que o custódio encontrou, desde os primeiros dias, uma oposição maior. Não por

³¹⁰ Conhecemos relativamente pouco sobre a vida de Cristóvão de Lisboa e seus companheiros de aventura amazônica. Infelizmente não dispomos - no estudo dos frades capuchos da América portuguesa - do mesmo esforço biográfico verificado em relação aos padres da Companhia de Jesus, bem mais conhecidos e divulgados. As informações que dispomos nesse estudo são fragmentárias, retiradas de vários textos. Particularmente, os ensaios biográficos sobre o primeiro custódio do Maranhão destacam, muito mais, a sua atividade como "naturalista" da Amazônia, deixando de lado os problemas de sua custódia. Ver, nesse sentido: o prefácio que Alberto Iria fez à famosa obra de Cristóvão de Lisboa, escrita antes dos primeiros "naturalistas" holandeses que chegaram com as invasões de 1640. Cristóvão de Lisboa. *História dos Animais e Árvores do Maranhão*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino/Centro de Estudos Ultramarinos, 1967, pp. V. Outras informações importantes encontramos em: Venâncio Willeke, OFM. "Frei Cristóvão de Lisboa: o primeiro naturalista do Brasil". In: Venâncio Willeke, OFM. *Franciscanos na História do Brasil*, pp. 65-100.

³¹¹ *Encyclopedia e Dicionário Internacional: Organizado e dirigido com a colaboração de distintos homens de ciência e de letras brasileiros e portugueses*. Lisboa/Rio de Janeiro/São Paulo/Londres/Paris/Nova York: W. M. Jackson, s.d, p. 10625.

³¹² Sabemos pouca coisa sobre os frades que viajaram de Pernambuco para o Maranhão em companhia do custódio, seriam eles: Sebastião de Coimbra; Luis de Assunção; Antonio da Trindade; Agostinho das Chagas; Francisco do Presépio; Antonio do Calvário; Manuel Batista; João da Cruz; Junípero de São Paulo; Domingos dos Anjos e Francisco do Rosário. No ano de 1627 esse número já era o dobro, bem mais do que dispunham as outras Ordens. Venâncio Willeke, OFM. *Franciscanos na História do Brasil*, pp. 69-70; Mathias Kiemen, OFM. *The indian policy of Portugal in the Amazon region, 1614-1693*. Washington: The Catholic University of America, 1954, p. 32.

acaso, foi nessa cidade que o frei Lisboa teria utilizado com maior força os atributos de seu outro cargo, o de Inquisidor. Queimou livros – supostamente herança dos hereges franceses que lá estiveram nos primeiros tempos de conquista -, separou moradores portugueses e índios de suas concubinas e, finalmente, ameaçou de excomunhão os moradores que participavam da administração do gentio, à revelia dos regimentos de Sua Majestade. O custódio demonstrava seu poder, mas também conseguia muitos e poderosos adversários.³¹³

Os problemas do apostolado franciscano aumentaram consideravelmente com a confirmação, um dia antes de voltar a São Luis, de uma lei de cativos supostamente garantida por Sua Majestade. Tal confirmação foi redigida pelo próprio Cristóvão de Lisboa em dezembro de 1624, na igreja matriz da cidade de Belém. O documento usava de bastante rigor, punindo com a excomunhão todos os moradores e autoridades laicas que se envolvessem na captura ou administração do gentio em todas as capitanias do Estado do Maranhão. Apesar do protesto automático de autoridades e moradores, a situação do apostolado franciscano agravou-se quase irremediavelmente a partir da assunção do poderoso Francisco Coelho de Carvalho.³¹⁴

Nesse tempo, o grande articulador do apostolado jesuíta era Luis Figueira. Figueira não era mais o jovem missionário que acompanhara Francisco Pinto, sem a proteção de soldados e autoridades laicas, e presenciara o seu martírio nas mãos dos índios “Cararijus” da serra de Ibiapaba.³¹⁵ Figueira tornar-se-ia, com o tempo, o principal interlocutor, na Amazônia, entre o clero regular e as mesmas autoridades laicas que desprezara há cerca de 20 anos atrás. Era modesta, ainda, a posição do apostolado jesuítico nos primeiros anos da Conquista. Tinham poucos e inconstantes padres pelo fato de não possuírem o aval real para a instituição de sua Residência definitiva, limitando de qualquer forma o número dos religiosos que pudessem ir ao Maranhão. De fato, os padres da Companhia, nesses primeiros anos, tinham de contentar-se com um papel secundário frente à concorrência carmelita e,

³¹³ Venâncio Willeke, OFM. *Franciscanos na História do Brasil*, p. 71.

³¹⁴ Mathias kiemen. *Op. cit.*, pp. 34-35.

³¹⁵ Contamos essa história no primeiro capítulo.

principalmente, franciscana. A partir de 1626, Figueira soube tirar proveito dos confrontos entre o custódio Cristóvão de Lisboa e as autoridades laicas maranhenses. Em poucos anos o apostolado franciscano foi perdendo sua supremacia, ao mesmo tempo em que os padres da Companhia obtinham do rei - com o apoio de setores laicos poderosos - o controle de várias aldeias no Pará. O conflito daí resultante entre franciscanos e jesuítas não foi abertamente declarado pelos padres da Companhia. Temos, de fato, dificuldades em acompanhá-lo nas correspondências conhecidas do padre Luis Figueira, enviadas ao rei ou aos seus superiores de Roma. No caso dos jesuítas, o confronto parece desenvolver-se bem mais nos bastidores ocultos das negociações locais.

De outro modo, as cartas do frei Cristóvão de Lisboa falam abertamente de um “motim” contra o apostolado franciscano, envolvendo padres da Companhia de Jesus e autoridades laicas maranhenses. Em três cartas - escritas ao seu irmão de sangue na corte, o padre Antônio Severim - Lisboa denuncia as “tramas” de Luis Figueira que, juntamente com o capitão Bento Maciel Parente, entre outros cúmplices seus, mobilizava a Conquista contra a sua custódia, em “prejuízo dos nossos religiosos [franciscanos]”.³¹⁶

Lisboa começa seu relato expondo ao irmão Antônio toda a contundência do tema que irá abordar, que de tão grave: “nas cartas não se pode dizer a mínima parte do que passa”, acrescentando: “muitas coisas não são licitas tratar nelas, porém em conversação se podem dizer, e valem muito para a informação, as que lá sucederam nesse Pará”.³¹⁷ Para o custódio Lisboa, o maior pecado cometido pelos jesuítas no Maranhão foi ter essa Ordem religiosa se aliado a Bento Maciel Parente, notório caçador de índios. Segundo se dizia, Parente praticava tais crimes contra a igreja que a aldeia próxima de seu engenho: “mais parecia mancebia dele, e de seus criados que

³¹⁶ “Tres cartas de Fr. Christovão de Lisboa (2 de Outubro de 1626, 2 e 20 de janeiro de 1627)”. ABNRJ, vol. 26, p. 401.

³¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 395.

aldeias de cristãos...". Aquele capitão não reconhecia as autoridades eclesiásticas, tão devasso em tudo que era, e mais ainda no "6º mandamento" divino, o da castidade.³¹⁸

Segundo diz o custódio, a fim de obter ganhos temporais na aliança com os grandes da terra, Luis Figueira servia não só como simples braço eclesiástico da conspiração, mas como seu principal articulador. Desse modo, o jesuíta encobriria os crimes de Bento Maciel Parente e de outros moradores, em troca do apoio destes contra os franciscanos: "Luis Figueira é o atizador das mais dessas coisas, só com o intento de ficar com as aldeias", diz Lisboa, acrescentando ainda: "acumula [Figueira] todos contra nós, e de tudo o que Vossa Caridade [falando sempre ao irmão, o padre Antonio Severim] lá fazem, e eu cá, faz ele peçonha".³¹⁹ As astúcias do padre Figueira, segundo ainda o mesmo relato, eram tamanhas que não mobilizava só moradores e grandes autoridades contra o apostolado franciscano, mas também o clero regular e até mesmo alguns grupos indígenas, por fim: "dando liberdade de consciência a todos para deste modo se fazer bem quisto, e odiar-nos a nós [franciscanos] com o povo...".³²⁰

Uma queixa constante da parte do custódio é em relação às dificuldades materiais do apostolado e da inconstância no envio dos recursos, a serem garantidos pelo padroado real. Faltavam recursos não só para a administração dos sacramentos - vinho, azeite e cera – mas, para a própria sobrevivência material dos religiosos: a terra, diz o frade: "não tem pano, nem burel, senão nos pagamentos e assim não podem dar nem um fio, nem pano de linho para panos menores". A pobreza não seguia hierarquias eclesiásticas, de modo a não poupar nem mesmo o próprio custódio: "até eu estou sem panos que me tomaram os tapuias de corso e fiquei sem eles e sem túnica, e sem hábito sem poder até agora fazer coisa nenhuma destas...".³²¹ Em outro momento, comparando as suas provações com as vicissitudes franciscanas na Índia, Lisboa argumenta que a diferença entre as duas missões era o fato de que, no caso do

³¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 396.

³¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 397.

³²⁰ *Idem, ibidem*, p. 398.

³²¹ *Idem, ibidem*, p. 399.

Pará, “falta-nos os favores reais”, que na Índia “foram excessivos”. De fato, as reclamações de religiosos de Ordens diferentes sobre as carências do padroado foram comuns durante todo o século XVII, assim como eram, também, as reclamações sobre os supostos privilégios das missões asiáticas em comparação com as da América.

As queixas de Cristóvão de Lisboa tinham também outro objetivo, mostrar que a situação de miséria dos frades de Santo Antônio era consequência de sua fidelidade ao rei no combate aos abusos do trabalho indígena. Da mesma forma, os franciscanos deixavam claro que recusavam a fórmula de sobrevivência praticada pelos jesuítas nas terras do ultramar: “os padres da Companhia, dizem que ou el-Rei lhes há de dar renda para este colégio [no caso o da Companhia] ou aldeias, suposto isto, tanta renda hão de colher...”.³²² As queixas do frei Lisboa tinham sentido. Os métodos da missão jesuítica, vinculando sempre os ganhos das fazendas com as necessidades materiais dos seus colégios, mostravam-se bem mais eficientes. Os padres da Companhia não dependiam, como seus pares de outros grupos missionários, exclusivamente das rendas garantidas pelo padroado. Esse método missioneiro mostrou-se eficiente, mesmo em zonas não dominadas pelos jesuítas, como as terras da Nova Espanha, cujo exemplo mais marcante talvez seja a conhecida fazenda de Santa Lucia, no México.³²³

Uma outra característica da missão jesuítica, criticada amiúde nos textos do custódio Cristóvão de Lisboa, diz respeito aos estilos epistolográficos. Segundo diz Lisboa, as cartas escritas pelos jesuítas merecem pouca fidelidade por não ter “palavra que contenha verdade”, tanto que, em certos casos, era necessário ter o “escrúpulo de consciência de não as ler mais...”.³²⁴ Em suas *Relações*, adverte ainda, os padres da Companhia têm por hábito seu: “falar bem ou mal dos homens segundo o pouco, ou o muito que correm com eles”.³²⁵

³²² *Idem, ibidem.*

³²³ Herman Konrad W. *Una Hacienda de los Jesuitas en el Mexico Colonial: Santa Lucia, 1576-1767*. México: F.C.E, 1995.

³²⁴ “Tres cartas de Fr. Christovão de Lisboa (2 de Outubro de 1626, 2 e 20 de janeiro de 1627)”. ABNRJ, vol. 26, p. 408-9.

³²⁵ *Idem, ibidem*, p. 405.

A querela é antiga. Não há dúvidas de que, em comparação a dominicanos, agostinianos, carmelitas e franciscanos, os padres da Companhia de Jesus tinham uma preocupação diferenciada quanto à arte de escrever. Entre eles a *ars dictaminis* era matéria obrigatória e fundamental nos colégios. Escrever uns para os outros, era considerada questão de sobrevivência, para uma Ordem que deveria reunir no mesmo pensamento corpos divididos pelos quatro cantos do mundo. A carta era o meio por excelência pelo qual essa reunião de “cabeças” – como diziam os padres da Companhia – se processava.³²⁶ A questão da “fidelidade” das cartas jesuíticas, da qual Cristóvão de Lisboa parece especialmente incomodado, foi também uma questão espinhosa na própria época em que Santo Inácio escreveu as suas *Constituições*.³²⁷

Entretanto, estava claro que o propósito de Cristóvão de Lisboa era mais pragmático. Não intentava o custódio discutir propriamente a *ars dictaminis* dos padres da Companhia, mas demonstrar que, em comparação com o estilo missioneiro dos sucessores de Santo Inácio, os frades de Santo Antônio eram mais confiáveis, por sua fidelidade aos princípios do livro sagrado: a verdade, diz o custódio, é “alma da história, e desacredita muito qualquer coisa destas [mentiras] (...); fiá-vos só das informações que cá eu vos mandar [falando ao irmão] porque sou mui cioso do credito...”.³²⁸ Essas advertências não serviam apenas aos irmãos capuchos de Portugal, mas a qualquer pessoa que lesse uma carta jesuítica, principalmente o próprio rei que deveria pesar os estilos missioneiros das duas Ordens e, a partir disso, tomar a melhor decisão.

³²⁶ Segundo Alcir Pécora: “A presença ostensiva da carta no corpo da Companhia evidencia que sua função está pensada ao menos segundo três aspectos decisivos: o da informação; o da reunião de todos em um; e enfim, o da experiência mística ou devocional (...) O segundo aspecto justamente manifesta-se aí, quando os acontecimentos enfeixados em linhas de informação, reforçam igualmente a rede espiritual dos irmãos dispersos no mundo, cuja solidariedade de ação e unidade de propósito depende a sobrevivência do corpo inteiro da companhia e a eficácia global de sua intervenção na história, enquanto co-autora da providência”. Alcir Pécora. “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”. In: *Maquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 28.

³²⁷ As críticas do padre Nicolas de Bobadilla, enviadas ao companheiro Santo Inácio em 1543, sobre o “esmero” da linguagem e a correção excessiva exigidos pelo Superior nas cartas da Companhia é sintomático. Ver: Alcir Pécora. *Op. cit.*, pp. 30-1.

³²⁸ “Tres cartas de Fr. Christovão de Lisboa (2 de Outubro de 1626, 2 e 20 de janeiro de 1627)”. ABN RJ, vol. 26, p. 409.

Da parte de Luiz Figueira, não encontramos claramente referência ao desafeto Cristóvão de Lisboa. Pouco tempo depois que o custódio enviou o seu libelo acusatório, Figueira se limitou a justificar, em diversas cartas e memoriais, a importância da união entre os religiosos e as autoridades maranhenses do porte de Bento Maciel Parente ou Francisco Coelho de Carvalho. A função dessas várias autoridades era garantir, de um lado, a defesa do território contra os estrangeiros que sempre visitavam aquelas partes e, de outro, proteger os índios conversos e os próprios religiosos contra o inimigo tapuia. A proteção militar ao labor sagrado da conversão era a única razão de ser, segundo diz Figueira, da união entre soldados e padres; cada uma das partes teria seus ganhos específicos de acordo com o papel desempenhado. Nesse sentido, não havia dúvida de que o tão combatido Bento Maciel Parente tinha grande valor. Luis Figueira destaca suas qualidades:

“Capitão Bento Maciel Parente, que havia mais de 4 anos a tinha governado com grande aceitação e aumento da Conquista, açoitando e prendendo corsários que a ela tinham aportado, mostrando em várias ocasiões seu valor e bom governo, de que resultou haver naquela Capitania do Pará muitos prisioneiros holandeses e de outras nações, que com eles vinham misturados, a fazer tabaco e comerciar com o gentio do Rio das Amazonas, da banda do Norte”.³²⁹

Figueira expressava a mesma opinião sobre o governo de Francisco Coelho de Carvalho: “recebido com grande aplauso da Conquista, o qual até hoje se não

³²⁹ Luis Figueira. “Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde holandês, inglês e franceses e outras nações. 1631.” Serafim Leite. *Luis Figueira...*, pp. 169-70. Esta mesma opinião era compartilhada, anos mais tarde, pelo padre João Felipe Bettendorff, aos invasores: “(...) o capitão Mor Bento Maciel Parente lhes foi dando tantos e tão fortes assaltos que, desalojando uns, aprizionando outros, e metendo seus navios a pique com notáveis sucessos dos nossos, e demonstrações do seu valor, desenganados não tornaram mais a revisitar aquellas bandas como antecedentemente tinham feito, mas retiraram-se de todo, deixando rios e terras a seu legítimo senhor, El-Rei e Côroa de Portugal”. João Felipe Bettendorf, SJ. *Op. cit.*, p. 48.

diminuiu”.³³⁰ A posição da Companhia de Jesus acerca do papel da administração laica e do uso da força bélica como método de conversão não era consensual, variando de acordo com as referências teológicas seguidas por cada padre no interior da Ordem. De forma geral, parece existir entre muitos padres da Companhia um meio termo entre a chamada *via amorosa* - que é o primeiro método de conversão defendido por Nóbrega, ele próprio confessor de Mem de Sá³³¹ -, e a *conversão pelo medo*, que fez escola com religiosos do porte de um Anchieta, baseados nos textos de teólogos como Juan de Sepúlveda (1490-1573).³³² A partir dos textos do padre Luis Figueira, sobretudo após a experiência supostamente reveladora da serra de Ibiapaba, é possível perceber a grande importância que aquele religioso atribuía à força militar portuguesa e à fundamental associação da Companhia com as grandes autoridades laicas. Tal relação deveria se processar na justa medida em que esses soldados não interviessem no trabalho de administração das aldeias. Aliás, a grande crítica que Luis Figueira fazia abertamente aos franciscanos era quanto à falta de habilidade desses religiosos com as matérias *temporais*, incluindo-se aí a ambígua aliança com os moradores e a crônica falta de recursos para as missões. Esses era segundo Figueira: “Grades trabalhos” que não poderiam ser resolvidos sem algumas concessões....

Os padres da Companhia também faziam coro às queixas gerais de falta de recursos disponíveis pelo padroado. Entretanto, sabiam aqueles religiosos que os provimentos, de onde quer que viessem, eram fundamentais para a missão. O fato do padroado não lhes garantir o recurso devido à tão nobre trabalho deveria ser remediado de alguma forma. Eis a lição que escapou, segundo essa lógica, aos franciscanos. Luis Figueira, em uma *Relação* enviada aos seus superiores em 1631, expõe sutilmente o motivo do malogro capucho:

³³⁰ Luis Figueira. *Op. cit.*, p. 169.

³³¹ Para Serafim Leite, a confissão era um sacramento importante na estratégia de aproximação entre os padres da Companhia e os diferentes setores daquela sociedade. De modo que, os jesuítas confessavam: “desde a gente da governança até ao último desterrado”. Serafim Leite. *Novas Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 105.

³³² A melhor análise sobre os referenciais teológicos da chamada *via amorosa* e o seu oposto, encontramos em: Alcir Pécora. “Cartas à Segunda Escolástica”. In: Adauto Novaes. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras/ Minc. Funarte, 1999, pp. 372-414.

“...não sei se consideram esses senhores dos Conselhos [portugueses] que tão escassos são, para este universal bem [a conversão das almas], da fazenda de Sua Majestade, havendo-se liberalmente [recursos] noutras coisas, que não se comparam com estas. E prova boa é, dos grandes trabalhos que nisto se padecem, o não poderem com eles os religiosos de Santo Antônio neste Maranhão, antes soçobrados deles, largaram este ano passado o cargo que tinham da administração das Aldeias do Gentio (...) E, assim, se recolheram a seu convento, ficando as Aldeias desamparadíssimas...”³³³

O caso dos padres de Santo Antonio é, algumas vezes, utilizado por Figueira como exemplo clássico de fracasso apostólico. O jesuíta enfatiza, nesse sentido, a suposta falta de preparo de muitos dos frades de Santo Antonio, pouco afeitos às adversidades inerentes ao labor da conversão. A partir, portanto, do fracasso dos irmãos de Santo Antônio era requerida com mais força ida de mais padres da Companhia à região. Era fundamental para o êxito da ocupação portuguesa, continuar o trabalho que os capuchos não conseguiram realizar. O novo apostolado deveria tirar alguma boa lição do insucesso. Além da deficiente relação com os poderes locais, os padres da Companhia amiúde criticavam a falta, entre os franciscanos, de conhecedores das línguas indígenas, considerado um critério fundamental para a conversão do gentio.

Uma vitória importante para as pretensões dos padres da Companhia foi o Alvará real de 25 de julho de 1638, segundo o qual estes religiosos teriam sob seu controle a administração, tanto “temporal” quanto “espiritual”, das aldeias do Estado. Teriam também o apoio financeiro da Coroa portuguesa, com direito a um pagamento anual por parte da Fazenda de el-Rei, além de outras “provisões necessárias” à empresa. O soberano revelava, assim, suas preferências, em detrimento dos serviços

³³³ Serafim Leite. *Luiz Figueira...*, p. 177.

de outras Ordens e dos próprios administradores leigos.³³⁴ Este voto de confiança de el-Rei parece não ter agradado parte do clero secular do Brasil, a exemplo dos problemas de Luiz Figueira com o bispo daquele Estado e suas tentativas de embargar a vinda de 22 novos padres da Companhia ao Maranhão.³³⁵ O próprio Luís Figueira, em 1639, ciente das possíveis oposições que poderia sofrer a Companhia, pedia ao rei: “que se desse vista aos religiosos do Carmo e de Santo Antônio e aos procuradores da fazenda e da Coroa, para que dissessem se havia algum inconveniente em irem tantos religiosos da Companhia a esta missão”.³³⁶

Apesar da forte rede de alianças construída pelos padres da Companhia de Jesus, os capuchos de Santo Antonio também podiam contar com alguns devotos aliados, principalmente entre os inimigos políticos do governador Francisco Coelho de Carvalho. Um deles era Jácome Raimundo Noronha. Consta na devassa póstuma, aberta pelo capitão contra o governador Coelho de Carvalho, a acusação de ter tramado contra o apostolado franciscano no Maranhão. A atitude do governador, expulsando os padres de Santo Antonio das aldeias, teria ocasionado grande dano à economia do Estado que pela ausência de curas de almas via o gentio fugindo para os sertões em grande quantidade.³³⁷

A situação de desconfiança entre os capuchos de Santo Antônio e o governador Coelho de Carvalho teve seu momento mais crítico com os protestos do frei Cristóvão de São José, expressos em um, ao que parece, agressivo sermão, através do qual

³³⁴ “E porque a experiência tem mostrado que entregando-se a administração das Aldeias dos índios daquelas partes a pessoas seculares é ocasião de se lhe dar mau tratamento, cativando uns e servindo-se de outros sem lhe pagarem e fazerem-se-lhe outras vexações contra o serviço de Deus e meu com que desamparam as Aldeias e se acolhem no sertão”. “Alvará criando a Administração Eclesiástica do Maranhão, Grão-Pará e Rio das Amazonas, e entregando a administração das Aldeias dos índios aos padres da Companhia de Jesus”. 25 de julho de 1638. Serafim Leite. *Luiz Figueira...*, p. 217.

³³⁵ “Sobre uma petição que o padre Luiz Figueira, da Companhia de Jesus e procurador da província do Maranhão, manda fazer ao rei pelo Conselho de Madrid, fazendo queixas sobre os embargos do bispo do Brasil”. Lisboa, 22 de outubro de 1639. ANTT: Manuscritos da livraria, nº 1116, fl. 241. APEP: Cópia paleográfica, doc. 8, pasta 2.

³³⁶ “Petição de Luiz Figueira para que se dê execução ao que se pede sobre Matalotagem” Serafim Leite. *Luiz Figueira...*, p. 225. Ver também: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXIV (1910), p. 289.

³³⁷ *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXIV (1910), p. 256.

repudiava as atitudes do governador em relação à administração do gentio. Em represália, o convento dos padres capuchos teria sido atacado, à meia noite do mesmo dia do apaixonado sermão de Cristóvão de São José, morrendo em lugar do Superior da Ordem, um outro frade que fazia inadvertidamente suas orações no altar-mor do convento. Este trágico acontecimento teria selado definitivamente as relações entre os franciscanos e as autoridades aliadas do governador Coelho de Carvalho.³³⁸

Em relação ao custódio Lisboa, à medida que avançamos a década de 1630 os documentos disponíveis sobre ele vão escasseando; são conhecidas algumas poucas intervenções na questão dos cativeiros ilícitos do Maranhão, durante a década de 1640. Nessas últimas cartas, ainda é possível verificar um grande interesse pelas questões locais do Estado, mas sempre posicionando-se como um agente exterior e, para ele, privilegiado. Após a derrota na disputa com Luis Figueira, Cristóvão de Lisboa partiu para o reino, terminando seus dias, em 1652, como bispo de Angola. Morria o desafeto de Figueira, nos dizeres do frei Venâncio Willeke: "franciscanamente pobre e simples".³³⁹

A ênfase historiográfica no confronto permanente e onipresente entre setores laicos e religiosos na Amazônia seiscentista acabou por quase cristalizar, também, a idéia de um senso de cooperação entre as diversas práticas missionárias. Existiria uma

³³⁸ Capistrano de Abreu relata este episódio nos seus "Prolegomenos ao livro V" da História do Brasil de frei Vicente de Salvador, enfatizando as supostas infidelidades de Francisco Coelho de Carvalho e seu Ouvidor, Pedro Teixeira. Tanto Coelho de Carvalho quanto Pedro Teixeira teriam rompido um juramento prestado perante o capelão frei Luiz de Assunção, durante a negociação da rendição dos irlandeses, fato que teria igualmente revoltado os franciscanos: "As condições foram escandalosamente violadas, os capitulantes desterrados para Caeté e outras partes; de seus bens apossaram-se o governador, o ouvidor, Pedro Teixeira. Isto, junto a queixas contra a rapacidade de Francisco Coelho de Carvalho, morte de Manuel de Sousa no cárcere, provocou indignação geral de que se constituiu echo frei Christovão de S. José, pregador regio, custódio dos capuchos. Do púlpito bradou: não espanta que uma cobra mate um veado; em pernambuco ouvi dizer que um coelho tragou um navio com toda a sua enxarcia. Era uma allusão ferina ao governador. A meia noite o convento dos franciscanos foi apedrejado, morto um frade parecido com o pregador, quando acendia uma vela na lampada do altar-mór". Capistrano de Abreu. "Prolegomenos ao Livro V". In: Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª edição, 1931, p. 462. Mathias Kiemen constrói uma narrativa bastante semelhante, acrescentando, ainda, no final, a situação de descontrole dos frades: "Sob tais circunstâncias, a questão de seu efetivo poder também tinha feito muitos frades perderem a cabeça". Kiemen. *Op. cit.*, p. 43.

³³⁹ Venâncio Willeke, OFM. *Franciscanos na História do Brasil*, p. 78.

união entre as Ordens religiosas, dado o sentido e o propósito comum de suas ações: garantir a administração do trabalho indígena sob a tutela clerical, de um lado, e jamais laica, de outro. No entanto, como os grupos da administração laica estavam em constante tensão, permutando alianças e motins, também os religiosos, ao seu modo, construíram tanto zonas de cooperação, quanto pontos de disputa. No caso do Estado do Maranhão, eram vários os motivos de conflitos e nem todos estavam diretamente ligados ao trabalho indígena. De fato, no final das contas, grupos religiosos e laicos eram tão propensos ao confronto, quanto eram ao acordo. Os autores que se preocuparam ou se referiram aos conflitos entre as Ordens religiosas orientam suas idéias em sentidos, por vezes, radicalmente opostos, transitando entre tentativas mais amplas de compreensão, análises mais pontuais, ou até mesmo, o simples silêncio. Um dos mais importantes trabalhos é o do historiador franciscano Mathias Kiemen.

Kiemen se interessou pela participação missionária no jogo de forças presente na composição da legislação indigenista. Sua análise sobre o confronto entre Cristóvão de Lisboa e Luís Figueira considera tanto as diferenças históricas do turbulento convívio entre as duas Ordens, quanto a importância das variantes teológicas inerentes aos seus estilos missionários. Para Kiemen, o estado de tensão entre os capuchos de Santo Antônio e os padres da Companhia de Jesus foi, em boa parte, gerado pela grande devoção ao voto de pobreza dos franciscanos. Por outro lado, a grande dependência que aqueles padres tinham da precária ajuda real, garantida pelo padroado, acabou definindo a contenda. Em comparação com a estrutura criada pelos padres da Companhia, anos depois, - nutrida sempre com as suas rentáveis fazendas - a situação da missão franciscana era insustentável do ponto de vista da sobrevivência material.³⁴⁰ Segundo, ainda, Kiemen: “ninguém aprendeu mais com os erros dos franciscanos que os jesuítas”.³⁴¹ As dificuldades e insucessos dos padres de Santo Antônio serviram como um alerta constante, guiando Luís Figueira e os demais padres da Companhia pelo intrincado caminho das relações entre religiosos e leigos na Amazônia dos primeiros tempos.

³⁴⁰ Kiemen. *Op. cit.*, p. 38.

³⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 47.

Segundo o padre Serafim Leite, o insucesso dos franciscanos foi fundamental, em certo sentido, para o fortalecimento da posição jesuítica na região. Segundo Leite, no momento em que a administração dos índios do Estado foi entregue aos capuchos: os “moradores não queriam nem uns, nem outros; contudo alguém havia de ser, para a honra de Portugal”. Ao mesmo tempo em que os capuchos comprometiam sua posição, lutando abertamente contra as mais importantes autoridades das duas capitanias, os jesuítas “livres desse encargo dos índios”, faziam a sua parte: “ocupavam-se unicamente dos mistérios próprios da sua vocação: pregação de sacramentos, assistência e ensino (...) Daí a pouco tempo, ainda os maiores inimigos dos jesuítas se convertiam em amigos dedicados”.³⁴² A dura lição dos franciscanos foi, de fato, aprendida com sucesso pelos padres da Companhia que, pouco a pouco, ganhavam mais importância naquelas Conquistas, sobretudo durante as guerras contra os holandeses. Antes disso, o alvará real de 1638 – que segundo Leite seria uma resposta às ponderações de Luis Figueira – já anunciaria uma certa preferência pelo serviço dos padres da Companhia.³⁴³

O padre Serafim Leite, de fato, não faz mais que algumas poucas referências ao tema, limitando-se a citar alguns documentos e, em outro momento, admitindo, mesmo, o caráter incompreensível das hostilidades entre as religiões.³⁴⁴

Arthur Cezar Ferreira Reis, no seu *A Conquista Espiritual da Amazônia*, que pretende traçar um amplo quadro da atividade missionária na região entre os séculos XVII e XX, faz um estudo compartimentado, mostrando como cada Ordem isoladamente contribuiu, ao seu modo, para o alvorecer da “civilização européia”.³⁴⁵

³⁴² Serafim Leite. *Luis Figueira....*, p. 52.

³⁴³ *Idem, ibidem*, p. 62.

³⁴⁴ E é este o parecer final de Serafim Leite sobre o conflito entre franciscanos e padres da Companhia: “Não encontramos nos escritos de Luiz Figueira coisa que justifique aquela animosidade”. *Idem, ibidem*, p. 52.

³⁴⁵ Arthur Cezar Ferreira Reis exalta, muitas vezes, o caráter preponderantemente “civilizador” do empreendimento missionário na Amazônia, em oposição às pretensões comerciais do poder laico. Segundo ainda o autor: “Pode-se, mesmo, afirmar que sem a atuação que desdobraram, como vamos verificar nas páginas adiante, pelo exame do empreendimento de cada uma das Ordens, a civilização européia não teria chegado ao mundo amazônico com a rapidez e os resultados que alcançou”. Arthur Cezar Ferreira Reis. *A conquista espiritual da Amazônia*, p. 10.

Talvez o dado mais marcante dessa obra, seja a quase completa ausência da contradição entre os vários estilos e métodos missionários. O confronto entre Luiz Figueira e Cristóvão de Lisboa é entendido como uma negação momentânea dos princípios católicos que norteavam o trabalho das duas Ordens, um parêntese incompreensível no convívio entre grupos que tinham objetivos comuns. Segundo Reis:

“Faz-se mister indicar, neste passo, que as Ordens Religiosas tiveram igualmente suas falhas, que deram margem a certas observações. E as falhas, residindo principalmente nas rivalidades que as separavam por desejarem todas maiores glórias, maiores êxitos. Logo ao princípio da conquista, Frei Cristóvão de Lisboa investiu contra Luis Figueira e seus companheiros de comunidade, acusando-os de prejudiciais à obra em andamento. Depois, em memoriais, negaram-se, esquecendo momentaneamente os princípios de catolicidade que deveriam presidir a seus gestos mais íntimos”.³⁴⁶

Os exemplos de rivalidade entre as Ordens religiosas são compreendidos aqui como algo não habitual, “pequenos incidentes” produzidos pelo desejo exacerbado pela cristianização dos povos da Amazônia. Estas Ordens, apesar das especificidades de formação histórica, aparecem sempre imbuídas de um sentido geral de cooperação. De fato, Arthur Cezar Ferreira Reis estava, a todo momento, pensando a história do Estado do Maranhão a partir de um único jogo de forças: de um lado os missionários – estes apresentados como grupos uniformes, cujas ações eram sempre pautadas por interesses comuns – e de outro lado, estavam os moradores, homens cujo único interesse era a administração temporal dos índios e que para isso queriam os padres longe de seus domínios. Reis, em função desse confronto fundamental entre

³⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 44.

moradores e missionários, ignora a multiplicidade de forças e interesses que compunham o mundo das Ordens religiosas na Amazônia.

Em termos de uma análise global sobre o famoso confronto entre franciscanos e jesuítas na Amazônia, não há dúvida de que o grupo da CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina) trouxe um grande avanço. Segundo Eduardo Hoornaert, a oposição entre os estilos missionários das duas autoridades envolvidas no confronto dizia respeito a forma com que cada Ordem considerava o vínculo entre “religião” e “Estado”. Isto se processava através de uma certa “autocompreensão” do significado profundo do padroado e de sua adesão voluntária a ele. Nesse sentido, Cristóvão de Lisboa, supostamente contrário à “liberdade dos índios”, representaria interesses “coloniais” mais gerais, incompatibilizando-se com uma posição supostamente mais isenta da Companhia de Jesus em relação ao vínculo Estado-religião e, mesmo, religião-capitalismo. Segundo Hoornaert:

“Frei Cristóvão de Lisboa estava engajado nos projetos coloniais, de sorte que hostilizou o grande missionário jesuíta Luiz Figueira, chamando suas palavras de ‘mentiras’ numa carta do dia 26 de outubro de 1626”

Referindo ao Lisboa “naturalista”, que possui como obra mais conhecida uma *História dos Animais e Plantas do Maranhão*, comenta:

“Ele era contrário ao tema da liberdade dos índios mas, estranhamente, se interessava por eles de um ponto de vista ‘científico’: redigiu uma história natural e moral do Maranhão e Grão-Pará com preciosas informações etnológicas e antropológicas, ele pertenceu ao grupo de homens que se interessam pelos restos mortais” ³⁴⁷

³⁴⁷ Eduardo Hoornaert; Riolando Azzi; Klaus van der Grijp e Benno Brod. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir de um povo*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edições Paulinas, 1992, tomo II/1., p. 77.

Os franciscanos, como Cristóvão de Lisboa e, também, os carmelitas, teriam, segundo diz Hoornaert, internalizado os pressupostos inerentes ao “sistema colonial”. Para a Amazônia, isso significava a manutenção das fronteiras e o controle temporal do gentio. Os padres da Companhia, de outro modo, - como bem representaria o exemplo de Luiz Figueira - não agiam segundo este plano geral do “capitalismo periférico”, imposto pelo sistema colonial, mas atuavam a partir de modelos próprios, uma atitude que gerava sempre a oposição de franciscanos e carmelitas.³⁴⁸ Para Eduardo Hoornaert, esta diferença de postura em relação ao “Sistema Colonial” é essencial para entender o desenvolvimento das missões na Amazônia ao longo dos séculos XVII e XVIII, bem como para explicar a relação entre as missões e as autoridades “coloniais” ou “metropolitanas”. Assim, ele resume a grande disputa em terras amazônicas:

“No projeto do sistema colonizador os religiosos têm duas funções: a de segurar as fronteiras para Portugal (percurso de ‘ida’), a de catequizar, reduzir ou civilizar os índios (percurso de ‘volta’). Carmelitas e franciscanos adaptavam-se mais ou menos a este esquema, embora com gloriosas exceções. Os jesuítas, porém, que tiveram realmente um plano próprio, não imposto pelo sistema, opuseram-se ao esquema e entraram em conflito grave com a administração do império português, embora esta oposição não fosse absoluta nem geral”.³⁴⁹

Apesar das diferenças de orientação teórica e escolhas metodológicas, o que esses autores têm em comum é o fato de estarem pensando, sempre, o conflito entre as

³⁴⁸ Sobre a Amazônia enquanto área periférica do “sistema mundial moderno”, vale a pena ver o já clássico: Eduardo Hoornaert. “A Amazônia e a cobiça dos europeus”. In: Hoornaert, Eduardo (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992, pp. 49-60.

³⁴⁹ Eduardo Hoornaert. *História da Igreja no Brasil*, p. 78.

duas Ordens religiosas a partir da idéia de uma falsa oposição entre os interesses de autoridades laicas e certos grupos religiosos, como se o conflito entre moradores e padres fosse a única possibilidade de diálogo. De outro modo, o segredo do sucesso de Luis Figueira no Maranhão e o motivo do malogro dos franciscanos podem ser explicados a partir não da “autocompreensão” que um e outro tinham de seu papel no sistema global mercantilista, mas, ao contrário, da maior ou menor fluência com que aqueles padres participavam do jogo dos poderes periféricos, daquilo que Nuno Monteiro chamou de “sociabilidade local”.

Apesar do custódio Cristóvão de Lisboa possuir maiores poderes, inclusive com a possibilidade de intervenção externa nos assuntos locais do Estado do Maranhão – como ameaçava, amiúde, nas cartas enviadas ao seu irmão Manuel Severim –, o franciscano estava alheio às tramas locais, era um corpo estranho entrando em domínios que localmente os jesuítas já tinham assegurado, valendo-se das alianças com as famílias Albuquerque Coelho e Maciel Parente. Os franciscanos, acreditando no demasiado poder de seu custódio, de seu diálogo privilegiado com setores cortesãos, subestimaram a força das tramas internas. Combalidos pelos acordos tácitos dessa sociedade, jamais repetiriam nos anos subseqüentes a efêmera preponderância que ganharam no começo da Conquista.

Motins atlânticos: Mercedários versus Trinitários.

O fim da União Ibérica, como mostrou Antonio de Oliveira, foi o fruto de várias negociações e conflitos que se processavam muitos anos antes da simbólica data de 1640.³⁵⁰ Entretanto, não há dúvida de que os documentos referentes a 1640 trazem um dado pouco claro em textos oficiais luso-portugueses de anos anteriores: o sentimento anti-castelhano. Sentimento materializado no súbito expurgo de vários funcionários de origem espanhola da burocracia portuguesa. A partir de 1640, alguns documentos maranhenses passam a relacionar entre os estrangeiros inimigos, além do

³⁵⁰ Antônio de Oliveira. *Poder e Posição Política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, (Principalmente os capítulos IV (“A Revolta Popular”, pp. 161-225.) e V (“A devolução do poder”, pp. 227-269). Falaremos mais sobre a receptividade maranhense ao movimento restaurador de 1640 no próximo capítulo.

holandês, do francês, também o castelhano. Este último, demorou quase trinta anos para reconhecer o movimento político que pôs fim à união das Coroas ibéricas, e reconduziu ao poder a nobre casa dos Bragança.³⁵¹

A história que prendemos contar diz respeito a esse sentimento anti-filipino. Trata-se do embate entre duas outras Ordens religiosas: mercedários e trinitários. O embate tem início, exatamente, no ano de 1640. Os padres da Ordem de Nossa Senhora da Trindade de Portugal passaram, a partir daquela data, a exigir a expulsão de padres espanhóis dos domínios americanos – especificamente, maranhenses. Entre esses padres, repentinamente indesejados, estavam os mercedários, Ordem religiosa de origem espanhola que tinha fixado residência na Amazônia a partir de 1639. O sentimento anti-castelhano somava-se às limitações do poder central bragantino, que assumindo o trono num contexto de levantes populares em Portugal tinha dificuldades em intervir nas comunidades locais ultramarinas. Os padres da Trindade, representantes autoproclamados dessa nova conjuntura, não possuíam residência na Amazônia; todo o processo encaminhado por eles aos tribunais portugueses é feito de Lisboa.

Não havia dúvidas de que a Ordem de Nossa Senhora das Mercês espanhola era uma “religião” (como se dizia na época) de muito respeito entre os obreiros da conversão do gentio. Foi uma das Ordens pioneiras, presentes nas primeiras reduções de índios das Américas. Consta estarem, mesmo, na primeira viagem de Colombo, além de servirem como curas de almas nas naus comandadas por Hernán Cortez na Nova Espanha.³⁵² A primeira missão mercedária em terras da Amazônia - que foi,

³⁵¹ Mesmo no século XIX, esse sentimento anti-castelhano está presente com força. Vejamos, por exemplo, a apaixonada introdução do historiador Antônio Baena, ao seu *Compêndio das eras da província do Pará*, para o período compreendido entre 1615-1640: “Governo intruso castelhano: de cuja política fraudulenta durante doze lustros de opróbrio e dominação começados em 1580 depois da funesta perda de El-rei Dom Sebastião na horrorosa e disforme batalha de Alcácer-Quibir brotarão conseqüências fatais tanto aos interesses e costumes dos portugueses, como às sciencias e artes, que entre elles se cultivavão”. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das eras da província do Pará*. Univesidade Federal do Pará. 1969, p. 21.

³⁵² O padre Emílio Silva de Castro enfatiza este caráter de “vanguarda” dos padres mercedários, principalmente nas Índias de Castela. O autor procura também enfatizar a forte associação entre os padres das Mercês e os conquistadores espanhóis. Segundo Castro: “Os Mercedários foram agentes de vanguarda no descobrimento de América. Já na segunda viagem

também, a primeira em domínios portugueses – chegara em 1639.³⁵³ Os padres das mercês espanholas estavam entre as muitas novidades trazidas pelo capitão Pedro Teixeira na sua celeberrima viagem de Belém à Quito, seguindo o curso contrário do rio Amazonas. A viagem do capitão português pretendia refazer o percurso que alguns religiosos franciscanos da província do Peru fizeram, acompanhados por soldados castelhanos. O comando dessa missão coube a Juan de Palácios. A expedição saíra de Quito, chegando ao forte de Gurupá e, depois, encaminhados à Belém, para espanto geral da cidade.³⁵⁴

Em Quito, Teixeira obteve a autorização do vigário geral, frei Francisco Muños de Baana, para levar alguns religiosos consigo até a capitania do Pará. Sua intenção declarada era prestar auxílio a outras Ordens religiosas no trabalho de conversão da parte ocidental da Amazônia. Entre os frades escolhidos estavam: Afonso de Armijo, Juan de Las Mercês, Diogo da Conceição e Pero de La Rua Cirne, padre equatoriano algumas vezes chamado de Pero de Santa Tereza. Com a morte prematura do superior, frei de Armijo, que não suportara as agruras da viagem de Quito, La Rua Cirne assumira, a partir de então, a liderança mercedária.³⁵⁵ Esse padre foi o principal interlocutor entre os frades espanhóis e o rei português Restaurador nas disputas contra os trinitários.

de Colombo - na primeira não consta tivesse vindo algum sacerdote - acompanhou-o, conforme o consabido testemunho de Pedro Mártir de Angleria, um religioso mercedário, de nome Fr. Juam de Solozano. (...) A ordem das Mercês é de origem militar e desde o México, onde o fr. Bertolome de Olmedo acompanhou a Hernan Cortés, como capelão e conselheiro até os mares do sul, os mercedários estão sempre ao lado dos conquistadores. São os primeiros evangelizadores e os pioneiros em várias regiões de América, como conquistam, assim mesmo, em toda parte, a admiração e simpatia por parte das povoações nativas". Pe. Emílio Silva Castro. *Mercedários no Brasil ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1968, pp. 17-18.

³⁵³ *Idem, Ibidem*, pp. 24-25. Ver também: Arthur Cezar Ferreira Reis. *A conquista espiritual da Amazônia*, pp. 28-33.

³⁵⁴ Um documento importante para se compreender as razões dessa jornada é o a carta de João Pereira Cárceres, informando Sua Majestade, o rei Filipe, da chegada dos frades e soldados. "João Pereira de Cárceres, capitão do Forte do Gurupá, escreve a Filipe III, informando-o do que sucedeu com os religiosos e soldados enviados pela Real Audiência de Quito, oferecendo-se para pacificar os índios rebelados e descobrir o que houvesse no rio das Amazonas". Forte do Gurupá, 2 de março de 1637. IBNL, Colleção Pombalina, Códice nº 647. In: ABNRJ, vol. 26, pp. 426-27. Falaremos mais sobre a importância dessa viagem no próximo capítulo.

³⁵⁵ Arthur Cezar Ferreira Reis. *A conquista espiritual da Amazônia*, pp. 28-30.

A história da primeira residência apostólica da Ordem das mercês em terras portuguesas começa com uma rápida e surpreendente inserção no interior das redes de solidariedade que ligavam as autoridades maranhenses entre si. Engenhosamente, os mercedários construíram, pelo que se pode deduzir nos poucos documentos conhecidos sobre seus primeiros anos, boas relações com os moradores e com setores da vida religiosa. Esse convívio estável com as autoridades locais do Pará não chega a ser, de todo, surpreendente no caso dos padres das Mercês. Não se pensarmos que, nas terras da Nova Espanha e nas do Vice-Reinado do Peru, esses religiosos tinham que disputar o seu espaço com franciscanos, dominicanos, agostinianos e os próprios jesuítas - velhos conhecidos -, além dos agressivos setores do clero secular que, nessas terras, estavam em maior número entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII.³⁵⁶ De fato, a capitania do Grão-Pará não parecia ser um grande desafio, com sua limitada diversidade clerical - naquele tempo jesuítas, carmelitas e alguns franciscanos -, e sua grande amplitude territorial.

Além disso, existiam muitas vantagens na proposta feita por Pedro Teixeira em Quito. Os moradores do Pará, em nome do capitão português, se comprometiam a oferecer aos novos missionários: “sítio para [a devida] fundação, e terras para todo gênero de lavouras, gados para o sustento do convento”, tudo garantido com escrituras, para que segundo o capitão: “veja [a Ordem das mercês] a nossa vontade e devoção”.³⁵⁷ A partir de 1640, com a ajuda de doações de moradores da cidade de Belém, os mercedários começavam a construção de seu convento, que será depois desejado pelos padres de Nossa Senhora da Trindade de Portugal.³⁵⁸

³⁵⁶ Charles Boxer. *A Igreja e a Expansão Ibérica*, p. 140.

³⁵⁷ “Notícia da fundação do Convento das Mercês na cidade de Belém”. Belém, cópia de 1784. In: Manuel Batata. *A jornada de Francisco Caldeira Castello Branco: Fundação da Cidade de Belém*. Belém: 1916, doc. 8, pp. 59-60. Saragoça. [Apêndice Documental], pp. 317.

³⁵⁸ Nas notas feitas por Palma Muniz aos *Annaes Históricos do Estado do Maranhão* de Bernardo Pereira de Berredo, encontramos um curto, mas esclarecedor histórico sobre o convento das mercês, com informações sobre a sua construção, no século XVII, até sua transformação em alfândega pelo governo federal no começo do século XX. Segundo Muniz, a partir dos *annaes* de Berredo, escritos no começo do século XVIII: “Data de 1640 o inicio da construção da igreja de Nossa senhora das Mercês e do convento a ela junto, por iniciativa dos religiosos mercedários Fr. Pedro de la Rua Cime e Fr. João da Mercê. (...) A igreja é de grandes proporções e possui a mais bela faixada de todas as igrejas de Belém no tempo colonial”.

Com o fim da União Ibérica, era evidente o clima de desconfiança entre portugueses e espanhóis, situação agravada pelas hostilidades que marcaram o processo de afirmação da soberania lusa, só encerradas formalmente em 1668. Na capitania do Grão-Pará, a fidelidade dos padres mercedários foi colocada em dúvida, não por moradores ou por religiosos residentes no Estado, mas pelos Conselhos portugueses e principalmente pelos religiosos trinitários. Era natural que a corte repudiasse, em plena guerra de afirmação do movimento Restaurador, a presença de castelhanos em terras portuguesas, ainda mais inflamada pelos documentos de padres tão zelosos quanto pareciam ser os trinitários. O momento mais crítico dessa disputa, o grande confronto entre defesa e acusação por parte de trinitários e mercedários ocorre entre os anos de 1645 e 1646. Nesse tempo, os padres das mercês passaram a quase exigir do rei Restaurador uma postura mais enérgica quanto à situação irregular dos mercedários no Maranhão.

Os padres da trindade se consideravam os mais legítimos merecedores do trabalho de conversão na Amazônia. Sabiam eles que para ocupar o posto, era necessário a expulsão dos mercedários de seu convento e o confisco dos bens trazidos da inimiga Castela. Os padres da Santíssima Trindade entendiam que, por serem portugueses, fiéis ao rei novo bragantino e, por outro lado, por ser sua Ordem reconhecidamente uma religião de “Redenção de Cativos”, isto é, de vocação para a conversão do gentio, seria esta e não a das Mercês a mais qualificada. Em carta de 1646, enviada ao rei D. João IV, através do Conselho Ultramarino, os padres trinitários contestam vigorosamente a legitimidade que possuíam aqueles castelhanos em ocupar tão importante posto, em nome de Deus e de Sua Majestade:

“O provincial e religiosos da Ordem das Trindades e Redenção de Cativos desta província de Portugal representam à Vossa Majestade que os religiosos da mesma Ordem das províncias de Castela [e] Aragão sempre tiveram grandes demandas com os

padres mercedários, por lhes garantir ofícios e exercícios de Redenção de Cativos, que lhes não toca, por serem lá instituídos por el-rei D. Jaime de Aragão, a título dado por ele, e a religião da Santíssima Trindade ser instituída por revelação do céu com o mesmo título de Redentores de Cativos (...).³⁵⁹

Os padres da Trindade se autoproclamavam, e aí está o seu principal trunfo na disputa pelo convento do Grão-Pará, os representantes mais fiéis do espírito da Restauração. Seriam também os mais legítimos do ponto de vista da própria revelação divina, pois não foram instituídos na função de Redentores de Cativos por um rei, como o foram os padres das Mercês, mas pela própria Providência, por “revelação do céu”, como gostavam de dizer.

Os argumentos principais dos trinitários comportam duas estratégias que se complementam. Em primeiro lugar, estavam as razões de Estado. Falavam sempre da necessidade de afirmação de um certo espírito da Restauração, a que o rei coroado deveria ser, em todas as circunstâncias, sempre fiel. Nesse sentido, os trinitários afirmavam que por:

“razão de Estado não convinha conservarem-se aqueles religiosos na fortaleza e Estado do Maranhão, o primeiro fundamento era por ser proibido pelas leis deste reino que estrangeiros habitassem nas Conquistas dele; segundo era porque estes religiosos eram vassalos del-Rei de Castela, inimigo da Coroa deste reino”.³⁶⁰

³⁵⁹ “Carta dos religiosos da Santíssima Trindade ao rei de Portugal, pedindo licença para passar ao Pará em lugar dos padres de Nossa Senhora das Mercês”. Pará, 22 de março de 1646. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixas do Pará, caixa 1 (APEP), rolo 1 (1616-1654).

³⁶⁰ *Idem, ibidem.*

Da mesma forma, segundo ainda os trinitários, os ditos padres das Mercês poderiam ter “correspondência” com os religiosos das Índias de Castela, a quem “devem de obedecer” mais que às autoridades de Lisboa.³⁶¹ Afinal, como o mesmo documento por vezes referia, era a terceira tentativa da Ordem das Mercês de fixar residência apostólica nas terras ultramarinas de Portugal, duas delas sob o regime dos Filipes, sem terem jamais êxito. A segunda estratégia dos Trinitários era apontar as supostas proibições papais que não legitimavam o trabalho de conversão de cativos pelos mercedários. Eram as razões da igreja. Por elas, diziam que: “não era justo que por amor de religiosos estrangeiros desfavoreça Vossa Majestade a uma província tão benemérita neste reino, a quem os senhores reis antecessores de Vossa Majestade sempre favoreceram e ampararam”.³⁶²

A concorrência entre estas duas Ordens não foi uma exclusividade do Maranhão. Nesse Estado, o conflito ganhou cores novas, com a disputa de um novo e promissor cenário missionário. O debate entre as Ordens ditas de Resgate de Cativos (*Redemptioe Captivorum*, como aparece em alguns documentos) vem de muito longe, remontando mesmo o período da Europa cruzadista dos séculos XII e XIII, quando os mercedários dominavam territórios como o Marrocos, enquanto que os trinitários controlavam áreas como a Tunísia. Ao longo dos séculos XVI e XVII, ambas as Ordens, mas sobretudo os mercedários, conheceram uma significativa expansão, construindo conventos em diversas partes do mundo antigo e do Novo Mundo - sempre em concorrência uma com a outra. A vocação da Redenção de Cativos, prezada por ambas as religiões, foi, ao longo do tempo, confirmada e negada por bulas papais e decretos de outras autoridades eclesiásticas. Esta vocação, construída historicamente, foi também o grande fator de conflito ao longo da história das duas Ordens. No Grão-Pará, a concorrência foi consideravelmente ampliada pela associação entre a Ordem de Nossa Senhora das Mercês e os interesses castelhanos em reconquistar a tutela sobre Portugal. Os trinitários chegam, mesmo, a sugerir essa possibilidade: Castela poderia

³⁶¹ *Idem, ibidem.*

³⁶² *Idem, ibidem.*

tentar reconquistar Portugal a partir das fronteiras amazônicas, utilizando como instrumento, os padres mercedários.

É a partir de meados 1645, quando o rei bragantino ameaçava, surpreendentemente, ceder aos apelos dos representantes eclesiásticos dos mercedários, que os padres rivais portugueses empreendem seu ataque mais frontal. O convívio dos religiosos castelhanos em terras portuguesas, diziam os trinitários, era inviável sob todos os sentidos. Mesmo que Sua Majestade lhes impusesse normas rígidas, argumentavam os portugueses: “não as hão de guardar, nem os capitães os hão de obrigar a isso, porque se hão de valer de Roma”. Por outro lado, a coexistência das duas Ordens era descartada veementemente. Tal proposta era colocar em risco a quietude da Conquista e arriscar perder a gentilidade. A tal intento, respondia-se prontamente: “Não se compadece assistirem religiosos da Santíssima Trindade naquela capitania, estando [lá] os da Mercê, porque haverá demandas, e o mesmo se pretendeu sempre evitar em Portugal, o que não será bom exemplo para o gentio se converter”. Portanto, estava claro que el-rei deveria escolher uma ou outra Ordem religiosa.³⁶³ A situação dos padres das Mercês era delicada, as atividades do convento foram embargadas durante a contenda, seus bens e terras estavam, da mesma forma, prestes a serem confiscados.

A reação mercedária começou com a ida de seu superior, frei de la Rua Cirne, a Portugal. Era necessário rebater, a todo custo, os fortes argumentos dos trinitários, enquanto havia tempo. La Rua Cirne tinha pela frente um verdadeiro desafio, convencer o rei e outras autoridades portuguesas, imbuídos em grande parte de um profundo sentimento anti-castelhano, de que os padres das Mercês não representavam qualquer perigo a nova Coroa portuguesa.

O debate em torno da presença dos Mercedários no Grão-Pará foi, também, objeto de apreciação por parte da Mesa de Consciência. Os opositores das Mercês relacionavam vários argumentos para fundamentar o processo de expulsão: o fato de ser proibida a permanência de estrangeiros nas Conquistas após 1640 - sem a permissão de Sua Majestade - e, igualmente, por ser proibida a construção de

³⁶³ *Idem, ibidem.*

conventos sem ordem régia, obedecendo às normas do padroado. Existia, também, um fundamento de caráter mais teológico, este sempre sustentado pelos padres da Trindade, o qual dizia que os tais Mercedários não poderiam erigir mosteiro no Grão-Pará, por ser contrário a uns supostos Breves Apostólicos passados pelo papa Clemente VIII. Pedro de La Rua Cirne, conseguiu mudar os rumos da questão, apelando para que o assunto fosse apreciado como “coisas de fé” e não como tema de Conselhos de Estado. Talvez na Mesa da Consciência pesasse menos o agravo de ser castelhano, antes de ser religioso. Essa foi a forma com que o Conselho Ultramarino considerou a questão:

“Parece ao Dr. Paulo Rebelo que estão bem mandados vir e que não há que deferir ao que pedem; e que também lhe parece que o regimento não fala neste caso, por ele não ser negócio eclesiástico, senão meramente secular, e que assim, o tem interpretado o costume, como se viu na primeira, consta que sobre estes religiosos se fez porque Vossa Majestade os mandou vir. Ao Dr. João Delgado Figueira, parece que isto é coisa eclesiástica, e que conforme ao regimento não toca a este Conselho em que exclui do conhecimento dele as coisas e negócios eclesiásticos. A Jorge de Albuquerque, parece o mesmo que ao Dr. Paulo Rebelo. A Jorge de Castilho, parece que por nenhum modo se deve conceder licença que tornem ao Pará, Estado do Maranhão, por serem Castelhanos.”³⁶⁴

A situação dos mercedários era, como vemos, quase insustentável do ponto de vista das articulações políticas na corte portuguesa. A defesa de la Rua Cirne começou rebatendo os argumentos periféricos, dizendo que os padres das Mercês vinham ao Grão-Pará a pedido do capitão Pedro Teixeira, enviado do rei Filipe antes da “Feliz

³⁶⁴ “Do Conselho Ultramarino: O padre frei Pedro de La Rua Cirne religioso da ordem de Nossa Senhora das Mercês no Pará, Estado do Maranhão, e seus companheiros, pedem a Vossa Majestade, mande restituir o seu convento”. Pará, 23 de setembro de 1645. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixas do Pará, caixa 1 (APEP), rolo 1 (1616 -1654).

Aclamação” de D. João IV, e que foram para aquela Conquista do Pará unicamente para “converter almas, e tratar do bem espiritual dos moradores daquelas partes”. Dizia também que os mercedários foram fundar o convento com beneplácito do governador, na época Jácome Raimundo, além do apoio fundamental da Câmara cidade de Belém: “administrando os sacramentos ao povo com muita satisfação ainda dos religiosos da Ordem do Carmo, Capuchinhos e de todos do governo”.³⁶⁵ Portanto, não teria fundamento a acusação de que tinham desobedecido as ordenações régias de D. João IV, pois, antes mesmo da Aclamação do rei bragantino, os padres das Mercês já se encontravam na cidade de Belém, com o consentimento do rei de Castela e das próprias autoridades da capitania do Grão-Pará. Em termos de “razão de Estado”, não haveria, segundo La Rua Cirne, motivos para o confisco dos bens de uma Ordem tão bem aceita pelas autoridades locais e demais “religiões” portuguesas do Pará. Com isso, perderia Sua Majestade mais obreiros no labor da conversão – fundamental para o crescimento da Fazenda dos novos reis da Coroa de Bragança, tão carente pela grande extensão das capitanias e quantidade do gentio nos sertões -, e também os próprios moradores, pela falta de padres que lhes dêem os sacramentos.

Sobre as proposições eclesiásticas contrárias à sua permanência, diz La Rua Cirne que os tais breves aludidos pelos padres da Trindade tinham sido já “apelados”, e que o Breve do Papa Urbano VIII garantia a construção de conventos pela Ordem. Ao argumento central de não serem religiosos portugueses, respondem que, embora fossem castelhanos, sempre serviram à religião católica e aos vassalos da Coroa portuguesa, sem que cometessem falta alguma que pudesse merecer repreensão de moradores e das autoridades.³⁶⁶

Os argumentos de La Rua Cirne parecem ter convencido, em parte, o rei bragantino e o conflito entre as duas Ordens foi decidido em favor dos padres das

³⁶⁵ “Carta de Pedro de la Rua Cirne, comissário geral da ordem das Mercês, ao rei de Portugal”. 22 de março de 1646. AHU/APEP, rolo 1, doc. 4.

³⁶⁶ Os Mercedários justificaram: “Pedem a Vossa Magestade lhes faça Mercê ampara-los com sua proteção real, para que Vossa Magestade, que Deus guarde com sua costumada clemência os mande restituir a seu convento, onde possam servir a Deus, a sua religião, e aos moradores daqueles partes, vassalos de Vossa Magestade”. *Idem, ibidem*.

Mercês, pela confirmação do alvará régio que já tinha sido passado em 9 de dezembro de 1645. O debate entre as religiões, entretanto, não findou aí. Na verdade, o alvará de D. João IV gerou protestos das duas partes; dos Trinitários, por não serem atendidos na sua pretensão de expulsar os padres das Mercês, ocupando o seu lugar como Ordem de Retentores de Cativos da Amazônia; e dos Mercedários que, embora vitoriosos na contenda, teriam que obedecer a sérias limitações no seu retorno ao convento do Pará.

A licença concedida pela Coroa diz que os padres das Mercês não poderiam mais trazer outros religiosos, mesmo sendo portugueses, e que não poderiam fazer outras fundações, além das que já existiam. Os Mercedários, logo se queixaram de que não havia como prover o sustento espiritual e material do mosteiro sem tais benefícios e, - o que é um vestígio importante para se estudar as relações econômicas entre leigos e religiosos - que não tendo como se sustentar seriam menos “queridos” pelos moradores.

As cartas dos padres da Trindade, cujo caráter dos argumentos não separa assertivas temporais e religiosas, indicam já algumas relações possíveis entre Mercedários e os moradores do Grão-Pará. Os trinitários pretendiam, na verdade, mais do que ocupar um lugar que consideravam ilegítimo do ponto de vista eclesiástico. Aqueles religiosos portugueses sabiam das atividades dos padres das Mercês no Maranhão e do, ao que parece, repentino crescimento da Fazenda daquela Ordem em pouco mais de seis anos de atividade missionária.

Por outro lado, a principal queixa dos mercedários era não poderem, com as condições impostas pelo rei, continuar na administração das fazendas que tinham na região. Eram duas, ao que consta nas certidões de La Rua Cirne, todas com o beneplácito do então governador Bento Maciel Parente, e da própria câmara da cidade de Belém.³⁶⁷ De fato, os mercedários tinham conseguido, em pouquíssimo tempo, o que os próprios jesuítas demoraram anos para construir: uma aparentemente sólida rede de apoio entre setores diferentes do poder local maranhense, incluindo-se aí as Ordens religiosas. Os próprios trinitários queixavam-se, em suas cartas, de que na dita

³⁶⁷ Pará, 22 de março de 1646. AHU/APEP, rolo 1, doc. 4.

capitania do Pará, aqueles castelhanos mantinham sua posição com a ajuda de “muitos senhores” e que, da mesma forma, tinham erguido o tal mosteiro com: “o favor de tantos mercadores, cujos filhos tinham tomado o hábito da mesma Ordem...”.³⁶⁸

É insólito o caso da permanência dos padres de Nossa Senhora das Mercês em terras portuguesas, num clima tão desfavorável quanto o das guerras da Restauração. Fato surpreendente, sobretudo, para quem tem algum contato com os documentos desse período e com a força da memória anti-castelhana, mesmo em épocas posteriores.³⁶⁹ Os poucos documentos disponíveis sobre o fim da querela, apontam para uma solução local. Não há dúvida de que a permissão da Coroa portuguesa foi muito importante para os padres das Mercês, definindo a disputa em seu favor. Entretanto, os documentos de Sua Majestade vieram legitimar uma situação que já era largamente aceita entre os habitantes daquelas Conquistas. O bom convívio entre mercedários e ricos moradores do Pará era uma situação conhecida, mesmo entre os padres da Trindade de Portugal. O segredo da permanência dos padres espanhóis nessas terras foi a sua bem estruturada rede de apoio local.

O conflito entre Trinitários e mercedários foi, na verdade, um embate entre estratégias missioneiras diferentes. De um lado, estava uma Ordem que representava teoricamente os novos rumos que tomou o centro do poder após 1640; de outro lado, estavam os padres das Mercês, incomodamente identificados com o jugo castelhano, mas que tinham o importante apoio de influentes representantes dos poderes locais maranhenses.

³⁶⁸ “Carta do provincial e religiosos da Ordem das Trindades e Redenção de Cativos”. 22 de março de 1646. AHU/APEP, rolo 1.

³⁶⁹ Não é difícil encontrar traços dessa memória anti-castelhana mesmo entre os autores do século XIX. Antônio Ladislau Baena é um bom exemplo de como a memória dos anos de vassalagem em relação ao reino espanhol se manifesta ainda com força séculos mais tarde. No seu *Compêndio das eras da província do Pará*, este autor define da seguinte forma os anos de 1615-1640: “Governo intruso castelhano: de cuja política fraudulenta durante doze lustros de opróbrio e dominação começaram em 1580 depois da funesta perda de El-rei Dom Sebastião na horrorosa e disforme batalha de Alcácer-Quivir brotarão consequências fatais tanto aos interesses e costumes dos portugueses, como às sciencias e artes, que entre elles se cultivavão”. Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das eras da província do Pará*. Universidade Federal do Pará. 1969, p. 21.

A estratégia dos padres portugueses foi sempre remeter a questão da presença mercedária para o âmbito da “razão de Estado”. Os trinitários exigiam, desse modo, a intervenção do poder central português enquanto “cabeça” do “corpo” que eram as Conquistas – segundo a metáfora recorrente no Antigo Regime. No limite, esses padres estavam sempre apostando no grande poder regulador que supostamente teria a Coroa sobre as sociabilidades locais. De fato, foi a inserção dos mercedários na política local que lhes garantiu a permanência no Pará.

A própria situação missionária do Maranhão era favorável à residência de uma nova Ordem religiosa. Na década de 1640, a atividade missionária em áreas interiores da bacia amazônica - tal como o Rio Negro – aparecia como solução imediata para a grave crise de despovoamento de aldeias cristianizadas. Em 1638, o padre Luis Figueira, após vencer a disputa com Cristóvão de Lisboa, obtendo do rei a jurisdição temporal e espiritual sobre todo o Estado Maranhão, declinou a mercê real sob o argumento de que eram muitas aldeias para poucos padres da Companhia. A proposta de Figueira foi dividir a jurisdição com os padres carmelitas e alguns franciscanos. Nesse tempo, com a derrocada de seu poderoso custódio, as pretensões franciscanas eram bem mais modestas, contentando-se cada vez mais com um papel secundário frente aos jesuítas. A partir do final da década de 1630, o apostolado jesuíta conheceu um significativo crescimento. Com o apoio de influentes setores da sociedade maranhense, os padres da Companhia ganhavam, cada vez mais, um papel de preeminência em relação às demais Ordens.

Entretanto, em 1643 ocorreu uma importante mudança no cenário missionário. Luis Figueira, o principal articulador entre os interesses da administração laica e os religiosos do Maranhão, havia morrido em um trágico acidente nas águas do arquipélago de Joanes (atual Marajó). A ausência de um hábil negociador com o prestígio político e a experiência apostólica de Luís Figueira foi um fator importante para a relativamente rápida derrocada da Companhia de Jesus. Os jesuítas teriam de esperar quase dez anos para reverter o jogo e obter a sua definitiva residência no Maranhão.

As várias queixas de moradores em relação à falta de índios cristianizados, que pudessem trabalhar nos engenhos e lavouras, coincidem com esse período de retração do trabalho missionário. Quando o capitão Pedro Teixeira apresentou, em Quito, a vantajosa proposta aos mercedários, incluindo a possibilidade de terem fazendas sob seu controle direto, a situação das missões no Grão-Pará e no Maranhão já apresentava sinais de crise. A ida dos padres castelhanos de Quito para a Amazônia não foi uma ação unilateral. O capitão Pedro Teixeira negociou a nova missão religiosa com o beneplácito de grandes autoridades proprietárias de terras e, provavelmente, com o apoio de carmelitas e capuchos de Santo Antonio. A forte rede de solidariedade local tornou mais fácil o desafio mercedário de convencer Sua Majestade, o duque de Bragança, dos benefícios da permanência da Ordem no Pará. De outro modo, a grande aceitação dos mercedários por autoridades como Bento Maciel Parente, também, reflete o interesse de setores laicos por Ordens religiosas acostumadas em tratar com o sistema de *encomiendas*, ou com algum sistema castelhano que funcionasse de modo mais ou menos similar. Era o caso específico das Ordens que atuavam no Vice-Reinado do Peru e, na visão de alguns moradores, era uma vantagem dos padres castelhanos em relação às Ordens portuguesas.

O sucesso dos padres das Mercês foi relativamente duradouro. Na segunda metade do século XVII já dividiam com os jesuítas e carmelitas o trabalho nas fazendas do rio Negro, obtendo jurisdição sobre essas áreas. Carlos de Araújo Moreira Neto, um dos poucos autores que fazem referência ao conflito, surpreende-se com o fato de que mesmo sofrendo várias outras tentativas de expulsão ao longo do século XVII, sob a mesma alegação de serem servos de Castela, essa Ordem religiosa tenha resistido até a época da Amazônia pombalina. Segundo escreve esse autor: “Os mercedários conseguiram sobreviver a tais intentos oficiais e, no governo pombalino, às vésperas da abolição das missões, encontravam-se ainda na Amazônia”.³⁷⁰

³⁷⁰ Segundo ainda Moreira Neto: “A atitude das autoridades coloniais e da corte de Lisboa em relação aos mercedários sofreu modificações e contradições ao longo do tempo, elogiando-os em certos momentos, em outros, censurá-los e mandá-los ‘expedir’ da região”. Carlos de Araújo Moreira Neto. “os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre os anos de 1607-1759. In: Eduardo Hoornaert. (coord.). *História da Igreja na Amazônia...*, pp. 95-6.

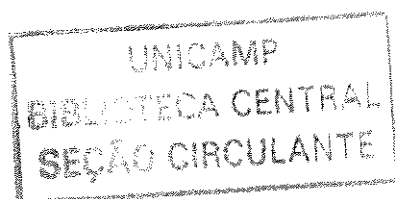
Todos esses conflitos tinham relação com a suposta crise de despovoamento de áreas economicamente relevantes, como as capitanias do Pará e Maranhão. Nesse debate, duas coisas merecem ser enfatizadas. Em primeiro lugar, os índios referidos pelos documentos são invariavelmente cristianizados. As fontes referem-se sempre a índios que fogem em grande quantidade do convívio português, abandonando o trabalho nos engenhos e áreas de cultivo para buscar refúgio no infinito sertão. Em segundo lugar, não existem dados confiáveis sobre o decréscimo absoluto da população indígena na Amazônia das primeiras décadas, nem é nosso objetivo discutir o despovoamento segundo esses critérios. O que de fato nos interessa nessas discussões é a forma como os grupos políticos dessa sociedade utilizam o argumento do decréscimo da população cristã para fins e objetivos diversos.

A constância com que é invocado o argumento da falta de índios atesta a sua força. O principal Marapirão, por exemplo, fortaleceu seu *status* privilegiado nas guerras contra os estrangeiros utilizando-se habilmente dessa idéia. Em razão dos abusos cometidos pelos portugueses, eram poucos os índios que haviam permanecido como “súditos” de Sua Majestade, trazê-los de volta implicava ofertar mais “favores” aos principais. Por outro lado, portugueses como Jácome Raimundo de Noronha e Sebastião de Lucena utilizavam sempre a idéia da falta de índios cristianizados como combustível político contra seus adversários. Em relação aos Albuquerque Coelho, os problemas com os motins indígenas e com a expulsão dos franciscanos serviram bem aos propósitos dos seus desafetos. No caso do clã dos Parente, a fama de caçadores de índios serviu tanto a câmara de Belém quanto aos frades de Santo Antônio. Para Cristóvão de Lisboa, o apostolado jesuítico pecara contra o ofício da conversão ao juntar forças com os Maciel Parente. Para a câmara, foi o demasiado poder de ingerência de capitães e governadores nos assuntos próprios aos homens bons que teria ocasionado a crise. Por fim, o próprio Bento Maciel Parente explorava amiúde a idéia do despovoamento para demonstrar os limites do sistema português de administração do índio e exaltar as supostas vantagens da *encomienda* Castellana.

Algumas idéias perpassam todos esses debates, envolvendo moradores, religiosos e índios. Em primeiro lugar, o conflito parece ser parte integrante da vida

política dessa sociedade. Os estudos, por exemplo, de André Corvisier sobre a guerra no Antigo Regime mostram o quanto o ânimo bélico faz parte da sensibilidade, sociabilidade e da linguagem política do século XVII.³⁷¹ Por outro lado, essa sociedade não tinha suas relações mediadas somente pelo conflito. A interação entre os grupos diferentes era mediada também pelas relações de família, de clientelismo, de solidariedade política, além dos interesses econômicos.

No caso específico do Estado do Maranhão, o conflito não estava restrito à famosa querela, amiúde reiterada pela historiografia, entre moradores e missionários. Os variados interesses em jogo, redimensionados de acordo com o momento histórico específico e com os embates de forças do período, produziram as mais imprevisíveis alianças. Uma outra idéia estava presente em todos os conflitos aqui estudados. É a noção de que os grupos dessa sociedade tinham fortes laços políticos entre eles. Os mundos clerical, laico, branco e índio estavam profundamente imbricados, de modo que a mobilização política de um repercutia quase automático nas ações do outro. Eram, de fato, mundos que se cruzavam. Noronha volta com força total à eficiente tópica do perigoso vazio de poder.



³⁷¹ André Corvisier. "Guerre et Mentalités au XVII^e Siecle". In: *Op. cit.*, pp. 219-232.

Capítulo 3. Fronteira em alerta: o "inimigo holandês" entre as tramas do poder local.

Rumores sobre batavos: os inimigos externos.

Estamos na década de 1630, e o Estado do Maranhão vive uma grande onda de medo. As notícias que chegavam da Bahia e principalmente de Pernambuco eram alarmantes. Primeiro em forma de simples boatos, rumores que a cada dia aumentavam em intensidade e dramaticidade. Depois, em cartas oficiais, relatórios, crônicas e relações. Os setores do poder local maranhense, as autoridades portuguesas e seus rivais internos, os religiosos, passando pelos Principais indígenas, apropriavam-se desses rumores dando a eles usos políticos diversos. Essa é a história que pretendemos contar aqui.

As notícias sobre uma possível invasão holandesa produziram sobre os espíritos maranhenses um impacto maior que a presença francesa do começo do século XVII. Não foi sem motivos essa comparação. Diferentemente da invasão francesa, plena de mitos, relatos pouco claros e informações desencontradas, os testemunhos que falam sobre a presença holandesa eram menos imprecisos e mais cheios de detalhes temerosos. A ocupação francesa tinha um caráter propriamente católico, a começar pela importância dos padres capuchinhos em todo o empreendimento. E não foi uma ocupação tão bem organizada do ponto de vista militar, fazendo débil oposição ao exército luso comandado por Jerônimo de Albuquerque. O holandês, além de "herege", protetor da gente-de-nação, abominável do ponto de vista da crença católica, era um invasor mais militarmente preparado que o francês. A frota holandesa era a melhor e mais bem estruturada do mundo, superando mesmo os temíveis ingleses.³⁷² Os batavos também já tinham alguma

³⁷² Charles Ralph Boxer. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 1.

experiência na navegação pelo litoral extremo norte, e mesmo na bacia amazônica por onde alguns corsários seus andavam realizando trocas comerciais com o gentio. Além disso, já tinham demonstrado o seu poderio nas áreas de ocupação ibérica na costa da África, enfrentando exércitos portugueses e nativos.³⁷³

Uma das grandes preocupações dos luso-portugueses, já de muito tempo, era com a possibilidade de os estrangeiros estreitarem as relações que supostamente já tinham com o gentio. O índio era considerado a chave da tomada do Maranhão, e os próprios holandeses assim o admitiam muitas vezes. Associado a isso estava o temor da perda do delta do Amazonas, por onde os batavos poderiam ocupar parte do reino do Peru.

Os relatos de naus holandesas nas partes da Amazônia oriental nunca foram novidades. Nos primeiros tempos, mormente durante a década de 1610, os batavos estavam entre tantos outros povos invasores, dentre eles franceses, ingleses e irlandeses. Entretanto, quanto mais avançamos nas décadas de 1630 e 1640, mais e mais o perigo holandês ganha um espaço destacado, figurando entre as maiores preocupações na correspondência laica e religiosa. Nos anos 40, já apareciam nessas cartas como o principal grupo estrangeiro com ações militares na Amazônia, superando os franceses e ingleses que ainda ocupavam alguns postos na região. Sabia-se também que os batavos já tinham ocupado um posto avançado próximo ao Gurupá, transitando com alguma frequência além dos limites com as Guianas.³⁷⁴

Com algum atraso, essas informações chegavam aos pontos mais remotos das capitanias do Maranhão e mesmo aos rios distantes do Pará. A preocupação dos moradores com o avanço das forças inimigas parece, num primeiro momento, desconhecer as antigas desavenças locais. Rivais históricos pareciam dispostos a juntar suas armas em nome da segurança da Conquista, e do serviço de Sua Majestade. Logo depois, o que se verifica é exatamente o contrário, quando as lutas começaram, e

³⁷³ Sobre as guerras holandesas na costa da África, ver: Pedro Puntoni. *A Miserável Sorte: A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 131-150.

³⁷⁴ Arthur César Ferreira Reis. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, pp. 30-31.

mesmo no auge da guerra contra o invasor, as velhas rivalidades ainda estavam presentes. O holandês serviu muitas vezes como pretexto verossímil, como arma política e combustível retórico nas disputas internas pelo poder.

O Maranhão foi ocupado efetivamente pelos holandeses em novembro de 1641, sob o comando dos capitães Lichthart e Coen. Apesar de ter sido a última das conquistas do príncipe-conde Maurício de Nassau, o Maranhão já vinha sofrendo consequências políticas dos acontecimentos pernambucanos. Em primeiro lugar, por estar esse litoral perigosamente próximo da capitania do Ceará, considerada área limite entre os dois Estados. Em segundo lugar, pelo fato de muitas autoridades maranhenses estarem ligadas através de laços políticos e familiares àquelas capitânias. Berredo, por exemplo, já comentava em seus *Anais Históricos do Maranhão* o quanto o “infeliz sucesso de Pernambuco” havia exaltado os ânimos diante da temeridade de um projeto que, pelo que todos comentavam à época, não se “restringia a menor recinto” senão envolvia toda a América. No mesmo período, começavam a circular novas e alarmantes informações. Davam conta, desta vez, de que uma frota de holandeses já estaria aguardando o auxílio de naus de bandeira inglesa, supostamente estacionadas às cercanias de algum braço do Amazonas.³⁷⁵

Por causa desses rumores, alguns deles não comprovados, várias ações militares de grande porte começaram a ganhar espaço no cenário político das capitânias do Estado. O destacamento de forças de São Luis para áreas mais afastadas da bacia amazônica foi uma dessas consequências. De fato, o medo fez florescer uma ampla atitude defensiva, evidente na própria correspondência entre a capitania do Maranhão e a do Pará. Não é difícil perceber, a partir dos documentos disponíveis, que muitas dessas atitudes pretensamente anti-holandesas tinham subsequente outros objetivos: assegurar certos domínios particulares, defender potentados privados, ou mesmo simplesmente eliminar adversários políticos, conquistando novas

³⁷⁵ Bernardo Pereira de Berredo. *Anais Históricos do Maranhão: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*. Rio de Janeiro: Alumar, p. 158.

zonas de influência, fazia parte do jogo. Dessa forma, o medo do inimigo holandês constituiu-se como a mais eficiente tópica política do período.

Não se pode negar a pujança e dramaticidade do assalto holandês ao mundo ibérico. A preocupação dos moradores com o avanço estrangeiro ganha, sem dúvida, expressão na correspondência do período por motivos verossímeis. A construção e reconstrução de novos Fortes reflete bem esse clima geral de mobilização. Durante a década de 1630, foi tomada aos ingleses a fortaleza do Cumauí, localizada ao sul de onde está hoje Macapá. A fortificação tinha sido construída por ordem do capitão Roger Freye com o objetivo de funcionar como posto avançado para a conquista de outras paragens.³⁷⁶ Ao mesmo tempo, novas capitânias foram fundadas. Foi o caso do Caeté, da capitania de Cameté e da ocupação efetiva do Cabo-do-Norte. Em especial, a criação do Cabo do Norte atendia aos anseios de Bento Maciel Parente, então governador geral do Estado. Sua fundação teria sido considerada um importante passo na defesa do litoral norte, por ser pretensamente uma área de grande circulação de piratas europeus.³⁷⁷

Francisco Coelho de Carvalho, o velho, também conhecia bem a contundência do tema holandês e seu poder de mobilização das boas graças da Coroa. Depois de ocupar vários cargos em Pernambuco, o primeiro governador do Maranhão sabia que com os ditos batavos todo cuidado era pouco. Por isso, advertiu em várias cartas que os Fortes do Estado não estavam em condições de conter qualquer investida do inimigo. Ainda no final de 1629, o “velho” afirmava ter tido “recado” de que a gente do Pará fora “buscar umas naus de holandeses” que entravam pelo rio Amazonas através do Atlântico. Indignava-se pelo fato de os inimigos não terem a menor dificuldade em passar àquele grande rio pelo oceano, já que um Forte intermediário como o do Ceará estava “tão fraco e desbaratado...”.³⁷⁸

³⁷⁶ Tratava-se de um pequeno Forte construído pelos piratas ingleses liderados por Roger Freye no começo do século XVII. Foi tomado aos 9 de junho de 1632. Berredo, § 610-619.

³⁷⁷ Francisco Adolfo Varnhagen. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, tomos terceiro e quarto, S/d, p. 151.

³⁷⁸ “Informações de Diogo de sobre as coisas do Maranhão dada em Lisboa” 12 de novembro de 1630. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 26 (1905), pp. 349-450. [doravante: BNRJ].

No governo de Bento Maciel Parente as preocupações pareciam até maiores. Em 1636 ele anunciou ao rei, em tom de grande resignação, que a condição dos Fortes no Estado era de tal forma deplorável que “cada vez que o inimigo chegar a eles, os tomará”. Parente traçava, logo depois, um quadro assustador da situação das armas no Maranhão. Não há zelo que suporte por tanto tempo a falta de recursos, queixava-se ele, porque não faltavam apenas artilharia, munições, pólvora, mas também homens que pudessem combater nessa guerra. E se o rei não tivesse como pagar os soldados, dizia ainda: permita que se possa ao menos “tirar das cadeias” a gente necessária.³⁷⁹

A exemplo do que ocorria amiúde com outros temas de comprovada importância, Bento Maciel Parente também tratava de corresponder a necessidade do aumento do contingente militar a seus interesses particulares. De acordo com o governador, duas questões explicariam a deficiência dos Fortes. O problema da débil jurisdição que tinham os governadores sobre as terras do Estado era uma dessas matérias. Se a terra estivesse sob a gestão de uma só autoridade local, este gestor privilegiado poderia distribuir as sesmarias para quem nelas pudesse investir e não haveria espaço para o avanço do inimigo. A outra questão relevante para ele dizia respeito à administração dos índios, a velha polêmica do sistema de *encomiendas*. Era uma lógica relativamente popular na época: com uma gestão eficiente do trabalho indígena seria possível garantir também o gentio como soldado na proteção imediata dos postos mais diretamente ameaçados. Apesar de sua evidente decadência nas terras do próprio Peru, onde melhor floresceu, o sistema de *encomiendas* jamais foi abandonado por Bento Maciel Parente como forma de resolver os mais diversos problemas do Maranhão e, também, do Brasil.³⁸⁰

Entre Pernambuco, já domínio batavo, e uma possível invasão das capitânias do Maranhão, existia uma faixa de terra que funcionava como divisor natural, físico. Era a capitania de Martim Soares Moreno, o Ceará. É sempre bom lembrar que o Ceará

³⁷⁹ Bento Maciel Parente. “Relação das coisas do Maranhão”. Madrid, 4 de agosto de 1636. BNRJ, vol. 26, p. 359.

³⁸⁰ “Petição de Bento Maciel Parente sobre a administração dos índios”. Pará, 10 de janeiro de 1635. AHU/APEP, rolo 1.

representou um papel especial no processo de criação do Estado do Maranhão. Era uma região que durante o período estudado permaneceu sob a jurisdição do Maranhão, e sob a influência política direta do Brasil. Na verdade, o Ceará sofria os problemas inerentes à sua posição limite entre as duas partes da América portuguesa. Os luso- pernambucanos, sejam residentes no Maranhão, sejam administradores no Brasil, não poucas vezes tentavam intervir de alguma forma nos negócios daquela capitania.

A preocupação com a Fortaleza do Ceará era legítima. No final da década de 1620, os batavos chegaram mesmo a embarcar alguns índios cearenses para a Holanda, servindo-se deles como interpretes, anos depois, nas “guerras brasílicas”. Tal parecia indicar que aquelas terras, ricas em âmbar e salinas, seriam os próximos alvos das esquadras do inimigo.³⁸¹ Entretanto, o que aumentava consideravelmente o temor português era o fato de existir nas terras do Ceará um grande número de índios. Um verdadeiro exército em potencial que poderia ser cooptado pelo inimigo. O capitão Duarte de Albuquerque Coelho em sua famosa *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* entende o Ceará como terra sem muitos atrativos, mas com grande fluxo de nativos – nisso residiria a sua importância. Está capitania, dizia o general das guerras brasílicas, é “a primeira onde começa o governo do Maranhão” e servia preponderantemente para: “conter na obediência os índios, dos quais há muitos ali”.³⁸²

Apesar do perigo iminente da invasão inimiga, não foram poucos os que utilizaram a mobilização bélica para obter ganhos políticos em relação a velhos adversários.

Em primeiro lugar, como ficou claro no capítulo 2, muitos administradores maranhenses tinham interesses pessoais e familiares nos assuntos pernambucanos. Grande quantidade desses homens, destacados pela Coroa para fazer parte da primeira geração de administradores do novo Estado, construíram suas carreiras

³⁸¹ José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana/Instituto Nacional do Livro, 1987, p. 198.

³⁸² Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil. 1630-1638*. Recife, Secretaria do Interior, 1941 [1654], p. 54.

militares nas fortalezas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. Por conta disso, durante o período das guerras bráslicas, o Maranhão sofreu uma emigração de oficiais renomados para os postos de combate nas áreas de domínio holandês. Alguns desses oficiais que abraçaram a causa da terra natal passavam a exigir um apoio maior de setores do poder maranhense.

Há um jogo de forças, por vezes bastante caracterizado, entre representantes dos poderes locais maranhenses e outras forças políticas luso-pernambucanas engajadas na rebelião pernambucana. Esse debate gira em torno da participação do Maranhão nas guerras do Brasil, e envolve figuras de grande importância política como Bento Maciel, Jácome de Noronha e Martim Soares Moreno. É exatamente nesse jogo de forças que ressurge o conflito pelo controle político do Ceará.

"Struggle for Ceará": os inimigos internos.

Para entender essa disputa portuguesa dentro da própria guerra anti-holandesa teremos antes de falar de uma de suas grandes personagens principais, o capitão Martim Soares Moreno (1586-1650).³⁸³ O outro protagonista, Bento Maciel Parente, já é por nós bastante conhecido.

Muitos administradores luso-pernambucanos, do Brasil e do Maranhão, sabiam que essa terra limite entre os dois Estados era domínio quase natural de Soares Moreno. Na época da primeira jornada portuguesa a essa terras, ele já dispunha de grande prestígio, sendo o único português que conhecia minimamente os regimes pertinentes à sua navegação. Moreno também tinha o apoio bélico de alguns grupos indígenas, que poderiam ser até deslocados para Pernambuco quando necessário. Muitos dos aliados daquele prestigioso capitão exaltavam os seus dotes de grande navegador, experimentado em jornadas perigosas, e hábil negociador com os nativos.

Pelo cargo estratégico que ocupava, Martim Soares Moreno foi um excelente difusor do medo holandês. A partir da recorrente tópica das premências da defesa, ele

³⁸³ Obtive importantes informações sobre a carreira militar de Martim Soares Moreno em Afrânio Peixoto. *Martim Soares Moreno: Fundador do Ceará, iniciador do Pará, herói da Restauração do Brasil, contra franceses e holandeses*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

reforçava sua própria posição política na capitania do Ceará. Sua importância também parecia aumentar na proporção das trágicas notícias que chegavam de Pernambuco dando conta de que o holandês já se preparava para tomar a parte norte do litoral. Em cartas suas, fazia queixas acerca da falta crônica de recursos reservados, pelo Brasil para a defesa de sua capitania. Era um dos inconvenientes de se estar atrelado ainda ao velho Estado. De fato, a capitania do Ceará era, em grande parte, sustentada pelo cabedal privado de Moreno. Ele cobrava também os favores concernentes a tão pesado investimento. Em 1628 o capitão foi enfático: “Com tantos trabalhos sustento esta capitania”, e agora por culpa dos governadores do Brasil, por não quererem “dar cumprimento às provisões reais, mandando gente e soldados”, estava ela em “risco de se perder”. O quadro apresentado por Moreno era preocupante. A Conquista, tomada pela intranquilidade, sabendo que o inimigo estava próximo, não tinha condições nem de remediar as necessidades mais básicas, não só de proteção mas da própria existência material de soldados: “despidos, doentes, e tão desesperados em tudo que cada hora receio um motim”, escreve Moreno.³⁸⁴

Perdendo-se o Ceará, perdia-se também o apoio de um grupo considerável dos índios que, pelo que costumava dizer o próprio Moreno, eram antes aliados do capitão-mor do que da Coroa portuguesa. Os portugueses da “parcialidade” de Moreno sempre exaltavam a sua capacidade de negociação com o gentio, imputando a ele o bom estado em que se encontrava a fortaleza do Ceará no final do anos 1620. Domingos da Veiga, seu sobrinho, que gostava de exaltar as virtudes da Fortaleza do Rio Grande, descrita por ele como a “maior e mais bem traçada que há no Estado do Brasil”, admite que o seu ponto fraco era estar ausente o gentio: “cada dia vão fugindo

³⁸⁴ “Carta de Martim Soares Moreno a El-rei pedindo providencias contra os governadores do Brasil não completarem o número de soldados do presídio nem fazerem os pagamentos devidos aos existentes nelle”. 17 de outubro de 1628. *Documentos para a História de Martim Soares Moreno (colligidos e publicados pelo Barão de Studart)*. Fortaleza: Minerva/Assis Bezerra, 1905, p. 98.

para o Ceará, pelo ruim trato que aqui lhe fazem os capitães, e pelo bom que lhe faz o capitão Martim Soares Moreno”.³⁸⁵

Moreno, como nem um outro, participou ativamente das primeiras décadas da aventura de conquista do extremo norte da América portuguesa, chegando mesmo a paragens mais distantes ainda. Os rios entre o Maranhão e o Ceará eram seus velhos conhecidos, assim como as rotas marítimas que levavam, sem muito esforço é certo, os pilotos às Antilhas. Era respeitado por essas jornadas. Sobrinho de Diogo de Campos, um dos capitães responsáveis pela tomada de São Luís aos franceses em 1615, era também aparentado de Pedro Teixeira (1570-1641), navegador que ficaria célebre por sua fantástica jornada Belém-Quito da qual falaremos adiante. Nascido em Portugal, foi muito jovem em companhia de Diogo Botelho, então governador do Brasil, para a capitania de Pernambuco - “sendo de pouca idade”, como ele mesmo diz. Talvez tivesse 17 anos quando foi combater os franceses ao norte das possessões lusas.³⁸⁶

A sua fama residia mesmo no respeito que conquistara das várias nações indígenas do Brasil e do Maranhão, posição da qual se orgulhava. Moreno era tido como grande *língua* e conhecedor dos costumes indígenas da região da Paraíba, Jaguaribe, Ceará e o próprio Maranhão. Dizia-se, à época, que o capitão Moreno era uma espécie de “guerreiro branco”, tomando partido nas guerras entre os grupos nativos de acordo com as suas afinidades, lutando – segundo dizem: “inteiramente nu com eles [os índios]”.³⁸⁷ O próprio Moreno cuidava de reforçar sempre a sua já alargada fama: “aprendi muita parte da língua daqueles índios e travei com eles particular amizade”, escreveu orgulhoso na sua *Relação do Ceará*.³⁸⁸ Ele utilizava amiúde dessa tópica da *autoritas* em sua correspondência com a Corte. É fundamental entender o valor que o *status* diferenciado de *língua* ofertava em termos de vantagens

³⁸⁵ “Descrição do Rio Grande por Domingos da Veiga”. [Sem data. Provavelmente de 1628]. Barão de Studart. *Documentos para a história do Brasil e especialmente para a do Ceará*. Fortaleza: typ. Studart, 1921, vol.4, p. 35.

³⁸⁶ Martim Soares Moreno. “Relação do Ceará”. In: *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, pp. 181.

³⁸⁷ Boxer. *Os holandeses no Brasil*, p. 73.

³⁸⁸ Martim Soares Moreno. *Relação do Ceará...*, p. 181.

políticas. O próprio Moreno obtivera, anos após ter escrito a sua *Relação*, um posto importante na jornada do Maranhão. Moreno, acima de tudo, sempre soubera resguardar suas boas relações com os poderes locais da capitania de Pernambuco. Aliás, a própria posse de Domingos da Veiga tem relação com a participação direta do tio nas lutas travadas em Pernambuco e na Paraíba a partir de 1631. Ainda em 1628 escrevera ao rei sobre seu sobrinho, atestando as suas qualidades.³⁸⁹

Os benefícios possíveis de uma tal fama não eram desprezíveis naquele momento. Se estava o Ceará no limite entre os dois Estados, deveria, da mesma forma, ser auxiliado na medida do possível pelos dois. Mas, os recursos deveriam ser enviados sobretudo de Pernambuco, capitania que mais teria lucrado com o investimento pessoal de Martim Soares. O argumento do governador geral do Brasil, Diogo Luiz de Oliveira, era simples, dizia nada dever ao Ceará por não ser seu “distrito”. Moreno reagia: “não é adequada a razão que dá em dizer que não pertence a seu governo”, dizia, insistindo na idéia de que o Ceará era responsabilidade também do Brasil.³⁹⁰

À medida que o medo do herege holandês tomava os espíritos da época, Martim Soares Moreno insistia na idéia de retornar o Ceará à esfera política do Estado do Brasil. Para o capitão, a volta ao passado tinha muitas vantagens. O Ceará ficaria bem melhor, na sua opinião, se continuasse agregado principalmente à “folha” do velho Estado, podendo cuidar com mais propriedade da segurança dos Fortes. De outro modo, a maior proximidade das terras cearenses com a capitania de

³⁸⁹ “que é uma das pessoas que o tem ajudado nos trabalhos que tem passado na dita praça com grande ânimo, e esforço é Domingos da Veiga que nele fez grandes serviços, e é merecedor de Vossa Majestade lhe fazer gente para se fazer o descobrimento delas”. “Martim soares, capitão do ceará queixasse do g^or geral do Brasil não dar comprim.^{to} as provisões de Smg.^{de} sobre os soldados e gente daquele presídio e outros particulares”. Lisboa, 10 de março de 1629. [documento referente às queixas da carta de 17 de outubro de 1628]. In: Afrânio Peixoto. *Martim Soares Moreno: Fundador do Ceará, iniciador do Pará, herói da Restauração do Brasil, contra franceses e holandeses*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

³⁹⁰ “Parecer do Conselho de Ultramar sobre as queixas que faz Martim Soares Moreno do governador do Estado do Brasil”. 10 de março de 1629. *Documentos para a História de Martim Soares Moreno...*, pp. 100-101.

Pernambuco facilitaria o socorro, em caso de invasão inimiga.³⁹¹ Muitos administradores pernambucanos concordavam com os argumentos de Martim Soares, e distribuíam essas assertivas pela correspondência real.

Os perigos existentes no longo percurso entre o Ceará e o restante do Maranhão era um dos argumentos mais utilizados nessa disputa. Estevão Soares de Albergaria escreve, em 1629, que: “estando a capitania do Ceará em aperto, não pode pedir socorro ao Maranhão, nem do Maranhão se pode ir”. A proximidade com Pernambuco era um bom argumento entre os partidários de Martim Soares, mas não era o único. Muitos afirmavam que o caminho entre a capitania do Ceará e as povoações mais desenvolvidas da capitania do Maranhão era repleto de perigos. Regimentos inteiros, que teriam a missão de socorrer o Ceará, precisariam eles mesmos de ajuda em função dos: “muitos selvagens que há naqueles caminhos”, os quais estavam alheios ao comando maranhense.³⁹²

Dizia-se ainda que os recursos que o Maranhão tinha à disposição eram ainda modestos em comparação com a renda total do Estado do Brasil. E a fortaleza do Ceará precisava de armas, soldados pagos, munição e, de modo geral, de quase tudo. Portanto, em termos de segurança e rapidez não haveria dúvidas de que o Brasil deveria ficar com o Ceará, e nutri-lo então como parte de sua “folha”.³⁹³

Os maranhenses também estavam bastante interessados no Ceará. Coube principalmente ao influente Bento Maciel Parente construir um contra-argumento. O mais interessante são as justificativas apresentadas pelo velho capitão que, em muitos aspectos, coincidem com as matérias expostas por seus adversários. Em alguns pontos são exatamente os mesmos.

As intervenções de Bento Maciel são respostas quase pontuais aos partidários separatistas liderados pelo capitão-mor do Ceará. O “Ceará que trata o capitão Martim

³⁹¹ Ver por exemplo: “Decisões relativas à proposta de Martim Soares Moreno para que o Ceará seja do governo do Brasil”. Agosto de 1629. *Documentos para a História de Martim Soares Moreno...*, pp. 101-102.

³⁹² “Informação de Estevam Soares de Albergaria”. 3 de setembro de 1629. *Documentos para a História de Martim Soares Moreno...*, pp. 103.

³⁹³ *Idem, ibidem.*

Soares Moreno dista do Maranhão 120 léguas”, escreve, confirmando que segundo os seus cálculos, num primeiro momento, seria sim mais fácil proteger o Ceará saindo de Pernambuco, que defendê-lo a partir das capitanias maranhenses. Mas tudo dependia, segundo o mesmo, do temperamento do “clima”. No verão: “não se pode navegar do Maranhão para o Ceará”, e a viagem contrária, mais simples, durava cerca de quatro dias. Ponderando tais argumentos, Bento Maciel se convencia, e tentava o mesmo com o rei, de que o Ceará deveria permanecer sob jurisdição maranhense pela: “dita causa do ímpeto das águas e dos ventos”. Entretanto, ele fazia uma ressalva: os socorros em dinheiro deveriam sair também da Fazenda do Brasil: “enquanto no Maranhão não há rendas equivalentes”. Ou seja: pretendia Bento Maciel o domínio político e militar do Ceará, sem os excessivos gastos que tivera Martim Soares Moreno.³⁹⁴

Como se pode observar, os mesmos temas, o perigo dos “tapuias”, da direção dos ventos, as dificuldades geográficas, acabam sendo utilizados tanto pelos partidários de Bento Maciel, quanto pelos aliados de Soares Moreno. Apesar de estar longe de ser um inconveniente insuperável no século XVII, as grandes distâncias tomam parte importante nas escolhas políticas e bélicas. Entretanto, não podendo ser facilmente ignorada, a imensidão espacial fazia parte da própria noção ibérica de Império. A imensidão espacial no Império era perfeitamente contornável e, algumas vezes, necessária.³⁹⁵ Aos poucos percebe-se, no entanto, que nesse debate específico o problema central não era a distância em si mesma, mas os usos políticos dela enquanto argumento verossímil, habilmente manipulado por setores do poder local com variados objetivos.

O Maranhão e o Ceará não estavam separados apenas pelos humores do tempo. Também estavam apartados pelos ventos da política local que, de acordo com

³⁹⁴ “Informação de Bento Maciel Parente”. 14 de Setembro de 1629. *Documentos para a História de Martim Soares Moreno...*, pp. 104-106.

³⁹⁵ Michele Olivari, a partir dos tratados de Juan de Salazar e de Álamos de Barientos, considera que a substância primordial da idéia ibérica de Império: “não estava tanto na multiplicidade ou riqueza dos domínios, mas na sua própria infinitude”. Ou, dito de outro modo, a idéia de Império tem a sua lógica na própria possibilidade de resolver, domesticando-o, o problema das grandes distâncias, e enorme multiplicidade. Michele Olivari. “Cultura política castigliana, Portugallo e Impero fra cinquecento e seicento”. *Rivista Storica Italiana*. Vol. CXIII, fac. II (agosto, 2001), p. 376.

variados interesses e negociações, avanços e retrocessos, ora parecia mais favorável ao Maranhão, ora ao Brasil. De tudo isso extraímos essa curiosa ironia: antes mesmo da chegada efetiva de qualquer armada holandesa, o Ceará já era disputado ferrenhamente enquanto domínio político e militar pelos portugueses.

A querela não tinha como origem uma simples preocupação estratégico-militar. Os dois lados não estavam debatendo concepções diversas de geopolítica defensiva. São, antes de tudo, disputas políticas que têm sua origem na complicada divisão de poderes decorrentes da separação dos dois Estados. Em 1630, entretanto, o avanço dos holandeses pelo litoral do Brasil alterou os rumos da questão. A partir de maio daquele ano, os Conselhos portugueses resolvam que o Ceará passava a ser problema de Lisboa, sendo as suas finanças responsabilidade direta da sede do Império. Ao menos do ponto de vista estritamente financeiro.³⁹⁶

Voltando a questão, num primeiro momento o Conselho da Fazenda parece ser favorável aos supostos direitos do Brasil, por ser “impossível sustentar aquela praça muitos anos sendo governo do Maranhão”. Parece, enfim, que o Conselho reconhecia as razões da experiência de Martim Soares Moreno. Entretanto, o documento parece muito mais confirmar o caráter indefinido dessas terras, tanto do ponto de vista político, quanto no que concerne às suas finanças. Desse modo, ficou acertado que o capitão do Ceará embora tenha de prestar contas ao governador geral do Maranhão, poderia “pedir socorro a um e outro Estado”, segundo sua conveniência. Da mesma forma, ambos os governadores seriam: “obrigados a lhes mandarem socorros” sempre que fossem necessários.³⁹⁷ O poder de fato continuaria com o grupo ligado politicamente ao capitão Martim Soares Moreno, até a tomada do Ceará.

Como vemos, o argumento da perigosa presença holandesa em toda aquela região era mais do que verossímil e convincente. Glória para uns, como no caso de muitos integrantes da família Albuquerque, e ruína para outros, como no caso de

³⁹⁶ Barão de Studart. *Datas e fatos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, tomo 1, 2001 [fac-símile da edição de 1896], p. 40.

³⁹⁷ “Martim Soares Moreno, capitão da capitania do Ceará, pede que ella seja do governo do Brazil”. 10 de outubro de 1629. *Documentos para a História de Martim Soares Moreno...*, pp. 106 e 109.

Bento Maciel Parente e sua parentela, que seria lembrada na memória das guerras como responsáveis pela perda do Estado do Maranhão aos holandeses.

Os holandeses chegaram nos últimos dias de 1637, auxiliados por um grande número de índios aliados. O objetivo do comando batavo seria ocupar um posto avançado que pudesse servir como suporte para a própria tomada do Maranhão. Para tanto, logo após a conquista, trataram de organizar um exército nativo formado por índios trazidos da serra de Ibiapaba.³⁹⁸ Para alguns, o povoamento do interior do Ceará, mormente o vale do Jaguaribe, deveu-se a essas expedições estratégicas dos holandeses.³⁹⁹

Logo em maio de 1637, pouco antes do ataque fulminante do exército holandês, o então governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, mostrava-se preocupado, mais uma vez, com a qualidade e quantidade das forças militares disponíveis no Ceará de Martim Soares Moreno. Para Noronha, a gente branca que se encontrava na Fortaleza daquela capitania estava em grande perigo, pois os melhores e mais numerosos soldados disponíveis nesses domínios, os índios aliados cearenses, estavam levantados contra os portugueses por: “práticas que se tem dos inimigos holandeses que estão em Pernambuco e no Rio Grande”. A solução era simples: no caso do governo do Ceará não conseguir resolver o problema, todo o contingente militar disponível naquelas terras seria transferido para o próprio Maranhão, já que na “parte em que estão, não têm defesa nenhuma por razão do gentio estar da parte do holandês”.⁴⁰⁰ Noronha, assim, desacreditava o poder de negociação de outro que não fosse o seu aliado Martim Soares Moreno, tido pelo governador como uma espécie de cacique branco, peça fundamental para a proteção do Estado. Sobre o Ceará, Noronha dizia abertamente: “ninguém poderá melhor conservá-lo e governá-lo que o capitão

³⁹⁸ Pedro Théberge. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, tomo 1, 2001 [fac-símile da edição de 1895], p. 43.

³⁹⁹ Gustavo Barroso. *À Margem da História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, P. 47.

⁴⁰⁰ “Carta de Jácome Raimundo de Noronha ao rei de Portugal”. 23 de maio de 1637. *apud* Barão de Studart. *Datas e fatos para a história do Ceará...*, p. 41.

Martim Soares Moreno por ter muitos anos de experiência do modo como se querem tratados esses gentis”.⁴⁰¹

Os vários relatos que nos informam sobre a disputa portuguesa pelo Ceará e, da mesma forma, sobre a tomada do Forte aos holandeses têm um ponto em comum: a ênfase na importância dessas terras como zona de oferta de soldados nativos. Essa é a linguagem comum nas cartas de Moreno e Bento Maciel Parente. Não por acaso, o conflito ocorreu num momento em que Pernambuco reclamava por uma maior participação militar do Maranhão na guerras brasílicas. O Ceará valia muito pela concentração de índios relativamente próximos às capitâneas que mais precisavam deles. Bento Maciel, por exemplo, conhecia bem as vantagens de se ter contingentes armados a seu favor. Foi exatamente assim que, em 1618, o então capitão-de-guerra iniciara de forma avassaladora a sua carreira militar, prendendo adversários políticos no comando de um grande exército formado para a repressão aos tupinambás revoltos do Maranhão, como vimos no 1º capítulo.

É certo que, para Bento Maciel Parente, o Ceará se apresentava também como zona privilegiada para a prática da *encomienda*. Para ele, a perspectiva do uso de braços nativos na proteção dos Fortes jamais inviabilizava a sua utilização simultânea nas lavouras de tabaco e produção de açúcar. Teoria contestada, principalmente por missionários, durante as guerras contra o inimigo holandês, sob o argumento de que essa gente era mais dada a armas que propriamente ao trabalho nas lavouras.

Seja como for, o certo é que os grupos indígenas do Maranhão ganharam, com o tempo, muitas vantagens nessa guerra de brancos. A figura do guerreiro nativo, temerária nos primeiros anos de conquista, agora passava a ser vista como essencial para a reação portuguesa. Nesse contexto, tupinambás, potiguaras e tabajaras saíam na frente por seu renomado temperamento bélico, negociando o seu apoio militar também entre os holandeses. Mas esse também foi o momento da ascensão política de alguns conhecidos aliados dos índios.

⁴⁰¹ “Relação de Jacome Raymundo de Noronha, sobre as cousas pertencentes à conservação, e aumento do Estado do Maranhão”. 1637. *ABNRJ*, vol. 26, p. 440.

"O soldado mais brioso": a guerra indígena contra o inimigo.

Nas guerras contra o holandês invasor e herege, o guerreiro nativo obteve rapidamente um *status* diferenciado. As palavras de Jácome Raimundo de Noronha resumem tudo: "a defesa e forças da Conquista do Maranhão e Pará, consiste no gentio". Por isso, o então governador do Maranhão concluía que quem estivesse em amizade com os chamados "índios moradores" não teria motivos para temer o "poder dos inimigos holandeses". Além da garantia de que não faltariam braços para o serviço nos engenhos.⁴⁰²

O soldados brancos já sabiam, aprendendo de forma traumática, que a quantidade de índios aliados num mundo tão escasso de gente portuguesa definiria qualquer batalha. Por outro lado, nenhuma força disponível nas conquistas seria suficiente para evitar o maior dos malogros do exército português, caso os holandeses tivessem os favores nativos. Líderes indígenas de algum prestígio, como era o caso do principal dom Antônio Marapirão, haviam obtido tal grau de enobrecimento que lhes era possível reivindicar seu ponto de vista em igualdade de condições com qualquer oficial da Coroa, ou mesmo como os missionários.

Um dos grandes temores dos portugueses ante a proximidade dos soldados batavos era com o grau de fidelidade desse exército indígena. A questão era: até que ponto aos grupos nativos seria indiferente estarem sob o jugo holandês ou português? Resposta difícil, ainda mais que a lembrança do massacre ocorrido nas duas primeiras décadas de conquista estava fresca na cabeça. Entre o final dos anos 1619 e o começo dos anos 1620, ocorrera a guerra entre os homens de Bento Maciel Parente e os índios das nações tupinambá, nhengaíba e tabajara. Guerras de brancos contra índios, lideradas por homens que ainda estavam no poder à época da invasão batava.

O sucesso da capitania do Ceará permanecia na memória e reaparecia na guerra holandesa como um primeiro tenebroso sinal do porvir maranhense. Duarte de Albuquerque Coelho escreve que os índios do Ceará, em 1637: "ao saberem das vantagens do inimigo, enviaram dois a cumprimentar o conde de Nassau [em

⁴⁰² "Relação de Jacome Raymundo de Noronha, sobre as cousas pertencentes à conservação, e aumento do Estado do Maranhão". ABN RJ, vol. 26, p. 435.

Pernambuco] e dizer-lhe que, se mandasse tomar aquela praça, lhe entregariam e renderiam obediência”.⁴⁰³ Do outro lado, da perspectiva do invasor estrangeiro, a preocupação era a mesma. Não por acaso, o cronista francês Pierre Moreau, escrevendo sobre as guerras da década de 1640, afirma que os holandeses cientes dos problemas resultantes dos cativos indígenas, e ansiosos por obter o total apoio dos nativos: “tornaram pública a proibição de retê-los ou cativá-los, sob pena de morte”.⁴⁰⁴ Anos antes, em 1638, ainda sobre a tomada do Ceará pelo capitão holandês Hendrick Huss e pelo major Johan Gartsman, o Conselho Supremo descreveu uma cena curiosa, ocorrida durante a rendição portuguesa:

“A guarnição inimiga [portuguesa] compunha-se de 33 homens, que os índios, já rendido o Forte, queriam matar, tomando-os aos nossos soldados e oficiais, e foi necessário empregar a força para salvá-los”.

Os holandeses, a partir de então, segundo a estratégia narrativa da carta citada, deveriam ter por prioridade um bom convívio com esses “naturais”, pois eram eles não só os grandes soldados portugueses, mas também os habitantes mais numerosos, os verdadeiros povoadores do Maranhão. Daí, uma proximidade maior com essas nações, inclusive do ponto de vista comercial, parecia ser bastante vantajosa nas futuras conquistas holandesas para além do Ceará. Segundo ainda a carta do Conselho Supremo:

“tomando como se acha o Ceará, o inimigo ou os portugueses não ocupam nenhum outro lugar até o Maranhão. Há ali várias aldeias de tupis e tapuias, aos quais na primeira oportunidade enviaremos faquinhas de ferro, tesourinhas espelhinhos, corais etc...”.⁴⁰⁵

⁴⁰³ Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, p. 271.

⁴⁰⁴ Pierre Moreau. “Relação verdadeira do que se passou na guerra travada no país do Brasil entre os portugueses e os holandeses desde o ano de 1644 até o de 1648” [1651]. In: Moreau, Pierre & Baro, Roulox. *Historia das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979, p. 25.

⁴⁰⁵ “Carta do Conselho Supremo [sobre] o resultado da expedição do Ceará de 13 de janeiro de 1638 *Apud* Barão de Studart. *Datas e fatos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, tomo 1, 2001 [fac-símile da edição de 1896], pp. 48-9.

Esses relatos tentavam demonstrar, assim, que o corpo militar mais numeroso dessa guerra, os índios espalhados entre o Ceará e o Maranhão, poderia, com algum esforço, ser convertido à causa batava, caso percebessem que nessa nova relação as vantagens seriam superiores às que tinham no convívio com os portugueses. Funcionavam, assim, como parceiros comerciais e guerreiros preciosos à espera da conversão à causa batava. Pelo menos a princípio, o serviço dos índios ganhava um *status* diferente em relação à escravidão africana. O projeto de conquista holandês parecia, nesse ponto, acompanhar a tendência erudita portuguesa na forma de considerar as duas formas de servidão.⁴⁰⁶ Ganhar o apoio dos vários grupos indígenas, expondo as vantagens de sua amizade, foi uma preocupação que acompanhou toda a empresa batava no Maranhão, e nas “guerras brasílicas”.⁴⁰⁷

As estratégias de convencimento de grupos nativos e o próprio confronto com seus exércitos não eram novidade para os holandeses, que já estavam calejados desse tipo de estratégia lutando nas guerras da costa africana. O próprio Nassau possuiria um retrato em que posava ao lado de um grupo de “tapuias” aliados, levando ainda alguns deles para conhecer e estudar na Holanda.⁴⁰⁸ Essa alegada nova condição do índio sob o domínio holandês não evitou muitos abusos, a ponto de o conde Mauricio de Nassau ter criado, em 1639, um cargo especial só para cuidar dos problemas dos aldeados.⁴⁰⁹

O alegado interesse de alguns oficiais batavos em firmar alianças militares e comerciais com certos grupos indígenas fez com que, principalmente durante as décadas de 1630 e 1640, as estratégias de enobrecimento das lideranças nativas segundo os padrões europeus tivessem um papel destacado na reação portuguesa.

⁴⁰⁶ Pedro Puntoni. *Op. cit.*, p. 162. Sobre as diferenças no pensamento português erudito entre o escravo africano e o do índio, ver: Pécora, Alcir. “Vieira, o índio e o corpo místico”. In: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 423-461.

⁴⁰⁷ José Antonio Gonsalves de Mello. *Op. cit.*, p. 200.

⁴⁰⁸ Boxer. *Os holandeses no Brasil*, p. 190.

⁴⁰⁹ O primeiro a ocupar o cargo, que seria também responsável pela quantificação dos índios do Brasil holandês, foi Wilhelm Doncker. Antonio Gonsalves de Mello. *Op. cit.*, p. 208.

Esse é o momento, por exemplo, em que o conhecido principal Antonio Marapirão chegou a comandar, em conjunto com os capitães portugueses, mas não abaixo deles, os esforços militares da retomada da fortaleza do Ceará e de Jeriquaquara, liderando não só índios, mas também soldados brancos que eram minoria em toda aquela guerra.

O português, a exemplo da estratégia holandesa, deveria convencer essas nações de que a guerra contra os invasores não era um conflito que interessava só aos portugueses, mas uma causa que deveria mobilizar todos os habitantes do Maranhão, porque todos saíam perdendo.

A oferta do benefício do Hábitos de Cristo foi uma estratégia bastante utilizada para conquistar o apoio nativo. A importância política desse privilégio entre os índios mereceria um trabalho à parte. Em Portugal, na verdade, o hábito de Cristo já começava a entrar em decadência pela frequência com que era ofertado, apesar de continuar mantendo ser sentido público como forma de reconhecimento real.⁴¹⁰ Entretanto, um determinado Principal ainda poderia, com a mercê, expor visualmente um considerável grau de enobrecimento, seja para os seus pares, seja para o próprio morador português. Assim, o hábito de Cristo era visto também como uma deferência de Portugal, um reconhecimento da dívida do Império para com os combatentes nativos de El-rei.

À medida que os batavos evoluíam pelo litoral maranhense, os pedidos de Hábito de Cristo aumentavam. Eram normalmente escritos por representantes brancos de uma ou outra nação indígena, na maior parte missionários, mas não raro também por oficiais do exército regular português. Em 1646, vários Principais através de seu procurador, o padre Francisco da Costa de Araújo, mandaram ao rei um desses pedidos. O documento afirma sobretudo a importância que teve o gentio na “expulsão dos holandeses que ocupavam tiranicamente a praça do Maranhão”, libertada no final

⁴¹⁰ Nuno Monteiro. “Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia”. In: Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 336.

de 1644. Segundo o padre Araújo, esses índios mereciam o benefício mais que os outros, pela sua comprovada

“lealdade e fidelidade, não havendo entre eles rebelião nenhuma, nem traição, sendo gente tão variável, mas antes arriscando-se todos por muitas vezes aos maiores perigos, animando-os o nome português de Vossa Majestade, cuja nação estimam mais que todas as outras, achando-se os demais índios em todas as ocasiões de guerra assim na campanha, como fora dela, sendo muito vigilantes, e em todas as batalhas, assaltos e emboscadas, sendo sempre os dianteiros pelejando em todas elas a peito descoberto, não temendo suas balas, de que morreram muitos deles, e quanto mais a guerra crescia, mais se lhes incendiava os ânimos contra o inimigo”.⁴¹¹

O documento possui estratégias bem interessantes. Além de apresentar as questões em uma linguagem apropriada - ninguém fazia isso melhor que um padre -, também foi escrito num momento bastante favorável, o período logo seqüente à Restauração do Maranhão, e contemporânea às insurreições pernambucas de 1645. Este foi um momento de considerável migração de soldados e principalmente de oficiais do Maranhão para Pernambuco, para lutar na terra natal. Era ainda um momento de muitas incertezas. Embora os holandeses tivessem abandonado as terras do extremo norte, ainda estavam longe de abandonar o litoral nordeste. A volta dos batavos à capitania do Maranhão, e quem sabe até uma nova tentativa de invadir a bacia amazônica, ainda estava no horizonte das temerárias possibilidades. Do ponto de vista da estratégia narrativa, o texto se faz convincente através do uso das tópicas relacionadas à fidelidade. Ao exaltar a lealdade dos nativos que, apesar de ser gente “variável”, jamais havia traído Sua Majestade, o documento compara-os com as

⁴¹¹ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os índios principais das aldeias do Maranhão que pedem o Hábito de Cristo e algumas roupas. 22 de março de 1646. Arquivo Histórico Ultramarino, documentos avulsos do Maranhão, caixa 1 (1610-1648)”. Cópia constante no acervo do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), cópias paleográfica e fotostática, pasta 3, doc. 7. Doravante faremos referência como: AHU-APEP/PA, doc..., pasta... .

atitudes pouco dignas de muitos moradores portugueses. Homens que, nascidos e criados sob as insígnias portuguesas, estavam aliados ao inimigo em Pernambuco e no Maranhão. Participando de seu governo, e de sua heresia, traíam indistintamente Deus e Sua Majestade. Além do mais, como em documentos similares, o padre procurava sempre ressaltar a confiabilidade dos índios educados por missionários.

A exaltação dos atributos guerreiros dos nativos era parte desse quadro. Pois, se a expulsão dos inimigos: “se lhes deve a seu esforço e valor”⁴¹² somente, a conservação desse estado de coisas dependeria do quanto será vantajoso aos líderes indígenas abraçar esse “nome português”.

Os missionários tinham um papel muito importante nessa valorização do índio guerreiro e fiel das guerras holandêsas. Enquanto mestres da gentilidade maranhense, responsáveis por incutir neles os princípios cristãos, dentre eles a fidelidade à Sua Majestade, exaltavam nada mais que a sua própria obra. Sobretudo, os jesuítas faziam várias queixas sobre os procedimentos dos moradores nessas guerras. A disputa da memória da expulsão dos estrangeiros foi, para eles, um ponto importante, como parte de uma estratégia geral de depreciação da administração laica. Nesse caso, a comparação entre moradores e índios cristãos, que tinham abraçado tão tardiamente a religião, mas conseguiam ser menos relapsos que os portugueses, era-lhes valiosa.

O padre Luis Figueira foi um dos grandes propagadores da idéia de que a guerra holandesa seria ganha principalmente pelos índios e pelos religiosos. “Se os índios nos faltarem”, advertia em 1637, “havemos de despejar a terra”. O rei estaria em “grande obrigação” com vários grupos indígenas do Estado pelos “grandes serviços” realizados nas guerras contra o holandês.⁴¹³ O jesuíta era também um entusiasta das qualidades bélicas, e da confiabilidade desses índios. Numa *Relação* sua, escrita em 1631, o padre Figueira nos conta um episódio emblemático, envolvendo um guerreiro da nação Potiguar chamado de Caragatajuba. O Potiguar, ao ver que alguns índios estavam aliados aos holandeses, o que parecia ser grande afronta e traição

⁴¹² *Idem, ibidem.*

⁴¹³ Luis Figueira. “Memorial sobre a gente as terras e a gente do Maranhão e Grão-Pará e Rio das Amazonas”. 1637. In: Serafim Leite. *Luiz Figueira, sua vida heróica e sua obra Literária*. Lisboa: Agencia Geral das Colônias, 1940, p. 208.

também aos religiosos, dominado por uma fúria incontida “toma espada na boca, lança-se a nado”, e vai uma a uma danificando as canoas inimigas até que nenhuma mais estivesse sobre a água.

Certa vez, em outra batalha fluvial, Caragatajuba tentou capturar com vida um desses traidores nativos; “sem dúvida o trouxera”, conclui Figueira, caso não fosse a intervenção de cerca de 5 holandeses que a golpes de cutelo impediram o resgate. Figueira sugeria, assim, que o êxito na guerra contra o holandês invasor, no limite, não dependia dos soldados portugueses, ou mesmo da munição e armamento europeus, mas da presença de religiosos que “domestiquem o gentio”. Sem depreciar a importância das armas portuguesas nessa guerra, Figueira não hesitava em comparar o serviço dos padres a esse poder de fogo, pois “ainda que não pode haver religiosos sem armas, contudo por demais importância [tem que] haver religiosos [mais] que armas, para tal fim. Porque por armas não hão de deixar de vir estrangeiros a fazer tabaco...”.⁴¹⁴

Certamente Luis Figueira aproveitava-se da fama que tinham os potiguares nas terras do Estado do Brasil. Essa mesma nação já havia mostrado o seu poder de destruição, esmagando revoltas quilombolas e combatendo holandeses em outras partes. Líderes potiguares eram respeitados e temidos a tal ponto que um deles, o principal do Rio Grande Zorobabé, após ter combatido revoltas escravas na Bahia e em Sergipe, fora deportado para Évora, em 1609, como forma de prevenção.⁴¹⁵

As cartas e relações desses religiosos passavam a mensagem desejada: a maior força bélica presente no Maranhão era formada pelos nativos, e os verdadeiros generais desse exército eram os missionários, a quem confiam suas almas. Por conta disso, os religiosos católicos e, em especial, os próprios jesuítas eram considerados pelos holandeses como temerosos empecilhos à ocupação daquelas terras. Tanto que,

⁴¹⁴ Luís Figueira. “Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde holandês, ingleses e franceses e outras nações”. 1631. In: *Idem, ibidem*, p. 175-6.

⁴¹⁵ Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil, 1500-1627*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965, pp. 351-2. Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 124-5.

como lembra Gonsalves de Mello, em razão dos problemas com essa Ordem em outras partes do Brasil, não havia a famigerada tolerância religiosa nos termos da capitulação do Maranhão em 1641.⁴¹⁶

No caso do Ceará, importante posto de fornecimento de soldados nativos, a fama bélica dos índios e a de Martim Soares Moreno alimentavam-se mutuamente. Sobretudo após o êxito da expulsão dos holandeses daquela capitania, e com o começo da rebelião Pernambucana, da qual o próprio Martim Soares havia participado. Outros oficiais portugueses passaram a imitar a sua postura frente aos índios. Ter uma proximidade maior com o gentio, saber suas línguas e conhecer minimamente os seus costumes, constitui-se já uma estratégia eficiente, presente nos pedidos de cargos e privilégios. Quando, em 1645, o sargento-mor André Rodrigues pediu ao rei D. João IV o cargo de capitão-mor do Ceará, entre suas justificativas estava o fato de supostamente falar línguas indígenas, podendo ganhar – a exemplo do que fez Martim Soares – a confiança dos “índios do Ceará [que] recuperaram a fortaleza daquela capitania à Sua Majestade, expedindo os holandeses”.⁴¹⁷

Também no Estado do Brasil, na “guerra brásilica”, não só a superioridade numérica dos soldados nativos dava o tom das batalhas, mas também as suas terríveis táticas de guerrilha. As estratégias bélicas nativas foram aos poucos ganhando a adesão dos portugueses, de um lado pela sua eficiência em combate, depois pela própria incipiência do exército regular português nas lutas em campo inimigo.⁴¹⁸

⁴¹⁶ Antonio Gonsalves de Mello. *Op. cit.*, p. 141. Os holandeses preocupavam-se sobretudo com a capacidade de correspondência com a Europa que tinham os religiosos e, dentre eles, mais ainda os padres da Companhia. Segundo ainda Gonsalves Mello: “bem cedo compreenderam os holandeses o perigo que os eclesiásticos representavam para a segurança da colônia. Em 1635 o Conselho dos XIX recomendava ao governo de Pernambuco todo o cuidado com os religiosos, não lhes permitindo manter correspondência para fora da conquista. Os jesuítas sobretudo não deveriam permanecer na colônia”. *Idem, ibidem*, p. 244.

⁴¹⁷ “Requerimento do sargento-mor do Ceará André Rodrigues ao rei [d. João IV] a pedir para ocupar p posto de capitão-mor da fortaleza do Ceará, por seis anos”. 2 de maio de 1645. AHU-acl-cu-017, caixa 1, documento 11. [0063- 64]

⁴¹⁸ Foi durante o próprio processo de resistência aos holandeses que a força militar portuguesa ajustou as condições materiais do seu exército à melhor estratégia de resistência em campo inimigo. É sempre bom lembrar que Portugal só vai dispor de uma melhor estrutura bélica, de um exército permanente de fato, com as guerras da Restauração bragantina a partir de 1640.

Nessas guerras, autoridades portuguesas de destacada posição, tal como Mathias de Albuquerque, o general que comandara a resistência pernambucana, admitiam que sem a devida adequação das fórmulas belicistas européias ao ambiente singular das selvas tropicais, não haveria como derrotar o poderio da Holanda. Por isso, havia criado um sistema de guerra por emboscadas, com grande participação de regimentos de índios. Era a chamada “guerra volante”, uma adaptação da cultura bélica européia às condições da ecologia americana.⁴¹⁹

Esse foi exatamente o contexto em que grandes Principais, como dom Filipe Camarão, cavaleiro da Ordem de Cristo, ganhavam prestígio entre as autoridades brancas, oferecendo sua liderança e o poder destrutivo dos índios flecheiros que, em certa medida, eram mais eficazes que as armas de fogo européias.⁴²⁰ A própria criação do cargo de “capitão-de-emboscada” representou bem o impacto das táticas nativas na guerra dos brancos. Os que ocupavam tal cargo deveriam ser homens que, nos dizeres de Charles Boxer: “conheciam cada polegada do terreno”, podendo surpreender o inimigo de dia ou à noite.⁴²¹ Essas técnicas baseadas em ataques furtivos praticamente invalidaram o uso da cavalaria, uma instituição da cultura bélica européia.⁴²²

Outras autoridades eclesiásticas, além de acentuar as qualidades bélicas dos índios, apostavam também no argumento de que os batavos apesar da heresia de sua

Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp/FAPESP/Hucitec, 2002, p. 186.

⁴¹⁹ Segundo ainda o autor: “Apredida dos índios durante mais de mais de cem anos de convívio e conflito ao longo da marinha ou nos fundos do sertão, a guerra volante já se havia incorporado em começos do século XVII, ao patrimônio cultural da população luso-brasileira”. Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Edusp, 1975, p. 219.

⁴²⁰ Mello. *Olinda Restaurada*, p. 231. De acordo com Georg Friederici, a diferença entre o arco-e-flecha e as armas de fogo européias “Não era tanto a superioridade, freqüentemente mais que discutível daqueles imperfeitos mosquetes sobre o arco e a flecha que determinava a mudança de armamento, mas sim o terror que toda a nova invenção técnica derrama no campo da batalha”. Assim, mesmo em termos de mobilidade o arco e flecha fossem superiores, a vantagem do mosquete estava no “supercioso pavor” que ganhava os índios esse tipo de arma. Entretanto, na medida em que o índio ambientava-se com o estrondo, o arco e a flecha voltavam a imperar. Georg Friederici. “A eficacia do arco dos índios”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Nº 65, vol. XII (junho de 1905), pp. 477-8.

⁴²¹ Boxer. *Os holandeses no Brasil*, p. 57.

⁴²² Mello. *Olinda Restaurada*, p. 222.

gente conseguiam ser mais brandos em relação aos grupos nativos que muitas autoridades portuguesas. Frei Cristóvão de Lisboa, que jamais em tempo algum poupou críticas aos sistemas de trabalho adotados no Maranhão, admitia que a “gente do norte”, no tempo em que esteve na região, teve grandes lucros com o tabaco e outros produtos da terra “sem nunca [ter] cativado nenhum índio”. De acordo com o frei Lisboa, os estrangeiros, ao contrário dos conhecidos métodos de cativo português, não obrigavam os nativos a viver junto deles, pagando salários por seus serviços. A tática era admirável em todos os sentidos, dizia ainda, pois “enriqueceram os estrangeiros”, sem que com isso tivesse ganho o ódio dos índios.⁴²³

Esse tipo de comparação não deixava de incomodar os moradores mais pios. Era o efeito desejado: mostrar que apesar de terem esse título de hereges, grande ofensa contra Deus, os batavos agiam, nesse caso específico, de forma mais ajustada do que aqueles que carregavam nomes cristãos. Isso não significa dizer, é bom ter claro, que o frei Lisboa, ou outro qualquer missionário português, considerasse de alguma forma benéfica a presença holandesa. Esses religiosos também dificilmente ignoravam os abusos cometidos pelos mesmos holandeses nas salinas do Ceará e Rio Grande, de que resultou grande revolta dos grupos nativos da região em 1644.⁴²⁴ Por mais pontos positivos que pudessem existir na forma batava de administração do serviço dos índios, o maior dos males seria entregar os nativos nas mãos de infiéis.

Alguns moradores sempre tentavam tirar vantagem da situação. Bento Maciel, logo no início da carreira, combatendo os tupinambás rebelados no Maranhão, já havia percebido as vantagens políticas de se ter contingentes de soldados portugueses e índios sob seu controle direto. Em momentos de perigo iminente essas vantagens se mostravam tentadoras. Na sua correspondência com o reino, principalmente durante a década de 1630, Bento Maciel Parente associava freqüentemente o perigo da ameaça estrangeira à suposta falta de índios em certas capitanias do Estado. O velho e polêmico tema da adoção da *encomienda* castelhana figura amiúde como a solução ideal. Em

⁴²³ “Carta de frei Cristóvão de Lisboa, bispo eleito, sobre os índios”. 29 de outubro de 1647. AHU/APEP, doc. 1, pasta 3.

⁴²⁴ Antonio Gonsalves de Mello. *Op. cit.*, p. 203.

1635 ele já advertia o rei acerca da incômoda presença de piratas em alguns rios do Maranhão, sobretudo na capitania do Cabo do Norte, da qual era donatário perpétuo. Tudo culpa da deficiente distribuição do gentio. Para nos ajudarem a defender dos “inimigos do norte”, dizia ainda ser “muito importante ter esses índios domesticados, povoados junto a nós”, segundo certas regras usuais nas Índias de Castela. A opinião geral de Bento Maciel sobre o assunto já foi por nós discutida no capítulo 2. A novidade aqui é a participação de novas capitanias no seu projeto de administração da gentilidade. O Cabo do Norte (atual Amapá) aparecia, algumas vezes, como uma zona privilegiada pela sua proximidade com certas áreas das Índias de Castela. O que pretendia Parente era criar partir de sua própria capitania uma rede distribuidora de índios para o restante do Estado. O Orinoco e [Caracas], acrescenta ele: “não distam mais de duzentas léguas do Cabo do Norte, nossa Conquista”, podendo servir bem aos propósitos da “Fazenda real”.⁴²⁵

Mas não eram só os missionários e moradores que tentavam tirar vantagens do clima geral de apreensão com as guerras holandesas. De uma forma ou de outra, a guerra ofereceu ganhos para os grupos indígenas tanto do Maranhão quanto do Brasil. O interesse demonstrado pelos holandeses em tê-los em amizade e, por outro lado, os novos benefícios garantidos pelos portugueses na intenção de conseguir o seu apoio, colocavam muitos grupos indígenas numa posição mais cômoda do que possuíam antes das invasões. No Brasil, a troca de acusações entre D. Filipe Camarão, líder da resistência nativa portuguesa, e Pieter Poty, chefe indígena da causa holandesa, mostra que as alternativas eram variadas. Ambos justificavam a sua escolha, pelo lado holandês ou pelo lado português, como a melhor do ponto de vista das garantias concernentes aos índios da região. De lados opostos na guerra do Brasil, esses principais denunciavam os abusos dos seus respectivos aliados, produzindo no fundo um mesmo efeito.⁴²⁶ A mobilização em torno da guerra era geral. Em 1645, os índios do Ceará e de outras partes, que foram embarcados para a Holanda, voltaram ao

⁴²⁵ “Petição de Bento Maciel Parente sobre a administração dos índios”. Pará, 10 de janeiro de 1635. AHU/APEP, rolo 1.

⁴²⁶ “Cartas tupis dos Camarões”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Nº 65, vol. XII (junho de 1905), pp. 281-305.

Brasil. Em Pernambuco, organizaram uma grande “assembléia” na aldeia de “Tapisserica” contando com um número de 114 indivíduos para discutir os rumos das guerras brásílicas, e as suas conseqüências para as nações indígenas.⁴²⁷

No Maranhão foi, sem dúvida, o principal tabajara Antonio Marapirão que desempenhou esse papel de general nativo, colocando-se numa posição superior mesmo aos principais de outras nações indígenas. Em uma carta já referida por nós, escrita ao rei D. João IV em 1649, Marapirão expõe as vicissitudes da guerra nas proximidades da capitania do Ceará. Em determinado trecho do documento, o principal se mostra fiel aos soldados de Sua Majestade, a quem demonstra grande respeito, esperando junto a eles “castigar os insultos que os confederados holandeses tem feito...”. Por outro lado, não deixa de advertir que

“Este governo [do Maranhão] carece de homem prático nestas Conquistas que nos ousa e fale sem interpretes e conheça nossas naturezas e que nos administre a justiça tanto para nos premiar como para nos castigar e deste modo será Vossa Majestade sempre bem servido e achará sempre estes humildes vassalos seus com a alma e com a vida, forças e valor prontos em seu Real Serviço”.⁴²⁸

Marapirão soube, de novo, adequar as suas assertivas de acordo com as regras impostas pelas circunstâncias. Ele fazia isso de forma eficiente. Após ter narrado ao soberano os sucessos da nação tabajara em combate, e ter demonstrado o seu poder bélico “matando número de gente”, num total de 800 rebeldes holandeses, Marapirão oferecia ao rei esta condicional: não poderá Sua Majestade ser servido de índios aliados por muito tempo, sem que haja governantes da parcialidade de seus vassalos

⁴²⁷ “Uma assembléia de índios em Pernambuco no ano de 1645 (documento inédito)”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Nº 79, vol. XV (1910), pp. 61-77.

⁴²⁸ “Antonio da Costa Marapirão, principal do Maranhão, aviza como os índios da nação tabajara têm mortos na capitania do Ceará perto de oitocentos Holandeses”. 2 de setembro de 1649. AHU/APEP, rolo 1.

nativos! E concluía: não se sabe por quanto tempo esses índios poderão “levar [com] paciência os portugueses” e seus abusos recorrentes.⁴²⁹

Por fim, assim como as várias autoridades, laicas e religiosas, lutavam por um lugar de destaque na memória da expulsão holandesa, reivindicando para si a responsabilidade pelo movimento restaurador maranhense, também os grupos indígenas não estavam alheios a essa disputa. Com efeito, reivindicavam benefícios coletivos ou pessoais como reconhecimento pela atuação nas guerras. No Brasil, por exemplo, a disputa por essa memória resistiria até o século XIX, quando outros sujeitos encontravam novos usos políticos no culto ao “panteão restaurador” Pernambucano.⁴³⁰ O certo é que esses índios parecem ter consciência de que sua própria condição nas Conquistas seguia, por vezes, os rumos da política internacional, atlântica, se quisessem.

Inimigos na fronteira: a jornada de Pedro Teixeira.

No Maranhão, a invasão holandesa teve como consequência uma rápida expansão fluvial dos portugueses pelo interior da bacia Amazônica. Por conta disso, teve início um processo de reconhecimento dos caminhos da parte oriental do grande rio. Principalmente a partir do final dos anos 30, grandes expedições ganharam o apoio político e, o que é mais importante, financeiro das autoridades luso-pernambucanas que governavam o Maranhão. É bom lembrar que estamos nos referindo a um momento político que coincide com uma alegada retração da presença indígena nos aldeamentos missionários, como foi demonstrado no capítulo 2. A efêmera expansão fluvial portuguesa desse período teria, a princípio, duas causas: a debilidade da estrutura de conversão do gentio, agravada pela relativamente escassa atividade missionária da década de trinta; e a ameaça holandesa das décadas de 30 e 40. É a partir dessa última perspectiva que pretendemos discutir essa expansão fluvial.

⁴²⁹ *Idem, ibidem.*

⁴³⁰ Esse “panteão restaurador” era formado pelos “quatro generais”: André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, D. Filipe Camarão, e D. Henrique Dias. Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª edição, 1997, p. 195

O que estamos chamando aqui de expansão fluvial portuguesa é o ciclo que começa com a construção de novos Fortes na área entre o Cabo do Norte e o rio Tocantins, e tem o seu ápice com a grande jornada de reconhecimento da bacia ocidental do Amazonas, empreendida pelo capitão português Pedro Teixeira. Já falamos um pouco sobre essa importante jornada a primeira capitaniada por um português a seguir o curso total do rio.

A jornada de Pedro Teixeira, conde de Salinas e marquês de Alenquer, aparece ainda coberta de detalhes pouco claros. Sobre ela foi dito muita coisa. Quase sempre o aspecto mais ressaltando é o meramente expansionista, rompendo com o tratado de Tordesilhas.⁴³¹ Da mesma forma, há aqueles que a considerem como uma espécie de bandeira nobre, pois entre seus objetivos não estaria a caça ao índio.⁴³² O que nos interessa na famosa expedição de Pedro Teixeira não é propriamente discutir o seu sentido profundo, ou mesmo refazer todos os passos desde a saída de Cametá até a chegada à Quito, no reino do Peru. Nossa intenção é mostrar que a jornada era parte integrante dos acordos que estavam sendo forjados entre os setores do poder local maranhense contrários à manutenção do clã dos Albuquerque Coelho na direção dos negócios do Estado. Da mesma forma, pretendemos discutir a relação entre a jornada e o clima de instabilidade com os primeiros sinais agudos do fim da união Ibérica. Essas duas perspectivas parecem complementares.

A reação armada às invasões holandesas, da mesma forma que havia ocorrido com o caso francês anos atrás, transformava-se num empreendimento cimentado por

⁴³¹ Ernesto Cruz, por exemplo, reforça o aspecto meramente diplomático ou contra-diplomático da expedição: "A conquista do Pará e do Amazonas, levando os portugueses para além dos marcos fixados, havia de alarmar os espanhóis, provocando a intervenção do Conselho das Índias e o conseqüente Tratado de Madrid". Ernesto Cruz. "O Pará dos séculos XVII e XVIII". In: *Anais do IV Congresso de História Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 3, 1950, p. 13.

⁴³² A jornada de Pedro Teixeira é comumente considerada pela historiografia como uma espécie de Bandeira nobre, que teria objetivos supostamente menos predatórios que as que eram praticadas nas partes do sudeste do Brasil. Segundo Jorge Hurley, por exemplo, a "Bandeira" maranhense teria sido: "a maior que o Brasil possui na história, porque não visou a caçada do nosso aborígene, como as bandeiras paulistas que penetraram os sertões para escravizar e ensanguentar os selvagens...". Jorge Hurley. *Noções de História do Brasil e do Pará*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (separata do vol. XI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará), 1938, p. 353.

interesses pessoais e rivalidades diversas. Essa política agressiva por parte de alguns moradores se traduzia no fortalecimento do contingente militar que, em alguns casos, era transformado em exército particular. Os bastidores da grande jornada de Pedro Teixeira de Belém à Quito nos dá um bom exemplo da relação entre o reconhecimento da novas rotas do Amazonas e a expansão dos poderes de certos grupos políticos no Maranhão.

A viagem foi ordenada, alguns dizem pelo rei castelhano, logo após o motim liderado por Jácome Raimundo de Noronha que, por um breve período, havia ameaçado a hegemonia da casa dos Albuquerque Coelho no Maranhão. Por conta do momento turbulento em que ocorreu, com ameaças interna e externa, a jornada de Pedro Teixeira ganhou interpretações variadas. Para explicá-la, ora se leva em consideração o contexto internacional da distribuição das forças, ora se considera a expedição como um ato unilateral de Noronha, numa tentativa de atenuar a sua delicada posição.⁴³³

Esse período é marcado no Maranhão pela rivalidade entre dois principais grupos políticos: a família Albuquerque Coelho e os Maciel Parente, liderados por Bento Maciel, sem dúvida o mais polêmico dos militares envolvido nas guerras holandesas no Maranhão. Apesar de ser essa a disputa a mais bem caracterizada, outros tantos agentes participavam desse confronto principal, sempre posicionando-se de acordo com certas vantagens garantidas por um e outro grupo. Assim, encontramos de ambos os lados, de acordo com o momento específico, a câmara, os missionários jesuítas ou franciscanos, e os variados grupos indígenas. Todos

⁴³³ O cronista Berredo considera a jornada de Teixeira como uma tentativa de redenção, de compensação por parte de Noronha que, com serviços preciosos, tentava aliviar o agravo da tomada à força do poder. Noronha, na palavras de Berredo, não deixava de merecer o cargo, por suas qualidades e pela nobreza de seu sangue, entretanto “tinha entrado nele com mais escândalo do que glória, desejava generosamente purificar-se daquela mancha, empenhando toda a grandeza de seu espírito nas ações heróicas”. Aqui estaria, segundo o cronista, sua motivação profunda. De fato, apesar de sua indulgência, Berredo aponta um rumo importante para a compreensão do acordo político que deu origem à jornada de 1637. Bernardo Pereira de Berredo. *Anais Históricos do Maranhão: em que se dá noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*. Rio de Janeiro: Alumar, p. 172.

preparados para repelir o invasor herege e traidor, mas também prontos para participar dessa outra guerra local, mais silenciosa e diuturna.

A jornada de Pedro Teixeira à Quito foi mais que uma simples aventura ou desejo de imitar aos castelhanos que tinham feito o percurso com um número parco de soldados, alguns poucos missionários (dois frades franciscanos: frei Domingos de Brieba e frei André de Toledo), todos liderados pelo capitão castelhano Juan de Palacios. O próprio Palacios, aliás, imitava um século depois o feito de seu conterrâneo Francisco de Orellana, e de outros espanhóis que já haviam se aventurado pela bacia amazônica no século XVI. É certo, entretanto, que a rivalidade entre as duas faces da Coroa ibérica tinha seu lugar nessa aventura. Tanto Pedro Teixeira quanto o governador Raimundo Jácome de Noronha não estavam alheios aos últimos acontecimentos do outro lado do Atlântico, assim como não passaram incólumes pelo ocorrido, há pouco tempo, na infeliz capitania do Ceará, tomada aos holandeses às vésperas da partida da grande expedição.

Noronha, sobretudo, era um militar bem informado. Apesar de alguns cronistas afirmarem que o empreendimento ocorria naquele momento específico por ordem expressa do rei Filipe,⁴³⁴ o que deflagrou a expedição foi menos o respeito às ordenações castelhanas do que os problemas internos sucessórios do governo do Maranhão.

A partida de Pedro Teixeira teria ocorrido aos 28 de outubro de 1637. Saiu das praias da cidade de Cametá, às margens do rio Tocantins, com uma armada formada por 70 soldados, 1.200 aliados indígenas, 47 canoas bem equipadas e alguns *línguas*. Dentre os *línguas* estava Bento Rodrigues de Oliveira, a quem Robert Southey, parafraseando o jesuíta Cristóvão D'Acunã, dizia falar tão bem a língua "tupí" que os

⁴³⁴ Assim escreve por exemplo o padre Bettendorf: "No fim do governo do governador Francisco Coelho de Carvalho, mandou El-Rei Dom Felipe (...) que se descobrisse o famoso rio das Amazonas desde o Pará até o Quito". João Felipe Bettendorf, SJ. *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão* [1698]. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 50.

índios acreditavam que lhes “sabia ler o pensamento”.⁴³⁵ De modo geral, esses tradutores brancos possuíam um considerável *status* também nas expedições pelo interior da bacia amazônica e demais rios do Maranhão. Eram igualmente importantes na obtenção de informações seguras acerca da presença estrangeira, e sobre as melhores rotas a serem seguidas, sempre tão incertas. No mais, muitos portugueses – lembrando as desagradáveis circunstâncias da invasão francesa de 1614 – acreditavam que pela frequência com que os holandeses andavam pelas terras do Pará, já as tinham como muito familiar, obtendo com o tempo mais aliados indígenas. O *língua* branco passou a ser, a partir de então, um indivíduo de grande importância para a negociação política.⁴³⁶

Teixeira, sem dúvida, aprendera com as dificuldades da armada do capitão Palacios, nutrindo a sua própria com todos os gêneros e instrumentos que havia faltado naquela, de modo a reduzir ao máximo uma viagem que tinha o perigo quase como uma das suas poucas certezas. Os outros oficiais que integravam a jornada eram: o sargento-mor Filipe de Matos Cotrim, os capitães Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu, todos homens da confiança do governador e do capitão Teixeira, esse último a frente da expedição com poderes de governador-geral.⁴³⁷

É certo que uma das primeiras consequências práticas dessa expedição foi o alargamento da linha norte do Tratado de Tordesilhas. Esse é um aspecto citado à exaustão nos trabalhos que tratam da jornada. Da fato, algumas vezes, é o aspecto contra-diplomático o único referido pelos autores.⁴³⁸ Ainda hoje, a expedição de Pedro Teixeira é tomada por parte da historiografia como o melhor exemplo da atitude conquistadora portuguesa na área do vale do Amazonas, em franca oposição a uma suposta letargia espanhola. A jornada de conquista de Pedro Teixeira ganharia um lugar destacado na memória da ocupação luso-portuguesa, ilustrando um pretenso

⁴³⁵ Robert Southey. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2º tomo, 1862, p. 425. Christovão D’Acuña. “Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas”. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico, e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVIII (1865) [1641], p. 178.

⁴³⁶ João Felipe Bettendorf, SJ. *Op. cit.*, pp. 50-1.

⁴³⁷ Bernardo Pereira de Berredo. *Anais Históricos do Estado Maranhão...*, p. 173.

⁴³⁸ Por exemplo: Ernesto Cruz. *Op. cit.*, p. 13.

espírito aventureiro ainda não ausente da têmpera portuguesa séculos após a época dos grandes descobrimentos.⁴³⁹

Mas existem aspectos dessa história pouco divulgados, muito embora alguns dos mais importantes documentos já estejam há muito tempo disponíveis.⁴⁴⁰ É necessário, antes de mais nada, falarmos um pouco mais sobre o momento específico em que a jornada ocorreu.

Em primeiro lugar, o período entre 1630 e 1640 é o momento em que as revoltas populares em Portugal começavam a anunciar a derrocada da união das duas Coroas ibéricas.⁴⁴¹ A possível queda do modelo filipino não era algo descartado no mundo ultramarino já em 1637. A idéia de que o governo central pudesse repentinamente mudar de mãos, aliava-se aos boatos de uma invasão em grande escala das forças holandesas aos demais domínios lusos. Uma conjuntura de apreensão para muitos, mas alguns conseguiam ver vantagens na situação. O governador Jácome Raimundo de Noronha tinha a sua incômoda posição favorecida pelas incertezas que vinham do reino.⁴⁴²

A jornada de Pedro Teixeira despertou bastante desconfiança entre as autoridades castelhanas do Peru. Em carta enviada ao rei Filipe, Alonso Perez Salazar,

⁴³⁹ Essa é a posição de Lucinda Saragoça. *Da feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa/Santarém: Cosmos/Câmara Municipal de Santarém, 2000.

⁴⁴⁰ Jaime Cortesão, comparando as várias versões clássicas (tanto portuguesas quanto os povos de língua castelhana), nos apresenta um quadro diverso das motivações da viagem. Ver: Jaime Cortesão. "O Significado da Expedição de Pedro Teixeira, à luz de novos documentos". In: *Anais do IV Congresso de História Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 3, 1950, pp. 173-204.

⁴⁴¹ Sobre as revoltas populares contrárias à carga tributária filipina, ver: António de Oliveira. *Poder e Posição Política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, pp. 161-225.

⁴⁴² É bom ter em mente que a posição, mais tarde confirmada, do rei restaurador, o duque de Bragança, não será paradoxalmente melhor – do ponto de vista da intervenção dos poderes do centro – do que havia sido a posição do rei castelhano. Pois, se esse tinha o incômodo fato de ser estrangeiro, tendo em toda a administração o cuidado de não molestar os poderes já constituídos, aquele novo rei tinha contra si o fato de ser um soberano construído a partir da união de forças políticas variadas, com o qual firmava compromisso. Os poderes locais, em um e outro caso, ganhavam por motivos diferentes o mesmo *status*, e a mesma legitimidade segundo a fórmula administrativa portuguesa. O cálculo político de Noronha, no motim que lhe garantiu o governo do Estado, não desprezava certamente essa lógica.

presidente da Audiência de Quito, demonstrava o receio do lado espanhol com a façanha portuguesa de subir o Amazonas: “ningun inconveniente puede ser mayor”, escreve Salazar: “que dejar esta puerta abierta a los de la Corona de Portugal”.⁴⁴³ Salazar parecia compartilhar das mesmas incertezas que o próprio Noronha demonstrava em relação ao futuro da União das Coroas. De fato, parece verossímil que as notícias das revoltas populares em Portugal tenham chegado sem demora ao reino do Peru.⁴⁴⁴ Da mesma forma, essas notícias e boatos chegavam, sem muitas dificuldades, ao conhecimento de portugueses bem informados, e bem articulados com Reino. Tal era o caso de Jácome Raimundo de Noronha.

O projeto político da União Ibérica resistiu todos esses anos exatamente em função da debilidade intervencionista espanhola. Os poderes locais constituídos estavam quase alheios a qualquer intervenção grave da política castelhana em assuntos relevantes.⁴⁴⁵ Muito embora esses homens estivessem formalmente na condição de vassalos de um mesmo rei, com todas os respeitos devidos a tão nobre posto, essa situação era para muitos temporária, não anulava de modo algum a velha concorrência luso-espanhola. Por isso, não é de se estranhar que nas cartas enviadas ao

⁴⁴³ Carta del Presidente de Quito Don Afonso Perez de Salazar, en que dá quenta de la entrada de los portugueses, por el rio Napo a la gobernación de los Quijos. Quito, 18 de novembro de 1638. Biblioteca da Ajuda, códice 51-V-41, fls. 1-4 *Apud* Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], p 305.

⁴⁴⁴ Parece pouco provável o sentido de cooperação entre castelhanos e portugueses descrito por Lucinda Saragoça, a partir de fontes secundárias: “A entrada em Quito foi solene. Pedro Teixeira foi muito aplaudido e cumprimentado, assim como os seus companheiros (...) enquanto decorriam as manifestações de regozijo e alegria foi enviado um emissário ao vice-rei, conde de Chinchon, que lhe deu conhecimento do grande feito dos portugueses”. Saragoça. *Op. cit.*, pp. 76-7.

⁴⁴⁵ Michele Olivari ressalta que essa: “modalidade de anexação havia inegavelmente assinalado um precedente concreto à concessão de poderes indiretos”, de modo que a única forma de domínio “possível naquelas circunstâncias era aquele mediado pela autonomia”. Michele Olivari. *Op. cit.*, p. 391. O clássico de Eulália Lobo enfatiza também essa dificuldade primordial de submeter as conquistas portuguesas na América a um controle burocrático-político mais rígido. A Espanha, escreve a autora: “não estava em condições de inverter os capitais necessários para uma centralização efetiva do Brasil, nem seria capaz de arcar com as possíveis revoltas das câmaras ou capitães-mores em face de semelhante conduta. Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Administração Colonial Luso-Espanhola nas Américas*. Rio de Janeiro: Companhia de Artes Gráficas, 1952, p. 246. Sobre o impacto da União das Coroas no Estado do Brasil ver também: Roseli Santaella Stella. *O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes (1580-1640)*. São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2000.

rei, Salazar sempre tenha demonstrado mais preocupações do que entusiasmo pela a idéia de poder definir de uma vez os limites entre as duas partes do Império.

Os castelhanos contestavam, entre outras coisas, o título de “conquistadores do rio das Amazonas” que agora era reclamado pelos navegadores portugueses. Nessa situação específica, a ameaça holandesa não era tão mais deletéria que a presença luso-maranhense. Segundo ainda o presidente castelhano Salazar, aos portugueses não se deve permitir que povoem tão vastas terras “auque que sea para con nonbre de Fuerte, contra los holandeses”. Não obstante as possíveis facilidades bélicas de tal cooperação (a pretexto de se construir um Forte), estava claro que para o futuro a proteção dessas terras deveria ser realizada por: “españoles y hijos de españoles”, com o auxílio indispensável de índios aliados, e sem portugueses em quantidade.⁴⁴⁶

Os documentos que falam sobre a expedição de conquista do Amazonas ocidental são preciosos testemunhos acerca do estatuto que ganhou a união ibérica no âmbito do poder local. O próprio Pedro Teixeira expôs ao Presidente da Audiência de Quito os fundamentos da jornada, e o que encontrou de importante naquele rio “São Francisco”, um dos nomes peruanos do Amazonas. A estratégia narrativa do conquistador, como não poderia ser diferente, não desconsiderou jamais a condição do rei Filipe como rei legítimo de Portugal e, nesse sentido, demonstrando em relação aos oficiais castelhanos um certo sentido de cooperação. Por outro lado, não deixou Pedro Teixeira de, apoiado na tópica do perigo estrangeiro, tentar obter vantagens em relação aos seus co-vassalos. A carta, datada de 2 de janeiro de 1639, começa apresentando a um desconfiado Alonso Salazar, os domínios del-rei Filipe na parte oriental do Amazonas e da necessidade de se ampliar a capacidade portuguesa de proteção dessa fronteira. O Maranhão é apresentado como lugar de infinitas águas, muitas ilhas e principalmente uma terra repleta de diferentes nações, das quais algumas de “gente mui heranada con los estrangeiros”, que se mostravam grandes soldados quando em “defesa de sus compadres”. O gentio do Maranhão, segundo essa estratégia, é apresentado como um guerreiro letal, sobretudo os tupinambás: “esta

⁴⁴⁶ “Carta del Presidente de Quito D. Alonso Perez de Salazar...” *Apud* Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], p. 306.

nación de gente mui feroz, carnícera, y [que] no hay nunca querido conocer sugestión...".⁴⁴⁷

Seguindo o caminho aberto por Jaime Cortesão, anos atrás, seria lícito pensar que a jornada de Pedro Teixeira tenha sido um pedido de clemência não ao Conselho das Índias de Espanha, pois ele sabia que desse órgão não ganharia o perdão, mas ao próprio "Conselho de Portugal".⁴⁴⁸ Em primeiro lugar, é desnecessário dizer que o próprio Noronha sabia de sua condição ilícita de governador do Maranhão. Em segundo lugar, o governador tinha, para seus atos, o apoio de importantes membros da política local que certamente perderiam muito com a sua derrocada. As atitudes de Noronha, quer na tomada do poder, quer na manutenção do cargo, e mesmo na organização da jornada a Quito nunca foram procedimentos isolados. Essa idéia de que a jornada não teria tido o apoio dos poderes locais do Estado é uma interpretação quase passivamente aceita pela historiografia clássica a partir do relato primordial de Berredo, e da crônica do padre Cristóvão de Acuña, da qual falaremos mais adiante.

Noronha buscava sim legitimidade, mas a questão da viagem a Quito não se restringia a essa esfera. Noronha, como dissemos, não tinha "parcialidades" só no Maranhão, mas também na própria Corte. Nela, podia contar com o apoio de parentes do porte de D. Luis de Noronha, seu irmão, que era membro do Conselho de Estado de Portugal. Como revela Cortesão, a família Noronha participava, dentre outras, das conspirações palacianas que intentavam devolver a posse da Coroa a um português. Alguns parentes seus eram amigos do próprio Duque de Bragança, obtendo depois benesses por sua lealdade.⁴⁴⁹ Dessa forma, Noronha parecia tentar antecipar os próximos passos de uma união que já estava há muito combatida. O problema dos limites entre os dois reinos não parecia tão incômodo. Na possibilidade da separação

⁴⁴⁷ "Relación del General Pedro Tejeira del rio delas Amazonas para el S.^{or} Presidente". São Francisco de Quito, 2 de janeiro de 1639. In: Jaime Cortesão. *Op.cit.*, p. [saragoça, pp. 309-10).

⁴⁴⁸ Evidentemente, isso não significa dizer que a expedição teve, tal qual escreve Cortesão: "um caráter eminentemente político, nacionalista e talvez pré-revolucionário". Jaime Cortesão. *Op. cit.*, p. 188.

⁴⁴⁹ Jaime Cortesão. *Op. cit.*, p. 181.

entre castelhanos e portugueses, esses desconhecidos limites entrariam certamente num perigoso litígio.

Na verdade, a jornada de Pedro Teixeira atendia também a uma necessidade política local do governador Jácome Raimundo. Há vestígios que apontam para um possível acordo entre os grupos que tiveram alguma responsabilidade na sucessão de Francisco Coelho de Carvalho, o velho. A expedição fora negociada com grupos que participaram do motim que havia impedido que os herdeiros políticos do ex-governador Francisco Coelho de Carvalho assumisse o posto. A jornada tinha fortes motivações comerciais, visando ainda a tão procurada rota que ligaria o comércio do Maranhão ao “vizinho” reino do Peru. De fato, a partir de testemunhos de época, a idéia de um “bandeirantismo” não escravista não tem muita razão de ser, segundo as circunstâncias próprias em que ocorria a expedição.

Muitos oficiais portugueses encontravam vantagens numa jornada pelo interior do rio Amazonas. Entre esses estava o capitão João Pereira, navegador experiente, que tentava convencer Sua Majestade ainda em meados de 1637 sobre os lucros comerciais da expedição. Segundo Pereira, além da possibilidade de se “baixar a prata do Peru por este rio”, existia também a vantagem de se poder: “meter nele cópia de negros”.⁴⁵⁰ O próprio Noronha alertava o rei sobre os grandes atributos comerciais da nova fase de domínio do interior do Amazonas.

Da mesma forma, segundo o governador Noronha, das terras que estavam ainda como fronteira, nos limites entre as duas partes do Império, se poderia produzir mais açúcar do que “até agora se tirou de todas as mais terras”. Por isso, esses seriam locais visados por piratas holandeses que já há muito sabiam de suas qualidades, e esperavam o melhor momento para tirar de Portugal a graça de tê-las sob sua insígnia. De modo geral, o domínio dessa fronteira era tido pelos aliados de Noronha como inadiável, do ponto de vista da estratégia de defesa contra o assalto holandês ao mundo ibérico. Tomar essa parte do Novo Mundo seria remediar o grande inconveniente de ter um imenso vazio político, econômico e cristão, entre Espanha e

⁴⁵⁰ “Carta de João Pereira de Cáceres ao rei. Forte do Gurupá, 2 de março de 1637”. *ABNRJ*, vol. 26, p. 427.

Portugal. Esses argumentos ganhavam espaço no período logo anterior à partida de Pedro Teixeira. Escrevendo ao rei em defesa desse projeto, Noronha abusou de umas das tópicas mais eficientes em momentos como aquele, a da ameaça estrangeira, aliada a velha estratégia de se posicionar como *autoritas*, aquele que detém conhecimento de causa sobre as circunstâncias relatadas:

“E para que Vossa Majestade entenda de quanta importância lhe é ter estas Conquistas defendidas de seus inimigos, direi o que entendo, conforme a experiência que destas partes tenho. Primeiramente, sendo o que Deus não permita, que o inimigo senhoreie o Maranhão e o Pará, não fica sendo só a perda destas duas capitânias, mas entendo que se arrisca a perder-se a América, porque ficam no coração dela e senhores dos mais admiráveis rios, [e] navegações que no mundo se sabem...”⁴⁵¹

Noronha mostrava assim que pela proximidade e pelo vazio de poder entre as duas partes do Império, a conquista dessa fronteira não era um problema de espanhóis ou de portugueses, senão de todo o Império. Mas, o leitor já sabe: a idéia de vincular o comércio maranhense à economia peruana não é original. Nem os motivos alegados pelas autoridades do Maranhão constituíam alguma novidade, como vimos no capítulo 1. Entretanto, no cálculo político de Noronha, os velhos argumentos tinham novo poder de persuasão quando redimensionados num contexto de crise. No mais, casos como Pernambuco, Rio Grande, Paraíba, e o próprio Ceará materializavam o perigo, e mostravam que os novos invasores não deviam ser subestimados. De novo, as reiteradas propostas de Noronha e do grupo que tomou o poder no Maranhão em 1637, invalidam a idéia de que a expedição de Pedro Teixeira teria sido um ato isolado de um governante ilegítimo, em busca de uma glória qualquer que pudesse atenuar o peso incômodo do ato ilícito.

⁴⁵¹ “Relação de Jacome Raymundo de Noronha, sobre as cousas pertencentes à conservação, e aumento do Estado do Maranhão”. 1637. *ABNRJ*, vol. 26, p. 438.

A jornada já fazia parte de um amplo acordo entre os grupos discordantes do clã dos Albuquerque no Maranhão. O próprio Bento Maciel Parente, grande opositor dos Albuquerque Coelho, preservou a memória da expedição, admitindo ter sido ela fundamental, tendo em vista as circunstâncias políticas da época. Se de um lado, os índios dos rios tributários do Amazonas estavam “mais alienados aos holandeses que a nós [portugueses]”, de outro modo, os ganhos com as *encomiendas* resolveriam alguns problemas internos das capitanias do Maranhão. Os soldados, conclui Parente, estavam de “mau humor” por faltarem os pagamentos devidos. Na intenção de “remediar em parte a falta de pagamentos, me pedirão [que] lhes dessem índios em administração, encomendados de que vivessem”. Nada disso seria possível sem a iniciativa pioneira de Jácome Raimundo de Noronha e Pedro Teixeira. Em reconhecimento a importância da expedição, Bento Maciel entregava a Pedro Teixeira a administração de 300 casais de índios, sob o alegado regime de “encomenda”.⁴⁵²

Inimigos na fronteira: o relato de Christobál de Acuña.

Do outro lado do rio, a história era contada a partir de um ângulo diferente, embora tivesse os mesmos personagens. Uma Consulta do Conselho das Índias, escrita ainda em janeiro de 1640, expõe as preocupações dos oficiais castelhanos. Segundo o documento, o governador de “Caracas” havia enviado uma carta ao rei, em 1639, informando que os portugueses que fizeram a conhecida viagem de subida do Amazonas “vendem e tienen por escravos, publicamente a los Índios” de sua província, e que com esse propósito fizeram a tal jornada às terras castelhanas. O mesmo documento sugere que, em função dos propósitos pouco nobres do empreendimento português, os oficiais castelhanos não queriam permitir que a armada de Pedro Teixeira “volvesse a bajar por donde avia subido”. E acrescenta, ainda, que só lhes foi permitido o retorno ao Pará após “barios acuerdos”, e sob a

⁴⁵² “Provisão de Bento Maciel Parente, governador-geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em nome de D. João VI [?] dá ao capitão Pedro Teixeira trezentos casais de índios de administração”. São Luis, 29 de janeiro de 1640. *Instituto da Biblioteca Nacional do Livro*, códice 7627, fols. 133-34. Saragoça. *Op. cit.*, [Apêndice Documental], pp. 319-320 respectivamente.

condição de que levassem consigo dois jesuítas, responsáveis por fazer uma crônica da expedição.

Os conselheiros espanhóis não deixavam de enfatizar que a jornada do capitão Teixeira, ordenada por aquele ilegítimo governador do Maranhão, abria um precedente perigoso: “abre puerta franca para subir [o rio] assim los portugueses como los enemigos de esta corona”. Pelas razões apontadas, os conselheiros pediam ao rei Filipe, quase desconsiderando a sua condição de rei de Portugal – compreensível pelos boatos da conspiração que chegavam da Europa - que barrasse o ímpeto expansionista luso. Pediam, por fim, que o rei tratasse de meios eficazes para que

“los portugueses, salgan de las Índias de Castilla, por graves raciones, que a ellos obliga, y que desde el principio de su descubrimiento por infinitas zedulas estan dados y declarados por estraños e prohibidos de pasar a ellas y de su comercio, contratación, lo qual se ha ejecutado tan mal, que casi son los que mas las avitan, disfrutan y fruecuentan, siendo así que en sus provincias de la India Oriental, non se hallara, quien permita nellos un castellano (...)”.

De modo geral, o sentido de co-vassalos, requerido estrategicamente nos documentos portugueses, não ganhou, de forma alguma, lugar destacado na avaliação que o Conselho espanhol fez da situação. Aos castelhanos parecia claro que deixar o enorme território entre o Maranhão e o Peru em situação de *fronteira* - isto é, como vazio político e lugar sem domínio cristão era menos perigoso que permitir a navegação portuguesa por aquele território. Se eles mal conseguiam proteger os seus potentados em outras partes do ultramar, argumentavam os castelhanos, com que razão pretendiam ocupar militarmente as terras de Espanha?⁴⁵³

⁴⁵³ “Consulta de el Consejo de Índias azerca de la entrada que hizo el capitan pedro Tejeira, por el Rio de Amazonas, al Peru”. Madrid, 28 de janeiro de 1640. Biblioteca da Ajuda, Mss., livro 51-IX-28, fol. 25. In: Jaime Cortesão. *Op. cit.*, pp. 201-204, respectivamente. [Saragoça, p. 320].

Na viagem de retorno, Pedro Teixeira trouxe algumas novidades. Tinha negociado, tal como vimos, a ida dos padres mercedários ao Maranhão, dando início ao primeiro apostolado da Ordem castelhana na América portuguesa; e trouxe ainda com o beneplácito do próprio rei, dois padres da Companhia de Jesus embarcados na condição de cronistas oficiais da jornada. Eram eles: Cristóvão D'Acuña e André D'Artieda, os quais deveriam ter, segundo as recomendações de D. Filipe "particular cuidado de descrever com a maior clareza, que vos for possível a distância em léguas, as províncias, as povoações de índios, dos rios, e paragens" entre Quito e a capitania do Pará. O relato, escrito na verdade por Cristóvão D'Acuña, o cronista titular da empreitada, acrescenta informações importantes acerca dos ganhos da viagem de Teixeira, desde a sua origem no Pará em 1637.

Devemos ter em mente, antes de tudo, que a crônica de Acuña foi construída segundo as demandas da época, com limites e objetivos próprios aos formatos epistolográficos da Companhia. Portanto, não nos parece possível entender o *Novo Descobrimento* como relato representativo da postura castelhana em relação as jornadas portuguesas. Da mesma forma, o relato está longe de constituir impressões pessoais de um padre naturalista. O texto é construído de modo a oferecer a um coletivo maior experiências que pareçam semelhantes a outras vivências apostólicas no seio da Companhia. Não obstante, Acuña afirma ter dado ao texto um caráter tão "exato" a ponto de pretender não dizer coisa alguma que com testemunhas não possa "atestar". Logo na dedicatória ao Duque de Olivares, o padre Acuña expõe o alcance coletivo do texto que vai a seguir, oferecendo para a conversão dos índios daquelas partes não só os serviços de sua pessoa, mas o de "muitas outras de minha religião".⁴⁵⁴

Boa parte da crônica é ocupada com relatos acerca dos costumes, da diversidade e das idolatrias das nações indígenas encontradas ao longo do percurso. Índios que eram facilmente persuadidos de que "não eram os seus deuses os mais poderosos da terra", quase rogando para que lhes fosse apresentado "outro maior, a quem obedecer". Providos de grande curiosidade, ansiosos por abandonar as suas

⁴⁵⁴ D'Acuña. *Novo descobrimento...*, p. 183.

“idolatrias”, e conhecer esse poderoso Deus da gente branca, “verdadeiro criador dos céus e da terra”, segundo escreve Acuña.⁴⁵⁵

Os dois jesuítas espanhóis têm claros interesses no Maranhão. Por isso, uma tópica bastante recorrente em todo o *Novo descobrimento* é o da riqueza da terra, através do qual tentam demonstrar a importância da ocupação dessa fronteira e de sua proteção contra o assédio holandês. Nesse ponto da crônica, o açúcar, produto que aparece com frequência nos relatos jesuíticos do período, volta a dar o ar de sua graça.⁴⁵⁶ Da mesma forma, multiplicam-se as referências às possíveis minas de prata e de ouro ao longo do rio.

As grandes autoridades portuguesas envolvidas no projeto são, num primeiro momento, lembradas pelo zelo com a *Res Publica*, sobretudo o próprio governador Jácome Raimundo de Noronha que, segundo Acuña, fora eleito: “mais pela Divina Providencia do que pela voz do povo”.⁴⁵⁷ Estas considerações soavam reconfortantes, em razão das circunstâncias particulares da tomada do poder no Maranhão.

A questão do cativo de índios é, como não poderia deixar de ser, um dado importante na estratégia narrativa do *Novo Descobrimento*. Embora seja uma das matérias preferidas no discurso de muitas autoridades castelhanas que contestavam os objetivos da jornada, o tema da escravidão não é claramente anunciado na maior parte da narrativa. Ela aparece com maior destaque em dois momentos principais. Esses dois episódios foram considerados por Acuña como momentos de “revelação”, em que o verdadeiro propósito dos portugueses se anunciava. O primeiro deles ocorre quando a armada chega finalmente à boca do rio Negro. A decisão dos portugueses

⁴⁵⁵ D’Acuña. *Novo descobrimento...*, pp. 208 e 210 respectivamente.

⁴⁵⁶ De fato, Acuña propõe ao rei castelhano a possibilidade de se utilizar a alegada fertilidade da bacia amazônica para a produção em larga escala do açúcar. Segundo escreve ao rei: “na minha opinião, o que mais se deve cultivar neste rio é o açúcar”, por ser o produto mais “nobre, mais proveitoso, mais certo, e de maiores rendimentos para a fazenda real”. D’Acuña. “Novo descobrimento...”, p. 199. Sobre a importância do açúcar nos projetos apostólicos jesuítas, ver: Charlotte de Castelnau-L’Estoile e Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. “Une Mission Glorieuse et Profitable”. *Réforme Missionnaire et Économie sucrière dans la Province Jésuite du Brésil au début du XVII^e Siècle*. In: Blay, Michel & Brian, Éric (Dir.). *Les Jésuites dans le monde moderne. Nouvelles approches*. In: *Revue de Synthèse*. N^{os} 2-3 (abril-Setembro, 1999), pp. 335-358.

⁴⁵⁷ D’Acuña. “Novo descobrimento...”, p. 176.

em cativar índios pelo caminho é apresentada como coisa não previamente planejada. Foi quase uma decisão de última hora. Decisão temerária, por estarem já à “porta de suas casas”. A entrada daquele rio, que cultivava alguma fama de ser boa paragem para cativar naturais - pela grande quantidade em que eram sempre encontrados - atraía soldados desejosos de obter recompensas pelos meses de sacrifício e pelas perdas materiais que havia acumulado durante a jornada. Esse primeiro impulso é, com alguma tensão, superado. Sob o argumento de que a viagem até o Negro demandaria muito tempo e acrescentaria imprevistos a uma jornada já tão cheia deles, os padres conseguem dissuadir a esquadra. Como um retorno da consciência, o capitão Pedro Teixeira, “reconhecendo a força dessas razões, mandou imediatamente serrar as velas”.⁴⁵⁸

O segundo momento é de menos entendimento entre as partes. Nesse ponto, os jesuítas utilizam-se de um argumento caro a muitos textos dessa natureza, explorando a idéia de que as autoridades laicas não eram capacitadas para lidar com o gentio. Não tanto por não saberem suas línguas, pois nesse caso específico a jornada dispunha de bons tradutores portugueses, mas pela ganância que insiste em acompanhar os portugueses, segundo Acuña. Trata-se da narrativa de uma guerra empreendida contra a nação Tapajó nas terras banhadas pelo rio do mesmo nome, e governadas por Bento Maciel Parente, não o próprio, mas o seu filho. Acuña, entendendo essa triste situação ainda como a parte amarga da divina guerra contra o herege, concluía: “E se não fossem os serviços que prestam ambas as Majestades, divina e humana, resistindo com galhardia ao inimigo holandês, que várias vezes invadiu aquelas terras, já o nosso Senhor a teria ocupada”.⁴⁵⁹

Qualquer leitura que se pretenda verossímil sobre o *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas* deve levar em consideração o fato de ser este um texto construído, na sua essência, durante a crise final da União das Coroas, e publicado logo após a assunção a de D. João IV. Os rumos tomados pelo poder central, ganhava

⁴⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 236.

⁴⁵⁹ *Idem, ibidem*, p.

ecos nas escolhas narrativas do padre Acuña.⁴⁶⁰ Em um outro texto, anexo ao *Novo Descobrimento*, que foi intitulado *Memorial Apresentado ao Real Conselho da Índias sobre o dito descobrimento depois da rebelião de Portugal*, esse enlace entre o temporal e o espiritual ganha cores menos sombreadas, quando justapostas propositalmente nos quadros da Restauração Bragantina. O texto traz algumas advertências ao rei Filipe, devidamente filtradas pelo Conselho das Índias, sobre o perigo de se perder esse “novo mundo” descoberto. O português rebelde é apresentado quase nos mesmos termos do invasor holandês. A Restauração Bragantina é apresentada, dessa forma, como ato de traição, não só contra Castela, mas contra a própria “cristandade”. Do Brasil chegavam informações de que esses mesmos portugueses estavam celebrando alianças com os batavos. Unidas na deslealdade, as duas nações tomariam facilmente as riquezas do Amazonas, por conhecerem bem as suas rotas. Por fim, o reino de Portugal era tão digno de confiança quanto qualquer outra “nação” contrária, seja nativa, seja européia. Segundo escreve o padre Acuña:

“se ocorresse que os portugueses junto à foz deste rio (já que tudo se pode presumir de sua pouca cristandade, e menor lealdade) quisessem, ajudados por algumas nações belicosas que têm sob seu jugo, penetrar rio acima até chegarem às regiões povoadas do Peru ou Novo Reino de Granada, e mesmo sendo verdade que em algumas partes encontrarão resistência, em muitas outras esta seria bem pequena, por atingir povoados com escassez de gente, e por fim pisarão naquelas terras vassalos desleais de Vossa Majestade, que em reinos tão distantes bastaria esse nome de desleais para causar gravíssimos danos. E

⁴⁶⁰ Estamos nos referindo aqui ao sentido próprio que tem a narrativa (*naratio*) na epistolografia jesuítica. A narrativa foi a parte mais importante e mais trabalhada dos tratados de epistolografia nos séculos XVI e XVII. Entretanto, narrar ganha um sentido diverso entre os padres da Companhia, que reconduziam sempre as histórias relatadas a certas tópicas de uso mais ou menos corrente entre todos os integrantes da Ordem: o martírio, o sacrifício, a ação da Providência, a necessidade de envolvimento com o mundo temporal. Sobre as escolhas narrativas dos padres da Companhia, é sempre bom ver: Alcir Pécora. “Cartas à Segunda Escolástica”. In: Adauto Novaes. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras/Minc. Funarte, 1999, pp. 372-414.

se aliados aos holandeses, como estão muitos no Brasil, tentassem semelhante atrevimento, já se vê a preocupação que poderiam dar...”.⁴⁶¹

O momento em que ocorre a expedição de Pedro Teixeira é precioso por muitos motivos. Em primeiro lugar, por ser o período da crise aguda da união das Coroas; em segundo lugar, por se tratar da fase em que o assalto holandês ao mundo ibérico começava a direcionar-se perigosamente para o extremo norte do Império. Não alheio a esse contexto ocorria um confronto entre poderes locais no Estado do Maranhão. Todo esse confuso e perigoso quadro internacional acabou por servir bem aos propósitos de certos grupos que no apagar das luzes não deixavam de ver vantagens no ambiente de incertezas em que estava mergulhado o Império.

Assim, a expedição de Pedro Teixeira, ao contrário do que boa parte da historiografia clássica aponta, não foi nem uma “bandeira nobre”, nem só uma jornada de descobrimento e demarcação de limites. Também não parece ter sido uma reação militar unilateral portuguesa contra a penetração dos flamengos pela Amazônia oriental. Não parece razoável, como não parecia aos contemporâneos de Jácome Raimundo de Noronha, que a melhor estratégia para a proteção da capitania do Pará fosse o deslocamento de um grande contingente militar para o interior da capitania, desprotegendo quase totalmente o delta, o único portal de acesso realmente conhecido. Parece verossímil discutir a jornada através do confronto daí resultante, entre portugueses e castelhanos. Cada uma das partes tinha interesses em jogo, que se posicionavam para muito além da situação de co-vassalal sugerida pela União ibérica.

Mas a conquista de Pedro Teixeira foi também um acerto de contas interno, um acordo entre antigos adversários políticos que tentavam manter o poder no Estado, negociando os ganhos dos cativos a serem praticados ao longo do percurso. Os responsáveis? Os participantes do motim que interrompeu o ciclo de governantes ligados à família Albuquerque Coelho. Envolvidos no empreendimento, estavam

⁴⁶¹ “Memorial Apresentado ao Real Conselho das Índias sobre o dito Descobrimento, depois da Rebelião de Portugal”. In: “oitava benefício”, pp. Respectivamente.

antigos desafetos como Bento Maciel Parente e Pedro Teixeira, os mesmos que estavam em lados opostos em 1617, na guerra de repressão ao grande motim tupinambá daquele ano.⁴⁶²

O corredor aberto - que às vezes chegava até a jurisdição de Quito - serviu, de fato, como zona de tráfico de índios durante a segunda metade do século, avançando perigosamente em território castelhano.⁴⁶³ Todo esse trânsito português pelo rio Orenoco, tal como aconteceu em todo o Amazonas, seguia os rumos das disputas locais, e dos interesses privados. Essa política local não desconsiderava jamais as referências externas, coisa improvável no mundo atlântico, mas com elas - por vezes, apesar delas - seguia com seus acordos tácitos.

⁴⁶² Ver capítulo primeiro.

⁴⁶³ A penetração ordinária dos "sertanistas" amazônicos na jurisdição castelhana foi, segundo Carvalho Franco, uma das conseqüências a curto e longo prazo da expedição de Pedro Teixeira. "avançando até a província de Mainos", segundo o autor: "em sucessivas expedições de extermínio e escravização". Francisco de Assis Carvalho Franco. "Pedro Teixeira". *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do Centenário da Cidade de São Paulo IV, 1957, pp. 413-14.

Epílogo.

Concluir é essa arte de retomar os temas tratados de modo a reunir, como na metáfora epistolar jesuítica, os corpos dispersos. No caso do trabalho que oferecemos ao julgamento do leitor, retomar os temas é, de fato, uma necessidade pela profusão em que aparecem, e pela própria complexidade da ligação entre eles. Dissemos, logo na “Introdução”, que este seria um trabalho sobre os limites entre a “devoção” às leis e o seu contumaz oposto: a “insubordinação”. É importante retomar essa perspectiva. Esses níveis muitas vezes se confundem quando falamos de um governo que, embora tenha de resolver questões locais, devia sempre reafirmar a todo momento sua insuspeita obediência a um rei que fisicamente estava ausente. Por mais grave que seja uma falta, um agravo, ou até mesmo um motim, os seus responsáveis jamais desconheciam a necessidade da submissão às leis, às regras do jogo político portanto. Os homens que viveram no Maranhão no período estudado tentavam reconhecer seus atos não como falta, mas como zelo demasiado pela *res publica*. Estava claro que a “conservação” das Conquistas, a manutenção do seu bom termo, era a máxima expressão da “vontade do rei”, muito embora essa mesma vontade soberana pudesse sofrer diversas interpretações de acordo com os interesses das autoridades locais.

Na prática, essa forma de governo, criada para dirigir seus negócios à distância, funcionava a partir de grandes concessões aos poderes locais constituídos, o que Nuno Monteiro chamou “sociabilidade local” é uma idéia fundamental aqui.⁴⁶⁴ A grande capacidade de demonstrar obediência, mesmo em momentos de aparente rebeldia, foi observada pelo próprio João Lúcio de Azevedo, a quem nos reportamos tantas vezes durante o trabalho. Azevedo, talvez o grande difusor da matriz interpretativa assentada na oposição inexorável entre missionários e moradores em função do trabalho indígena, tenha tido, ele mesmo, um momento de percepção destes tênues limites que separavam o obediente e o infrator nas Conquistas do Maranhão. O

⁴⁶⁴ Nuno Monteiro. “Os Conselhos e as Comunidades”. In: Manuel Hespanha (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 303.

mesmo autor que proclamou a “unânime hostilidade dos colonos” contra a Companhia de Jesus, em outro momento admitiu que na escola, no púlpito, e no confessionário, o português era “muitas vezes insubordinado, mas sempre devoto”. João Lucio queria dizer que, apesar dos conflitos entre os dois grupos, em função da presença maciça da religião em todos os setores da vida seiscentista, no Maranhão uma parte dos seus habitantes “ficaria em todas as circunstâncias, fiel [aos padres]”.⁴⁶⁵ O próprio autor, embora jamais tenha abandonado em tempo algum a idéia de uma incompatibilidade primordial entre moradores e missionários, não deixou de ver nessa relação algo mais que as eternas hostilidades em torno da mão-de-obra indígena.

O que procuramos enfatizar nessas poucas páginas é exatamente essa complexidade que não passou despercebida nem mesmo para João Lucio de Azevedo. A relação entre os diversos setores do poder local maranhense era plena de nuances muitas vezes pouco claras e de uma imprevisibilidade surpreendente. Não é difícil encontrar grupos e indivíduos de aparente intolerância mútua num momento que, logo em seguida, estão forjando alianças ou fazendo conchavos diversos. Essas redes de solidariedade seguiam mais os interesses imediatos, que uma lógica premeditada por grupos pretensamente homogêneos. Quando essa região do mundo passou a fazer parte desse imenso Império, e bem antes que a “vasta sombra” de Vieira reinasse soberana pelos temas maranhenses, os grupos laicos, religiosos e nativos já conspiravam incessantemente uns contra os outros, uns com os outros, e uns apesar dos outros. Os acordos e conflitos eram bem mais amplos, e os grupos bem mais heterogêneos do que a historiografia oitocentista, e mesmo atual, tem afirmado.

As possibilidades eram muitas e onde muitas vezes deveria haver aliança, encontramos o conflito; onde deveria haver turbulência, encontramos calma. Uma lição tiramos disso tudo, capaz de unificar os vários temas e sub-temas desse trabalho: a sociedade maranhense dos primeiros anos não pode ser definida apenas pelo binômio missionários - “colonos”. Em primeiro lugar, no interior desses grupos havia uma infinidade de sub-grupos com interesses e identidades distintas. Em segundo

⁴⁶⁵ João Lúcio de Azevedo. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, pp. 66 e 77.

lugar, a ênfase nessa luta simples porém inexorável desconsiderou a importância política dos grupos nativos na Conquista do Maranhão. Tupinambás, Nhengaíbas, Tabajaras, Carijos, entre outros, participavam desses acordos e desses conflitos, eram fiéis a uns, manipulavam outros, traíam e enganavam outros mais. As cartas de moradores e religiosos enfatizavam, a todo momento, a necessidade de reconhecer esses vários grupos, suas diferenças - que não eram poucas - e que podiam muito bem definir os rumos da Conquista, como no caso das guerras holandesas.

A negociação é outro elo permanente, presente em todos os momentos do trabalho. Tudo no Maranhão e Grão-Pará é negociado com os poderes locais e entre eles, segundo certas circunstâncias mais ou menos favoráveis à duração destes acordos. A própria criação do Estado fez parte de um grande acordo envolvendo famílias nobres luso-pernambucanas, em busca de oportunidades que o Brasil já não podia oferecer a todos. Assim, também a derrocada do apostolado franciscano foi uma das conseqüências da eficiente rede de alianças desenhada entre grandes autoridades laicas e os primeiros jesuítas, liderados por Luis Figueira. Da mesma forma, durante as “guerras brasílicas”, em que missionários, capitães renomados, e Principais indígenas negociavam o apoio bélico às áreas dominadas pelo batavo em troca de benesses, honras ou simplesmente ganhos financeiros e cargos. Até mesmo a celeberrima expedição de Pedro Teixeira pelo Amazonas, em 1637, era, antes de mais nada, parte de um acerto de contas local.

As escolhas políticas no Maranhão não se faziam sem levar em consideração o panorama internacional, atlântico na maior parte. Desse modo, as pretensões conquistadoras francesas, inglesas e irlandesas dos primeiros tempos; o assalto holandês ao mundo ibérico e a expansão norte do “Brasil holandês”; mais tarde, os problemas resultantes da Restauração bragantina – todas essas questões “externas” de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, circulavam pelo Império português, inundando também a paisagem maranhense. Autoridades laicas, como os membros da família Albuquerque Coelho, envolveram-se diretamente na guerra holandesa, deixando postos maranhenses para lutar na terra natal. Da mesma forma, outros moradores utilizaram esse clima geral de apreensão para obter vantagens

personais ou coletivas. Até mesmo os índios Principais ganharam vantagens, utilizando-se do medo da ameaça internacional para ganhar privilégios na aliança com portugueses ou com holandeses.

Na correspondência maranhense do período são recorrentes também a referência a situação de outros pontos do Império, comparando problemas locais às fórmulas utilizadas na Corte, no Brasil, na Ásia e, até mesmo, no vizinho reino do Peru. Sobretudo, as referências ao Peru são importantes para os habitantes do Maranhão. Na maior parte do período estudado vigorava a União Ibérica, e as comparações entre o Maranhão e os co-vassalos castelhanos foram, como vimos, inevitáveis. Tentativas de encontrar rotas de navegação entre o delta do rio Amazonas e os privilegiados portos andinos e caribenhos são exemplos desse interesse. As reiteradas propostas de administração do gentio, supostamente baseadas na já obsoleta *encomienda* castelhana tinham lugar cativo nas discussões entre autoridades religiosas e laicas, a exemplo do debate entre o frei Cristóvão de Lisboa e Bento Maciel Parente. A própria divisão do trabalho levou em conta esses enlaces entre o local e o global.

Por fim, o cenário que encontramos ao ler as cartas e demais documentos do Maranhão seiscentista é bem mais dinâmico, imprevisível, e repleto de temas variados e possibilidades, que aqueles encontrados pela perspectiva que privilegia o ponto de vista vieiriano. A partir de Antonio Vieira, da profusão de seus sermões e do vigor febril de suas cartas, a historiografia concentrou quase toda a atenção no problema dessa oposição irresistível entre moradores e jesuítas. Entretanto, como vimos, o número de variantes possíveis era bem maior, não raras vezes fugindo caprichosamente dos consagrados temas levantados pelo jesuíta.

Fontes e bibliografia.

1. Fontes Manuscritas.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos (documentos avulsos).

II- 32, 18 – Pareceres do Conselho de Portugal sobre o Estado do Maranhão, 1614-1648.

II-32, 18, 24 - Breve relacion de la Jornada de la conquista de Marañon, hecha por el capitan Manuel de Sousa Dessa. 9 de julho de 1615 [versão de 1905].

II-32, 19, 36 - Carta de D. Diogo de Menezes a S. M. dando seu parecer favorável sobre a necessidade de conquistar o Maranhão. Bahia, 1 de março de 1612 [versão de 1905?].

II-32,19,37 - Coleção de documentos pertencentes ao Conselho Ultramarino. Lisboa, 1646 [versão de 1899].

II-32, 19, 42 - Petição do cap. Simão Estácio da Silveira a S. M., sobre a vantagem da abertura de um caminho aproveitando um dos rios do Maranhão. BNRJ. 1626 [versão datilografada de 1913].

II-32,19,43 - Auto de diligências e perguntas que Jeronimo de Albuquerque Maranhão e Diogo de Campos Moreno mandaram fazer aos franceses. BNRJ. 1614 [versão fotostática].

II-32,19, 45 - Auto de diligências e perguntas que Jeronimo de Albuquerque Maranhão e Diogo de Campos Moreno mandaram fazer aos franceses. 1614.

II-32, 20, 34 - Relação sumaria das cousas do Maranhão.. Lisboa, 1624 [versão impressa sem data].

II-32, 13, 16 - Derrota del Rio de las Amazonas, dada por el capitan Manuel Sosa Dessa. 1615 [versão de 1905].

II-32, 13, 18 - Oficio del duque al presidente del consejo de indias acompañandole um papel donde se avisa que los holandeses pretenden poblar entre el Marañon y la Margarita y explicando el mapa de estas costas que dice acompaña. 1615 [versão de 1905].

II-32, 13, 22 - Avisos tocantes a la india occidental explican los progressos que olandeses, franceses e ingleses hacian en riberas del rio de las Amazonas. 1615 [versão de 1905].

II-32, 13, 23 - Cópias do auto de posse de Pedro Teixeira. 1639-1737 [versão em grafite].

II-32, 13, 24 - Memorial para conservar e aumentar la conquista y tieras del Marañon de Bento Maciel Parente. Setembro de 1623 [versão do Barão de Studart de 1907?].

II-32, 13, 27 - Carta de Felipe III sobre a conquista do Maranhão por Bento Maciel Parente. 13 de março de 1626 [versão do século XX].

II-32, 13, 28 - Sobre a devassa que se tirou na capitania do Pará, do capitão della Sebastião da Lucena de Azevedo. Agosto de 1648 [versão do século XX].

II-32, 13, 31 - Legalizacion del documento "Intento da jornada do Pará". 1618 [versão do século XX].

II-32, 13, 32 - Cartas y expedientes remetidos por este tribunal visto en el consejo desde el año 1610 a 1619 (Audiencia de Santo Domingos). Archivo general de Indias. [versão de 1907] - São 56 fls. sobre o capitão Martin Soares Moreno.

II-32, 13, 39 - Três documentos para a história do Pará. 1614-1636 [versão do século XX].

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Arquivo Histórico Ultramarino. Caixas do Pará: Caixa 1 (1616-1653) — Documentação microfilmada constante do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará.

Arquivo Histórico Ultramarino. Caixas do Maranhão: Caixa 1 (1616-1653) — Documentação microfilmada constante do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará.

Acervo de documentos doados pelo Prof. Ernesto Cruz ao Arquivo Público do Estado do Pará — séculos XVII e XVIII. (Cópias paleográficas e fotostáticas dos Manuscritos do AHU, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Biblioteca Nacional de Madrid).

2. Fontes Impressas.

Abbeville, Claude de. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão* [1614]. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

Acuña, Cristóbal de. *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas* [1641]. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

Albuquerque Coelho, Duarte de. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* [1654]. 1630-1638. Recife: Secretaria do Interior, 1941.

Anonymos of Bologna. *The Principles of Letter-Writing (Raciones dictandi)* [1135]. In: James J. Murphy. *Three Medieval Rhetorical Arts*. Berkley/Los Angeles/London: University of California Press, 1971, pp. 4-25.

Beozzo, José Oscar. *Leis e regimentos das missões*. São Paulo: Loyola, 1983.

Berredo, Bernardo Pereira de. *Anais Históricos do Maranhão: em que se dá noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*. Rio de Janeiro: Alumar.

Bettendorf, João Felipe, SJ. *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão* [1698]. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

Cartas tupis dos Camarões. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Nº 65, vol. XII (junho de 1905), pp. 281-305.

Carvajal, Gaspar de, OP. *Descubrimiento del rio de las amazonas segun la relación hasta ahora inedita*. Sevilla: Imprenta de E. Rasco, 1894.

Carvalho, Jacinto de, S.J. *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão* [primeira metade do século XVIII]. São Luis: ALUMAR, 1995.

Coleção de cartas e pareceres sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 26 (1904).

Correspondência do governador D. Diogo de Menezes (1608-1612). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 57 (1935), pp. 29-81.

- Covarrubias Orozco, Sebastián de. *Tesoro de la lengua Castellana o Española* [1611]. Editorial Castalia/Nueva Biblioteca de erudición y crítica, 1995.
- D'Evreux, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil feito nos anos de 1613 e 1614*. Maranhão, 1874
- Figueira, Luís, SJ. "Dificuldades da missão do Maranhão. Bahia, 26 de agosto de 1609". *Luiz Figueira, sua vida heróica e sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940. pp. 153-57.
- Figueira, Luís, SJ. "Missão que fez o Pe. Luís Figueira da Companhia de Jesus, superior da residência do Maranhão, indo ao Grão-Pará, Cametá e Gurupá, capitanias do rio das Almazonas no ano de 1636". *Ibidem, ibidem*, pp. 179-203.
- Figueira, Luís, SJ. "Relação da missão do Maranhão" [1608-1608]. *Idem, ibidem*, pp. 105-52.
- Fonseca, Bento, SJ. "Catalogo dos primeiros religiosos da companhia da vice-província do Maranhão com notícias históricas pelo jezuita Bento Fonseca" [c. 1750] *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 55 (1892), parte I, pp. 407-31.
- Lisboa, Frei Cristovão de. *História dos Animais e Árvores do Maranhão*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino/Centro de Estudos Ultramarinos, 1967.
- Livro Grosso do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional*, vols. 66 e 67 (1948).
- Loyola, San Ignacio de. *Obras*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1991.
- Moraes, José de, SJ. "História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará" [segunda metade do século XVIII]. In: Cândido Mendes de Almeida. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, cujo territorio comprehende hoje as Províncias do Maranhão, Piauíhy, Grão-Pará e Amazonas. Colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida*. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito & Braga, 1860, tomo primeiro.
- Moreau, Pierre & Baro, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao pais dos Tapuias* [1651]. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979.
- Moreno, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* [1612]. Recife: Arquivo Público Estadual/Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, 1955.

- Moreno, Martim Soares. "Martim Soares, capitão do ceará queixasse do g^{or} geral do Brasil não dar comprim.^{to} as provisões de Smg.^{de} sobre os soldados e gente daquele presidio e outros particulares". Lisboa, 10 de março de 1629. [documento referente às queixas da carta de 17 de outubro de 1628]. In: Peixoto, Afrânio. *Martim Soares Moreno: Fundador do Ceará, iniciador do Pará, herói da Restauração do Brasil, contra franceses e holandeses*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- Moreno, Martim Soares. "Relação do Ceará". In: *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, pp. 159-201.
- Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recompiladas Por Mandado Del-Rei D. Felipe O Primeiro*. Coimbra: Imprensa Universitária, duodecima edição segundo a nona, 1858.
- Regimento da Relação da Casa do Brasil. Lisboa, 7 de março de 1609. In: Mendonça, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972, pp. 385-99.
- Saragoça, Lucinda. "Apêndice documental (1615-1663)". In: *Da feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa/Santarém: Cosmos/Câmara Municipal de Santarém, 2000. pp. 219-482.
- Silveira, Simão Estácio da. *Relação Sumaria das cousas do Maranhão. Escripta pello Capitão Symão Estácio da Sylveira. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal [1624]*. Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 94 (1974). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- Studart, Barão de. *Documentos para a História de Martim Soares Moreno*. Fortaleza: Minerva/Assis Bezerra, 1905.
- Studart, Barão de. *Documentos para a história do Brasil e especialmente para a do Ceará*. Fortaleza: typ. Studart, 1904-1921, 4 vols.
- Uma assembleia de índios em Pernambuco no ano de 1645 (documento inédito). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Nº 79, vol. XV (1910), pp. 61-77.
- Vieira, Antônio, SJ. *Obras escolhidas* [prefácios e notas de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade]. Lisboa: Sá da Costa, 1954, 12 vols.

3. Bibliografia.

3.1. Obras de referência.

- Albuquerque, Luís de (dir). *Dicionário dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994, 2 vols.
- Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do Centenário da Cidade de São Paulo IV, 1957.
- Dicionário de Geografia do Brasil*. São Paulo: edições Melhoramentos, 2ª edição, 1976.
- Encyclopedia e Dictionário Internacional: organizado e dirigido com a colaboração de distintos homens de sciencia e de letras brasileiros e portugueses*. Lisboa/Rio de Janeiro/São Paulo/Londres/Paris/Nova York: W. M. Jackson, s.d.
- George, Pierre. *Diccionario Akal de Geografia*. Madrid: Akal Ediciones, 1991.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d.
- Lacoste, Yves (dir.). *Dictionnaire de Geopolitique*. Paris: Flammarion, 1993.
- Marques, Augusto César. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão [1870]*. São Luis: SUDEMA, 1970.
- Serrão, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d.

3.2. livros, artigos, teses.

- Abreu, Capistrano. "Prolegomenos ao Livro V". In: Salvador, Frei Vicente do, OFM. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª edição, 1931.
- Abreu, José Coelho de Gama e (Barão do Marajó). *As regiões amazônicas. Estudos chorographicos dos Estados do Gram-Pará e Amazonas*. Belém: Secult, 1992 [1895] - fac-símile da primeira edição.
- Adónias, Isa. *Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.
- Ago, Renata. "Una Giustizia Personalizzata: i tribunali civili di Roma nel XVII secolo". In: *Quaderni Storici*, 101, n. 2 (agosto 1999), pp. 389-412.

- Alden, Dauril. "El índio desechable en el Estado de Maranhão durante los siglos XVII y XVIII". *América Indígena*, vol. XLV, nº 2 (abril-junio, 1985).
- Alden, Dauril. *The making of a enterprise: the society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- Alencastro, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Almeida, Maria Regina Celestino de. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial: Novos Súditos Cristãos do Império Português*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- Almeida, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1997.
- Alunorte. *Belém do Pará*. São Paulo: Editora Hamburg, 1995.
- Azevedo, João Lúcio de. *Estudos de história paraense*. Belém: Tavares Cardoso, 1893.
- Azevedo, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. 2ª edição. Lisboa: Livraria Clássica, 1931, 2 vols.
- Azevedo, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.
- Azzi, Riolando. *A Cristandade Colonial: Um Projeto Autoritário. História do Pensamento Católico* vol. I. São Paulo: Paulinas, 1987.
- Baena, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará [1838]*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- Ballesteros y Beretta, Antonio (org.). *Historia de América y de los Pueblos Americanos*. Barcelona: Salvat Editores, 1952.
- Barata, Manuel. *Formação histórica do Pará (obras reunidas)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- Barroso, Antônio Emílio Vieira. *Marajó: Sobre a Grandiosa Ilha da Foz do Amazonas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1954.
- Barroso, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- Baud, Michiel & Van Schendel, Willem. "Toward a Comparative History of Borderlands". *Journal of World History*, vol. 8, nº 2 (1997), pp. 211-242.

- Bicalho, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro e na dinâmica Colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997.
- Blay, Michel & Brian, Éric (Dir.). *Les Jésuites dans le monde moderne. Nouvelles approches. Revue de Synthèse*. Nos 2-3 (abril-Setembro, 1999).
- Bolton, Herbert Eugene. "The mission as a frontier institution in the Spanish-American colonies". *The American Historical Review*, vol. 23, nº 1 (outubro, 1917), pp. 42-61.
- Bosi, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Boxer, Charles Ralph. *A Idade de Ouro no Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- Boxer, Charles Ralph. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- Boxer, Charles Ralph. *A Índia portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Edições 70, s/d,
- Boxer, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Lisboa: edições 70, s/d.
- Boxer, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- Boxer, Charles Ralph. *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento/Costa Cabral, 2ª edição, 1988.
- Brading, David A.. *Orbe indiano: De la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867*. México: F.C.E, 1992.
- Braudel, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983, vol. I.
- Braudel, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Buesco, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe: Discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- Cardim, Pedro. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- Cardoso, Alírio. "O manjar segundo o gosto": a tradição epistolográfica e os relatos do padre Luiz Figueira. Texto apresentado no II Encontro Norte de História, realizado na Universidade Federal do Pará entre os dias 19 e 22 de novembro de 2000.

- Cardoso, Alírio. "O Riso de Demócrito". In: Antônio Vieira. *As Lágrimas de Heráclito*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 159-203 [tradução do texto inédito do padre Girolamo Cattaneo (1620-1685), apêndice].
- Cardoso, Alírio. *Vasta Seara, muitos arados: os conflitos entre os capuchos de santo Antônio e a companhia de Jesus na Amazônia seiscentista*. Texto apresentado no XV Encontro Regional de História de São Paulo, realizado na USP entre os dias 04 a 08 de setembro de 2000.
- Carmen Bernard & Serge Gruzinski. *História do Novo Mundo: da descoberta à Conquista, uma experiência Européia (1492-1550)*. São Paulo: Edusp, 1997.
- Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Nobiliário Colonial: Fidalgos da Casa Real e cavaleiros das Ordens Militares com serviços prestados no Brasil, principalmente na guerra holandesa – século XVII*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.
- Carvalho Jr, Almir Diniz de. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- Carvalho, João Renôr Ferreira de. *Momentos de História da Amazônia*. Imperatriz: Ética, 1998.
- Carvalho, José Murillo de. "Introdução - Lisboa e Timon: o drama dos liberais do império". In: Lisboa, João Francisco. *Jornal do Timon*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 5-29.
- Castelnau-L'Estoile, Charlotte de & Zeron, Carlos Alberto Ribeiro. "'Une Mission Glorieuse et Profitable'". *Réforme Missionnaire et Économie sucrière dans la Province Jésuite du Brésil au début du XVII^e Siècle*. In: Blay, Michel & Brian, Éric (Dir.). *Les Jésuites dans le monde moderne. Nouvelles approches. Revue de Synthèse*. Nos 2-3 (abril-Setembro, 1999), pp. 335-358.
- Castelnau-L'Estoile, Charlotte de. *Les Ouvriers D'une Vigne Stérile: Les jésuites et la conversion des Indiens au Brésil, 1580-1620*. Lisboa/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para Comemoração das Descobertas Portuguesas, 2000.
- Castro, Eduardo Viveiros de. "O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem". *Revista de Antropologia*, vol. 35 (1992), pp. 21-74.
- Castro, Emílio Silva, Pe.. *Mercedários no Brasil ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1968.

- Chambouleyron, Rafael. "Algumas reflexões sobre a obra do Pe. Serafim Leite". *Outros Olhares* - no prelo.
- Chambouleyron, Rafael. "As cartas ao rei e a Amazônia do Pe. Vieira". In: Nunes, Benedito (org.). *Vieira no Pará*. Belém: Paka-Tatu (no prelo).
- Chambouleyron, Rafael. "Las 'edades' de los jesuitas: la Compañía de Jesus y la historiografía amazónica". *Actas del Congreso Internacional "Jesuitas: 400 años en Córdoba"*. Córdoba (Argentina): JPHC/UNC/UCC, 1999, vol. III, pp. 95-113.
- Chambouleyron, Rafael. "Os padres da Companhia na Amazônia: uma leitura do Pe. Antônio Vieira". *Anais do Congresso Internacional "3º Centenário do Padre Antônio Vieira"*. Braga: Barbosa & Xavier, 1998, volume II, pp. 801-808.
- Chambouleyron, Rafael. "Violências sacrílegas: os padres da Companhia de Jesus na Amazônia e o motim de 1661". In: Bezerra Neto, José Maia & Gomes, Flávio dos Santos. *Sob a linha do Equador. história e histórias das sociedades amazônicas*. Belém: Paka-Tatu (no prelo).
- Chaunu, Pierre. *Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- Chevalier, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, vol. 1.
- Coelho, Geraldo Mártires. "O retrato rasgado de Clio (questões de historiografia amazônica)". *Páginas de História*. (publicação do Laboratório de Historia da UFPA). Vol. I, Nº 2, (1997), pp. 1-32.
- Constant, Jean-Marie. "L'amitié: le moteur de la mobilisation politique das la noblesse de la première moitié du XVII^e siècle". In: *XVII^e Siècle*. 51^e anné, n. 4 (outubro-dezembro, 1999), pp. 593-608.
- Cortesão, Jaime. "O Significado da Expedição de Pedro Teixeira, à luz de novos documentos". In: *Anais do IV Congresso de História Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 3, 1950, pp. 173-204.
- Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, tomo I, 1957.
- Corvisier, André. "Guerre et Mentalités au XVII^e Siecle". In: *XVII^e Siècle*. 37^e anné, n. 3 (julho-setembro, 1985), pp. 219-232.
- Corvisier, André. *Les Hommes, la Guerre et la Mort*. Paris: economica, 1985.

- Cruz, Ernesto. "O Pará dos séculos XVII e XVIII". In: *Anais do IV Congresso de História Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 3, 1950, pp. 7-62.
- Cruz, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- Curto, Diogo Ramada. "Ritos e cerimônias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)". In: Bethencourt, Francisco & Curto, Diogo Ramada. *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1987, pp. 201-382.
- Daher, Andréa. "Les Singularité de la France Équinoxiale: Histoire de la mission des Pères capucins au Brèsil (1612-1615)". In: Lestringant, Frank. *La France-Amérique (XVI^e – XVIII^e siècles)*. Actes du XXXV^e colloque international d'études humanistes. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1998, pp. 289-313.
- Davis, Natalie Zemon. "Ritos de Violência". In: *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Del Priore, Mary (Org.). *Revisão do Paraíso: Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- Delumeau, Jean. "O milenarismo português". In: *Mil anos de felicidade: uma história do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 176-191.
- Dias, José Sebastião da Silva. *Correntes de sentimento religioso em Portugal (XVI-XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, 2 vols.
- Espada, Henrique. *Microstoria: escalas, indícios e singularidade*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- Farage, Nádia. *As muralhas do Sertão: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- Farbel, Nachman. *Os Espirituais Franciscanos*. São Paulo. Edusp. 1995.
- Ferreira, Tito Lívio. *A Ordem de Cristo e o Brasil*. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1980.
- Ferro, Gaetano. *As Navegações Portuguesas no Atlântico e no Índico*. Lisboa: Teorema, s.d. [1974].
- Figueiredo, Aldrin Moura de. "Teias da memória: a Companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX". *Varia História*, n° 23 (julho de 2000), pp. 66-96.

- Fleischmann, Ulrich; Assunção, Matthias Rohrig; Ziebell-Wendt, Zinga. "Os Tupinambá: Realidade e Ficção nos Relatos Quinhentistas". In: *América, Américas. Revista Brasileira de História*. Vol. 1, nº 21 (setembro de 1990/ fevereiro de 1991), pp. 125-145.
- Florescano, Enrique (e outros). *Tierras Nuevas: Expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI-XIX)*. México: El Colegio de México, 1973.
- Fragoso, João. "Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII". In: *Colonial Latin American Review*, vol. 6, N. 2 (1997).
- Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima (Orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- França, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Freyre, Gilberto. *A Propósito de Frades*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- Friederici, Georg. "A efficacia do arco dos índios". *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Nº 65, vol. XII (junho de 1905), pp. 477-8.
- Galvão-Sobrinho, Carlos. *The Rise of the Cristian Bishop: Doutrine and Power in the Later Roman Empire, A.D. 318-380*. Yale University, 1999.
- Ginzburg, Carlo. "O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII". In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 95-117.
- Godina, María Eugenia. "La Crónica del P. Betendorf: Un misionero del siglo XVII en el Amazonas Portugués". In: Marzal, M. M, SJ, (ed.). *Un reino de la frontera: las misiones jesuíticas en la América colonial*. Lima: Abya-Ayala/Pontificia Católica del Perú, 1999, pp. 329-347.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria: Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- Goes filho, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Gregory, Brad S. *Salvation at Stake: Chistian Martyrdom in Early Modern Europe*. Massachusetts: Harvard University Press, 2ª edição, 2001.

- Gruner, Eduardo. *Las Formas de la Espada: miserias de la teoría política de la violencia*. Buenos Aires: Colihue, 1997.
- Gruzinski, Serge & Wachtel, Nathan. *Le Nouveau Monde, Mondes Nouveaux: L'expérience américaine*. Paris: Recherche sur les Civilisations/EHESS, 1992.
- Gruzinski, Serge. "Entre Macacos e Centauros: os índios pintores e a cultura do renascimento". *Cadernos de História Social*. Nº 3 (Abril, 1996), pp. 3-20.
- Gruzinski, Serge. *La colonización de lo imaginario*. México: F.C.E., 1991.
- Gruzinski, Serge. *La Guerra de las Imágenes: De Cristóbal Colón a "Blade Runner" (1492-2019)*. Mexico: F.C.E, 1995.
- Gruzinski, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Guzmán, Décio de Alencar. "História indígena: escravidão e colonização na Amazônia (séc. XVIII)". In: Bezerra Neto, José Maia & Gomes, Flávio dos Santos. *Sob a linha do Equador: história e histórias das sociedades amazônicas*. Belém: Paka-Tatu (no prelo).
- Hansen, João Adolfo. *A sátira e o engelho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura/Companhia das Letras, 1989.
- Haroche-Bouzinac, Geneviève. "Qualque métaphores de la lettre dans la théorie épistolaire au XVII^e siècle". In: *XVII^e Siècle*, 43^e Année, n. 3 (julho/setembro, 1991).
- Haubert, Maxime. *L'Église et la défense des 'sauvages'. Le père Antoine Vieira au Brésil*. Bruxelas: Académie Royale des Sciences D'Outre-Mer, 1964.
- Hemming, John. *Red Gold: the Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1978.
- Hespanha, António Manuel (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4.
- Hespanha, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político (Portugal - séc. XVII)*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.
- Hespanha, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hofstadter, Richard. *Los Historiadores Progressistas: Turner, Beard, Parrington*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1970.
- Holanda, Sergio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª edição, 1975.

- Holanda, Sergio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª edição, 1976.
- Holanda, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 3ª edição, 1956.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- Holanda, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- Hoornaert, Eduardo (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- Hoornaert, Eduardo, Riolando Azzi, Klaus van der Grijp e Benno Brod. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir de um povo*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edições Paulinas, 1985, tomo II/1.
- Hoornaert, Eduardo. "The Catholic Church in Colonial Brazil". In: Bethell, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America: Colonial Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- Hoornaert, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- Hurley, Jorge. *Belém do Pará sob domínio português. 1616 a 1823*. Belém: Livraria Clássica, 1940.
- Hurley, Jorge. *Noções de História do Brasil e do Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré (separata do vol. XI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará), 1938.
- Israel, F. I. "A Conflit of Empire: Spain and the Netherlands. 1618-1648". *Past & Present*. Nº 76 (agosto, 1977), pp. 34 -74.
- Kiemen, Mathias C., OFM. *The indian policy of Portugal in the Amazon region, 1614-1693*. Washington: The Catholic University of America, 1954.
- Kieman, Victor. "Línguas e Conquistadores". In: Porter, Roy & Burke, Peter (orgs.). *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 1993, pp. 259-284.
- Konrad, Herman W. *Una Hacienda de los Jesuitas en el Mexico Colonial: Santa Lucía, 1576-1767*. México: F.C.E, 1995.
- Lacouture, Jean. *Os jesuítas: a conquista*. Lisboa: Referência/Editorial Estampa, 1993.
- Lamartine, Alfredo. "A influência dos jesuítas na civilização do norte" In: *Tricentenário da Fundação de Belém*. Belém: Livraria Bittencourt, s.d., pp. 37-60.

- Lapa, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. Marília, 1966.
- Lara, Silvia Hunold (e outros). "Os estudos sobre a escravidão e as relações entre História e o Direito". In: *Tempo*. Rio de Janeiro: nº 6 (Dezembro de 1998), pp. 19-28.
- Lara, Silvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Lara, Silvia Hunold. "The Signs of Color: Women's Dress and Racial Relations in Salvador and Rio de Janeiro (1750-1815)". In: *Colonial Latin American Review*, vol. 6, N. 2 (1997), pp. 205-224.
- Lara, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Le Goff, Jacques. "Documento/Monumento". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol. I.
- Leite, Serafim, SJ. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugalia/INL, vol. III e vol. IV, 1943.
- Leite, Serafim, SJ. *Luiz Figueira, sua vida heróica e sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- Leite, Serafim, SJ. *Novas Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- Leonard, Irving A.. *Viajeros por la América Latina colonial*. México: F.C.E, 1992.
- Levi, Giovanni. *L'eredità Immateriale*. Torino: Einaudi, 1989.
- Lisboa, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.
- Lisboa, João Francisco. *Vida do Padre Vieira*. São Paulo: W.M. Jackson, 1948.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. *Administração Colonial Luso-Espanhola nas Américas*. Rio de Janeiro: Companhia de Artes Gráficas, 1952.
- Lopes, Antônio. *Alcântara: Subsídios para a História da Cidade*. Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1957.
- Lopes, Luis Seabra. "Medidas Portuguesas de Capacidade: Do Alqueire de Coimbra de 111 ao Sistema de Medidas de Dom Manuel". *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXII (1997-1998), pp. 543-583.

- Loureiro, Rui. "O descobrimento da civilização indiana nas cartas jesuíticas (século XVI)". *Cadernos de História Social*, nº 4 (outubro de 1996), pp. 3-24.
- Lourenço, Eduardo. "Préface. Vieira ou du temps baroque". In: *La mission d'Ibiapaba. Le père Antônio Vieira & le droit des Indiens*. Estudo, tradução e notas de João Viegas. Prefácio de Eduardo Lourenço. Paris: Chandeigne/Unesco, 1998, pp. 7-8.
- Magalhães, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- Mancera, Sonia Corcuera de. *El Fraile, el Indio y el Pulque: Evangelización y embriaguez en la Nueva España (1523-1548)*. México: F.C.E, 1991.
- Maravall, José Antonio. *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial,
- Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972, 2 vols.
- Marin, Rosa Acevedo. *Du travail Esclave au Travail Libre: le Para sous le regime colonial et dous l'empire (XVII-XIXe siècles)*. Paris: Tese de doutorado apresentada à Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1985.
- Marques, Fernando Pereira. *Exército e Sociedade em Portugal: No declínio do antigo regime e advento do liberalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- Martinière, Guy. "Geopolítica do espaço português da América: o Estado do Maranhão". In: Frédéric Mauro (Coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Estampa, vol. VII, 1991, pp. 103-142.
- Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira (1550-1794)*. São Paulo: Cultrix, 1978, vol. I.
- Maués, Raymundo Herald, Leonor M. Sampaio França & Fernando Mariano Rodrigues. *Ação das ordens e congregações religiosas na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- Mauro, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, vol. 1, 1989.
- Medina, José Toribio. *The Discovery of the Amazon: According to the Account of Friar Gaspar de Carvajal and other Documents*. Nova York: American Geographical Society, 1934 [1894].

- Meira Filho, Augusto. *Evolução histórica de Belém*. Belém: S.C.E., 1976.
- Meirelles, Mario. *Holandeses no Maranhão (1630-1654)*. São Luís: UFMA, 1991.
- Mello, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates – Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Edusp, 1975.
- Mello, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª edição, 1997.
- Mello, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana/Instituto Nacional do Livro, 1987.
- Melo, Aláudio de Oliveira. "João Lúcio de Azevedo - notável historiador luso-brasileiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vols. XVI e XVII (1969-70), pp. 168-73.
- Monteiro, John Manuel. "Armas e Armadilhas: História e Resistência dos índios". In: Adalto Novaes. *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: FUNARTE/Companhia das Letras, 1999, pp. 237-256.
- Monteiro, John Manuel. "O escravo índio, esse desconhecido". In: Grupioni, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.
- Monteiro, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Morison, Samuel Eliot. *As Viagens Portuguesas à América*. Lisboa: Teorema, s.d. [1940].
- Nevares, Reyes Nevares. *Historia de las ideas colonialistas*. México: F.C.E., 1975.
- Neves, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação social jesuítica. Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- Olivari, Michele. "Cultura politica castigliana, Portogallo e Impero fra cinquecento e seicento". *Rivista Storica Italiana*. Vol. CXIII, fac. II (agosto, 2001), pp. 369-396.

- Oliveira, António. *Poder e Posição Política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.
- Oliveira, Roberto Monteiro de. *A Cartografia da Amazônia Colonial e a Definição de suas Fronteiras*. Rio Claro: Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, 1984.
- Ots Capdequí, J. M. *El Estado Español en las Indias*. México: F.C.E, 1993.
- Palma Muniz, João de. "Annaes Históricos do Estado do Maranhão: reflexões de Palma Muniz". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, tomo 13, 1917.
- Palma Muniz, João de. "Limites Municipais do Estado do Pará". *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Tomo 8º, (1913), pp. 247-319.
- Pearson, M. N. *Os Portugueses na Índia*. Lisboa: Teorema, s.d. [1987].
- Pécora, Alcir. "Cartas à Segunda Escolástica". In: Adauto Novaes. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras/ Minc. Funarte, 1999, pp. 372-414.
- Pécora, Alcir. "Vieira, o índio e o corpo místico". In: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 423-461.
- Pécora, Alcir. *Maquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.
- Pécora, Alcir. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da Unicamp, 1994.
- Peixoto, Afrânio. *Martim Soares Moreno: Fundador do Ceará, iniciador do Pará, herói da Restauração do Brasil, contra franceses e holandeses*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- Perrone-Moisés, Beatriz. "Índios livres e Índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)". In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 529-566.
- Pinto, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de Famílias no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL, 2ª edição, 1980.
- Pompa, Maria Cristina. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001.

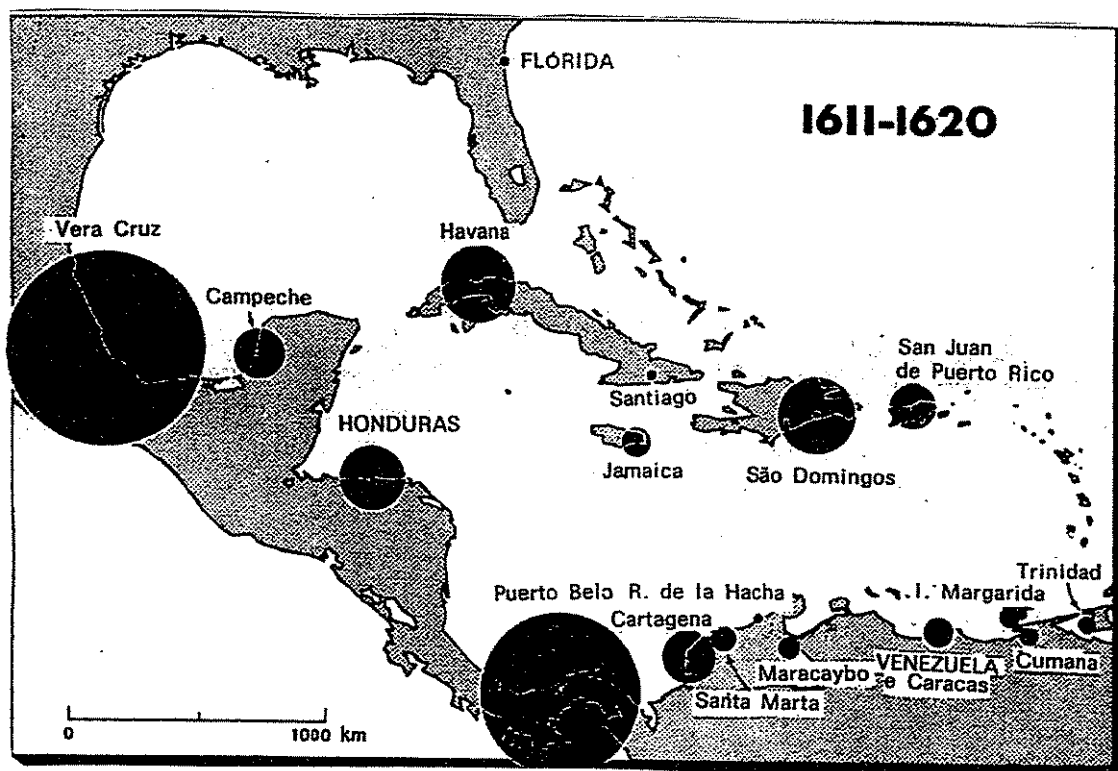
- Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp/FAPESP/Hucitec, 2002.
- Puntoni, Pedro. *A Miserável Sorte: A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- Raiol, Domingos Antônio (Barão de Guajará). "Catechese dos índios no Pará". *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, tomo II (1902), pp. 116-83.
- Raiol, Domingos Antônio (Barão de Guajará). "História colonial do Pará". *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, tomo I (1894), fasc. I e II, pp. 35-40 (Capítulo primeiro - 1ª parte), fasc. III, pp. 85-95 (Capítulo primeiro - 2ª parte), fasc. IV, pp. 153-80 (Capítulo segundo - 1ª parte); tomo II (1895), fasc. I e II, pp. 21-55 (Capítulo segundo - conclusão).
- Reis, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- Reis, Arthur César Ferreira. *A conquista espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, s.d.
- Reis, Arthur César Ferreira. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Spvea, 1959.
- Reis, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém: Secult, 1993 [1940].
- Reis, Arthur Cezar Ferreira. *Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- Reis, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. I. A fronteira colonial com a Guiana francesa*. Belém: Secult, 1993, vol. I.
- Reis, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*. Belém: 1942.
- Renôr, João Ferreira de Carvalho. "Permanência e evolução do conflito na sociedade amazônica no período colonial". *Boletim de pesquisa do CEDEAM*, vol. 3 (jan-dez 1984), nº 4, pp. 59-74.
- Ribeiro, Ana Isabel. "Um conflito entre poderes na Gândara da Bunhosa no início do século XVII". *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXII (1997-1998), pp. 183-223.
- Ricard, Robert. *La conquista espiritual de México: Ensayo sobre el apostolado y los metodos misioneros de las ordenes mendicantes en la Nueva España*. México: FCE, 1986.

- Ricci, Magda . "História Amotinada: Memórias da Cabanagem". *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém: UFPA, vol. 12, (1993), pp. 13-28.
- Rodrigues, José Honório. *História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.
- Rodrigues, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- Rower, Basílio, OFM. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Vozes, 1947.
- Rower, Basílio, OFM. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1941.
- Russel-Wood, A. J. R.. "Local Government in Portuguese America. A Study in Cultural Divergence". In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 16, Nº 2, (Março, 1974), pp. 187-231.
- Russel-Wood, A. J. R.. *The Portuguese Empire, 1415-1808: A world on the move*. Baltimore/Londres: Johns Hopkins University Press, 1998.
- Salgado, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- Sampaio, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755-1823*. Niterói: Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2001.
- Santa-Anna Nery, Barão de. *O País das Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979.
- Saragoça, Lucinda. *Da feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa/Santarém: Cosmos/Câmara Municipal de Santarém, 2000.
- Schalkwijk, Frans I. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*. Recife: Governo de Pernambuco, 1986.
- Schwartz, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- Secreto, Maria Verónica. *Fronteiras em movimento: O Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense na Segunda Metade do Século XIX. História Comparada*. Campinas: Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Etampa, 1995.

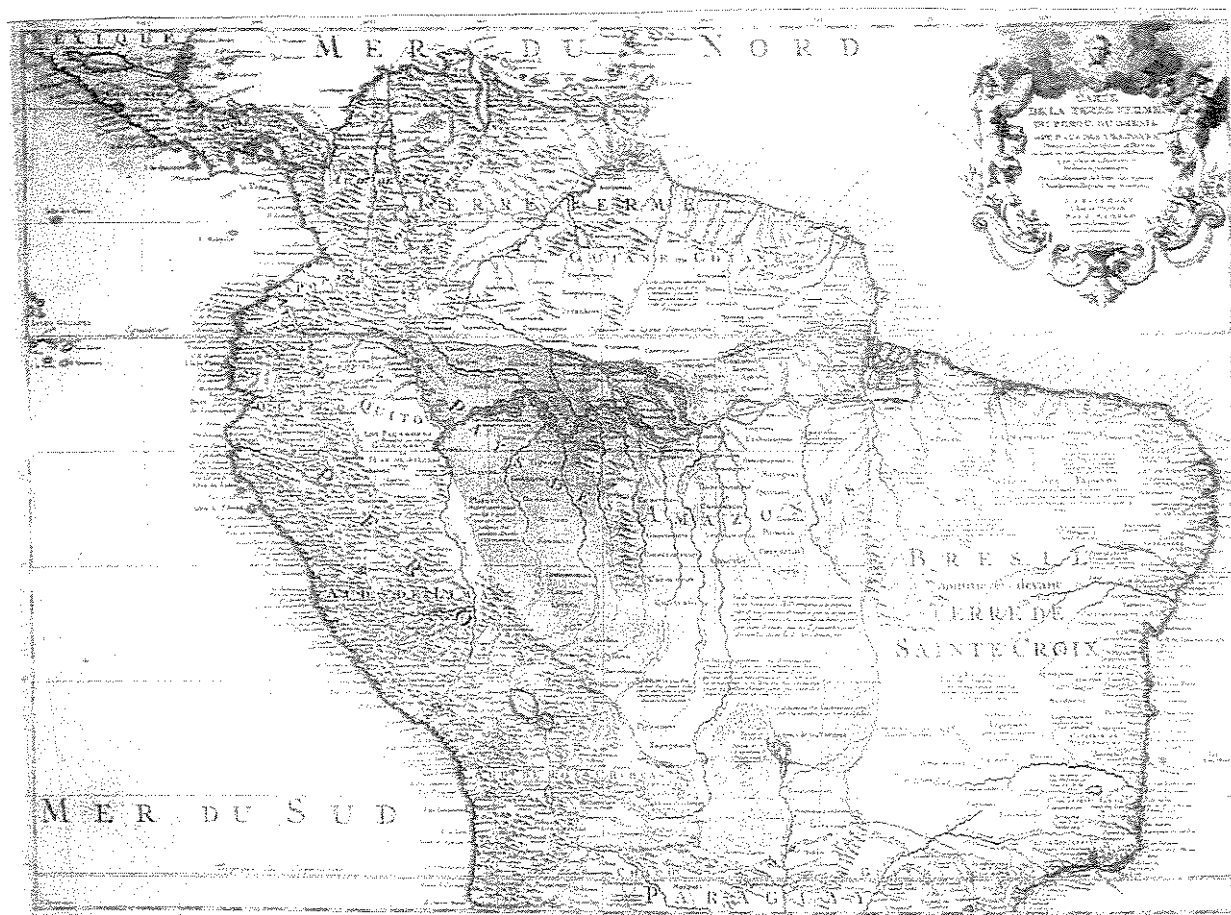
- Skinner, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Smith, Anthony. *Os Conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo*. São Paulo: Best Seller, s/d.
- Soares, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro Biblioteca do Exército, 1973.
- Southey, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2º tomo, 1862.
- Souza, Laura de Mello e. *O inferno atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Souza, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- Stella, Roseli Santaella. *O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes (1580-1640)*. São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2000.
- Studart Filho, Carlos. *Estudos de História Seiscentista*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1959.
- Studart Filho, Carlos. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará com breve estudo sobre a origem e evolução...* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.
- Studart Filho, Carlos. *Páginas de História e Pré-História*. Fortaleza: Instituto do Ceará,
- Studart, Barão de. *Datas e fatos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, tomo 1, 2001 [fac-símile da edição de 1896].
- Subrahmanyam, Sanjay. *The career and legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- Subrahmanyam, Sanjay. *The portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. Londres/Nova Iorque: Longman, 1993.
- Sweet, David & Nash, Gary. *Struggle & Survival in Colonial America*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1981.
- Tavares, Célia Cristina da Silva. "Les jésuites et les conflits coloniaux au XVII^e siècle dans le nord de l'Amérique portugaise". In: *Cahiers d'histoire du Brésil contemporain*, Nº 32 (1997), pp. 59-70.
- Théberge, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, tomo 1, 2001 [fac-símile da edição de 1895].

- Todorov, Tzvedan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- Torres-Londoño, Fernando. "La experiencia religiosa jesuíta y la crónica misionera de Pará y Maranhão en el siglo XVII". In: Marzal, M. M, SJ, (ed.). *Un reino de la frontera: las misiones jesuíticas en la América colonial*. Lima: Abya-Ayala/Pontificia Católica del Perú, 1999, pp. 15-36.
- Torres-Londoño, Fernando. "Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia". In: Torres-Londoño, Fernando (org.). *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 51-90.
- Torres-Londoño, Fernando. *A Outra Família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. Edições Loyola, 1999.
- Vainfas, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Vanney, Jean-René. "L'invention de l'Atlantique ou: l'océan école". *Historiens & Geographes*. Nº 363 (agosto, 1998), pp. 75-97.
- Varnhagen, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, tomos terceiro e quarto, S/d.
- Vianna, Arthur. "O meio paraense". In: *A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica (1650-1902)*. 2ª edição. Belém, 1992, pp. 5-37.
- Vilalta, Maruxa. *En Blanco y Negro: Ignacio y los Jesuitas*. Mexico: F.C.E., 1997.
- Watchel, Natan. "Aculturação". In: Le Goff, Jacques & Nora, Pierre (Orgs.). *Historia: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- Watjen, Hermann. *O Domínio Colonial Holandez no Brasil*. Recife: Companhia Editora Nacional, 1938.
- Weber, David J. *The Spanish Frontier in North America*. Yale University Press, 1992.
- Wegner, Robert. *A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- Willeke, Venâncio, OFM. *Franciscanos na História do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Willeke, Venâncio, OFM. *Missões franciscanas no Brasil (1500/1975)*. Petrópolis: Vozes, 1974.

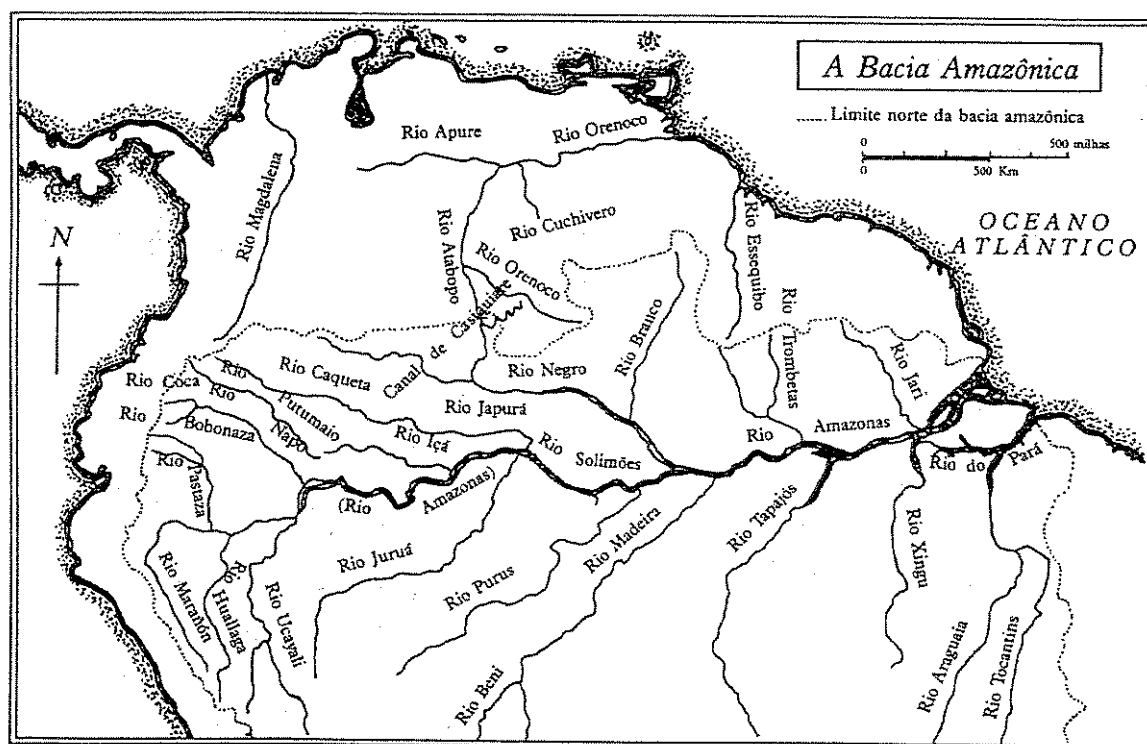
Anexo de Mapas



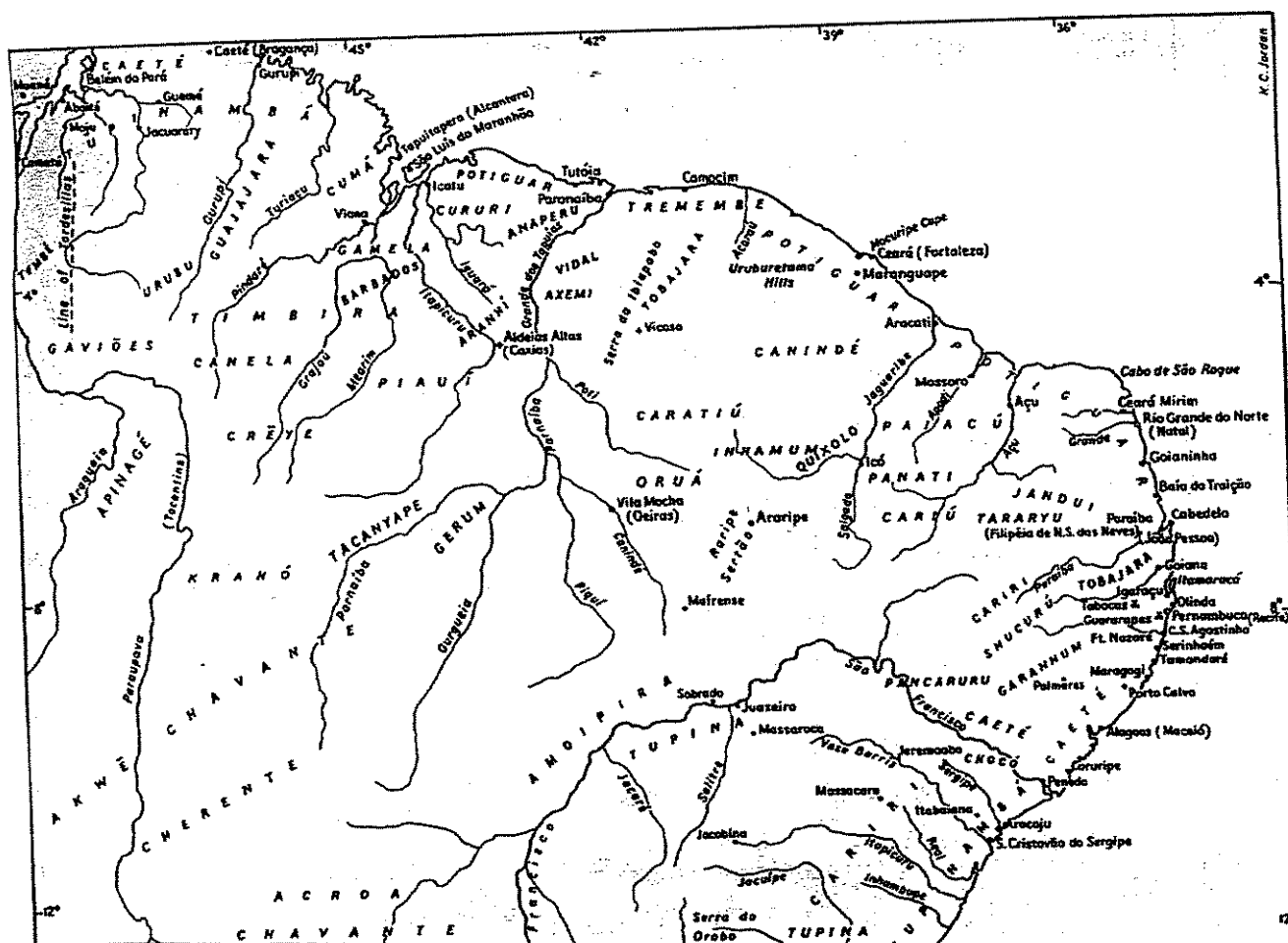
O lucrativo comércio castelhano do Peru, *Tierra Firme* e ilhas do Caribe. Antes do fim da União Ibérica, os primeiros navegadores e administradores portugueses da Amazônia intentavam participar desse tráfico através de supostas rotas que ligariam o delta do rio Amazonas a Lima ou a Quito, fugindo dos ventos contrários da costa. As circunferências correspondem ao volume do tráfico em cada porto. FONTE: Pierre Chaunu. *Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.



Alguns mapas do começo do século XVIII representavam claramente a suposta rota entre o lucrativo comércio do Vice-Reinado do Peru e a região do Maranhão, ligados entre si pela conexão entre o Amazonas e o mar do Caribe através do rio Orenoco. FONTE: Quillaume de L'Isle. *Carte de la Terre Ferme du Perou di Bresil*, 1716. In: Lucinda Saragoça. *Da feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa/Santarém: Cosmos/Câmara Municipal de Santarém, 2000.



A bacia Amazônica não despertou o interesse das Coroas de Espanha e Portugal até chegarem informações mais concretas sobre a presença estrangeira na região no início do século XVII. Alimentada sempre com fazenda privada, a conquista desse imenso território foi feita de forma sempre improvisada. FONTE: Anthony Smith. *Os Conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo*. São Paulo: Best Seller, s/d, p. 12.



Mapa da distribuição dos grupos indígenas pelo território limite entre o Brasil e o Maranhão. O reconhecimento dos grupos nativos dessa faixa do Império era considerado, por alguns, como fundamental para o seu domínio. Os portugueses aprenderam essa dura lição com as invasões francesas e holandesas. FONTE: John Hemming. *Red Gold: the Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1978

EXPANSÃO DOS JESUÍTAS NO NORTE DO BRASIL (Séculos XVII — XVIII)

Mapa organizado, segundo os documentos,
por SERAFIM LEITE, S. I.
1943

LEGENDA

NOMES SUBLINHADOS:

Linha contínua

Linha discontínua

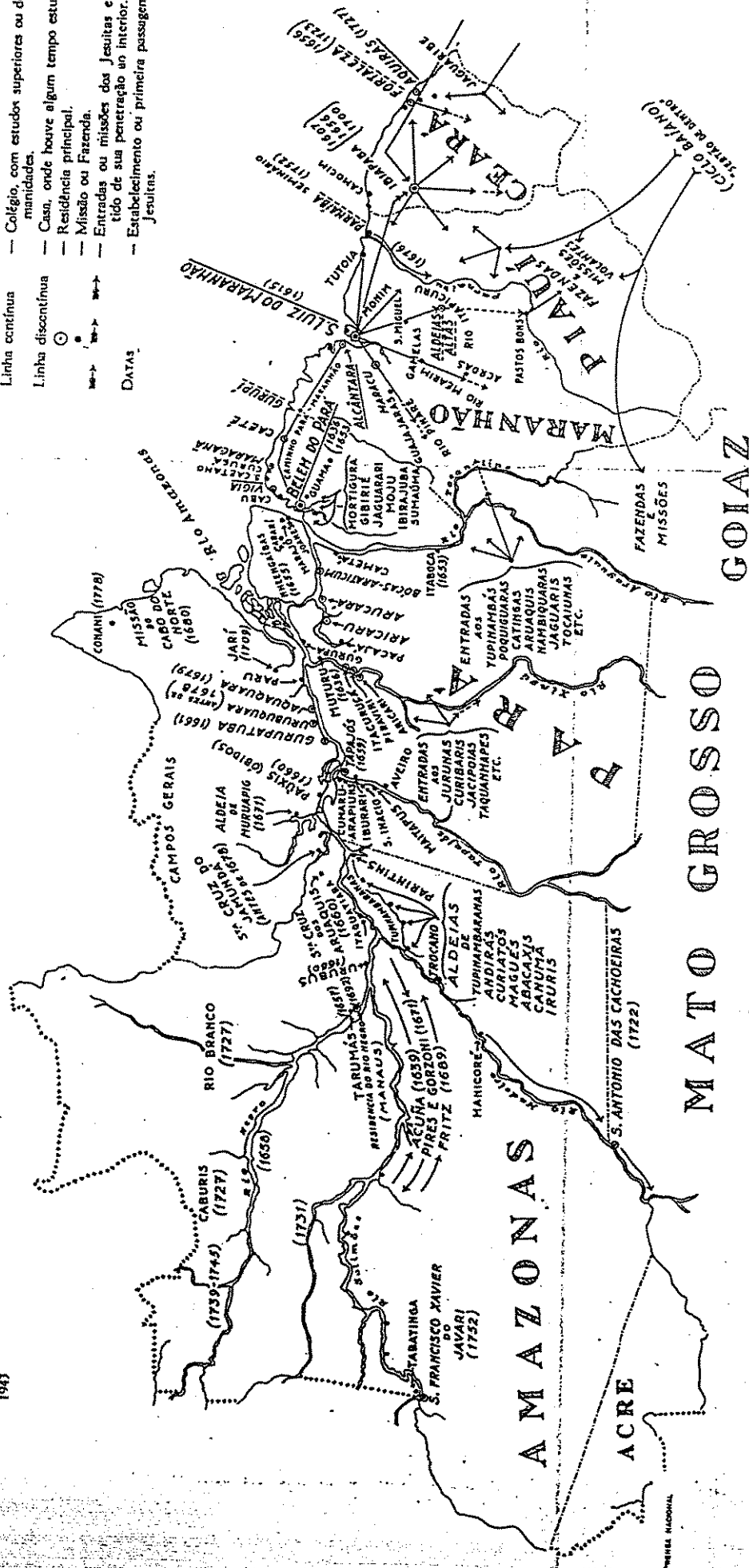
○

●

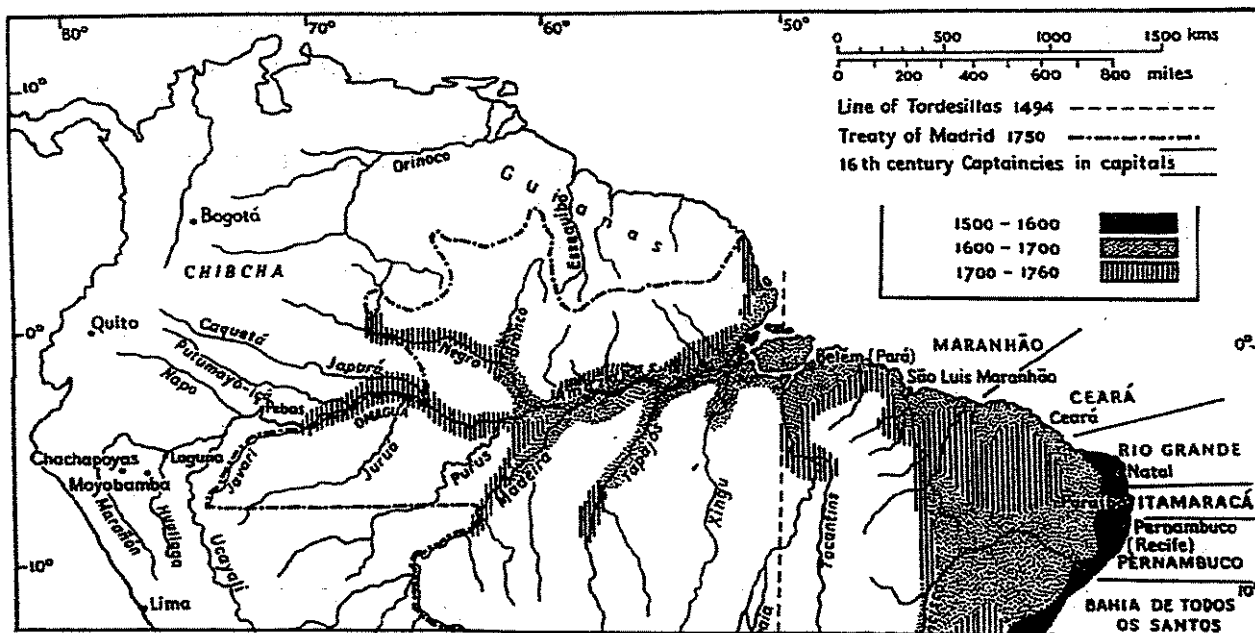
→

DATA

- Colégio, com estudos superiores ou de humanidades.
- Casa, onde houve algum tempo estudos.
- Residência principal.
- Missão ou Fazenda.
- Entradas ou missões dos Jesuítas e sentido de sua penetração no interior.
- Estabelecimento ou primeira passagem dos Jesuítas.



A expansão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, entre os séculos XVII e XVIII. Os jesuítas montaram nessa região uma eficiente estratégia missionária, obtendo o apoio de grupos influentes e sem depender exclusivamente do padroado real, suplantaram rapidamente a concorrência das outras Ordens religiosas. FONTE: Serafim Leite, SJ. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/INL, vol. III, 1943.



A ocupação dos Estados do Brasil e do Maranhão. A ocupação portuguesa da Amazônia foi feita com a transferência de poderosos clãs e casas políticas de áreas mais antigas do Estado do Brasil. Sobretudo, Pernambuco forneceu funcionários, navegadores, e oficiais para o empreendimento. FONTE: John Hemming. *Red Gold: the Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1978.